

do Descobrimento do Brasil incluiu aquele livro na “Biblioteca dos 500 anos” entre os cem melhores já publicados no Brasil. Em dezembro de 2000, a Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA), de São Paulo, concedeu-lhe o “Grande Prêmio da Crítica” pelo conjunto de sua obra musicológica. Em 2004 e 2007, prêmios CLIO, da Academia Paulista de História; em 2009, Personalidade do ano, pela APCA. Vinte e seis dicionários e enciclopédias literárias e musicais, nacionais e estrangeiros, contêm verbetes sobre a obra de Vasco Mariz. Recebeu numerosas condecorações brasileiras e estrangeiras.

Além da longa experiência diplomática (1945-1987), o Embaixador Vasco Mariz desenvolveu – e ainda desenvolve – intensa produção cultural. Suas atividades como funcionário de Estado foram desempenhadas em momentos cruciais da história brasileira. Teve oportunidade de observar a partir de pontos privilegiados, as transformações havidas no cenário internacional. Sentiu momentos de aguda bipolaridade e assistiu de perto a queda do Muro de Berlim. As informações curriculares por ele apresentadas mostram-no no alto de seus 92 anos de idade bem vividos e ainda gozando da consideração e respeito dos seus colegas. Neste livro, ele recorda com orgulho e sem mágoas seu passado, no qual não faltaram homenagens de títulos honoríficos recebidos no Brasil e no exterior.

Clodoaldo Bueno



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

www.funag.gov.br



VASCO MARIZ

NOS BASTIDORES DA DIPLOMACIA



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Vasco Mariz nasceu no Rio de Janeiro a 22 de janeiro de 1921. Formou-se em Direito em 1943 e entrou para a carreira diplomática em 1945, após concurso de provas no DASP. Foi representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos e embaixador do Brasil no Equador, Israel, Peru e na República Democrática da Alemanha.

Foi presidente do Conselho Interamericano de Música da OEA, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, membro da Academia Brasileira de Música (que presidiu em 1991-93), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (sócio emérito em 2002), membro titular do PEN Clube do Brasil e da Academia Brasileira de Arte, membro do Conselho Federal de Cultura (encarregado dos temas musicais e artes plásticas), membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio e membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. Como lexicógrafo, contribuiu com verbetes em numerosos dicionários e enciclopédias nacionais e estrangeiras.

Em 1983, a Academia Brasileira de Letras concedeu-lhe o prêmio José Veríssimo, de história, por seu livro *História da Música no Brasil*, hoje na 8ª edição. Em 1999, a Comissão Nacional para os festejos do V Centenário

coleção | MEMÓRIA
DIPLOMÁTICA

VASCO MARIZ

NOS BASTIDORES DA DIPLOMACIA



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

coleção | MEMÓRIA
DIPLOMÁTICA

NOS BASTIDORES DA DIPLOMACIA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
Embaixador José Humberto de Brito Cruz
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Professor Clodoaldo Bueno
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Vasco Mariz

NOS BASTIDORES DA DIPLOMACIA
Memórias diplomáticas



Brasília – 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Capa:

Aos 92 anos de idade, Vasco Mariz profere conferência em seminário da Marinha Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, agosto de 2013.

Impresso no Brasil 2013

M343

Mariz, Vasco.

Nos bastidores da diplomacia : memórias diplomáticas / Vasco Mariz. –
Brasília : FUNAG, 2013.

296 p. - (Memória diplomática)

ISBN 978-85-7631-471-4

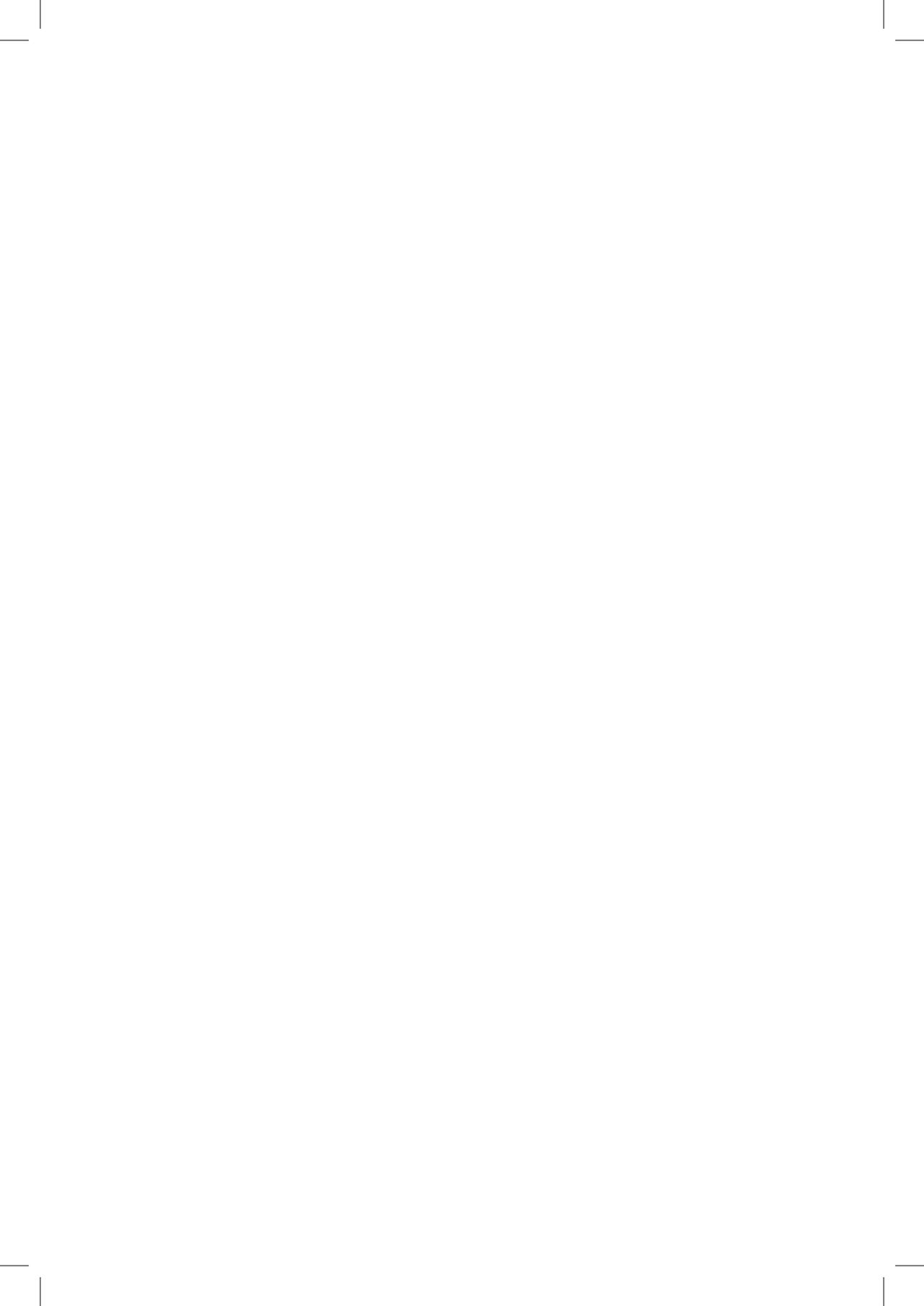
1. Mariz, Vasco, 1921-, autobiografia. 2. Diplomacia - história. I. Título. II. Série.

CDD 327.2

Bibliotecária responsável: Ledir dos Santos Pereira, CRB-1/776.

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

*Dedicado às minhas filhas
Stela e Ana Teresa*



APRESENTAÇÃO

Vasco Mariz teve uma carreira diligente que, uma vez encerrada, deu lugar a uma atividade intelectual fértil, trazendo à lembrança a frase no início do *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, “durante meus trinta e tantos anos de diplomacia [...] O mais do tempo vivi fora, em várias partes e não foi pouco. Cuidei que não acabaria de me habituar novamente a esta outra vida de cá. Pois acabei”. Vasco apresenta aqui seu “Bastidores da Diplomacia”, que relata em pormenores uma carreira variada e interessante, espelhando a evolução de nossa presença internacional ao longo de cinco décadas. Multiplica uma série de interessantes diálogos e situações que mostram como um diplomata brasileiro, mesmo sem o excedente de poder de que falava Ramiro Saraiva Guerreiro, podia perfeitamente bem exercer suas funções e capturar a atenção de grandes personagens como Bob Kennedy e Itzak Rabin.

É importante que fique o relato para o conhecimento dos futuros diplomatas e para os registros diplomáticos de uma experiência que cobre a presença diplomática do Brasil em situações tão diversas quanto a Washington dos Kennedy, a Israel em tempos

melhores do que hoje, ao Equador de 1974, à Alemanha da Queda do Muro, às Nações Unidas de 1975, à visita de De Gaulle ao Rio de Janeiro, em 1965, ao Consulado em Nápoles, à Iugoslávia do marechal Tito, onde serviu sob as ordens do grande poeta Ribeiro Couto. Que trajetória! O conselheiro Aires não chegou nem perto.

Uma boa parte da época em que Vasco Mariz exerceu seus variados talentos diplomáticos passou-se no Rio de Janeiro. O Brasil tinha, no cenário internacional, uma importância muito menor do que hoje, confinando sua relevância à América Latina. No dizer de Araújo Castro, sempre um mordaz e penetrante comentarista, “política externa dá bolo”. Portanto, os diplomatas preocupavam-se mais com estilo e forma do que com substância. Os critérios de avaliação incluíam ter um bom texto e ser inteligente, mas sobretudo davam muito peso à aparência, com muita ênfase no vestuário elegante. A carreira de Vasco Mariz foi diferente: preenchia os critérios acima referidos, mas seguiu um caminho próprio fora do que então se chamava o “circuito Elisabeth Arden”. Aceitou consulados em Nápoles (chegando até a cantar no famoso teatro San Carlo) e Rosário, ou seja, abaixo da prestigiosa curva de nível daquele momento. Mas sempre procurou encontrar nestes postos um ângulo diferente para exercer seu talento e desempenhar bem a missão que lhe cabia no momento. Quando lhe tocou chefiar embaixadas, Vasco Mariz o fez com zelo, atento à importância de construir uma rede de bons relacionamentos locais, suscetível de ser acessada em oportunidade importante para os interesses brasileiros.

Vale a pena ler o livro, rico e agradável relato de uma boa carreira diplomática.

Luiz Felipe Lampreia
(Ex-Ministro das Relações Exteriores)
Rio de Janeiro, junho de 2013.



Vasco Mariz, embaixador em Berlim, passa revista à tropa antes de apresentar suas credenciais. Janeiro de 1985.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – MOCIDADE, INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA	17
CAPÍTULO 2 – PORTUGAL, MEU AVOZINHO	21
CAPÍTULO 3 – NA IUGOSLÁVIA DO MARECHAL TITO.....	35
CAPÍTULO 4 – NA ARGENTINA DE PERÓN	43
CAPÍTULO 5 – BRASIL-ÁFRICA.....	47
CAPÍTULO 6 – DE VOLTA À BASE NO ITAMARATY	59
CAPÍTULO 7 – BRASIL-EUROPA.....	65
CAPÍTULO 8 – BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	85
CAPÍTULO 9 – MAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS	101
CAPÍTULO 10 – A DIPLOMACIA MULTILATERAL	119

CAPÍTULO 11 – LEMBRANÇAS DE TRABALHO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (UNESCO, GATT, UNCTAD E FAO).....	131
CAPÍTULO 12 – O REPRESENTANTE DO BRASIL NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)	139
CAPÍTULO 13 – NA CHEFIA DO DEPARTAMENTO CULTURAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA. RECORDAÇÕES DO EQUADOR (1970-74).....	151
CAPÍTULO 14 – REGRESSO A BRASÍLIA	167
CAPÍTULO 15 – MISSÃO NA TERRA SANTA	179
CAPÍTULO 16 – CHIPRE. A EMBAIXADA CUMULATIVA	195
CAPÍTULO 17 – EMBAIXADOR NO PERU (1982 – 1984)	203
CAPÍTULO 18 – RECORDAÇÕES DE ALGUNS PRESIDENTES LATINO-AMERICANOS.....	217
CAPÍTULO 19 – ÚLTIMO POSTO DIPLOMÁTICO: EMBAIXADOR NA ALEMANHA “DEMOCRÁTICA”	231
CAPÍTULO 20 – RECORDANDO ALGUNS PRESIDENTES E PRIMEIROS-MINISTROS BRASILEIROS	253
CAPÍTULO 21 – NA APOSENTADORIA.....	279
LIVROS PUBLICADOS POR VASCO MARIZ	283
ÍNDICE ONOMÁSTICO	287

INTRODUÇÃO

Desde que atingi o limite de idade para a aposentadoria, em 1987, tenho escrito numerosos artigos em jornais e revistas, e proferido conferências sobre temas de política internacional, que antes não podia comentar em público em virtude das rígidas normas da carreira diplomática. Alguns dos comentários ora publicados neste livro ainda têm bastante interesse permanente e poderão representar depoimentos de utilidade e interesse histórico para o público em geral interessado em política internacional, para jovens diplomatas, estudantes universitários e pesquisadores interessados na história da nossa política externa. Não tive a pretensão de escrever como os jovens diplomatas devem proceder em determinadas situações, mas nas entrelinhas eles encontrarão úteis sugestões de como devem atuar ou deixar de atuar.

De regresso definitivo ao Rio de Janeiro, em 1987, escrevi mensalmente no prestigioso suplemento “Cultura” de *O Estado de S. Paulo*, abordando temas literários e musicais. Em 1991, já aposentado, colaborei quinzenalmente, durante alguns meses,

na página “Opinião” do *Jornal do Brasil*, escrevendo sobre temas de política internacional. Como não me pagavam nada, perdi o estímulo. No início dos anos 2000, escrevi também em *O Globo*, sobre política internacional e temas culturais.

Minha carreira diplomática não foi espetacular, nem representei o Brasil em nenhum país do chamado “circuito Elisabeth Arden”¹. Tampouco servi em postos remotos, sem maior interesse para o Brasil, ou de sacrifício. Meu itinerário diplomático foi Portugal de Salazar, a importante Iugoslávia do marechal Tito, a controvertida Argentina de Perón, o delicioso consulado em Nápoles, Washington duas vezes, três Assembleias Gerais das Nações Unidas (1960, 1961 e 1962), um interessante período de chefia na OEA, a primeira embaixada no Equador, Israel em período fascinante, o belíssimo Chipre onde o Brasil intermediou a paz, no nosso vizinho Peru e finalmente na Alemanha Oriental. Entreguei credenciais cinco vezes como embaixador do Brasil, o que aconteceu a poucos diplomatas da minha geração. Quando fui comissionado embaixador do Brasil em Quito, Equador, em 1969, pelo chanceler Mário Gibson Barboza, eu era o embaixador mais jovem em serviço. Embora nunca tenha chegado a desempenhar em nossa diplomacia um papel de primeira linha, várias vezes assisti de perto e até participei, direta ou indiretamente, de fatos de importância histórica, ou de episódios altamente interessantes em sua época.

Este livro é um livro de “meias memórias”, ou de memórias dos outros. Hesitei incluir alguns episódios que ainda podem ser considerados secretos ou confidenciais, que poucas pessoas no Brasil estão ao corrente. Creio, porém, que já é tempo de o público brasileiro tomar conhecimento de alguns desses fatos graves que

1 No Itamaraty chama-se de “circuito Elisabeth Arden” os postos diplomáticos em Nova York, Londres, Paris, Roma e Madri. Em verdade, servi duas vezes em Washington e em três Assembleias Gerais da ONU, em Nova York.

ocorreram, ou quase ocorreram, e continuam até hoje na sombra. Passados mais de 50 anos, já agora como historiador – sou sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – sinto-me à vontade para comentá-los. Só para aguçar a curiosidade do leitor, saliento que, entre outros fatos interessantes e pouco conhecidos, vou abordar as insensatas iniciativas do presidente Jânio Quadros, que tentou anexar Angola ao Brasil e abrir uma janela para o Caribe, relatarei os meandros da votação do Brasil contra o sionismo nas Nações Unidas, comentarei que o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 1986, não quis que o nome do Brasil figurasse no histórico quadro de honra no Palácio Cecilienhof, na Alemanha Oriental, onde foi assinada a paz final na Segunda Grande Guerra. Relatarei pormenores das gestões do governo Médici junto aos países escandinavos para impedir que o Prêmio Nobel da Paz de 1969 fosse concedido a Dom Helder Câmara, e outras estórias mais ou menos graves ou divertidas, mas pouco conhecidas do público em geral.

Conheci pessoalmente, com maior ou menor proximidade, 54 chefes de Estado, presidentes ou primeiros-ministros, além de altas personalidades brasileiras e estrangeiras, grandes escritores e artistas brasileiros, e importantes políticos nacionais, já que também atuei intensamente no Congresso Nacional durante três anos. Esclareço, porém, que estes estudos e recordações saem da cabeça de um homem de 92 anos, que jamais tomou quaisquer notas sobre o que vai contar. É claro que consultei pessoas relacionadas com os temas expostos, a fim de esclarecer dúvidas, datas e pormenores. O papel é dócil, tanto que já publiquei 65 livros, editados em seis países diferentes, e que me renderam diversos prêmios nos setores da música e da história do Brasil. É claro que numerosos diplomatas brasileiros tiveram experiências mais importantes do que as minhas, mas preferem guardar para si mesmos, ou para um pequeno grupo de parentes e amigos, as suas

recordações. No meu caso, sinto necessidade de partilhar com um público mais amplo as minhas lembranças diplomáticas e comentar os fatos que presenciei de perto, ou dos quais participei. Creio que com este texto poderei ser útil a muitos leitores interessados em episódios de nossa política externa. Diplomatas jovens e menos jovens, historiadores, pesquisadores. Quem chegar a ler, creio que vai gostar.

Sinto-me honrado pela generosa apresentação do ex-chanceler e velho amigo Luiz Felipe Lampreia, que valoriza este livro, e agradeço as oportunas contribuições de meus saudosos colegas e amigos, os ex-chanceleres Ramiro Saraiva Guerreiro e Mário Gibson Barboza, e de diversos diplomatas e amigos mencionados nesta obra, muito em especial dos embaixadores João Clemente Baena Soares e Antônio Fantinato, que tiveram a gentileza e a paciência de ler boa parte deste texto e ofereceram-me valiosas sugestões. Uma palavra final de agradecimento aos editores deste livro.

Vasco Mariz

Rio de Janeiro, agosto de 2013.

CAPÍTULO I

MOCIDADE, INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

Sou de ascendência portuguesa do lado de meu pai, e basca do lado de minha mãe. Meu pai, Joaquim José Domingues Mariz, vinha de uma família de classe média do norte de Portugal, de Fão e Esposende, com algumas posses, e um tio que chegou a bispo de Braga, personagem regional. Meus avós desejavam que meu pai seguisse a carreira eclesiástica e o internaram quase à força no seminário de Braga. Ele era um bom estudante e se distinguiu no seminário, mas por ocasião do assassinato do rei de Portugal em 1911, os seminários foram fechados e meu pai aproveitou para fugir para o Brasil, onde tinha um parente bem posicionado. Veio trabalhar com José Maria da Cunha Vasco, importante industrial português, então presidente da fábrica de tecidos Confiança, no Rio de Janeiro, hoje transformada em *shopping center*. Meu avô materno era de “cuna basca” e foi uma espécie de mecenas, amigo dos melhores artistas da época. Meu pai trabalhou com ele, conviveu com a filha do patrão e encantou-se com ela. Casaram-se

em 1920 e eu nasci a 22 de janeiro de 1921. Minha mãe, Anna da Cunha Vasco, foi uma pintora já bastante conhecida no Rio de Janeiro, a “aquarelista do Leme”, e que até hoje é citada em vários livros brasileiros de história da arte, pois ela pintou o Rio de Janeiro do início do século XX e Copacabana ainda como um grande areal. Carlos Drummond de Andrade escreveu um belo artigo no JB louvando as aquarelas de Anna Vasco, ao comentar uma exposição de sua obra.

Meu pai era homem de negócios, representante no Rio de Janeiro de uma importante fábrica de tecidos paulista. Não ficou rico, mas ao aposentar-se havia juntado um razoável pecúlio, vivia bem e mantinha uma bela casa na serra de Corrêas. Viajou à Europa várias vezes e era homem de boa base cultural, pois fora seminarista e falava latim e francês razoavelmente. Era respeitado na então poderosa comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e chegou a presidente da Sociedade de Beneficência Portuguesa por dois mandatos e, em 1954, foi um dos diretores do Jockey Clube Brasileiro, encarregado da construção do belo prédio no centro da cidade. No 8º andar desse prédio, junto à entrada da biblioteca, há uma fotografia da diretoria que construiu o edifício. Sempre que lá vou almoçar, faço-lhe uma visitinha para ver a sua foto ao lado dos outros diretores. Tinha dotes oratórios e era chamado para fazer discursos pela comunidade lusa. Certa vez, quando jovem, surpreendeu-me para dizer que no dia seguinte viria almoçar em nosso apartamento de Copacabana um colega de seminário em Braga: era o cardeal Cerejeira, primaz de Portugal.

A princípio morávamos em Botafogo, então bairro elegante carioca, e estudei no colégio Santo Inácio, um dos melhores do Rio até hoje. Recentemente, quando o famoso colégio completou 100 anos, fui um dos convidados a contar recordações em sessão especial do IHGB. Entrei para a Faculdade de Direito em 1938, ano em que faleceu minha mãe, e lá fui companheiro de banco de

Clarice Lispector, com quem tive um ligeiro *flirt* sem conseqüências. Dois anos depois, meu pai casou-se novamente e a minha madrasta, D. Acácia, teve um papel muito importante na minha formação, porque ela me estimulou bastante nos estudos e orientou minhas leituras. O serviço militar também me fez bem, dando-me maior noção de disciplina e responsabilidade.

Formei-me em Direito em 1943 e estava entusiasmado por ingressar na carreira diplomática. Não estava bem preparado ainda, mas fiz o concurso de 1942 somente para sentir a atmosfera e não fui aprovado. Convocado pelo exército, cursei o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) em Niterói e cheguei a ter data marcada para embarcar para a Itália. No ano seguinte consegui ficar entre os primeiros colocados no concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para a carreira diplomática, mas a nomeação demorou e só em dezembro de 1945 tomei posse. Minha turma era de bom nível e tivemos algumas personalidades que ficaram famosas, como Ramiro Saraiva Guerreiro, futuro chanceler, Antonio Houaiss, futuro ministro da Cultura e presidente da Academia Brasileira de Letras, José Sette Câmara, governador do Rio de Janeiro, João Cabral de Melo Neto, famoso poeta também da Academia, e outros que alcançaram o nível mais alto na carreira, como eu mesmo. Ao ser nomeado chefe de missão em Quito em 1969, eu era o embaixador mais jovem em atividade.

Durante o primeiro estágio no Itamaraty servi na Divisão de Atos Internacionais, onde tive a primeira decepção na carreira, na Divisão do Pessoal, onde aprendi os meandros da administração, e na Divisão Cultural, onde conheci minha primeira esposa, Therezinha Soares Dutra, sobrinha do famoso almirante. Ao chegar a hora de ir trabalhar no exterior, em 1948, ofereceram-me os consulados em Londres, que não me convinha porque havia na época forte racionamento, Amsterdam e o consulado-geral no

Porto, terra de origem de meu pai, cargo que aceitei. Fui trabalhar com um brilhante intelectual, Renato de Mendonça, premiado pela Academia Brasileira de Letras. Passo a seguir a tecer alguns comentários sobre Portugal de ontem e de hoje, o que acredito vai interessar aos leitores.

CAPÍTULO 2

PORTUGAL, MEU AVOZINHO

1. Portugal, meu avozinho²

“Portugal não é um país pequeno” lia-se em um grande painel do aeroporto de Lisboa nos anos quarenta. Embaixo havia um imenso mapa-múndi a cores onde estavam assinaladas todas as possessões coloniais portuguesas. A partir dos anos setenta tudo isso desapareceu e o país ficou pequeno mesmo, nas suas reais dimensões do século XV. Maldosa estatística da Comunidade Europeia nos anos sessenta citava Portugal entre os países de QI mais baixo da região. A emigração continuava a sangrar a nação de seus melhores homens, que partiam para Europa, EUA, Canadá, Venezuela, Austrália e bem menos para o Brasil, onde a moeda era fraca e dificultava que os emigrantes enviassem auxílio às suas famílias em Portugal. A adesão de Portugal à CEE e a entrada

2 Artigo publicado na página “Opinião” do *Jornal do Brasil*, de 2 de agosto de 1991, atualizado para esta edição.

posterior na União Europeia inverteram a tendência negativa e começaram a chegar as subvenções dos países ricos da comunidade. O país deu um salto e se desenvolveu extraordinariamente. Infelizmente, hoje em dia voltou à estagnação porque os sucessivos governos portugueses não souberam administrar as benesses da União Europeia. E surge agora, em 2013, o perigo até de uma *débâcle* financeira. Os portugueses desempregados emigram para Angola e Moçambique, hoje em pleno progresso, e lá são bem acolhidos devido à falta de mão de obra qualificada. Jovens portugueses qualificados, sobretudo médicos, são bem-vindos no Brasil.

Sou filho de português e vivi em Portugal em 1948 e 1949, como diplomata brasileiro, vice-cônsul no Porto. Lá nasceu minha filha mais velha Stela, hoje cirurgiã plástica competente. Tinha e tenho primos em Portugal, que sempre me acolheram afetuosamente. Naquele tempo os brasileiros eram recebidos com emoção e apreço. Cada família portuguesa tinha um parente no Brasil, que lhe enviava dinheiro regularmente. Portugal naquela época era um país pobre que olhava para o Brasil como o filho próspero, cheio de futuro.

Não posso esquecer-me de que, ao chegar ao Porto em 1948 e alugar casa, comprei duas poltronas *bergères* pesadíssimas. No dia seguinte, soou a campainha de minha casa na foz do Douro: eram duas mulheres pequeninas com as poltronas enormes na cabeça. Precipitei-me para o portão para ajudá-las a colocar as poltronas no chão. Havia feito mais de dois quilômetros com aquele enorme peso na cabeça! A exploração do homem pelo homem era cruel em Portugal. É uma simples constatação, pois infelizmente até hoje, no século XXI, ainda existe comprovadamente o trabalho quase escravo no Brasil em algumas fazendas remotas na Amazônia e do Nordeste.

No Rio de Janeiro, nos anos 40 e 50, a comunidade portuguesa dominava o comércio e a indústria carioca, assim como em São Paulo

predominava a rica comunidade italiana. Os chamados comendadores portugueses do Brasil voltavam a Portugal como nababos, a despejar donativos à direita e à esquerda. Meu pai fez o mesmo em sua pequenina cidade natal, Fão. Muito mais tarde, eu cobrei: consegui que a prefeitura desse o seu nome a uma nova rua da cidade. Os portugueses daquela época, que viviam modestamente, ficavam embasbacados e sonhavam com as “árvores das patacas” do Brasil.

Os tempos mudaram e muito. Os comendadores luso-brasileiros envelheceram e morreram. Seus filhos nem sempre souberam manter seus negócios e desapareceram também. A partir dos anos 40 chegaram ao Brasil milhões de imigrantes de várias origens e, em breve, a predominância portuguesa e italiana se diluiu bastante. A corrente imigratória se transformaria apenas em reunião familiar, isto é, a vinda para o Brasil de pais idosos. Os jovens portugueses e italianos preferiram emigrar para a França, Alemanha, Suíça, Inglaterra, onde ganhavam muito mais do que no Brasil. De lá podiam com facilidade ir passar férias anuais em sua terra nos seus automóveis, além de fazer remessas bancárias regulares em moeda forte para ajudar seus pais.

Em 1966/67, era eu chefe da Divisão da Europa Ocidental no Itamaraty e muito trabalhei pelos importantes acordos bilaterais celebrados com Portugal. Amavelmente, fui condecorado pelo governo português pelos serviços prestados, o que muito alegrou meu velho pai. A conjuntura luso-brasileira havia mudado bastante e nessa altura já éramos parceiros iguais, negociando sem romantismos. Foram assinados então diversos convênios cuja execução nem sempre correspondeu à expectativa inicial. As relações entre os dois países atravessaram momentos tormentosos ao final do governo Salazar, e iguais tensões ocorreram após a revolução dos Cravos, em 1974, quando os comunistas portugueses hostilizavam abertamente as autoridades diplomáticas brasileiras.

Enfim, serenou a efervescência política portuguesa e aqui terminava o regime militar. Portugal conseguiu reerguer-se, acabou por tirar a sorte grande ao ser admitido primeiro como membro associado do Mercado Comum Europeu e depois como pleno sócio da União Europeia. Passaram a chover em Portugal importantes investimentos de seus parceiros, criou-se uma próspera indústria graças à sua mão de obra barata, elevou-se nitidamente a qualidade de vida. Invertiam-se assim as posições: enquanto o Brasil baixava de nível e estagnava, Portugal subia sensivelmente em poderio econômico. Hoje o primeiro-ministro da União Europeia é o português Durão Barroso, que maneja bem o inglês e o francês e tem sido hábil negociador.

Nos últimos trinta anos visitei Portugal várias vezes. Nessas últimas permanências em Portugal, quando observei notável progresso e prosperidade, notei também sensível mudança de comportamento em relação aos brasileiros. Aquela velha admiração e carinho pelos brasileiros diluiu-se muito, e sobretudo os jovens portugueses demonstram hoje bem pouco interesse pelo Brasil. A grande massa dos portugueses, mesmo os mais viajados, revela surpreendente desconhecimento sobre o Brasil moderno. Para eles, o Rio de Janeiro tem apenas a imagem de Luanda um pouco melhorada... Chegam ao Brasil e arregalam os olhos. Para sua imensa surpresa, um deles me confessou que a Avenida Paulista é uma rua que poderia estar em Nova York ou em Paris.

No final do século XX, Portugal se beneficiou extraordinariamente das contribuições da União Europeia e deu verdadeiro salto de qualidade em muitos setores da economia. Quem viveu em Portugal no final dos anos quarenta, como eu, e hoje viaja pelo país observa imediatamente uma espetacular melhoria de qualidade de vida. Infelizmente, o Governo português foi demasiado otimista e gastou muito com os festejos do centenário dos Descobrimentos, à espera de milhões de turistas que não

apareceram, ou vieram em número bem menor. O país se endividou fortemente. Em 2003, a situação econômica do país já era precária e estourou os índices financeiros estabelecidos pela União Europeia. Em 2013, Portugal está à beira da bancarrota, mas se esforça para melhorar sua imagem.

O que eu quero dizer é que o Brasil não pode ter muitas ilusões com as possibilidades de comércio com Portugal. Já li bobagens como esta: Portugal está destinado a ser o porta-aviões brasileiro para aumentar as exportações do Brasil para os países da União Europeia. Recente visita do primeiro-ministro português ao Brasil parece haver criado falsas expectativas. Os acordos assinados não têm importância transcendental. O ex-presidente Lula em Portugal apelou para mais investimentos portugueses, que começam timidamente a chegar, sobretudo no setor de turismo. Portugal, apesar de sua relativa prosperidade, ainda é um país pobre nos padrões da União Europeia e ainda é atrasado em termos de Europa Ocidental.

O que me deixa triste é que o Brasil deixou de ser importante para Portugal, do mesmo modo que Portugal deixou de ser significativo para o jovem brasileiro médio de hoje. Com o envelhecimento e a rarefação da comunidade portuguesa no Brasil, Portugal perdeu o seu poder de barganha sentimental. Nosso país hoje é muito populoso e de origem étnica bastante diversificada, o que reduziu muito o peso específico emocional de Portugal. A realidade hoje é que Portugal está com os olhos voltados para a União Europeia e não se preocupa mais com as suas antigas colônias. Cumpre registrar, porém, que recentemente investidores portugueses têm realizado aplicações em projetos hoteleiros no Brasil, sobretudo no Nordeste. Depois da crise de 2008, um modesto fluxo de portugueses desempregados tem chegado ao Brasil. Bem-vindos!

2. Entrevista com o ditador Salazar

Comecei a carreira diplomática como vice-cônsul no Porto em 1948. Tinha muita curiosidade pela terra natal de meu pai e escolhi o Porto dentre uma lista de postos que me foi oferecida. Minha audiência com Salazar pouco teve a ver com meu modesto cargo. Meu pai, Joaquim Mariz, um dos líderes da comunidade lusa no Rio de Janeiro, era bem conhecido do presidente do Conselho de Portugal e solicitara ao embaixador português no Rio de Janeiro que Salazar me recebesse por alguns minutos. Eu estava passando alguns dias em Lisboa antes de assumir o posto, quando me chegou a surpreendente notícia transmitida pelo Dr. Gastão de Bettencourt, um dos diretores do Secretariado Nacional de Informação (SNI), que Salazar me receberia tal dia e a tantas horas.

Lá fui, e Sua Excelência acolheu-me com simplicidade e sentou-se em uma cadeira de balanço. Perguntou-me por meu pai e por outras pessoas da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. A seguir, teceu considerações sobre as relações bilaterais, falou-me das dificuldades que começavam a surgir nas colônias, insufladas por elementos esquerdistas. Lembro que em 1948 ainda era relativamente calma a conjuntura política na África. Na realidade, pouco falei e limitei-me a ouvir uma verdadeira aula que Salazar teve a gentileza de oferecer-me, sublinhando o papel que Portugal desempenhou durante a II Guerra Mundial. Foi uma audiência de uns 20 minutos e eu me senti honrado. Enviou lembranças a meu pai, desejou-me boa permanência em Portugal e advertiu que não me deixasse envolver pelos intelectuais esquerdistas do Porto.

Isso seria difícil, pois meu chefe, Renato de Mendonça, brilhante intelectual, vivia no meio de escritores e jornalistas que mal disfarçavam sua antipatia pela ditadura salazarista. De certo modo, herdei as amizades de Renato. Acabei ficando bom amigo de Jorge de Sena, acirrado inimigo do regime salazarista, e fui

seu padrinho de casamento no Porto, em 1949. Jorge foi depois perseguido pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e acabou tendo de asilar-se no Brasil, onde ensinou em São Paulo, passando depois às universidades de Wisconsin e da Califórnia. Lá ficou conhecido internacionalmente e tornou-se um dos maiores escritores portugueses do final do século XX. Até hoje me correspondo com sua esposa, a Mécia, residente na Califórnia, que tem se dedicado muito a divulgar a obra do marido.

3. O presidente Café Filho em Portugal

Só vi uma vez Café Filho, em 1954, mas tive dele boa impressão. O presidente preparava sua visita a Portugal e eu trabalhava na Divisão Política do Itamaraty. Fui chamado a participar da comissão preparatória da viagem de Café Filho, pois havia servido recentemente em Portugal e poderia fazer sugestões úteis. Cheguei ao comitê com a firme decisão de alertar o presidente brasileiro para que ele não pronunciasse certas palavras de duplo sentido em Portugal, que pudessem colocar em ridículo nosso chefe de Estado, como por vezes havia acontecido comigo em Portugal.

Acompanhei o chefe da Divisão Política, o então Ministro Jayme Chermont, à reunião no Palácio do Catete e o presidente nos colocou logo à vontade. Manifestei-lhe aquela minha preocupação e ele pediu-me que preparasse uma lista de palavras com duplo sentido que deveria evitar utilizar em suas conversas em Portugal. Café Filho riu-se muito de uma anedota que lhe contei sobre brasileiros em Portugal e que aproveitei para recordar agora para deleite do leitor e ilustrar aquela minha preocupação.

Em Lisboa um brasileiro apressado pergunta na rua a um português: “Onde fica a parada do bonde que leva à estação de trem para o Porto?”. O português fitou-o bem e respondeu pausadamente: “Aqui não se diz parada e sim paragem; aqui não se diz bonde e sim elétrico; aqui não se diz estação e sim gare; aqui

não se diz trem e sim comboio”. O brasileiro ofendeu-se e indagou: “E aqui como vocês chamam os filhos da puta?”. O português imperturbável respondeu: “Nós não chamamos os filhos da puta; eles chegam todos os dias a Portugal pelos aviões da PANAIR do Brasil [...]”.

Além da citada lista de palavras de duplo sentido, o presidente simpatizou comigo e acabou me encarregando de redigir os discursos que iria proferir em Braga e Guimarães, da minha antiga jurisdição, e aproveitei para neles incluir referências locais que agradariam aos ouvintes. O presidente gostou dos meus textos e os pronunciou na visita a essas cidades do norte de Portugal. Café Filho foi o primeiro presidente brasileiro com quem conversei pessoalmente. Eu era um jovem diplomata, apenas Segundo-Secretário.

4. Respondendo a Salazar sobre a missão do Brasil na África

Quase 20 anos depois, em 1966, era eu chefe da Divisão da Europa Ocidental do Itamaraty e na ausência do secretário-geral Adjunto, Donatello Grieco, ocupava o seu cargo interinamente. Certo dia, chamou-me o secretário-geral Pio Corrêa e mostrou-me uma carta do presidente do Conselho de Portugal, Oliveira Salazar, dirigida ao presidente Castelo Branco. A missiva referia-se aos graves problemas que Portugal estava enfrentando em suas colônias africanas e solicitava ajuda do Brasil. Recordo-me bem de uma frase de Salazar na tal carta: “o Brasil tem uma importante missão a cumprir em África, em consequência de sua numerosa população de origem africana”. Portugal estava disposto a *levar-nos pela mão* para saldar essa histórica obrigação...

Pio Corrêa já havia estado em Lisboa e não conseguira obter sucesso ao tentar convencer o governo português a dar a independência às colônias, então denominadas “províncias

ultramarinas”. Pediu-me o secretário-geral do Itamaraty que lhe preparasse um projeto de carta para o presidente Castello responder a Salazar. Recomendou-me que fosse cortês, mas, ao mesmo tempo, seco e firme na redação dessa resposta de recusa.

Regressei ao meu escritório matutando o que dizer. Conciliar cortesia, segura e firmeza não era fácil, mas procurei fazer o melhor possível e o texto me pareceu satisfatório. Levei-o ao Secretário-Geral, que o achou demasiado amável. Disse-me que lhe deixasse o texto, que iria tentar fazer algo mais adequado. Observou-me, porém, que eu, como filho de português, era natural que tivesse preferido aquela redação tão suave. Confesso que fiquei desapontado.

Passaram-se dois ou três dias e, no despacho seguinte com Pio, ele mencionou *en passant*, sem maiores comentários, que havia levado ao presidente as duas versões da resposta a Salazar – a minha e a dele – e que Castello Branco escolhera o meu texto. Limitei-me a agradecer a sua gentileza e a elegância de comunicar-me a decisão presidencial. Naturalmente, exultei!

Em meados de 2007 tive o prazer de ler a obra de Jaime Nogueira Pinto, intitulada *Salazar, o outro retrato*, publicada em Lisboa nesse mesmo ano³. Pouco a pouco, a imagem histórica de Salazar vai sendo enfocada em Portugal com menos ressentimento e mais objetividade, talvez graças a diversos livros publicados sobre a II Guerra Mundial e da guerra na África. Em verdade, pressionado pelos alemães e ingleses, Salazar agiu com extrema habilidade para evitar que Portugal fosse engolido pela Grande Guerra. Infelizmente, ele não conseguiu controlar a agressividade dos elementos esquerdistas, nem os desmandos de seus próprios esbirros da PIDE.

3 Cf. Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar, O outro retrato*, A Esfera dos Livros Editora, Lisboa, 2007.

5. O presidente Kennedy e a comunidade afro-luso-brasileira

Recordo ainda um episódio interessante que ocorreu durante a visita que fez o presidente João Goulart a Washington, em março de 1962. Estávamos reunidos em uma grande mesa na Casa Branca quando o presidente Kennedy saiu-se com uma iniciativa temível. Naquela época estávamos na pior etapa da guerra civil angolana e Kennedy desejava ajudar Portugal e a África. Propôs que o Brasil, Portugal e suas colônias africanas formassem uma comunidade afro-luso-brasileira, com a promessa de que os EUA canalizariam através do Brasil substancial auxílio financeiro a Portugal para compra de armas. O chanceler San Tiago Dantas pediu tempo para responder e, ao regressarmos à embaixada, o embaixador Roberto Campos convocou uma reunião de todos os diplomatas e adidos militares lotados em Washington. Fez um rápido resumo da entrevista presidencial e apresentou a proposta de Kennedy sobre a comunidade afro-luso-brasileira, solicitando a todos o parecer pessoal, o mais franco possível. Por motivos diferentes e com matizes diversos, todos se manifestaram em contrário e me recordo que o então ministro Miguel Osório de Almeida, brilhante economista, ironizou: “Vai ser a comunidade do analfabetismo!”. Roberto Campos disse-me depois que San Tiago Dantas ficara impressionado com a nossa coletiva reação negativa e decidiu deixar em suspenso a resposta à Casa Branca. Nunca mais se ouviu falar no assunto.

6. Defendendo Portugal na FAO. O quase Visconde Mariz

Eu muito apreciava as reuniões da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, que me permitiam rever a Itália onde vivera de 1956 a 1958 como cônsul

em Nápoles. Tive na FAO dois chefes que recorro com saudades: o embaixador Antônio Corrêa do Lago e o famoso sociólogo Josué de Castro, personagem curiosíssimo, verdadeira *vedette* naquela entidade, graças aos seus livros sobre a geografia da fome. Assisti a cenas estranhas como aquela em que um delegado africano se aproximou de Josué, saudou-o respeitosamente e beijou-lhe a mão. A Assembleia Geral da FAO de 1963 foi agitadíssima porque os africanos e asiáticos tentaram a expulsão de Portugal daquela organização internacional.

Havíamos recebido instruções para defender Portugal e isso se anunciava bastante difícil. Josué disse-me francamente que não desejava desgastar-se com seus amigos afro-asiáticos para defender Portugal e resolveu ir passar uns dias em Paris até que a atmosfera se desanuviasse. Deu-me, porém, mão livre para ajudar Portugal, na medida do possível, e apresentou-me com elogios aos delegados dos países africanos mais moderados. Minha tática se concentrou em não contrariá-los, nem discutir o fundo da sua proposta e tentei convencê-los de que a FAO não era o foro adequado para expulsar um Estado-membro, já que isso implicava uma decisão essencialmente política da maior importância, que deveria ser tomada exclusivamente pela Assembleia Geral da ONU, em Nova York, e não por um organismo técnico especializado. A muito custo fui ganhando votos entre os países africanos moderados e, com auxílio dos europeus e latino-americanos, afinal conseguimos derrotar os mais extremados. Recordo-me que o delegado português, ao final da votação, abraçou-me e beijou-me. Curiosamente, os norte-americanos se abstiveram...

O mais cômico ocorreu dias depois da vitória. O Itamaraty felicitou-nos e Josué, ao regressar, teve a gentileza de mostrar-me o telegrama do chanceler louvando nossa delegação. Dias depois passou por Roma o herdeiro presuntivo do trono de Portugal, o duque de Bragança, e o embaixador português na Itália ofereceu-lhe

uma grande recepção. Fui convidado e, ao ser apresentado ao duque, o embaixador relatou-lhe o esforço que eu fizera para defender Portugal na FAO e cobriu-me de elogios. O rotundo e pequenino herdeiro do trono português abraçou-me com dificuldade porque sou muito alto e pronunciou esta frase extraordinária: “Se eu fora rei, vossência seria visconde!”. Confesso que tive de fazer um grande esforço para não rir. De qualquer modo, minha posição na FAO fora correta, estava satisfeito por ter podido defender a terra de meu pai, mesmo sem concordar com a sua política colonial, e, no fundo, fiquei grato por aquele gesto de reconhecimento do herdeiro do trono de Portugal, cujo Governo mais tarde condecorou-me como grande oficial da Ordem do Infante Dom Henrique.

7. O encantador ex-presidente Mário Soares

Conheci Mário Soares em Berlim, em 1986, já depois que ele deixara a presidência de seu país. Nosso bom amigo Augusto Coelho Lopes, embaixador de Portugal, que vivia na embaixada mais bem decorada da capital alemã, certa vez telefonou-me para dizer que Mário Soares passaria por Berlim tal dia e pretendia oferecer-lhe um almoço só para homens, *stag*, como se diz no protocolo. Vizinhos no *ghetto* diplomático de Berlim Oriental, foram cem passos da minha residência até a embaixada lusitana.

Mário Soares vinha em missão do partido socialista português entrevistar-se com os líderes socialistas alemães, mas em poucos minutos de conversa percebi que ele não levava muito a sério aquela missão na República Democrática Alemã (RDA). O socialismo lusitano era independente e bem diferente do socialismo da RDA, totalmente filiado a Moscou. Mário Soares era um *charmeur*, falava com desenvoltura e competência, dominava diversas línguas, homem culto e de visão larga, representava bem a comunidade lusófona na Europa.

Confesso que fui um pouco agressivo com ele, ao acusar Portugal de não preparar a independência de suas colônias africanas. Angola, ao ficar independente, tinha apenas dezoito cidadãos formados no exterior no ensino superior. Lembrei-lhe que durante o período colonial 150.000 jovens formaram-se em universidades na América espanhola, ao passo que somente 700 brasileiros colaram grau em universidades portuguesas no mesmo período. No Brasil Colônia não existiam universidades, jornais nem tipografias, enquanto que, em Lima, Peru, e na cidade do México, havia prestigiosas universidades desde o final do século XVI. Não me convenceu a resposta de Mário Soares, ao afirmar que nas ex-colônias portuguesas da África havia poucos jovens interessados em frequentar universidades, ou em condições financeiras de fazê-lo. Disse-lhe, à guisa de escusa pela minha impolidez, que me sentia à vontade para fazer aqueles comentários porque meu pai era português e havia cursado o seminário de Braga.

Vários anos depois, no Rio de Janeiro, encontrei-o novamente em um almoço na casa de nosso comum amigo, o saudoso Antônio Houaiss. Soares gentilmente afirmou reconhecer-me, mas não acreditei, tanta gente e tantos países ele visita. É um *causeur* brilhante, que outra vez me deixou ótima impressão. Recentemente, com mais de 80 anos, ele se apresentou novamente candidato à presidência de Portugal, competindo sem sucesso com seu velho rival Cavaco e Silva. Posso atribuir à sua idade a baixa votação (14% apenas). Creio que Soares fez mal em candidatar-se, pois é hábito em Portugal reeleger o seu presidente e se ele tivesse sido eleito, como imaginar que terminaria o seu segundo mandato aos 91 anos?



CAPÍTULO 3

NA IUGOSLÁVIA DO MARECHAL TITO

1. Recordações de Belgrado

A minha ida para Belgrado foi totalmente inesperada. Estava no Porto havia menos de dois anos quando recebi um telegrama do Rui Ribeiro Couto, Ministro Plenipotenciário na Iugoslávia, convidando-me a ir trabalhar com ele em Belgrado, pois seu secretário estava sendo transferido para outro posto. Como meu trabalho no consulado era bastante insípido, aceitei impensadamente. Minha pequenina filha Stella havia nascido no Porto, tinha pouco mais de um ano de idade e nós íamos para um posto onde não havia comodidades e com as limitações habituais dos países socialistas. A adaptação foi lenta, mas gostei bastante do novo desafio. Era um mundo novo, com as cicatrizes ainda abertas do pós-guerra, e meu trabalho com um chefe inteligentíssimo, Ribeiro Couto, grande intelectual, membro da Academia Brasileira de Letras, foi uma experiência admirável. Tinha 28 anos apenas quando lá

cheguei em 1949 e passei a frequentar uma verdadeira escola de diplomacia prática. Fui chefe interino de missão diplomática várias vezes porque meu chefe viajava bastante, ganhei experiência e tive até de assumir riscos perigosos.

O ambiente cultural também era bom, com óperas todos os dias, cantadas em servo-croata (eta, língua feia!), atmosfera política fascinante, porque a dissidência do comunismo nacionalista do marechal Tito irritava profundamente o Kremlin, que ameaçava a invasão do território da Iugoslávia pelos seus títeres vizinhos. Viagens mensais à Itália para troca dos vencimentos dos funcionários da Legação eram um alívio para a atmosfera pesada da capital. Enquanto o nosso doleiro trocava os dólares em Trieste, eu ia passear dois ou três dias em Veneza ou Milão.

Em Belgrado, ficamos muito amigos dos embaixadores da Itália, cuja esposa fora uma boa cantora de óperas. Ela ainda cantava bem, ensaiamos vários duetos e nos apresentávamos em reuniões do corpo diplomático com bastante sucesso. Em Belgrado foi a última vez que joguei futebol: era ala direita e em jogo da seleção diplomática contra funcionários da embaixada da Itália, senti-me mal no 2º tempo e o meu motorista sérvio Atsa me substituiu. Ele acabou marcando o gol da vitória, o que gerou forte discussão sobre se o seu gol era válido ou não...

Já estava no posto havia dois anos quando estourou a Guerra da Coreia e falava-se em guerra mundial. Minha mulher estava grávida novamente e preferiu ter o bebê no Rio de Janeiro em companhia da mãe. Ribeiro Couto negociou-me então uma remoção para Paris, mas esse posto maravilhoso não me atraía no momento. O custo de vida lá era caríssimo e viver em Paris com duas crianças sem participar da festa, seria frustrante. O chefe do Departamento de Administração (DA) ofereceu-me ser cônsul em Rosário de Santa Fé, a segunda cidade da Argentina, tranquila, barata e confortável, onde o chefe estava por sair. Aceitei e não me arrependi. Estava fatigado das tensões de Belgrado, pois o

Itamaraty havia decidido que se os russos invadissem a Iugoslávia, o que era possível, Ribeiro Couto ficaria na capital para aguardá-los e eu seguiria para o interior do país, talvez para as montanhas da costa, acompanhando a cúpula do governo do marechal Tito. Programa de leão. Durante meses a fio tive constantemente em meu automóvel vários bujões de gasolina e mala pronta com roupas apropriadas. A perspectiva não era nada atraente e havia até perigo de vida. Recordo com prazer alguns episódios diplomáticos da minha estada nesse belo país que era a Iugoslávia, hoje dividida em cinco estados. Curiosamente, eu trabalhei em dois países que cessaram de existir: a Iugoslávia e a Alemanha Oriental...

2. O dia em que o Brasil salvou o marechal Tito

Lembro um episódio pouco conhecido da história diplomática brasileira, do qual participei diretamente. Em 1949 servia eu como secretário da Legação do Brasil em Belgrado e todos estavam apreensivos com as possíveis represálias soviéticas contra o marechal Tito, que liderava a primeira cisão dentro do comunismo internacional. Os húngaros e romenos se aprestavam claramente a invadir a Iugoslávia e punir Tito pela heresia nacionalista. Em Belgrado ouvíamos ao longe o ribombar dos grandes canhões húngaros na fronteira, tentando intimidar o marechal e a população com seus exercícios de tiro.

O impasse e as intimidações se prolongavam, mas mesmo assim Ribeiro Couto acabou partindo em férias para Paris, ficando eu como encarregado de negócios. Certo dia fui chamado com urgência ao Ministério do Exterior, em Belgrado, e para minha surpresa fui levado diretamente ao chanceler Kardely. Explicou-me ele o plano iugoslavo: as ameaças soviéticas iam em crescendo perigoso e a Iugoslávia só tinha uma saída – fazer-se eleger para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Se isso ocorresse, ficaria muito mais difícil uma agressão soviética, mesmo por interposição dos países satélites. E se isso acontecesse haveria

certamente problemas graves com os Estados Unidos. Lembro que naquela época a URSS ainda não dispunha de uma bomba atômica para fazer chantagem e era, portanto, bem menos poderosa. Eu já conhecia vagamente esse plano iugoslavo, mas não atinava com o que tinha o Brasil a ver com isso.

Explicou-me o próprio chanceler Kardely: a Iugoslávia contava com os votos dos países do Commonwealth britânico para eleger-se para o Conselho de Segurança e se decepcionou. A chancelaria russa, mui habilmente, lançou a candidatura da Tchecoslováquia como competidora da Iugoslávia para aquela vaga regional do Conselho de Segurança da ONU e ofereceu à Inglaterra atraente acordo comercial de irrecusável aceitação. Resultado: a Iugoslávia perderia as eleições e o risco de invasão soviética era iminente. Pedi-me Kardely que o Brasil coordenasse urgentemente o apoio dos países latino-americanos na ONU, o que compensaria a perda dos votos do Commonwealth. O chanceler foi franco comigo: a atitude independente do marechal Tito em relação a Moscou era de toda a conveniência para os países do Ocidente e criava uma brecha dentro do bloco socialista. Era, portanto, do interesse do Brasil e dos países latino-americanos defender a independência da Iugoslávia e evitar que o marechal Tito sucumbisse, vítima de um ataque militar simultâneo de seus vizinhos comunistas.

Respondi ao chanceler que eu era um simples terceiro-secretário pouco conhecido no Itamaraty, afinal um modesto encarregado de negócios, e que não tinha prestígio para motivar o chanceler Raul Fernandes para efetuar uma gestão interamericana daquela envergadura. Kardely insistiu e pediu-me que fizesse o possível, acrescentando que também estava instruindo seu ministro no Rio de Janeiro para fazer igual pedido. Confesso que saí da chancelaria iugoslava meio atordoado pela responsabilidade e fui para a Legação redigir o telegrama confidencial. Escrevi também cartas a D. Odete de Carvalho e Souza, chefe do gabinete

de Raul Fernandes, e ao embaixador Cyro de Freitas Valle, nosso representante na ONU, que por acaso eram meus amigos.

O leitor se perguntará: por que os iugoslavos escolheram o Brasil para esse papel coordenador? É preciso explicar que a Iugoslávia, depois da II Guerra Mundial, só tinha relações diplomáticas diretas e permanentes com dois países latino-americanos: a Argentina e o Brasil. Soube depois pelo embaixador argentino Canosa que os iugoslavos haviam feito inicialmente a mesma gestão junto a eles, mas nessa época o general Perón andava de namoro com Moscou por assuntos comerciais e assim a Argentina esquivou-se de fazer a coordenação na ONU de apoio à Iugoslávia. Restava só o Brasil e fomos nós que realizamos o delicado trabalho diplomático bilateral e na própria ONU. É claro que houve assentimento prévio norte-americano, ou então a iniciativa não teria prosperado.

O pedido iugoslavo caiu bem no Itamaraty e o embaixador Freitas Valle recebeu instruções para reunir os membros do grupo latino-americano na ONU e expor-lhes as razões de nosso apoio à pretensão iugoslava. Resultado: apesar dos esforços de Stalin e dos ingleses, os votos latino-americanos garantiram a eleição da Iugoslávia para o Conselho de Segurança, com uma maioria de apenas dois votos, sobre a Tchecoslováquia. Foi uma festa em Belgrado.

Pessoalmente alegrei-me com a vitória, pois era a primeira gestão diplomática importante de que eu participava. Vários colegas diplomáticos em Belgrado me felicitaram pela atuação do Brasil, que inegavelmente salvou, senão a independência da Iugoslávia, mas pelo menos o regime comunista-nacionalista do marechal Tito. Após a heresia iugoslava seguiram-se as cisões da Albânia e da China, e a União Soviética nada pôde fazer para evitá-las. Dois fatos curiosos ainda ocorreram comigo, com relação àquelas eleições para o Conselho de Segurança da ONU.

Na recepção da data nacional iugoslava, a 29 de novembro de 1949, estava eu conversando com outros jovens colegas diplomáticos, quando vejo o marechal Tito caminhar em minha direção. Olhei para trás para ver que personalidade estaria perto de mim, mas segundos depois compreendi que era eu quem Tito desejava cumprimentar. Acercou-se de mim sorrindo, em companhia do chefe do Protocolo, ministro Smodlaka, e agradeceu-me efusivamente o esforço que o Brasil fizera para ajudar a Iugoslávia a vencer as eleições. Nem sei o que murmurei em resposta, tão perturbado estava. Perguntou-me se necessitava de alguma coisa a título pessoal, ao que retruquei dizendo que vivia em apartamento pequeno e gostaria de obter uma moradia melhor. Lembro que em Belgrado, na época, era o Protocolo do Ministério do Exterior quem designava os apartamentos onde os diplomatas estrangeiros iriam morar, de acordo com o tamanho de suas famílias e o grau dos diplomatas. O marechal Tito voltou-se para o chefe do Protocolo, instruindo-o a dar-me o melhor apartamento disponível em Belgrado. Dois dias depois me mudava para um belíssimo apartamento, que pertencera a um ex-primeiro-ministro. Quem não gostou nada da generosidade do marechal foi meu chefe, Ribeiro Couto, ao regressar de suas férias. Meu novo apartamento era bem mais amplo e mais luxuoso do que a própria residência da Legação brasileira...

3. Reencontro em Nova York⁴

O segundo fato que vou relatar, ocorrido dez anos depois, dá para o leitor avaliar como foi significativa a gestão diplomática brasileira nas eleições da ONU em 1949. Trabalhava eu como assessor de nossa Missão nas Nações Unidas durante a grande Assembleia Geral de 1960 e lá me encontrei nos corredores com

4 Publicado na página "Opinião" do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1991.

Leo Mates, o antigo chefe da Divisão Política da chancelaria iugoslava, justamente quem me levava à entrevista com o chanceler Kardely em 1949. Tito estava em Nova York e ao perguntar por ele, Mates disse-me logo que o marechal certamente teria muito prazer em ver-me. Não acreditei nisso, mas dias depois recebi telefonema da missão iugoslava pedindo-me que lá comparecesse, pois o marechal Tito desejava receber-me. E tantos anos depois, o velho e carismático guerrilheiro me repetiu seus agradecimentos pelo empenho que o Brasil tivera em ajudar a Iugoslávia naquele momento angustioso para a sobrevivência do seu regime. Sem dúvida, o censor das minhas cartas em Belgrado (um português que depois ficou meu amigo) informara seus superiores sobre o entusiasmo de minhas cartas pela causa iugoslava...



CAPÍTULO 4

NA ARGENTINA DE PERÓN

Um período agradável da minha mocidade foi quando chefei o consulado do Brasil em Rosário de Santa Fé, a segunda cidade da Argentina, de 1951 a 1954. Chegava da Iugoslávia e estávamos em plena ditadura Perón, em período de considerável agitação política no país. Havia crise econômica e Eva Perón, já doente, ainda continuava bastante ativa. Discursava com veemência e sua voz áspera causava um *frisson*. Rosário é uma excelente cidade, rica e de elevado nível de vida, porto fluvial importante, centro econômico do comércio de grãos e de mate. Como metrópole, posso compará-la a Belo Horizonte ou a Curitiba. Nosso consulado tinha excelente renda comercial e a cidade oferecia boa vida cultural em torno da entidade intitulada “El Circulo”, que possuía um belo teatro onde assisti a concertos de alguns dos maiores solistas mundiais. O consulado apoiava um Centro de Estudos Brasileiros muito atuante, que tinha mais de duzentos alunos.

Entre as autoridades locais de Rosário com quem mantive relações pessoais, recordo com prazer o cardeal Caggiano, depois

primaz da Argentina, forte candidato ao papado em competição com o cardeal Montini, futuro Paulo VI. Em especial, lembro sobretudo o comandante da região militar, general Eduardo Lonardi. Visitei-os ao chegar e houve bons fluidos que geraram amizade cordial. Ambos ficariam famosos dentro de pouco tempo, o que eu não poderia prever.

Caggiano, cardeal em Rosário, foi depois transferido para Buenos Aires pela morte do titular, que era o primaz da Argentina. Anos mais tarde, por ocasião da eleição a Papa, ele recebeu muitos votos no conclave. Monsenhor Montini, arcebispo de Milão, era muito admirado, mas tinha alguns inimigos influentes. Isso permitiu o impulso da candidatura de Caggiano, que era de origem italiana e parecia maleável aos interesses dos cardeais italianos da Cúria no Vaticano. Era alto, vistoso, bonitão, falava bem o italiano e a ideia de um papa sul-americano de origem italiana agradava em Roma. A disputa foi ferrenha, mas Montini acabou vencendo por pequena maioria e tornou-se o famoso Papa Paulo VI. Em 2013 tivemos a eleição do Papa argentino Francisco em circunstâncias similares e a sua visita ao Rio de Janeiro foi um imenso sucesso.

Sempre que encontrava Caggiano em Rosário conversamos muito e certa vez recorri a ele para resolver um problema religioso que nos aborrecia. Nossa casa em Rosário era na zona mais próspera da cidade e o pároco de nossa igreja conseguia o milagre de desagradar a quase todos os frequentadores. Seus sermões revelavam um homem ressentido, de ideias socialistas agressivas, que frequentemente irritavam e até ofendiam os paroquianos. Como eu tinha já alguma intimidade com Caggiano, contei-lhe o nosso problema e sugeri que ele enviasse alguém de sua confiança para ouvir as suas prédicas. Ele concordou e, poucas semanas depois, o nosso pároco desapareceu, transferido para outra cidade, e em seu lugar chegou-nos um espanhol muito culto e delicado que encantou a todos. Fiquei com um certo remorso e contei a

minha *démarche* a alguns dos meus vizinhos, que me asseguraram que eu havia feito muito bem, porque aquele sacerdote era mais apropriado para um bairro da periferia.

Já Lonardi era muito simpático, gostava de futebol, era *incha* do Rosario Central ao passo que eu torcia pelo Newell's Old Boys, os dois times de Rosário da primeira divisão do futebol argentino. Almoçamos a sós algumas vezes, fomos juntos a partidas de futebol e ele compareceu a reuniões sociais em minha casa. Conversava comigo com muita franqueza e era evidente que não aprovava os desmandos do governo Perón. Lembro que, ao despedir-me dele em 1954, ao deixar a cidade e regressando ao Brasil, Lonardi demonstrou bastante apreensão com o futuro do governo, havendo mesmo deixado transparecer que o exército argentino estava cada vez mais descontente com o presidente Perón.

Eva Perón havia falecido poucos meses antes e estávamos em uma fase tensa em que todas as noites, às 20h25, o país inteiro era obrigado a ficar de pé em silêncio por cinco minutos, em homenagem à memória de Evita. Certa vez estive detido em um elevador com várias pessoas e tivemos de ficar imóveis e em silêncio por cinco minutos, uma eternidade! Ninguém tinha coragem de protestar, pois havia perigo de delação.

Em setembro de 1955, quase um ano depois do meu regresso ao Rio de Janeiro, houve um levante militar na Argentina e foi deposto o presidente Perón. Quem foi o líder? O general Eduardo Lonardi! Caí das nuvens. Francamente fiquei surpreso ao ler nos jornais cariocas um discurso de Lonardi, no qual ele prometia que nenhum país do mundo gozaria de mais autêntica liberdade do que a Argentina. Recordo que na época eu estava encarregado do *desk* dos Estados Unidos, na Divisão Política do Itamaraty, e fui chamado pelo secretário-geral para dar minhas impressões pessoais sobre Lonardi.

Mas ele durou pouco, de 23 de setembro a 12 de novembro de 1955. Lonardi foi deposto pelos políticos liberais, que não queriam manter as conquistas sindicais implantadas pelo governo de Perón. O general asilou-se onde? Na embaixada do Brasil em Buenos Aires! Enviei-lhe uma carta amável, mas não obtive resposta. Tinha muita simpatia por ele, homem ainda jovem, moderado e sensato, mas confesso que jamais pensei que viria a chefiar uma revolução para derrubar o poderoso Perón.

Se os liberais e os militares tivessem aceitado algumas das conquistas sindicais peronistas, que eram razoáveis e Lonardi tentou manter, provavelmente ele teria ficado muito mais tempo no poder. Foi sucedido pelo general Aramburu. Pouco depois de sua deposição, foi nomeado Adido Militar em Washington, mas a 22 de março de 1956 veio a falecer. Tinha apenas 59 anos de idade.

CAPÍTULO 5

BRASIL-ÁFRICA

1. Minhas aventuras pela África: Senegal, Nigéria e Egito

Nunca estive em posto permanente na África, mas lá recebi duas missões de pequena duração e importância relativa, mas que foram bastante expressivas como experiência pessoal. Em 1964, era eu chefe da Divisão de Difusão Cultural do Itamaraty, tinha uma boa verba de promoção de nossa cultura no exterior e creio haver realizado proveitosa administração. Em meados daquele ano fui chamado pelo ministro de Estado, Vasco Leitão da Cunha, para uma conversa longa de preparação para o Festival de Artes Negras de Dacar, Senegal. Desejava ele que eu preparasse uma vistosa programação cultural para que o Brasil estivesse bem representado, e que expressasse bem o desenvolvimento da arte de inspiração negra em nosso país. Não havia restrições de verbas, já que eu dispunha em minha repartição de uma boa dotação para a participação em eventos coletivos. A programação apresentada constava, no setor da música popular, da participação de Ataulfo

Alves, que estava no auge com o seu famoso samba *Amélia, a mulher de verdade*, e nas artes plásticas escolhi um pintor *naïf* que atravessava uma fase muito expressiva, Heitor dos Prazeres. Elaborei uma plaquete em francês e outra em inglês sobre a arte e a literatura de influência negra no Brasil, que foi bem útil em Dacar, pois, como era natural, as delegações africanas presentes sabiam bem pouco sobre o que acontecia no Brasil. Proferi uma palestra em francês sobre a cultura de raiz africana no Brasil, que parece ter agradado e teve a presença do presidente Senghor, de personalidades locais e delegações africanas. Lá passei uns dez dias e foi uma experiência muito positiva que não esquecerei. O Senegal naquela época já era um país relativamente de bom nível, muito ligado à França e com uma razoável elite chefiada pelo seu presidente, bom poeta e membro da Academia Francesa de Letras.

Minha segunda missão em África foi penosa, mas ao final pude cumpri-la a contento. Estava de partida para uma reunião da FAO em Roma, em 1965, quando o embaixador Azeredo da Silveira, então chefe do Departamento de Administração e meu velho amigo, ex-colega na Itália, ele cônsul em Florença e eu em Nápoles, me chamou e pediu que antecipasse a minha viagem a Roma em uma semana e fosse a Lagos, Nigéria, onde havia um triste caso a esclarecer. Nosso embaixador na Nigéria havia falecido e o jovem secretário seu colaborador se metera em complicações financeiras e amorosas e acabara se suicidando. Outro secretário lá enviado para substituí-lo não estava informando a contento e urgia enviar alguém mais categorizado para fazer um inquérito em regra, pois os jornais locais insinuavam que ele havia sido assassinado. Assim fui a Lagos, uma cidade sinistra naquela época, em que os dejetos corriam à beira da calçada, defronte ao meu hotel de luxo. Meu vizinho no avião, residente local, me recomendou que, ao entregar o passaporte ao funcionário nigeriano do aeroporto, colocasse

dentro dele uma nota de 20 dólares, ou o passaporte correria o risco de extraviar-se. Confesso que cheguei a Lagos bastante apreensivo.

Entrevistei o colega que lá estava, a bonita namorada do falecido, o seu médico, a embaixatriz da Itália, que era brasileira e conhecia bem o diplomata morto, e fui descobrindo que o rapaz estava enamorado de uma bela aeromoça francesa, comprou um Mercedes-Benz com o dinheiro das verbas da embaixada, tinha outras dívidas, quando chegou-lhe a surpreendente notícia de que acabava de ser nomeado um novo embaixador para a Nigéria, que tomaria posse em poucas semanas. Ele entrou em pânico porque não tinha como repor o dinheiro que havia retirado, cerca de US\$ 20,000, naquele tempo uma quantia razoável. Coitado, acabou se jogando do último andar do prédio da chancelaria e morreu. Um desperdício, porque se ele vendesse o Mercedes quase novo e pedisse uma remoção para um posto longínquo, poderia repor facilmente a quantia de que se havia apropriado. Talvez a vergonha de confessar a realidade à moça e ao Itamaraty foi a razão do seu desespero e consequente suicídio. Tinha trinta e poucos anos apenas e, ao voltar ao Rio de Janeiro, ainda tive de consolar a sua mãe e contar-lhe os pormenores do caso. Antes de partir, redigi um longo telegrama ao Itamaraty e parti para Roma para participar da conferência da FAO.

A minha terceira viagem à África foi estritamente de turismo. Estive no Cairo, hospedado na nossa embaixada, pelo meu amigo e ex-chefe Arnaldo Vasconcelos. Minha mulher e eu fomos de avião para Luxor, onde visitamos os templos de Karnak e de Hat-shep-sut. Ao desembarcarmos do avião a temperatura era de 47° e à noite mal conseguimos dormir, apesar de ventiladores. Não fomos a Abu Simbel, passeamos de barco pelo Nilo e regressamos ao Cairo, onde fiz música com o nosso embaixador violinista. Essas foram as minhas experiências africanas, todas inesquecíveis, cada qual à sua maneira, mas sem maior significação.

2. Jânio Quadros e a incorporação de Angola ao Brasil

A 13 de março de 1961, bem antes de sua espetacular renúncia à Presidência da República, Jânio Quadros ordenou ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco que escolhesse um Cônsul para Angola com personalidade forte, iniciativa, cautela e audácia. Arinos designou o conselheiro Frederico Carnaúba, hoje falecido, a quem o presidente da República mandou chamar para uma longa conversa antes de sua partida para o posto. O diplomata regressou de Brasília bastante assustado e abriu-se com o chefe de gabinete de Arinos, o futuro chanceler Mário Gibson Barboza, demonstrando a maior preocupação com o futuro de sua carreira e temendo até pela sua vida. Jânio lhe teria dito que era tempo de o Brasil *incorporar Angola* de uma vez por todas ao Brasil, já que naquela época a colônia procurava independentizar-se de Portugal. Lembrou-lhe as estreitas ligações históricas do Brasil com Angola na época colonial, falou-lhe de André Vital de Negreiros, que foi governador de Angola, a reconquista por Salvador Correa de Sá e Benevides da região então ocupada pelos holandeses, apontou para as riquezas minerais da colônia portuguesa, o petróleo de Cabinda, etc. A ideia de Jânio era formar um estado associado do Brasil com Angola. Enfim, o presidente disse ao novo Cônsul que ele poderia entrar para a história se soubesse conduzir com êxito a sua importante missão em Angola. Adiantou-lhe que nos próximos meses chegariam a Luanda, para colaborarem com ele naquele objetivo, três adidos militares brasileiros do Exército, Marinha e Aeronáutica. Por fim, orientou-o como deveria proceder com os líderes políticos e entidades angolanas e recomendou-lhe o maior segredo e muito tato em suas primeiras gestões em Angola. Carnaúba tinha, portanto, sérios motivos para estar preocupadíssimo. No seu lugar, eu estaria apavorado. A sua sorte foi que o presidente da República poucos meses depois renunciou ao mandato e aquela estranhíssima iniciativa virou letra morta.

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) publicou nos Cadernos do CHDD (nº 8, ano V, 1º semestre de 2006, só divulgado em 2007) a coleção completa dos famosos bilhetinhos do presidente Jânio Quadros. Nessa útil publicação encontrei dois bilhetinhos alusivos à nomeação de um Cônsul para Luanda. O primeiro deles, datado de 11 de março de 1961, reza: “De Brasília. Ao Ministro das Relações Exteriores. Excelência: 1) Prover, urgentemente, um consulado do Brasil em Luanda, Angola. 2) Desejo falar com o Cônsul, que deve seguir sem perda de tempo. a) Jânio Quadros”. O segundo bilhetinho, um lembrete, datado de 28 de março de 1961, 17 dias depois, recorda: “Ao Senhor Ministro de Estado: o novo Cônsul em Luanda precisa ser escolhido, receber instruções e vir ao meu gabinete até quarta-feira pela manhã. a) Jânio Quadros”.

Já sabemos, portanto, que o Cônsul Carnaúba entrevistou-se com o presidente e deve ter recebido instruções concretas sobre como abordar os líderes angolanos com relação à possibilidade de uma união de Angola com o Brasil. Sabemos que o diplomata regressou ao Rio de Janeiro muito preocupado com sua missão, segundo me contou o próprio Gibson. É provável que o chanceler Afonso Arinos, que dificilmente aprovaria tão descabelada missão, tenha retardado a sua partida e lhe tenha ordenado aguardar no posto a confirmação daquelas instruções, temeroso da reação portuguesa.

Quando o embaixador do Brasil em Portugal, Negrão de Lima, visitou Luanda ainda em 1961, Carnaúba já estava no posto, conforme podemos ler no primeiro livro de memórias de Alberto da Costa e Silva⁵. Na realidade, ainda faltavam 14 anos para Angola alcançar a sua independência, episódio que causaria tanta celeuma em Brasília e quase provocou a queda do chanceler Azeredo da Silveira em 1975, como leremos mais adiante neste livro.

5 Cf. Alberto da Costa e Silva, *Espelho do Príncipe*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994.

3. O tormentoso reconhecimento da independência de Angola

A independência de Angola em 1975, os fatos anteriores e posteriores a ela, tiveram no Brasil uma dramática repercussão que abalou a cúpula governamental e quase redundou na queda do chanceler Azeredo da Silveira e talvez até mesmo do próprio presidente Ernesto Geisel. Até eu fui envolvido e acabei contribuindo para uma solução satisfatória do problema criado.

O governo independente de um novo país importante como Angola normalmente seria reconhecido, no máximo, em duas semanas pelos principais países do mundo, tal como tinha acontecido com outros estados africanos bem menos significativos. O Brasil ficou *sozinho* como o único país *não socialista* a reconhecer Angola *imediatamente* logo após a declaração de independência e essa situação incômoda durou mais de *três meses*: de 11 de novembro de 1975 a 17 de fevereiro de 1976, quando ocorreu o reconhecimento francês. Nenhum país do continente americano, exceto Cuba, reconheceu Angola nos primeiros meses após a independência.

Angola só ingressou na ONU em *outubro* de 1976, isto é, *quase um ano depois* de sua independência. O normal seria que Angola tivesse sido admitida na ONU *imediatamente*, uma vez que em 11 de novembro de 1975 a Assembleia Geral estava reunida no seu período habitual de sessões e só encerrou os trabalhos em 20 de dezembro de 1975. Portanto, houve um vazio de mais de um mês após a independência de Angola e... nada aconteceu na Assembleia da ONU. Essa estranha omissão da ONU (quase quarenta dias) só pode ter sido consequência da inesperada presença de tropas cubanas no território de Angola.

Em 1974, o embaixador Helio Scarabôto fora enviado a Luanda expressamente para elevar o consulado do Brasil ao nível

de representação política, que na data da independência seria transformada em embaixada. Poucas semanas depois, chegou a Luanda o diplomata Ovídio Melo⁶, ex-cônsul-geral em Londres. Os telegramas políticos de Luanda ao Itamaraty, enviados pelo citado diplomata, demonstravam simpatia pelas realizações do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que nessa altura já estava sendo abertamente apoiado pela União Soviética e pela Alemanha Oriental.

Ora, Angola interessava muito mais ao Brasil do que Moçambique, por ser um país atlântico, frontal ao nosso território, rico em petróleo e diamantes, eventual fornecedor estratégico do Brasil. No século XVII Angola era o maior fornecedor de escravos para Pernambuco. Um brasileiro, André Vital de Negreiros, havia sido governador de Angola. Tudo levava, portanto, ao rápido reconhecimento da independência angolana pelo governo Geisel. O desencanto surgiu dias depois, quando os jornais anunciaram subitamente a presença de milhares de tropas cubanas no país. Nos corredores do Itamaraty houve discretos debates: estaria o embaixador desinformado em relação à chegada dos cubanos? É claro que o presidente Geisel, se tivesse sabido que os cubanos estavam em Angola, dificilmente teria aprovado que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer o Governo angolano independente, com tropas cubanas em seu território. Normalmente, teria feito consultas e esperaria o consenso dos demais países americanos. Exatamente como o presidente Collor procedeu anos depois em relação ao reconhecimento dos novos governos dos três países bálticos, ex-províncias soviéticas.

Pelas diversas conversas que tive com o chanceler Silveira e outros colegas do gabinete do ministro, pude deduzir que Ovídio

6 Cf. Ovídio de Andrade Melo, *Memórias de um Removedor de Mofo no Itamaraty (Relatos de Política Externa de 1948 à atualidade)*, Funag, Brasília, 2009.

Melo, por seus telegramas anteriores, parecia bem entrosado com os comissários angolanos. Mas o segredo era total em Angola e o governo brasileiro foi surpreendido. Como em momentos de crise a corda estoura sempre no lado mais fraco, neste caso, o embaixador, Silveira preferiu afastá-lo discretamente de Luanda e ofereceu-lhe uma embaixada tranquila e distante, de onde não se ouviria falar mais dele por muito tempo.

Na época eu era o secretário de Assuntos Legislativos e uma das minhas funções era coordenar a sabatina de novos embaixadores pela comissão de Relações Exteriores do Senado. A pedido do chanceler, expliquei os pormenores da questão ao senador Daniel Krieger, presidente da Comissão, e sublinhei nossa preocupação em evitar que Ovídio Melo fosse realmente sabatinado, pois o Itamaraty poderia ficar em dificuldades perante a linha-dura do exército. Lembro que estávamos em pleno período do AI-5. A realidade era que, sempre que havia um tema “quente” nas sessões secretas da Comissão, informações confidenciais acabavam filtrando para jornalistas amigos dos senadores e quase sempre chegavam aos jornais no dia seguinte. Ora, eventual sabatina de Ovídio começaria pela Tailândia e certamente terminaria em Angola, com prováveis danos para a imagem do governo Geisel, para Azeredo da Silveira e até para o próprio diplomata. Era indispensável protegê-lo e evitar a sabatina. Sugeri a Silveira que ordenasse a Ovídio regressar ao seu posto anterior, o Consulado-Geral em Londres, e lá aguardasse sua designação, não conversasse com jornalistas, nem comentasse o assunto com ninguém. Isso me daria tempo para conseguir sua aprovação discreta no Senado para a embaixada na Tailândia, sem a realização de uma verdadeira sabatina, provavelmente arriscada.

Tivemos de esperar algumas semanas até que fossem submetidas ao Senado mensagens de um embaixador para posto importante. A melhor oportunidade só aconteceu quando

chegou a mensagem do embaixador João Batista Pinheiro para a embaixada em Washington. Sugeri ao senador Krieger que era o momento de colher as assinaturas dos demais membros da Comissão para aprovar o nome de Ovídio. Utilizaríamos o argumento de que, como eles tinham de ouvir o novo embaixador em Washington e os debates seriam longos, talvez não houvesse tempo para entrevistar com calma o cônsul-geral em Londres, que seria comissionado embaixador em Bangcoc. Krieger concordou e, tal como eu esperava, consultei um a um a todos os senadores membros da Comissão, que não demonstraram maior interesse em ouvir o novo embaixador na Tailândia. A tática funcionou bem, sendo ele aprovado sem discussão por ampla maioria na Comissão de Relações Exteriores do Senado e também no plenário, o que ocorreu discretamente e sem debates.

Esclareço, entretanto, que esse procedimento no Senado – no meu tempo pelo menos – não era um fato novo, isolado ou inusitado – isso ocorria com bastante frequência, em se tratando de embaixadores designados para países de menor importância para o Brasil, ou quando os indicados se encontravam no exterior em países distantes. Isso evitava gastos de passagens e diárias para trazer o candidato a Brasília e regressar depois ao seu posto. Aliviado com a notícia da aprovação em plenário da designação de Ovídio para a Tailândia sem qualquer debate, Silveira exultou e abraçou-me efusivamente. Falava-se abertamente que o general Frota, Ministro do Exército, pedia cabeças para cortar, tão indignado estava ele com o reconhecimento apressado de um governo comunista, apoiado por tropas cubanas, em condições tão insólitas⁷.

Trinta anos depois do rápido reconhecimento do Brasil do governo do MPLA em Angola, almoçando com o ex-chanceler

7 Publicado de forma ligeiramente diferente na página “Opinião” do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1991, e revisto em fevereiro de 2013.

Saraiva Guerreiro, que na época era o secretário-geral de Azeredo da Silveira, perguntei-lhe sua opinião. Ele me ponderou o seguinte:

A crise política foi séria. Geisel quase foi derrubado pelo Frola. Sorte que ele conseguiu se antecipar ao golpe e prendeu os revoltosos no aeroporto. No entanto, olhando agora de longe para o fato, trinta anos depois, é inegável que o Brasil foi realista e independente, já que com o tempo o governo comunista angolano acabou sendo reconhecido por todos, inclusive pelos EUA.

Acrescentou Guerreiro que, em conversa na época com o chanceler Genscher, ministro do exterior da Alemanha Federal, este sublinhou que o papel da União Soviética na África fora importante no período da guerrilha anterior à independência, mas depois dela aqueles países africanos necessitavam sobretudo do auxílio do Ocidente com investimentos, tecnologia e assistência técnica. Genscher, na época, teria elogiado, em conversa com Guerreiro, a política brasileira em relação às ex-colônias portuguesas na África.

Em 2004, foi publicado o excelente livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Encurralada*⁸, que contém interessante capítulo sobre os acontecimentos em Angola e o tortuoso reconhecimento brasileiro do MPLA. Escreveu Gaspari:

Geisel aceitara o argumento do Itamaraty (leia-se de Silveira e Zappa) de que, havendo um cônsul-geral em Luanda, não reconhecer a nova república seria um ato de hostilidade. Tratava-se, na essência, de capitalizar, ou não, a política que se concebera para a África. Se o cônsul tivesse partido uma semana antes da proclamação da república popular, o Brasil teria se comportado como as demais nações ocidentais. Ficando em Luanda, assumia uma

8 Cf. Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

posição de independência, sobretudo em relação aos EUA. Sair, depois de ter ficado, seria acovardar-se ou, na melhor das hipóteses, admitir um erro⁹.

O fator que complicou tudo e gerou a crise em Brasília, sobretudo com relação ao general Frota, ministro do Exército, foi a inesperada chegada das tropas cubanas. Aos interessados, recomendo a leitura desse capítulo do citado livro de Elio Gaspari, que inclusive contém trechos de um interessante depoimento do embaixador Ovídio de Andrade Melo.

* * *

Na revista *Pensar Brasil*, edição de novembro/dezembro de 2004, o citado diplomata concedeu interessante entrevista sobre a sua permanência em Angola. Relatou ele: “Eu estava lá na praça com Agostinho Neto, com os guerrilheiros do MPLA, quando a independência de Angola foi proclamada!”. Ovídio recebera instruções do chanceler Silveira para visitar os chefes das três facções angolanas em disputa pela independência do país e oferecer ajuda brasileira.

Fomos falar com Holden Roberto no Zaire, o antigo Congo belga. A conversa foi engraçada, pois só ele falou. Como tinha nascido no norte (de Angola) sua língua era o francês, mas aprendeu bem o português. Segundo ele, Savimbi estava com medo de negociar com Agostinho Neto. Fui encontrar Savimbi em Silva Porto, sua cidade natal, onde suas tropas estavam acampadas. Ao contrário de Holden Roberto, ele não falou nada, só tomou nota de tudo o que eu dizia e no fim disse que iria examinar o assunto. Foi o Agostinho quem me deu mais trabalho. Quando fui a

9 Idem, p. 149.

Dar-es-Salam, ele estava viajando. Fiquei um mês em Nairóbi, Quênia, à espera do encontro. Quando me avisaram que ele viria, só tinha meia hora para conversar. [...] Soube que o voo dele para Nairóbi ia sair de Dar-es-Salam e fui antes para lá, fiquei no aeroporto sem visto de permanência, mas deu certo. Consegui embarcar com ele e viemos conversando toda a viagem. Era um estadista e conhecia bem o Brasil. O futuro presidente de Angola disse-me: “Temos de buscar tecnologia no Brasil, que resolveu muitos dos problemas dos países tropicais”.

* * *

Felizmente todo esse *imbróglío* acabou terminando bem e Angola hoje é um país em notável progresso e empresas brasileiras lá estão participando da nova prosperidade. Um colega do Conselho Técnico da Confederação do Comércio, o economista Roberto Fendt, acaba de regressar após larga temporada em Luanda assessorando diretamente o presidente do país. Curiosamente, iniciou-se após a atual crise europeia, um movimento inverso de técnicos qualificados portugueses que emigram para Angola e lá estão prestando bons serviços e sendo bem remunerados.

CAPÍTULO 6

DE VOLTA À BASE NO ITAMARATY

Os diplomatas, depois de cinco ou seis anos no exterior, devem voltar à base para fazer um estágio de reciclagem na pátria. É útil para a carreira do diplomata saber colocar-se em divisão importante ao regressar. Isso pode ter consequências positivas no futuro do diplomata, que em geral tenta se posicionar com vistas a uma possível promoção. Eu tinha um bom pistolão: Oscar Pires do Rio, cônsul-geral em Buenos Aires, com quem fizera boa amizade na Argentina e ele se dispôs a ajudar-me, pois foi chefiar o gabinete do ministro de Estado. Ao chegar ao Rio de Janeiro ele me ofereceu um posto na cobiçada Divisão Política do Itamaraty e é claro que aceitei jubiloso, mas me surpreendi com as minhas novas atribuições: eu seria o responsável pelos assuntos bilaterais com os Estados Unidos da América. Ao mesmo tempo chegava da Europa meu colega de turma Alarico Silveira, que também foi para Divisão Política e ficou encarregado da Argentina. Como entender os meandros do Itamaraty? Só que na hora em que Perón foi derrubado e o general Lonardi assumiu a chefia do governo

argentino, quem foi chamado para conversar com o ministro de Estado e o secretário-geral fui eu. Relato a seguir fatos curiosos que ocorreram comigo quando ocupei o *desk* americano.

1. A Boina

Em meados de 1954 havia eu regressado da Argentina e era o *desk officer* dos Estados Unidos da América na Divisão Política do Itamaraty. Falava bem o inglês e consegui logo boas relações com vários diplomatas da embaixada americana com os quais tratava diversos assuntos de interesse bilateral. Certo dia houve uma grave manifestação diante da embaixada americana no Rio de Janeiro, por motivos que não recorro mais, e os populares entraram no prédio e depredaram diversas salas. O governo brasileiro pediu desculpas oficialmente, mas alguns dias depois o conselheiro político da embaixada veio trazer-me em mãos uma nota de protesto contra os distúrbios ocorridos, encaminhando uma lista de objetos danificados, com seu valor expresso em dólares e solicitando reembolso. Irritaram-me os termos quase desaforados da nota e os valores pretendidos, que eram insignificantes. Naquela lista figurava a boina de uma datilógrafa da embaixada, estimada para reembolso em US\$ 5,00, ou seja, R\$ 12,00!

A nota era inaceitável, primeiro porque o governo brasileiro já havia pedido desculpas formalmente e os termos daquela nota eram quase insultuosos. O diplomata assustou-se com a minha reação e me confessou que o seu embaixador estava furioso com os distúrbios ocorridos e, como ele era um político e não um funcionário de carreira, ditara a nota naqueles termos infelizes. Pedi-lhe um momento e fui levar a nota ao meu chefe imediato, ministro Jayme Chermont, a quem sugeri que simplesmente devolvêssemos a nota malcriada, o que criaria talvez um “caso” diplomático. Chermont tentou falar pelo telefone com o secretário-geral, mas ele estava ausente. Instruiu-me então a dizer ao diplomata americano que

não daríamos entrada oficialmente àquela nota e oferecíamos um prazo de 24 horas para que o embaixador reconsiderasse o assunto e a retirasse discretamente. Caso contrário, daríamos publicidade à nota, e eu mesmo ameacei enviar cópia diretamente ao meu amigo Samuel Wainer, diretor da *Última Hora*, inimigo mortal dos norte-americanos. O conselheiro da embaixada norte-americana voltou no dia seguinte e pediu para retirar a nota. Nada saiu nos jornais. O diplomata contou-me depois que houve forte ranger de dentes na embaixada...

2. Os meandros da vitória da “Redentora”

Período interessante foi o do início da revolução de 1963 e relato pormenores do que ocorreu dez anos depois que deixei o *desk* dos EUA. Nessa época, estava de novo trabalhando na Secretaria de Estado e tinha bons contatos com a embaixada norte-americana, especialmente com o adido de imprensa Jack Wyant. A situação política no país estava muito tensa porque havia muita agitação sindical, que o presidente João Goulart procurava conciliar sem muito sucesso. O chamado discurso do Automóvel Clube assustou a opinião pública porque deu a entender que o presidente da República estava favorecendo um golpe esquerdista.

Anos antes eu havia adquirido um apartamento espaçoso na Avenida Rui Barbosa, que ainda estava pagando, e meu amigo Enio Silveira, conhecido editor esquerdista, me preveniu que deveria aceitar a ideia de algum dia abrigar em minha residência uma família carente para conviver permanentemente conosco. Diante disso pensamos em vender o apartamento e comprar outro menor. Depois do citado discurso de João Goulart, em meados de março, resolvi convidar a almoçar meu amigo adido de imprensa norte-americano para sondá-lo sobre a real situação do país, antes de tentar vender meu apartamento. Para minha relativa surpresa, ele me tranquilizou dizendo que “tudo estava equacionado”, *all*

settled. Esclareceu que não podia me dizer mais e eu não insisti. No dia 31 do mesmo mês estourou a revolução dita “Redentora”.

Anos depois visitei o então embaixador norte-americano Lincoln Gordon em Baltimore, que eu conhecia bem. Ele presidia a importante Universidade Johns Hopkins e conversamos muito sobre a crise de 1963. Confessou-me que esteve em permanente contato com os generais que dariam o golpe militar e ainda adicionou que uma esquadra norte-americana estava a pequena distância do Rio de Janeiro, caso fosse necessário intervir em apoio da revolta militar. Gordon considerava indispensável conter o *putsch* de inspiração soviética para implantar o comunismo no Brasil. Muitos anos depois, em 1988, o general Vernon Walters, em palestra no Clube Naval, confirmou-nos a presença da esquadra americana em águas brasileiras naquela oportunidade.

3. O porta-voz do chanceler. Como desembaraçar um carro vermelho na alfândega

Em 1955 fui nomeado chefe do Serviço de Informações do Itamaraty, em substituição ao meu colega de turma Geraldo Silos. O cargo era delicado e devia estar preparado a engolir alguns sapos, pois tratar diariamente com os jornalistas acreditados junto ao Ministério não era coisa fácil. Tudo correu bem até que apareceu o novo representante do *New York Times* no Brasil, Tad Szulz. Ele tinha um grave problema a resolver e urgia ajudá-lo a solucionar, ou ele talvez começaria a atacar gratuitamente o nosso governo por despeito. Tad havia importado um carro conversível de cor vermelha com capota preta, mas os carros vermelhos no Brasil eram privilégio do Corpo de Bombeiros. Ele não conseguia desembaraçá-lo e veio pedir meu auxílio. Tentei e não consegui nada. Apelei para meu colega José Sette Câmara, subchefe da Casa Civil do presidente Kubitschek, que me chamou ao palácio. Ele mesmo telefonou ao coronel chefe dos bombeiros e tampouco conseguiu dobrá-lo. Era a lei e acabou. Sette foi conversar com Juscelino e veio chamar-me

para explicar melhor o caso ao presidente da República. Juscelino mandou fazer a ligação com o bombeiro, que – pasmem – nem sabia o que significava o *New York Times*. Resistiu o que pôde, alegou que era a lei e tinha de cumpri-la, até que Juscelino se irritou, deu um murro na mesa e ordenou-lhe aos berros, como presidente da República, que liberasse o carro, sob a justificativa de que o carro não era todo vermelho e tinha uma capota preta. Lembro-me bem que ele, ao desligar o telefone, exclamou: “Que país é este que para liberar um carro da alfândega é preciso ordem direta e pessoal do presidente da República!”. A realidade é que em breve o Brasil ficaria cheio de autos vermelhos, com ou sem capota branca ou preta. Eu mesmo tive um belo Mercury amarelo com capota preta, anos depois.

4. A posse do presidente Juscelino Kubitschek

Um momento interessante ocorreu na véspera da posse. Como porta-voz do Itamaraty, fui buscar em casa de Álvaro Lins o discurso que o presidente iria pronunciar no dia seguinte para mandar traduzi-lo e oportunamente distribuir aos jornalistas estrangeiros. Lemos juntos o discurso e havia um parágrafo que não agradava a Álvaro Lins, o próprio autor do texto. Concordei com ele que seria melhor mudar e ele ficou de trabalhar no texto naquela noite e telefonaria a Juscelino comunicando a alteração que desejava fazer. Mandeí traduzir o texto, exceto aquele parágrafo e, no dia seguinte, de manhã cedo, fui vê-lo novamente. Já estava na hora de ir buscar o presidente e descemos até a porta do edifício quando Álvaro exclamou: “Th, esqueci meu relógio”. Como o tempo era escasso, ofereci-lhe o meu velho Omega e curiosamente meu relógio desfilou pelas ruas da cidade de carro aberto com o presidente Kubitschek e no braço de Álvaro Lins, que mandou devolvê-lo no dia seguinte.

5. UDN versus JK

Quando atuei como chefe do Serviço de Informações, a guerra entre o partido político União Democrática Nacional (UDN) e JK continuava feroz. Eles haviam tudo feito para impedir a posse e depois atrapalharam o que puderam. Quando aconteceu a guerrilha de Jacareacanga, o Itamaraty julgou necessário fazer um telegrama circular a todas repartições no exterior para sublinhar a sua pequena importância. O secretário-geral pediu-me para redigir essa circular, aprovou o meu texto e me recomendou que passasse pelo gabinete do chefe da Divisão Política para colher a rubrica de seu chefe, o ministro Jayme Chermont. Levei pessoalmente a circular e ele não estava no momento. Um seu auxiliar diplomático disse-me que deixasse a circular com ele, que a encaminharia à Divisão de Comunicações depois de rubricada para expedir. Confiei no colega e uma hora depois o chefe de Comunicações me telefonou estranhando o texto da circular. O secretário havia alterado tudo e dizia que o governo estava preocupado e que a revolta era séria, isto é, o inverso do que se pretendia. Lá fui apanhar a circular e levei-a novamente ao secretário-geral, que ficou indignado e prometeu tomar providências. Fiz as correções e a circular saiu como devia. O secretário que fizera as alterações indevidas era filho de um famoso líder da UDN. Depois, ele fez uma bonita carreira diplomática, chegou a embaixador e teve postos melhores do que eu.

CAPÍTULO 7

BRASIL-EUROPA

Minha experiência como chefe do Serviço de Informações, ou porta-voz do chanceler, foi muito interessante, mas ainda era cedo para eu pleitear uma promoção a primeiro-secretário. Convinha-me passar dois ou três anos em lugar tranquilo e gostoso e aguardar melhor oportunidade: pleiteei o Consulado em Nápoles, o que consegui graças à boa vontade do próprio Juscelino, que me conhecia bem, pois trabalhara em sua campanha presidencial e, certa vez, viajei com ele a Diamantina.

Em Nápoles, como cônsul do Brasil, estimulei os estudos brasileiros na universidade local e cheguei a cantar no Teatro San Carlo, para irritação do nosso embaixador em Roma, Alencastro Guimarães, que me repreendeu por não havê-lo consultado previamente. Exclamou ele: “Imaginem se você fosse vaiado no teatro! Era o Brasil que estaria sendo vaiado!”. Incrível! Eu era amigo do diretor da ópera de Nápoles, *signor* Mammalella, que me ouvira cantar em casa e me convidou para fazer o papel de Alvise

Badoero na ópera *Gioconda*. Sai-me corretamente e os jornais locais elogiaram o cônsul brasileiro que cantara bastante bem...

Gostei da permanência em Nápoles, que tem uma das paisagens mais bonitas do mundo, a rivalizar com a do Rio de Janeiro. No entanto, a vida era muito cara, nosso salário era modesto e eu tinha dificuldade em chegar ao fim do mês, sobretudo quando apareciam figurões políticos a quem éramos obrigados a homenagear e convidar em bons restaurantes. Azeredo da Silveira, cônsul em Florença, tinha os mesmos problemas que eu e quando foi nomeado chefe da Divisão do Pessoal ofereceu-me ir trabalhar na embaixada em Washington, o que aceitei logo, pois me sentia marginalizado em Nápoles. Aí então a minha carreira diplomática começou realmente a progredir.

A seguir incluo algumas pequenas vinhetas relativas a personalidades da Europa, que ainda me parecem expressivas e podem interessar aos leitores.

1. O general Charles De Gaulle no Rio de Janeiro

No governo João Goulart em 1962 ocorreu a lamentável “Guerra da Lagosta”, que perturbou bastante as boas relações bilaterais com a França. Nessa época divulgou-se que o presidente francês teria até dito que o Brasil “não é um país sério”. A solução comercial para a pesca da lagosta na costa nordestina foi satisfatória e Jango nomeou o diplomata Vasco Leitão da Cunha embaixador em Paris, aproveitando a circunstância de que ele era amigo pessoal do general, desde a época em que ele chefiara as forças armadas francesas na Argélia. Todo pedido de *agrément* é secreto, mas este vazou pelos jornais e criou grave impasse. De Gaulle irritou-se com a *gaffe* diplomática brasileira e achou que ainda era cedo para reatar relações normais, recusando o *agrément* ao ilustre diplomata.

Em 1964 ocorreu a revolução “redentora” e De Gaulle passou a entender-se melhor com os militares brasileiros do que com João Goulart. Dois anos depois o presidente francês fez uma viagem à América do Sul e veio ao Rio de Janeiro a bordo de um cruzador francês. Aqui ofereceu no navio uma recepção às autoridades brasileiras e à comunidade francesa, à qual também fui convidado devido ao cargo que desempenhava no Itamaraty, como chefe da Divisão da Europa Ocidental. Ao encontrar-me perante o general para saudá-lo na fila de cumprimentos, surpreendi-me com sua atitude. Olhou-me fixamente, de alto a baixo, e disse: “Que vous êtes grand!”. Aludia ao fato de que éramos quase da mesma altura (ele era ligeiramente mais alto) e isso pareceu surpreendê-lo, após haver conhecido vários brasileiros menos altos. Trocamos algumas palavras amáveis e aqueles instantes ficaram gravados na minha memória. Guardo o convite da recepção no cruzador até hoje como recordação.

Para os jovens leitores, recordo que o general De Gaulle teve um papel extraordinário no reerguimento da França após a Guerra Mundial. Na realidade, a França derrotada, ocupada e exangue não tinha direito a um tratamento especial por parte dos norte-americanos, ingleses e russos, vencedores da guerra. Só o prestígio da França e a insistência do general De Gaulle é que levaram Roosevelt e Churchill a convencer Stalin a tratar a França em pé de igualdade nas negociações do pós-guerra e conceder-lhe uma parte da Alemanha vencida para administrar. Mais tarde, como presidente da França, ele atuou com firmeza e habilidade na finalização da guerra civil na Argélia e na concessão da independência às colônias francesas na África. Como ele era muito vaidoso, os franceses faziam piada contando que “Deus um dia sonhou que era o general De Gaulle [...]”.

2. O Papa Paulo VI e a conferência de embaixadores brasileiros em Roma

Em 1966, realizou-se em Roma a grande Conferência dos Embaixadores Brasileiros na Europa Ocidental, no belíssimo Palácio Dória Pamphili, para a qual foram convidados todos os chefes de Missão na região. Na época era tradição do Itamaraty reunir periodicamente os embaixadores, por região, não só para obter melhores informações sobre os respectivos países, como também para ensinar a troca de ideias entre os diplomatas. Isso os estimulava a se preparar melhor para não fazer feio perante o chanceler e seus colegas. No entanto, como a maioria dos chefes de Missão na Europa era composta de velhos diplomatas já à beira da aposentadoria, isso de certo modo os preocupava, pois saíam de sua rotina acomodada e podia até expô-los a eventuais vexames desagradáveis. Foi o que aconteceu. A conferência teve cuidadosa preparação minha, como chefe da Divisão da Europa Ocidental, sob a direção do competente secretário-geral adjunto para os temas da Europa e África, o embaixador Donatello Grieco, pessoa de minha admiração e reverência até pouco e recentemente falecido.

Cada chefe de Missão deveria fazer uma exposição de cerca de 40 minutos sobre os problemas políticos, econômicos, culturais e comerciais do posto e depois responder a perguntas de seus colegas. Omito aqueles que não se saíram bem – e não foram poucos –, mas declaro que cedo Grieco e eu nos demos conta de que era preciso “estimular” os participantes, pois os debates começaram murchos. Com a aprovação de Grieco, que presidiu a conferência após a partida do chanceler Juracy Magalhães, sugeri perguntas aos mais jovens embaixadores, como Araújo Castro (Grécia) e Mário Gibson Barboza (Áustria) para animar os debates. Deu certo e tivemos depois várias sessões brilhantes. No entanto, o mais modesto dos chefes de Missão, o embaixador comissionado na Finlândia,

Vicente Paulo Gatti, foi uma surpresa. Preparadíssimo, figurou entre os melhores debatedores da conferência. No entanto, com ele aconteceu um episódio curioso que passo a relatar.

O embaixador Henrique de Souza Gomes, nosso representante no Vaticano, ao terminar o conclave, obteve para todos nós uma audiência especial com o Papa Paulo VI. Sua Santidade ofereceu-nos uma pequena preleção e passou depois a conversar diretamente conosco. Gatti inesperadamente fez-lhe uma pergunta indiscreta: indagou se era verdadeiro o boato de que Dom Helder Câmara já havia sido promovido a cardeal *in petto*, isto é, secreto, pois o Vaticano não desejava ofender o regime militar brasileiro com a notícia. Paulo VI sorriu e respondeu: “*Dom Helder ha scelto la strada sbagliata per diventare cardinale*”¹⁰. Confidência grave essa. Houve um gelo no salão e todos nos entreolhamos em silenciosa censura ao pobre Gatti. A resposta foi magistral e indicadora de que o Vaticano não aprovava a tática contestatória de Dom Helder, que nunca passou de arcebispo de Olinda, apesar da grande notoriedade que alcançara no país.

Souza Gomes, o embaixador no Vaticano, tratou de mudar de assunto com habilidade e rapidez, mas depois todos comentaram vivamente a resposta do Papa. Dom Helder havia assumido uma atitude de beligerância aberta contra o governo militar brasileiro, em justo protesto contra alguns excessos cometidos no Nordeste por chefes militares após a Revolução de 1964. Tal atitude rendeu-lhe fama internacional e entidades religiosas europeias pressionaram a organização Nobel para oferecer-lhe o prêmio Nobel da Paz de 1969. A esse respeito, sugiro a leitura da página 81, com comentários pormenorizados sobre outro episódio interessante relativo a D. Helder.

10 Tradução: “D. Helder escolheu a estrada equivocada para se tornar cardeal”.

3. Nicolae Ceausescu no Brasil

Surpreendi-me quando o chanceler Azeredo da Silveira chamou-me e pediu-me que acompanhasse o presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, durante a sua visita oficial ao Brasil, em 1975. Lembro que é hábito colocar sempre um embaixador à disposição de um chefe de Estado em visita oficial ao país. O diplomata deve esforçar-se por atender aos desejos do visitante, facilitar sua viagem e depois fazer um relatório sucinto sobre o que observou do comportamento do político estrangeiro. No ano anterior eu havia acompanhado o presidente Pinochet na posse do general Geisel e, mais tarde, o presidente Ströessner, do Paraguai, em visita a São Paulo. Meus relatórios teriam agradado ao meu amigo Silveira, meu ex-colega na Itália. A escolha do meu nome baseou-se no fato de que eu servira na Iugoslávia e conhecia os hábitos e exigências dos líderes comunistas dos Balcãs.

Por acaso eu já me dava bem com o embaixador da Romênia em Brasília, o que facilitou bastante as comunicações e dele soube confidências interessantes. Lembro que existe no Brasil uma comunidade romena bastante numerosa, sobretudo em São Paulo, e obviamente a maioria não gostava nada de Ceausescu, que tinha fama de ser um tirano cruel. Isso fazia a embaixada e o ministério do exterior romeno temerem algum possível atentado. As exigências foram muitas e o embaixador me pediu para ajudá-lo com os hotéis onde o presidente iria se hospedar em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. A nosso pedido, a polícia fez uma varredura rigorosa na suíte presidencial do Hotel Nacional, de Brasília, e nada encontraram, mas a embaixada exigiu também que, uma hora antes da chegada da comitiva, outra varredura fosse feita, e na suíte presidencial ficasse de guarda um funcionário da embaixada armado. Confesso que achei tudo isso um pouco exagerado, mas em termos de líderes comunistas era aceitável. Recordo que, por

ocasião da posse do presidente Geisel, foi necessário improvisar cortinas para o elevador externo do Hotel Eron, onde se hospedou o general Pinochet, pois a embaixada chilena temia um atentado.

Compareci ao aeroporto com minha mulher para recepcionar Ceausescu e esposa, e eles mal trocaram duas palavras conosco. Recordo-me que o próprio embaixador romeno me prevenira que o casal não era lá muito simpático, mas afinal ali estávamos para cumprir uma obrigação de acompanhá-los e ser-lhes útil de alguma maneira durante a visita oficial e, portanto, também merecíamos um mínimo de consideração. As visitas ao presidente Geisel e ao Congresso Nacional foram rápidas e formais, mas as coisas se complicaram antes da partida para São Paulo. Não falo romeno, mas quem fala bem francês e italiano pode compreender razoavelmente o romeno, língua latina. Presenciei terrível descompostura que Ceausescu deu no seu embaixador por haver reservado em São Paulo o Hotel Hilton. Gritava ele: “Como um líder socialista vai se hospedar no Hotel Hilton, um dos símbolos do capitalismo? A imprensa vai se divertir e fazer ironias!”, reclamava ele. E exigiu a mudança de hotel, o que era complicado. Aí tive de intervir dizendo-lhe que o Hilton era o melhor hotel na época em São Paulo e todo o esquema de segurança estava montado para recebê-lo naquele hotel e nas ruas vizinhas, sendo muito difícil alterar todo o planejamento. Teríamos de adiar a viagem para o dia seguinte e seria mudada toda a programação da visita. Afirmei-lhe com firmeza que se ele quisesse mudar de hotel e de roteiro, o governo brasileiro não poderia garantir a sua segurança. Esse argumento falou alto e ele se aquietou, despejando mais alguns impropérios no pobre embaixador.

Na capital paulista o programa prosseguiu satisfatoriamente, mas estava prevista uma visita à grande refinaria de Cubatão, perto de Santos, onde ele desejava misturar-se com os operários e ser filmado com eles usando capacete. Fizeram a gravação de

um programa a ser transmitido pela televisão romena. A polícia paulista bloqueou a autoestrada São Paulo-Santos para a passagem da comitiva. Tudo transcorreu bem e estava previsto um almoço no local, mas por motivos que desconheço, o presidente romeno decidiu regressar imediatamente a São Paulo e aí tive de intervir novamente. Disse-lhe que estava previsto o bloqueio da estrada para o regresso de sua comitiva somente às 15 horas. Se ele desejava regressar antes a São Paulo, o seu automóvel teria de misturar-se ao tráfego normal e obviamente não podíamos dar-lhe garantia de segurança. Ceausescu resmungou um pouco, mas acabou concordando. Nessa altura já estávamos falando quase cordialmente em francês e o resto da viagem ocorreu bem.

O encontro com a comunidade romena foi pífio, pois poucos de seus conterrâneos apareceram no hotel. Depois de sua partida o pobre embaixador romeno estava temeroso pelas consequências da visita, mas tranquilizei-o dizendo que eu havia elogiado o seu trabalho junto ao presidente, que pareceu aceitar bem as explicações que eu lhe dava. O embaixador ainda ficou em Brasília mais de um ano e, meses depois, recebi uma bela condecoração em cerimônia formal na embaixada romena em Brasília.

Lembro que Ceausescu ocupou a presidência da Romênia de 1974 a 1989, quinze anos, portanto. Deposto durante uma revolta popular, ele e sua mulher Elena (ex-ministra da Educação) foram julgados sumariamente e fuzilados. Era um sujeito mal-encarado e antipático, que coincidia com sua imagem de feroz ditador. A esposa Elena seria pior ainda do que ele, segundo me confidenciou o próprio embaixador romeno, e quem teve de aturar as suas indelicadezas foi a minha mulher. As experiências de acompanhamento a Pinochet e Strössner certamente foram muitíssimo mais agradáveis e cordiais.

4. O candidato François Mitterrand em Israel

Em 1981, o embaixador francês em Israel, Marc Bonnefous, depois secretário-geral do Quai d'Orsay, teve a gentileza de convidar-me para um almoço íntimo na residência da embaixada francesa em homenagem a François Mitterrand, que viera assistir ao enterro de Golda Meir. Sabedor de que falo seu idioma muito bem, o embaixador colocou-me ao lado de Mitterrand e aproveitei para conversarmos longamente. O futuro presidente da França confidenciou-me que são tantos e tão influentes os judeus franceses (cerca de 800.000) que todo candidato à presidência de seu país deve visitar Israel para tentar captar os votos da comunidade judaica francesa. Mitterrand deixou-me excelente impressão pela vivacidade de seu raciocínio e inteligência brilhante. Pena que, ao final de sua presidência da França, ele tenha afirmado em público que a soberania brasileira sobre a Amazônia é apenas simbólica, pois a região pertence ao mundo...

5. O *premier* Emilio Colombo e os problemas do Decanato em Israel

Colombo foi um fugaz primeiro-ministro da Itália que aportou em Tel Aviv em 1982, quando eu era decano interino do corpo diplomático em Israel. Ilustre membro da Democracia Cristã, que governou a Itália por tantos anos, Colombo foi a Israel em visita oficial para tentar resolver pequenos problemas bilaterais. Tal como Mitterrand, que foi caçar votos de judeus franceses em Israel, Colombo foi fazer o mesmo, porque havia um delicado problema bilateral alusivo aos judeus marranos, influente comunidade judaica do norte da Itália.

Como é hábito em Israel, o decano do corpo diplomático está sempre presente em todas as homenagens prestadas a ilustres visitantes e representa a comunidade internacional. Nas férias do decano efetivo, o embaixador Samuel Lewis dos EUA,

estava eu em seu lugar – era o segundo na lista de antiguidade no posto – e fui convidado para um almoço íntimo na residência do primeiro-ministro Menachem Bégin em homenagem a Colombo. Eram apenas três ou quatro mesinhas de seis pessoas e eu, como decano, fiquei na mesa principal com os dois primeiros-ministros, o embaixador da Itália, e os dois ministros do Exterior. A conversa foi toda em inglês e Colombo não era fluente nessa língua. Depois de algum tempo, o embaixador italiano e eu começamos a servir de intérpretes entre Colombo e os israelenses. Lembro que fui cônsul em Nápoles (1956-58) e na época ainda falava bastante bem o italiano.

A conversa começou por amenidades e depois entrou em pormenores delicados e eu comecei a me sentir incomodado. Bégin levantou o assunto dos marranos que estavam sendo discriminados na Itália e exigia providências enérgicas de Colombo. Pretextei sair da mesa para ir ao *toilette*, mas eles perceberam que era uma desculpa para deixá-los à vontade para conversar, e protestaram. Tanto Bégin quanto Colombo afirmaram que nada tinham a esconder do Brasil, nem de mim, e pediram que ficasse e continuasse a ajudar com meus conhecimentos de inglês e italiano.

6. O presidente Jacques Chirac no Rio de Janeiro

Em 1999 realizou-se no Rio de Janeiro uma importante reunião do Mercosul conjuntamente com os maiores líderes da União Europeia, o que ensejou a vinda a nossa cidade de numerosos chefes de Estado dos dois grupos. Fui convidado a uma recepção no Palácio Itamaraty oferecida pelo presidente Jacques Chirac à comunidade francesa no Brasil. Compareci com meu saudoso amigo e editor Abraão Koogan e, na biblioteca do Itamaraty, tivemos ocasião de trocar algumas palavras com o presidente francês, amabilíssimo, aliás. Minutos depois, a cerca de cinco metros de distância de onde estávamos, Chirac pronunciou

uma demagógica e veemente arenga, exortando os homens de negócios franceses e brasileiros a ampliarem o comércio brasileiro com a União Europeia e a abandonarem o velho hábito de darmos prioridade a tudo nas relações com os EUA. A França estava disposta – afirmou ele – a capitanear um esforço dentro da União Europeia para incentivar o comércio com o Brasil e outros países da América Latina. Diante de declarações tão enfáticas, saímos satisfeitos pois tudo indicava que a França facilitaria o acesso de mais produtos brasileiros aos países da UE. Ledo engano, poucas semanas depois, em importante reunião internacional, a França foi o primeiro país a vetar qualquer concessão no setor dos subsídios agrícolas. Nunca perdoei o cinismo de Chirac por aquele discurso que pronunciou no Rio de Janeiro, no Palácio Itamaraty.

Gostaria, porém, de recordar um fato curioso que mais tarde ocorreu comigo e minha mulher em Paris. Ao tomar um táxi, o motorista começou a falar mal de Chirac, lembrando a época em que ele fora prefeito da capital. Contou-nos o chofer que sua reeleição fora facilitada pela votação de milhares de eleitores fantasmas e ainda disse que familiares de Chirac habitavam um imóvel de propriedade da Prefeitura e nada pagavam. Na hora ficamos em dúvida que isso pudesse acontecer na França no fim do século XX e pensamos que o motorista tinha ódio a Chirac por algum motivo pessoal, que não nos contara.

Recentemente, veio a lume o escândalo dos eleitores mortos de Chirac e do tal apartamento ocupado ilegalmente. Ao deixar o cargo em 2007, ele foi intimado a responder a processos, pois perdera a imunidade presidencial. O impasse se arrastou, mas ele não chegou a prestar declarações em 2010, porque seu estado de saúde era precário e estaria com Alzheimer. Recordamo-nos então do motorista de táxi que nos conduziu anos atrás em Paris e que certamente estava bem informado sobre as falcatruas de Chirac.

7. A “Palma de Ouro” do Festival de Cannes que o Brasil não levou

Boa parte de minha carreira diplomática foi realizada no setor cultural. Em Portugal ajudei a criar no Porto uma revista intitulada “Brasil Cultural”, na qual reuni alguns dos melhores intelectuais portugueses da época. Publiquei em Portugal nada menos de três livros e fiz crítica musical no *Jornal de Notícias*, do Porto. Em Belgrado o setor cultural era coberto pelo próprio embaixador Ribeiro Couto, que mantinha ótimas relações com os melhores poetas e escritores iugoslavos. Eu, porém, me relacionei bem com compositores, maestros e cantores da ópera e da sinfônica local. Na Argentina, como cônsul em Rosário, tive excelentes relações com a antiga associação cultural “El Circulo” e ativei bastante o Centro de Estudos Brasileiros. Fiz conferências e recitais em Buenos Aires, Córdoba, Rosário e Mendoza. Nessa época eu ainda cantava em público.

Em Nápoles, como cônsul do Brasil, estimulei os estudos brasileiros na universidade local e cheguei a cantar no Teatro San Carlo, para irritação do nosso embaixador em Roma, Alencastro Guimarães, que me repreendeu por não havê-lo consultado previamente.

Este episódio faz lembrar meu colega Arnaldo Vasconcelos, um dos melhores violinistas do Brasil dos anos cinquenta. Disse-me ele haver desistido de apresentar-se em concertos, porque se convencera de que o público não ia ouvir o violinista, mas sim o diplomata que tocava violino. Em Washington por muito tempo estive encarregado do setor cultural da embaixada e preocupei-me sobretudo com o bom relacionamento com as grandes universidades americanas, o que me levou às cátedras de Yale, Stanford, Ann Arbor, Tulane, Chapel Hill e outras, lá pronunciando palestras sobre temas brasileiros. Em 1967-69 fui presidente do

Conselho Interamericano de Música da Organização dos Estados Americanos (OEA) e presidi uma conferência da OEA de educação musical em Medellín, Colômbia. Em 1969/70 tive a honra de dirigir o Departamento Cultural do Itamaraty.

Bem antes, em 1965, era eu o chefe da Divisão de Difusão Cultural do Itamaraty, que naquela época tinha, entre outras atribuições, a incumbência de organizar a representação brasileira em festivais internacionais de cinema e grandes exposições de artes plásticas, hoje em mãos do Ministério da Cultura, que ainda não existia. Não era fácil, pois nossos cineastas tinham a ousadia de preparar filmes para determinado festival internacional e, quando não eram selecionados, era um Deus nos acuda! Assim encontrei-me no Festival de Cannes de 1965, como delegado brasileiro, acompanhado de Guilherme Figueiredo, então nosso adido cultural em Paris. Lá fomos apresentar o filme *Noite Vazia*, de Walter Hugo Khouri, estrelado por Norma Bengell e Odete Lara. O filme era demasiado moderno para a época, pois contava a história de dois casais que frequentemente tinham cenas de amor tão ousadas para a época que o filme foi jocosamente batizado de “Noite vazia – cama cheia”. Mas a qualidade técnica do filme era excelente e o jurado francês, o conhecido escritor e diretor de cinema Allain Robbe-Grillet, se encantou com a nossa película e insistiu em designá-la para a Palma de Ouro. A presidente da comissão julgadora era a famosa atriz Olivia de Havilland, que se opôs firmemente a dar-nos o grande prêmio sob a alegação de que era um filme quase pornográfico e que isso causaria dano à boa imagem do festival. Gina Lollobrigida, também jurada, apoiou o delegado francês, mas acabamos perdendo para o filme inglês *The Knack*, uma comédia divertida mas sem pretensões artísticas, cuja candidatura foi fortemente promovida pelo próprio embaixador britânico, que veio de Paris até Cannes especialmente para fazer “lobby”.

Curiosamente, na sessão de abertura do festival, Guilherme e eu estivemos num aperto: nossas estrelas desapareceram convidadas em iates de milionários e não foram encontradas para o desfile inicial no palco. Felizmente, estava em Cannes uma bela jovem brasileira que havíamos conhecido no *boardwalk* e, para solucionar nosso problema, lhe suplicamos desfilasse como sendo uma das estrelas de nosso filme. A moça não tinha roupa apropriada para o desfile e tivemos de comprar-lhe um bonito vestido, que custou caro. Como nossas estrelas eram desconhecidas, ninguém se deu conta da manobra. O festival foi divertido e assisti a uma cena tragicômica no terraço do Hotel Negresco: a esposa do famoso ator Rex Harrison apanhou-o na varanda do hotel em flagrante namoro com Norma Bengell e tacou-lhe uma bolsada na cara! No banquete de encerramento sentaram-me ao lado da encantadora Gina Lollobrigida, com quem conversei animadamente em italiano e debrucei-me sobre seu generoso decote...

Ao regressar ao Rio de Janeiro, encontrei minha mulher aborrecida comigo. A revista *Cruzeiro*, famosa naquela época, publicara com destaque uma expressiva foto minha em *black-tie* entre as duas estrelas do filme brasileiro, subindo a famosa escadaria do Palácio dos Festivais...

8. Amintore Fanfani, o *premier* quase ítalo-brasileiro

Conheci o primeiro-ministro italiano Fanfani em Nápoles em um *cocktail* em casa do legendário prefeito Achile Lauro, em 1957. Conversamos bastante sobre a sua permanência nos anos quarenta em Porto Alegre, onde ensinou por dois semestres na universidade local. Quem poderia prever que, anos depois, ele viria a ser, por três vezes, primeiro-ministro da Itália e homem extremamente influente na Democracia Cristã, o principal partido de seu país! Falou-me com carinho de sua estada no Brasil e recordou

personagens brasileiros da sua época. Em suma, era evidente que guardava excelente recordação de nosso país. Combinamos que o visitaria em Roma, mas não houve oportunidade mais tarde para isso, pois poucos meses depois fui transferido para Washington.

Curiosamente, nos encontramos outra vez em Israel, no início dos anos 80. Ele já estava afastado da política e visitava o país a convite do governo israelense. Fanfani era um homem pequenino de gestos vivos e enérgicos. Identifiquei-o imediatamente quando passeava na praia de Cesareia. Aproximei-me dele e me apresentei, recordando nosso encontro em Nápoles. Não é provável que me tenha reconhecido, mas teve a gentileza de responder afirmativamente. Conversamos um pouco e outra vez ele se referiu ao Brasil com saudade. Tentei convidá-lo a almoçar em nossa embaixada em Tel Aviv, mas ele estava de regresso à Itália no dia seguinte.

9. A rainha Margarethe II, da Dinamarca

Em 1966, quando dirigia a Divisão da Europa Ocidental, visitou o Brasil oficialmente a jovem princesa Margarethe, hoje rainha da Dinamarca. Estive em contato direto com embaixador dinamarquês para a organização do programa geral da visita, ou seja, hotéis, segurança, deslocamentos, batedores, polícia, etc., enfim, os problemas sempre presentes em visitas oficiais de chefes de Estado e similares.

Quando ela chegou, tudo se desanuviou: ela era jovem, bonita, simpática e... altíssima, mais alta do que eu. Juracy, o chanceler, lá estava pontualíssimo como de costume no aeroporto para recebê-la e me recomendou: “Cuide bem dela!”. Margarethe não criou problemas de espécie alguma em relação ao que havíamos previsto como essencial. Ela retribuiu a gentileza do chanceler e o visitou no Palácio Itamaraty e depois se encantou com o ambiente da biblioteca. Não a acompanhei a Brasília nem a São Paulo, mas demos uma boa volta de automóvel com batedores pela orla

carioca em manhã radiosa, e almoçamos descontraidamente em um bom restaurante no Leblon. Curiosamente, ela conversou muito comigo sobre Maurício de Nassau e os belíssimos quadros de Eckhout que estão do museu de Copenhague, desejando saber mais sobre o mundo holandês em Pernambuco no século XVII. Margarethe assumiu em 1972 como rainha de seu país e Marcos Cesar Naslausky, que depois foi embaixador em Copenhague, disse-me que ela continua muito simpática, embora um pouco formal, e é querida de seu povo. Recordo-me bem que, após três dias de intensa convivência, ao despedir-se de mim, a garotona deu-me um beijo sonoro na bochecha. A recompensa valeu o esforço.

10. No escuro com Sophia Loren

Em 1963 estava eu em uma conferência da FAO em Roma quando recebi instruções do Itamaraty para procurar o cineasta Carlo Ponti e sua mulher Sophia Loren, que acabavam de adquirir os direitos para filmar *Gabriela*, para oferecer-lhes todo o apoio logístico do governo brasileiro para realizarem as filmagens. Certa tarde fui visitá-los em seu belo apartamento defronte à escadaria do Campidoglio e, enquanto conversávamos animadamente, começou uma tempestade com raios e trovões e, subitamente, a luz apagou-se e ficamos na escuridão mais completa por cerca de meia hora. Continuamos a conversar normalmente e ao acenderem-se as luzes, agradei a acolhida amável e despedi-me. Naturalmente, passei a contar a meus amigos que havia passado a noite no escuro com Sophia Loren e todos me invejaram. Isso sem dizer que o marido estava a seu lado...

Quando jovem, dançara no casino da Urca com Lana Turner, bastante bêbada, e anos depois conversei longamente na embaixada da Itália no Rio de Janeiro com a belíssima Claudia Cardinale, que viera ao Brasil para fazer um filme, aliás bem ruinzinho. No festival de Cannes de 1965, almocei ao lado de Gina Lollobrigida

e conversamos longamente em italiano, com um olho em seu profundo decote...

11. Uma enorme injustiça:¹¹ O prêmio Nobel da Paz e D. Helder Câmara

Conheci pessoalmente Dom Helder Câmara em Washington em 1959, por ocasião de um congresso internacional eclesiástico. O Embaixador Walter Moreira Salles pediu-me que fosse recebê-lo no aeroporto e o auxiliasse na sua instalação no hotel. Isso era habitual com pessoas gradas que chegavam à capital norte-americana, colocando à sua disposição um jovem secretário de Embaixada. Nessa época eu ainda era segundo-secretário. Acompanhei-o durante cinco dias, organizei uma palestra sua na embaixada e fizemos boa amizade.

Dez anos mais tarde, tive ocasião de participar de gestões altamente desagradáveis para *evitar* que Dom Helder recebesse o Prêmio Nobel da Paz de 1969. Ocupava eu a chefia do Departamento Cultural do Itamaraty, ainda no Rio de Janeiro, quando certo dia (creio que em outubro de 1969) fui convocado ao gabinete do secretário-geral do Itamaraty, embaixador Jorge de Carvalho e Silva, que me informou dos pormenores da candidatura de Dom Helder Câmara ao Prêmio Nobel da Paz, lançada por diversas entidades religiosas da Bélgica, Holanda e da Alemanha, que o apoiavam, em atenção à sua defesa dos direitos humanos no Brasil durante o regime militar. Notícias que chegavam da Europa davam Dom Helder como o favorito para receber o prêmio e isso certamente seria negativo para a imagem internacional do governo militar.

11 Lido na sessão especial de CEPHAS em homenagem a Dom Helder Câmara no IHGB, a 15 de abril de 2009.

Fui instruído a convocar uma reunião no Itamaraty com os embaixadores dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia) e expor-lhes nossa preocupação com a eventual concessão do prêmio a Dom Helder. Reunidos na Sala dos Índios do Palácio Itamaraty, pedi-lhes que solicitassem a seus governos, a título excepcional, que intervissem junto à Fundação Nobel para evitar a escolha. Todos prometeram consultar seus governos, mas adiantaram ser bastante inviável tal interferência.

Dias depois, um por um, todos os embaixadores me telefonaram lamentando que seus governos tinham a tradição de não interferir em temas do Nobel e não poderiam fazer exceção naquela oportunidade. Apressei-me a informar a resposta dos embaixadores ao secretário-geral do Itamaraty e aí terminou minha ingrata missão de tentar impedir que um ilustre brasileiro, mesmo polêmico como Dom Helder, recebesse o Prêmio Nobel da Paz, distinção essa que o Brasil nunca havia recebido e *até hoje* ainda não recebeu, ao passo que, na América Latina, outros países como a Argentina, Chile, México, Peru e a Guatemala já foram contemplados.

Soube depois por Alarico Silveira, então chefe do Serviço de Informações do Itamaraty e meu colega de turma, que assistiu dias depois a uma reunião no Palácio do Planalto, em Brasília, que o assunto teve depois lances dramáticos. Foram convocados os presidentes e diretores de todas as empresas escandinavas no Brasil, como a Volvo, a Scania Vabis, a Ericsson, a Facit, a Nokia e outras menores, e lhes foi solicitado que intervissem na Fundação Nobel para evitar a concessão do prêmio Nobel a Dom Helder. Todos lamentaram não poder intervir no caso até que o oficial general que presidia a reunião deu um murro na mesa e anunciou: se os senhores não intervierem com firmeza e Dom Helder chegar a receber o prêmio Nobel da Paz, então as suas empresas no Brasil não poderão remeter mais um centavo de lucros para as respectivas

matrizes. Naquela época, na presidência do general Médici, o governo tinha meios de adotar tão grave atitude.

Naturalmente, após essa explosão prepotente, deve ter havido na citada reunião um grande silêncio até que um ilustre militar, o general Juracy Magalhães (ex-embaixador em Washington, ex-ministro da Justiça e ex-ministro das Relações Exteriores do governo Castello Branco), e então presidente da Ericsson no Brasil, protestou veementemente. De nada adiantou e a mensagem foi bem entendida nos países escandinavos. O prêmio foi concedido a outro candidato e não se falou mais em Dom Helder.

Anos depois, conversando comigo sobre o assunto, Juracy Magalhães confirmou o protesto que fizera naquela reunião insólita em Brasília. Juracy confessou-me que tampouco gostava das excessivas atividades políticas de Dom Helder, mas considerou exorbitante a gestão que teve de fazer junto a central sueca da Ericsson. Bem mais tarde, Sizínio Nogueira que foi embaixador do Brasil em Estocolmo, comentou comigo que, enquanto houver alguém na diretoria da Fundação Nobel que se lembre do esforço feito pelo Brasil para *não receber* um prêmio Nobel, dificilmente um brasileiro será agraciado.

Tivemos depois bons candidatos como Jorge Amado, Josué Montello, Celso Furtado, Josué de Castro e João Cabral de Melo Neto, mas parece que a Fundação não esqueceu a afronta. Em 2003, o presidente Lula, foi indicado como candidato, mas não foi contemplado. Esta é a história lamentável, e pouco conhecida, da ausência de personalidades brasileiras nos quadros dos Prêmios Nobel. Dom Helder foi injustamente impedido de receber honrosa homenagem a ele e ao Brasil também, devido à intransigência do então governo militar.



CAPÍTULO 8

BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Na corte do presidente Kennedy: o presidente João Goulart em Washington

Tive em Washington três embaixadores bem diferentes: Amaral Peixoto, Walter Moreira Salles e Roberto Campos. Lá cheguei meio desconfiado e fui colocado no setor cultural e imprensa. Iria suceder a Maury Gurgel Valente na chefia do setor e ainda fiquei com ele algumas semanas de adaptação. Meu chefe almirante Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, era um diplomata improvisado e relativamente limitado, pois falava mal o inglês, mas era extremamente gentil. Simpatizou comigo e nas primeiras semanas levou-me a diversas recepções e datas nacionais – como ele me disse – para que eu conhecesse as personalidades e a elite de Washington. Na verdade, eu ia mais como intérprete porque ele não tinha segurança no inglês e eu intermediei várias conversas relativamente importantes com personalidades locais. Foi ótimo treino para mim. Sua mulher, a famosa Alzira Vargas,

era muito simpática também, falava inglês bastante bem e ajudava o marido. Infelizmente poucos meses depois, Amaral regressou ao Brasil para ser ministro dos Transportes, levando nosso ministro conselheiro Henrique Rodrigues Valle, como chefe de gabinete.

Sucedeu-o o banqueiro Walter Moreira Salles, que Juscelino enviou a Washington para tentar resolver o pesado contencioso do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos norte-americanos. Walter era um homem encantador, extremamente simpático, que tratava os secretários da embaixada com a maior gentileza. Diria que era meio inseguro, pois mais de uma vez levei-lhe uma carta para assinar, ele firmou e depois, olhou, olhou e me disse: peça à secretária para rebater esta carta porque minha assinatura ficou muito feia. Tive bastante intimidade com ele, pois sua esposa Elisinha ficou amiga de minha mulher, saíam juntas para compras e o casal nos convidava intimamente quando chegavam amigos brasileiros de passagem.

Certa vez aconteceu algo extraordinário: Walter telefonou-me meio angustiado e pediu que fosse à residência com urgência porque tinha algo grave a me mostrar. Lá fui correndo e meio intrigado. Ele me mostrou uma radiografia do pulmão que tirara em Washington na véspera e, em um dos lados, havia uma mancha escura que não pressagiava nada de bom. Sugeri que ele fosse no dia seguinte a Nova York e mostrasse a radiografia a seu médico habitual lá residente e fizesse outras fotos. Ele aceitou a sugestão, viajou no dia seguinte, voltou à noite e me telefonou. Contou-me que seu médico também ficou preocupado e tiraram outras radiografias, que saíram perfeitamente limpas. Chegaram à conclusão que a mancha era um defeito da chapa tirada em Washington e que coincidia exatamente com um de seus pulmões. Que alívio!

Ficamos bons amigos e outra vez, quando eu trabalhava na Assembleia Geral da ONU e havia passado o fim de semana com a família em Washington, Walter me pediu que entregasse a um joalheiro em Nova York uma caixinha com um anel que havia trazido para sua esposa ver se lhe agradava. Elisinha não gostou e eu devia devolvê-lo. Recomendou-me: cuidado, pois o anel valia US\$ 25,000, quantia que naquela época era muito mais do que hoje. Viajei meio apavorado e fui direto à Tiffany devolver a peça. Nas eleições ao fim de governo Kubitschek conversamos bastante e lhe perguntei se ele não se preocupava com a possível vitória de Jânio Quadros. Walter respondeu-me negativamente, dizendo que havia feito importantes doações para as campanhas dos três candidatos. Em Washington ele apreciou muito o trabalho de um jovem secretário e levou-o para o Brasil, onde fez carreira brilhante. Chegou também, muito mais tarde, a embaixador em Washington e a ministro da Fazenda: era Marcílio Moreira.

Embora tenhamos sido colegas no Itamaraty por muitos anos, só conheci Roberto Campos de perto em agosto de 1961, quando ele assumiu a direção da embaixada em Washington, onde eu trabalhava como chefe do setor cultural e de imprensa. Fui seu colaborador imediato por ano e meio, fizemos boa amizade e juntos embarcamos, mais tarde, em uma aventura equivocada, ao adquirirmos fazendas vizinhas em Santo Antônio do Descoberto, Goiás, nos arredores de Brasília.

Ele era um bom conhecedor das relações Brasil-EUA, aceitou o desafio quando Jânio Quadros pediu-lhe para assumir a direção da embaixada em Washington, onde fora jovem Secretário quase vinte anos antes. Foi uma escolha acertada, pois Campos tinha notável experiência não só da política interna norte-americana, como também dos problemas bilaterais recentes. Vou recordar alguns

episódios de bastante interesse que Roberto Campos passou por alto no seu volumoso livro de memórias, *A Lanterna na Popa*¹².

Lembro que Campos fora enviado a Washington em 1961 para tentar apagar as arestas e dirimir rancores que perturbavam nossas relações bilaterais com os EUA e o Fundo Monetário Internacional, desde o tumultuado governo Juscelino Kubitschek. Seu antecessor em Washington fora Walter Moreira Salles, hábil banqueiro mineiro e ex-ministro da Fazenda, que apesar de suas boas qualidades de negociador, não conseguiu sanar todos os delicados itens do pesado contencioso brasileiro em Washington e Nova York.

Tenho a impressão de que o hábil embaixador norte-americano em Brasília, Lincoln Gordon, preparou muito bem a chegada de Roberto a Washington, pondo em relevo suas qualidades intelectuais, preparo econômico e perfeito manejo do idioma inglês. O importante é que Campos conseguiu quase imediatamente um bom relacionamento pessoal com o presidente Kennedy e seus principais assessores, o que não era fácil na época. Isso seria decisivo para o bom êxito de sua missão.

Nosso convívio diário em 1961/63 foi excelente e deu-me a medida do seu talento, cultura e habilidade diplomática. Minha colaboração com ele era dupla e abrangia o setor cultural e de imprensa. Na sua gestão fizemos algumas exposições importantes de artes plásticas brasileiras em diversas grandes cidades americanas. Viajávamos juntos, eu tratava dos últimos retoques para a inauguração da mostra e ele aproveitava para fazer contatos com políticos locais e jornais importantes regionais. Certa vez, fomos inaugurar uma exposição de Manabu Mabe em Minneapolis, dias depois que o Governador Brizola havia desapropriado a empresa norte-americana ITT no Rio Grande Sul, causando

12 Cf. Roberto Campos, *A Lanterna na Popa*, 2 volumes, Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.

grande celeuma nos EUA. Em seu discurso ao final do jantar no elegantíssimo Museu de Arte Moderna de Minneapolis, Roberto deixou atônitos os numerosos convidados em *black tie*, pois após fazer rápida referência à arte de Mabe, ele emendou um longo discurso político analisando os problemas econômicos bilaterais. Eu já estava prevenido e havia convocado representantes locais dos principais jornais de Washington e Nova York para tentar obter boa cobertura de suas palavras. O resultado foi excelente, pois no dia seguinte esses jornais estamparam os argumentos do embaixador em sua tentativa de justificar os atos impensados de Brizola.

Campos era extremamente sensível às repercussões na imprensa americana de fatos ocorridos no Brasil. Certa vez, ele me fez viajar à noite para Nova York, em plena tempestade de neve, porque Nahum Sirotsky lhe havia telefonado alertando que o *New York Times* planejava publicar, nos próximos dias, um importante editorial condenando a política de Goulart e Brizola. Felizmente cheguei a tempo de conversar com Herbert Mathews, o chefe da sessão da América Latina daquele importante jornal e, a muito custo, consegui convencê-lo a desistir do editorial. Naquela época, fui também bastante útil a Roberto, trazendo-lhe informações políticas frescas, obtidas nas minhas visitas quase diárias ao salão dos jornalistas acreditados na Casa Branca, onde eu havia feito boa camaradagem com Pierre Salinger, o porta-voz de Kennedy.

Várias vezes cheguei pela manhã à sala do embaixador e encontrei-o prostrado pelas notícias do Brasil. Dizia-me ele desanimado: “Veja só isto! Como posso justificar tais coisas perante nossos amigos do Governo e da imprensa? Nem sequer se deram ao trabalho de me avisar com antecipação!”. Roberto Campos não gostava de João Goulart, que considerava bem-intencionado, mas inexperiente e influenciável, e só a instância de seu amigo San Tiago Dantas manteve-se no posto. Em agosto de 1963, cansou de vez e pediu demissão do cargo, mas o próprio Jango apelou

para o seu patriotismo para ficar no cargo mais alguns meses, até fevereiro de 1964. Nesse período tão conturbado e em missão tão difícil, Roberto portou-se como um verdadeiro soldado patriota, enfrentando com galhardia e competência a necessidade de justificar fatos que ocorriam no Brasil, com os quais não concordava absolutamente.

Seu bom relacionamento pessoal com o presidente Kennedy facilitou bastante a visita oficial do presidente Goulart aos EUA, em abril de 1962. Quando ela foi afinal confirmada, Roberto chamou-me e me instruiu a preparar fichas sobre todas as possíveis perguntas (com as respostas), que os jornalistas americanos poderiam fazer a Jango, em suas diversas entrevistas de imprensa. Recordo-me que preparei nada menos de 92 fichas com perguntas e respostas apropriadas. Levei-as a Campos, que as foi lendo e murmurando coisas inaudíveis, corrigiu algumas respostas e acrescentou mais três ou quatro fichas. Tudo foi remetido a Brasília, a fim de que o presidente as estudasse e memorizasse as respostas, mas nem Roberto nem eu estávamos confiantes de que Jango viesse a dar muita atenção às nossas fichas.

A seguir o embaixador instruiu-me a conversar com Pierre Salinger, o porta-voz de Kennedy, pedindo-lhe sugestões para proteger Jango da agressividade de certos jornalistas escandalosos. Eu tinha boas relações com Pierre, que foi muito franco comigo: “temos que proteger o seu presidente porque ele não é simpatizado nos EUA. Ele desapropriou ou deixou desapropriar bens de milhares de acionistas americanos sem qualquer indenização”. Sugeriu que a única entrevista de Jango em Washington fosse realizada na Blair House, anexo da Casa Branca, onde ele ficaria hospedado com sua comitiva. Esclareceu-me: “Lá ele ficará resguardado, pois à Blair House só têm acesso os jornalistas credenciados na Casa Branca. Eu os avisarei que devem ser respeitosos com seu

presidente ou correrão o risco de ser descredenciados, o que para eles corresponderia à sua morte profissional”.

Passei imediatamente essas informações a Roberto Campos, mas alertei-o que havia ainda outro risco a superar – o provável convite do *National Press Club* para o almoço das quartas-feiras, aos quais comparecem habitualmente os mais perigosos jornalistas, do tipo *free lancers*, que arrancam e distorcem declarações de entrevistados ilustres e as vendem a jornais escandalosos. Jango seria um prato feito para eles. Propus conversar com o embaixador Ilmar Penna Marinho, nosso representante na OEA, sobre a possibilidade de marcar o banquete a ser oferecido a Jango pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos para aquela quarta-feira. Penna Marinho, meu compadre, disse-me que a homenagem do Conselho da OEA já estava marcada para a quinta-feira, mas ele compreendeu logo a gravidade de nosso problema e acabou conseguindo do secretário-geral da OEA a antecipação do banquete para a quarta-feira. Foi um alívio. Dias depois veio ver-me o presidente da *National Press Club* para fazer o convite a Jango. Fiz uma cara desolada e expliquei-lhe o impedimento causado pelo banquete da OEA e perguntei se ele poderia adiar seu almoço para a quinta-feira. Naturalmente, ele me respondeu ser impossível, pois os almoços do seu clube de imprensa se realizam, tradicionalmente, sempre às quartas-feiras. Saiu decepcionado e eu me precipitei ao gabinete de Campos para dar-lhe a boa notícia. Ficamos tão contentes e aliviados que nos abraçamos...

Na noite da chegada de João Goulart a Washington, o embaixador e eu fizemos uma verdadeira sabatina com o presidente e, para nossa agradável surpresa, ele havia feito muito bem o seu *home work* e tinha quase todas as respostas na ponta da língua. Avisei-o que, se ocorresse algum fato embaraçoso, eu interromperia a entrevista, como era praxe na Casa Branca nas entrevistas presidenciais dirigidas por Pierre Salinger. Na realidade,

a entrevista correu bem, mas tivemos uma surpresa. Jango conhecia um pouco de inglês e quase sempre entendia as perguntas, o que lhe dava tempo de pensar com calma as respostas durante a tradução. A entrevista estava quase no fim, após uns 40 minutos de perguntas e respostas, quando alguém indagou: “É verdade que seu assessor pessoal de imprensa, Raul Ryff, é membro do partido comunista?”. Eu gelei, porque essa pergunta não havia sido prevista, mas Jango olhou para mim fixamente e teve a presença de espírito de responder que não tinha conhecimento dessa notícia e mandaria investigar. Aí entrei eu com voz tonitruante e exclamei: “*Thank you, Mr. President!*”. Imediatamente todos os jornalistas levantaram-se, cumprimentaram o presidente e se retiraram sem demora. Campos me felicitou: “Foi na hora, hein?”. As demais conferências de imprensa em Nova York e Chicago decorreram bem e por ocasião da partida da comitiva para o México, Roberto sugeriu ao presidente a minha promoção a conselheiro de embaixada, o que ocorreria um mês depois.

Mas o anedotário dessa viagem foi variado e divertido por vezes e não me privo de recordar alguns episódios *sui generis* pouco conhecidos. Angustiosa foi a primeira entrevista dos dois presidentes, na qual Jango fez questão de reafirmar a sua política externa independente. Aí aconteceu algo inesperado: Kennedy levantou-se subitamente, deu a volta à grande mesa retangular onde estávamos reunidos e aproximou-se de Goulart, que embaraçado levantou-se também. Sorrindo, Kennedy apertou-lhe a mão jovialmente, felicitando-o por afinal haver encontrado um presidente independente. Lamentou que ele mesmo era dependente do Congresso, da imprensa, de seu partido, dos sindicatos, de Krushev, de De Gaulle, etc. Foi um vexame para a comitiva brasileira. Houve um longo silêncio enquanto Kennedy voltava ao seu lugar na mesa, mas Campos tomou a palavra e salvou a situação com elegância.

Minutos depois Kennedy saiu-se com uma iniciativa temível. Estávamos na pior etapa da guerra civil angolana e Kennedy desejava ajudar Portugal e a África. Propôs que o Brasil, Portugal e suas colônias africanas formassem uma comunidade afro-luso-brasileira, com a promessa de que os EUA canalizariam através do Brasil substancial auxílio financeiro a Portugal para compra de armas. Sugiro a leitura da descrição dessa entrevista na página 30.

Mas nessas negociações em Washington, Campos conseguiu uma grande vitória, que foi a aceitação pelo presidente Kennedy de sua hábil proposta para a nacionalização pacífica, por meio da compra negociada, de importantes bens americanos no Brasil. Com isso se acalmaram os justos reclamos da ITT e da AMFORP, mas os seguidores de Brizola ficaram indignados com Roberto, que passou a ser chamado de Bob Fields e acusado de “entreguista ao imperialismo ianque” até o fim de sua vida.

Outro episódio curioso dessa visita presidencial foi o discurso que João Goulart faria perante o Congresso americano, conseguido com certa dificuldade por Roberto Campos, pois não havia simpatia pelo nosso presidente. Sua amizade pessoal com o líder da maioria, senador Mike Mansfield, foi decisiva. No entanto, como nós mesmos já esperávamos, poucos parlamentares americanos compareceram ao plenário, que estava quase vazio. Alguns deputados e diplomatas saíram comigo pelos corredores convidando os passantes, conhecidos e amigos a entrarem no salão. Mesmo assim era pouca gente e eu sugeri que a nossa numerosa comitiva entrasse também no plenário para fazer número. Com eles entrou o jornalista Ibrahim Sued e sentou-se ao lado do general Amaury Krueel, o ministro da Guerra. Aí os diretores dos grandes jornais brasileiros, que estavam no 2º andar, na tribuna especial dos jornalistas, começaram a gesticular para mim reclamando da presença de Ibrahim no plenário, como se ele fosse um deputado americano ou membro da delegação oficial

brasileira. Eu tive o ingrato papel de convencer Ibrahim a retirar-se do plenário. Ele se recusava a sair e cheguei a ameaçá-lo de chamar os guardas americanos para retirá-lo à força. Isso me valeu a inimizade dele em sua coluna social durante anos...

Em Nova York ocorreu um impasse tragicômico na negociação com o prefeito Robert Wagner sobre o desfile de automóveis na Broadway, que ocorre sempre quando um chefe de Estado visita o país. Como Jango não era benquisto nos EUA, o prefeito queria dar-nos apenas a mesma quantidade de papel que oferecera dias antes ao presidente do Togo, Sylvanus Olympio, ou seja 50 toneladas de papel, a serem distribuídas pelos prédios que bordejam a longa avenida. Lembro que a Prefeitura de Nova York adquire grandes rolos de papel e aluga carretas para essa distribuição. O prefeito argumentava que, se os moradores da Broadway se recusassem a jogar o papel picado em homenagem a Jango durante a carreata, a Prefeitura teria de alugar novamente as carretas para retirar dos edifícios os rolos de papel não utilizados e isso custaria bastante caro. A muito custo, a charmosa cônsul-geral Dora Vasconcelos conseguiu convencê-lo de que o Brasil era mais importante do que o Togo e obtivemos afinal mais 10 toneladas de papel, no total de sessenta. O desfile de carros abertos na Broadway decorreu bem, com Jango acenando para o público, e felizmente nenhum acionista da ITT jogou em cima de nós um daqueles volumosos catálogos de telefones, o que certamente causaria vítimas...

Mas durante a viagem oficial de Jango aos EUA ocorreram outros episódios interessantes e até jocosos. Em Omaha, visitamos o Comando Aéreo Estratégico dos EUA. A comitiva desceu por elevadores até uma enorme sala subterrânea, onde foram feitas várias exposições tecnológicas impressionantes. Jango quis falar com um avião que estivesse voando por cima da... Noruega e o piloto imediatamente respondeu-lhe ao microfone. O comandante da base levou-nos até o local onde estava o famoso telefone vermelho,

que tinha comunicação direta com o Kremlin e Jango chegou a brincar com o telefone na mão. Aí Roberto Campos perguntou, um pouco cinicamente talvez, ao general norte-americano: “Não é perigoso o Senhor mostrar tudo isso a pessoas estranhas?”. Ao que lhe respondeu o militar: “Os nossos amigos se sentirão protegidos por nós e nossos eventuais inimigos pensarão duas vezes antes de nos atacarem”. Assistimos também a demonstrações dos grandes aviões B-52, os quais, respondendo a um alarme, em poucos minutos decolaram para uma missão hipotética. Durante essas exhibições não tirei o olhar dos rostos dos pelegos que acompanhavam Jango, os quais estavam visivelmente desconfortáveis.

Em Chicago, ponto final da viagem oficial, tudo também correu bem, mas meu colega Carlos Lobo e eu acabamos presenciando um gesto insólito de nosso embaixador para com o presidente. Havíamos acompanhado a comitiva presidencial até o avião e ficamos na pista até a decolagem. Roberto Campos deu então uma solene *banana* em direção ao avião, que já desaparecia no horizonte rumo ao México. Roberto exclamou: “Ufa! Afinal nos livramos dessa gente! Que trabalhadeira, hein?”. Não pude conter uma gargalhada, porque realmente era grande a nossa sensação de alívio.

2. A Conferência de Punta del Leste.

A tentativa de expulsar Cuba da OEA

Outro momento difícil e tenso da minha colaboração com Roberto Campos na embaixada em Washington foi o período da Conferência de Punta del Leste, em 1962, na qual os EUA se esforçaram por expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos, contra a vontade do governo João Goulart e de vários outros países latino-americanos. A posição do Brasil em Washington era delicada, pois não poderíamos desafiar abertamente a iniciativa norte-americana sem um desgaste pessoal excessivo com nossos amigos do governo Kennedy. Campos pediu-me para sondar

meus contatos nos grandes jornais da capital e de Nova York e chegamos à conclusão de que havia divergências internas entre a Casa Branca e o Departamento de Estado sobre a conveniência e a melhor tática de expulsar Fidel Castro da OEA. Roberto arquitetou então o hábil plano de aproveitar essas divergências dentro da política externa americana e sublinhá-las aos mais influentes jornalistas do país, e com isso dissuadir ou amenizar os americanos de seu intento.

Organizei diversos almoços de trabalho a três, em restaurantes discretos: Roberto Campos, eu e o jornalista que desejávamos convencer. O embaixador explicava todos os aspectos da questão com paciência infinita ao nosso importante interlocutor, por vezes mal informado, e os resultados foram excelentes. Enquanto as autoridades americanas e a imprensa discutiam entre si, eles não se preocupavam com o Brasil, que tinha uma atitude difícil de ser defendida. Recordo que o famoso colunista Walter Lippmann, depois de um almoço íntimo conosco, fez um artigo notável sobre a expulsão de Cuba, sindicalizado para todo o país, no qual reproduziu, quase *ipsis litteris*, todos os argumentos contrários de Roberto Campos. Ao ler a sua coluna, Roberto exclamou: “Compensou o esforço. Este artigo vale um milhão de dólares!”. Em consequência dessa dissuasão os jornais americanos mal falaram da posição brasileira, contrária a dos EUA, e que passou quase despercebida. Ao final, San Tiago Dantas, de Montevidéu, enviou a Campos um caloroso telegrama de felicitações, que ele generosamente me mostrou, dizendo que eu merecia uma parte do elogio.

Outro fato eloquente dessa generosidade de nosso personagem ocorreu diretamente comigo. Desde 1961 vinha eu escrevendo uma coluna semanal na importante página “Opinião” do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, dedicada à análise das relações bilaterais Brasil-EUA, sobre política interna norte-americana e também sobre

política externa. Como eu não podia assinar o meu nome devido às restrições do Itamaraty, hoje bastante afrouxadas, eu firmava as colunas com o pseudônimo “de um observador em Washington”. Só eu e o proprietário do jornal, Manuel do Nascimento Brito, meu amigo de infância, sabiam quem era aquele misterioso “observador em Washington”, tão bem informado e que usava por vezes palavras cáusticas castigando, quando era necessário, a Casa Branca, o Departamento de Estado, o próprio Itamaraty e até o Palácio do Planalto. Modéstia à parte, os artigos eram muito bons e causavam sucesso, excitando a curiosidade de todos. Já havia gente dizendo que o autor era o próprio Roberto Campos, pois habituado a ler os textos do embaixador, eu acabava utilizando o estilo do chefe. Certo dia, veio uma interpelação formal do Itamaraty, no sentido de que Roberto procurasse descobrir o nome do “observador”, pois ele estava incomodando bastante e precisava ser calado. Na próxima reunião de serviço na embaixada, Campos levantou o assunto e indagou de todos os presentes se alguém sabia da identidade. Quando chegou a minha vez de falar, eu respondi que ignorava, mas depois me arrependi, pois agora o “observador” estava se tornando quase um traidor.

Por uma questão de lealdade a Roberto, que sempre me havia prestigiado, pedi uma reunião a portas fechadas. Disse-lhe que o autor era eu, mas que a minha intenção era apenas de ajudar o Brasil, fustigando o próprio Governo brasileiro, o Itamaraty e sobretudo as autoridades norte-americanas, através da sua embaixada em Brasília. Roberto ficou de boca aberta por alguns segundos e depois me disse: “Parabéns pelos seus artigos! De um modo geral, estou de acordo com quase tudo o que você escreveu. Vou responder ao San Tiago Dantas de viva voz e dizer-lhe que seus artigos são de grande utilidade para a minha missão, pois frequentemente servem para espicaçar o Governo americano na direção que desejamos”. E rematou ele: “Continue a escrever da

mesma maneira e quando eu tiver algum tema delicado, que não me convenha expressar pessoalmente ou diretamente aos americanos, você poderá comentá-lo livremente sem desgaste pessoal meu, como chefe de missão”. Assim foi e, mais de uma vez, ele me pediu para tocar em assunto espinhoso, que seria embaraçoso para ele abordar no Departamento de Estado. De volta ao Rio de Janeiro, estive em casa de San Tiago Dantas, que me conhecia muito bem, e ele me assegurou que não revelara a ninguém o segredo do “observador em Washington” e assegurou-me que os artigos, além de informativos, foram por vezes muito oportunos. Tantos anos depois, em sessão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, em 1999, Roberto ao ver-me saudou-me, dizendo: “Como vai o Observador em Washington?”.

No restante da minha permanência em Washington, no final de 1962, pude presenciar várias cenas que comprovaram o grande prestígio que Roberto Campos granjeara na capital norte-americana, fato raro onde trabalham quase duzentos embaixadores. Personalidades de todo o gênero o tratavam com a maior consideração e ouviam atentamente seus comentários sobre os temas mais distintos, o que atestava sua extraordinária competência e *savoir faire* diplomático. Na sua volta ao Brasil, em 1964, Campos foi chamado por Castello Branco para ocupar o Ministério do Planejamento. Enviou-me um recado por Francisco de Assis Grieco indagando se eu me interessaria por trabalhar com ele. Agradei e recusei, já que isso não me era conveniente, pois estava bem colocado no Itamaraty em vésperas da minha promoção a ministro.

Em 1974, Roberto Campos, talvez cansado de suas atividades políticas no Brasil, aceitou convite do presidente Geisel para representar o Brasil no Reino Unido. Soube que ele havia se interessado pela possibilidade de chefiar a Missão junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, mas o chanceler Azeredo da

Silveira teria vetado o seu nome, temeroso de que ele pretendesse ser uma espécie de superembaixador itinerante junto aos países da CEE. Em Londres, Roberto ficaria cerca de sete anos e meio, de fevereiro de 1975 a agosto de 1982. Em 1979, pouco antes da posse do presidente Figueiredo, seu nome foi considerado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Preparou longo documento esboçando uma nova orientação para a nossa política externa, mas o *paper* não agradou a alguns dos principais assessores de Figueiredo, pois ele combatia o que denominava erroneamente de *linha terceiro-mundista* do Itamaraty, e seu nome foi descartado.



CAPÍTULO 9

MAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS

1. O carismático presidente John F. Kennedy

Obviamente nunca tive audiência ou entrevista direta com o presidente Kennedy, pois era apenas um primeiro-secretário e depois conselheiro da embaixada em Washington. Minhas funções abrangiam o setor de imprensa e assuntos culturais, o que me deu oportunidade de viajar bastante pelos EUA, visitando jornais importantes e fazendo palestras sobre o Brasil em universidades. A partir da posse de Jânio Quadros em 1961, tive um trabalho para explicar a chamada “política externa independente”.

Quando JFK assumiu a presidência, levei ao nosso *Chargé d’Affaires*, Carlos Alfredo Bernardes, uma carta de apresentação a Pierre Salinger, porta-voz do novo Governo. Era uma providência normal e não foi esperteza minha, mas que foi utilíssima para a nossa embaixada. No dia seguinte à posse, apresentei-me na Casa Branca para ver Pierre Salinger, que me recebeu amavelmente, apresentou-me a seus assessores principais e deu-me a carteira

de livre acesso ao setor de imprensa da Casa Branca, o que me permitiria assistir às conferências de imprensa do presidente Kennedy, circular nas dependências de imprensa da Casa Branca e conversar com importantes jornalistas que frequentavam diariamente aquela repartição. Tudo me pareceu muito natural e retirei-me satisfeito, sem perceber a real significação do fato.

Assim, quase diariamente comparecia à Casa Branca, conversava com jornalistas e colunistas importantes, sabia de fofocas políticas e insinuava outras. Kennedy aparecia às vezes, falava com todos gentilmente, aprendeu meu nome e me saudava familiarmente com sua voz roufenha: “Hi, Vasco!”. Comecei então a notar que não havia na sala de imprensa diplomatas de outros países e um dia perguntei a Pierre a razão. Ele fitou-me seriamente e disse: “Você é o único diplomata nesta sala. Quando você veio ver-me no primeiro dia de trabalho, eu não sabia que não se credenciavam diplomatas na Sala de Imprensa da Casa Branca, apenas jornalistas dos principais jornais. Depois que lhe dei a credencial, fui avisado que não deveria fazê-lo, mas simpatizei com você e não quis retirar-lhe a credencial”. Fiquei boquiaberto e ofereci restituir-lhe o documento, o que Salinger recusou gentilmente, pedindo apenas que não divulgasse o fato a outros colegas diplomáticos. Tempos depois, ofereci-lhe um jantar em minha casa, com outros jornalistas, e ele compareceu e conversou descontraidamente.

O fluxo de fofocas políticas que eu trazia da Casa Branca agradou muitíssimo ao embaixador Roberto Campos, que passou a dar toda a atenção ao setor de imprensa da embaixada, para ciúme de alguns colegas invejosos. Minha colaboração passou a ser muito útil na preparação da viagem de João Goulart a Washington, em 1962. Campos não dispensava minha companhia em entrevistas e fui instrumental apresentando-lhe diversos jornalistas importantes. Recordo um almoço a três em um

restaurante discreto com o famoso colunista Walter Lippmann, que renderia notável artigo dele sobre o Brasil. Em uma das entrevistas de Jango com Kennedy, estava eu presente na comitiva brasileira e o presidente Kennedy saudou-me pelo meu prenome, o que deixou boquiabertos alguns membros da nossa delegação.

Essa frequência assídua à sala de imprensa rendeu-me também pequenas gentilezas do casal presidencial, que tinha uma filha pequena. Assim, minhas filhas Stela e Ana Tereza foram convidadas duas vezes para recepções infantis na Casa Branca: uma vez para o aniversário de Caroline e outra para a representação de uma ópera infantil de Mozart. Stela insistiu em escrever à Jacqueline para agradecer-lhe e a primeira dama respondeu-lhe que teria muito prazer em convidá-la outra vez, o que ocorreu semanas depois. Até hoje Stela guarda como um tesouro a cartinha pessoal de Jacqueline Kennedy.

A corte do presidente Kennedy é conhecida como Camelot e é lembrada até hoje como o período em que os EUA tiveram a maior simpatia mundial. Com sua bela mulher Jacqueline, ele utilizou seu enorme carisma pessoal para encantar gregos e troianos. Eu estava em Roma, em uma conferência da FAO, quando ele foi assassinado em Dallas, em 1963. Foi uma consternação mundial. Em Roma até o partido comunista italiano fez colar cartazes nas paredes da capital lamentando a sua morte. Nunca mais teve os EUA um presidente tão popular a nível mundial. No entanto, em seus três anos de presidência ele cometeu dois erros graves também a nível mundial: o lamentável ataque fracassado a Cuba e o início da guerra do Vietnã. Se ele tivesse chegado ao segundo mandato, provavelmente teria perdido grande parte de seu enorme prestígio nacional e internacional.

A 22 de novembro de 2013 foi recordada mundialmente a data dos 50 anos de seu assassinato em Dallas, até hoje bastante misterioso. Apesar de seu enorme carisma e de ser notório namorado, ele era um homem doente da espinha dorsal, andava sempre com um colete apertado para lhe dar apoio e trabalhava regularmente em uma cadeira de balanço, que lhe aliviava as dores. Fiquei contente ao ler que sua filha Caroline, que conheci na Casa Branca aos 7 ou 8 anos de idade, é hoje a embaixadora dos EUA no Japão.

2. Viagem ao rancho do presidente Lyndon Johnson

Servi em Washington duas vezes: a primeira na embaixada, de 1959 ao fim de 1962, e a segunda, na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1967 a 1969. Devo a primeira dessas designações ao embaixador Azeredo da Silveira, que me salvou do agradável marasmo do consulado de Nápoles em 1958. Ficáramos amigos quando ele era cônsul em Florença e mais tarde, na chefia da Divisão de Pessoal obteve minha designação para Washington para agilizar minha carreira, que estava lenta. Cheguei a Washington como segundo-secretário e de lá saí conselheiro, quatro anos depois, galgando dois degraus na carreira. Da segunda vez que trabalhei na capital americana, coube a Ilmar Pena Marinho, meu compadre (fui padrinho de seu segundo casamento em Baltimore), chamar-me para representante alterno na OEA.

Minha citada participação na Missão junto a OEA foi altamente proveitosa, pois nos sete meses em que fiquei como chefe interino da missão, pude aparecer bastante perante a cúpula do Itamaraty, sobretudo no caso da convocação da Comissão Econômica da América Latina (CECLA), logo após a posse do presidente Nixon. De lá regresssei ao Itamaraty, em fins de 1969, a convite do chanceler Magalhães Pinto, para chefiar o Departamento Cultural e de

Informações do MRE. Dois anos depois era nomeado embaixador no Equador pelo chanceler Mario Gibson Barboza, amigo de longa data e ex-embaixador em Washington, que apreciava minha atuação na OEA. Mas estou me demorando demais para chegar a Lyndon Johnson...

No período em que estive a cargo da Missão na OEA (intervalo de sete meses entre a partida para Moscou de Ilmar Pena Marinho e a chegada de Henrique Rodrigues Valle, que vinha de Copenhague), ocorreu fato curioso. Havia descontentamento geral na América Latina com os EUA, pois o presidente Johnson prometera vultoso auxílio financeiro para a região, que o Congresso americano afinal não aprovou. Habilmente, para amaciar os comentários dos embaixadores e *Chargés d’Affaires* (como era o meu caso), Lyndon Johnson decidiu convidar todos os chefes de missão latino-americanos em Washington, com suas esposas, para um fim de semana em San Antonio, Texas, perto de seu rancho, onde fomos recebidos principescamente. Eles foram anfitriões perfeitos, esforçando-se para debelar nosso descontentamento e colocando a culpa no Congresso, que não aceitara sua proposta financeira. Viajamos no avião presidencial *Air Force One* e gozamos de todas as mordomias possíveis. Johnson explicou-me pessoalmente suas dificuldades políticas e – confesso – deixei-me convencer por suas palavras e ao regressar redigi um telegrama ao Itamaraty procurando melhor explicar o ocorrido. Johnson ofereceu-me um belo relógio de ouro como lembrança e até hoje, conservo uma foto tirada com ele, dedicada com bastante exagero: “To my friend Vasco, sincerely Lyndon Johnson”. Antes da viagem ele nem me conhecia...

Lyndon Johnson era um típico político texano, com grande vivência do Senado norte-americano, mas seus métodos não eram considerados dos mais refinados. Chegou a ser acusado de haver mandado assassinar Kennedy para assumir o seu lugar, o que

obviamente não se comprovou. Quem mandou matar Kennedy foi a máfia, com quem ele não havia cumprido um trato. É inegável, porém, que Johnson teve muita responsabilidade no agravamento da guerra do Vietnam, iniciada pelo seu carismático antecessor.

3. Meu vizinho Richard Nixon

Este sim conheci muito bem e de perto, pois éramos vizinhos na Forest Lane, em Washington (1967-69), uma elegante rua sem saída, ao lado de pequena floresta, no bairro de Georgetown. Nixon morava no círculo final da rua sem saída e seus vizinhos imediatos eram os familiares do famoso general George Patton. Nixon viajava muito, mas quando estava em Washington, tinha o hábito de passear sozinho seu belo cão Irish Setter. Conheci os Nixon na casa de um de nossos vizinhos da Forest Lane e combinamos conversar e passear juntos com nossos cães, quando isso fosse possível. Assim, saímos a caminhar em três oportunidades pela floresta, ou pela rua 44, conversando sobre os temas políticos da época, isto é, dos idos de 1967 e 1968. Como bom político, ele era sempre muito caloroso comigo, o que confesso me lisonjeava. Creio que lhe vendi uma ideia, que pôs parcialmente em prática como presidente mais tarde, no início do seu mandato. Disse-lhe que, em vez de tentar impor uma política aos latino-americanos, deveria o novo presidente solicitar aos nossos países o que os EUA poderiam fazer por eles. Nixon era brilhante, reelegeu-se facilmente e não entendo até hoje como se deixou enredar no escândalo Watergate.

A seu convite compareci à convenção do Partido Republicano em Miami e assisti à sua indicação como candidato, aliás, contra um grande amigo do Brasil, Nelson Rockefeller. Em sua posse como presidente dos EUA, estava eu interinamente como chefe de missão do Brasil na OEA e na recepção oficial ao cumprimentá-lo, ele parou a fila de convidados para conversar e fazer perguntas

sobre nossos vizinhos. Tenho bela foto com ele e minha filha Stela, que me acompanhou na cerimônia.

Seu comportamento durante a gravíssima crise que o levou à renúncia me decepcionou. Recordo, porém, que se as entrevistas de imprensa do presidente Kennedy eram famosas pela precisão das respostas e notável competência, as entrevistas de Nixon, pelo menos do seu primeiro mandato, não ficavam atrás. Seu grande feito foi haver terminado a guerra no Vietnã, o que facilitou sua reeleição. Após a divulgação dos “Pentagon Papers”, ele teve a coragem de admitir os grandes erros de seus antecessores ao enterrar-se no Vietnã, na vaga ilusão de deter os comunistas na Indochina. Encerrou a horrível carnificina que tanto comprometeu a imagem internacional dos Estados Unidos e tantas vidas inutilmente sacrificou.

4. *Dear Henry (Kissinger)*

Kissinger não foi presidente, nem primeiro-ministro, mas teve influência mundial extraordinária nos anos 60 e 70, quando foi o secretário de Estado norte-americano, no governo Nixon. Antes fora assessor político de Kennedy e se celebrou por seus esforços pacificadores nas crises de Berlim, do Vietnã e no Oriente Próximo. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1973 juntamente com o negociador vietnamita Le Duc Tho. Quando ainda era quase um desconhecido em 1959 e acabava de publicar um livro excelente – *The Necessity for Choice* – fui visitá-lo na Universidade de Harvard, onde ensinava. Recordo que, como chefe do setor cultural e de imprensa da embaixada do Brasil em Washington, viajava muito para visitar universidades e jornais importantes para tentar explicar temas controvertidos alusivos ao nosso país. Houve simpatia mútua e animei-o a visitar o Brasil. Pouco tempo depois, auxiliiei-o a organizar sua primeira visita ao nosso país e consegui

hospedá-lo no Rio de Janeiro no apartamento de um parente meu na Avenida Rui Barbosa.

Em 1961, o presidente Kennedy chamou-o para assessorá-lo em temas da Guerra Fria e encontrei-o na Casa Branca na sala de imprensa. Conversamos animadamente e combinamos almoçar juntos. Não acreditava que tivesse tempo para mim, mas para minha surpresa telefonou-me dias depois e almoçamos em um pequeno restaurante francês perto da Casa Branca chamado “Chez François”. A conversa foi curiosa, pois eu tentei abordá-lo em questões da América Latina e do Brasil e ele subitamente me interrompeu: “Estamos almoçando como amigos e não devo discutir temas de trabalho com você. Além disso, não tenho tempo para a América Latina, pois só me ocupo de coisas muito importantes para os EUA, como a crise de Berlim neste momento. Falemos de futebol”. Despedimo-nos amigavelmente e não o vi mais até minha partida da capital americana no final de 1962.

Em 1969, o presidente Nixon assumiu a presidência e convidou Kissinger para secretário de Estado. Encontrava-me de novo em Washington, agora em nossa Missão junto à OEA, e resolvi telefonar-lhe para dar os parabéns e desejar-lhe sucesso. Ele me atendeu imediatamente e convidou-me para almoçar, o que me surpreendeu. Nesse almoço voltei a tentar falar do Brasil e de temas latino-americanos que nos preocupavam na OEA e ele foi outra vez seco comigo: “Eu não tenho tempo para a América Latina. Se você tiver algum assunto importante, fale com o Sr. fulano de tal”. Não me recordo agora do nome de seu assessor, mas, estranhamente, Kissinger tinha um assessor para a América Latina que era um húngaro! Curioso país os EUA, que tinha como secretário de Estado um alemão naturalizado e como encarregado da América Latina um húngaro!

Não vi mais Kissinger até Brasília, em 1976, quando ele visitou o Brasil a convite do chanceler Azeredo da Silveira, com quem mantinha excelente relacionamento e se tratavam de “Dear Henry” e “Dear Antonio”. Na fila de cumprimentos no salão de honra, na recepção oficial no Palácio Itamaraty de Brasília, estavam a receber os convidados Silveira e Henry Kissinger. Quando Silveira tentou apresentar-me como seu colaborador, Kissinger exclamou bem alto: “Vasco! What a pleasure to see you here!” (“que prazer em vê-lo aqui”). E foi amabilíssimo, para surpresa das pessoas próximas. Silveira depois me perguntou de onde o conhecia e eu contei-lhe o que está escrito acima. Conversei rapidamente com Kissinger, pela última vez, em Jerusalém, por ocasião do enterro de Golda Meir, em 1980. Ele tem muita simpatia pelo Brasil e é um entusiasta do futebol brasileiro. Em seu livro *Years of Renewal* ele menciona o nosso chanceler Silveira com muita consideração. Até hoje, 30 anos depois, ele ainda é influente e acaba de publicar um bom livro sobre a China¹³.

5. Robert (Bob) Kennedy

Bob Kennedy impressionava porque ele desenvolvia uma atividade política extraordinária. Alguns comentaristas o consideravam a grande inteligência da família Kennedy e muitos acreditavam que ele seria presidente depois do assassinato do JFK. Quando tudo parecia bem encaminhado, infelizmente, também ele foi morto pela máfia. Ele pouco tinha a ver com o trabalho das embaixadas, mas no início do governo Kennedy, Bob se interessou muito pelas universidades. Certa vez fui convidado para um almoço na prestigiosa Universidade de Georgetown, em Washington, e sentaram-me ao seu lado, talvez porque o reitor sabia que eu falava bem o inglês. A conversa começou divertida, mas tornou-se séria e quase nos engalfinhamos.

13 Cf. Henry Kissinger, *Sobre a China*, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2011.

Perguntou-me o famoso irmão do presidente o que era aquela historietta de política externa independente. Procurei definir o que o Brasil pretendia ao defender aquela teoria. Ele sorriu e disse: “Ninguém é independente, todos os países são dependentes uns dos outros”. Aí eu tentei qualificar melhor nossa teoria, dizendo que, sem dúvida, o mundo estava polarizado no momento entre russos e norte-americanos, mas dentro de cada bloco havia *nuances* de independência. O Brasil indiscutivelmente fazia parte do mundo ocidental, mas desejava ter uma certa autonomia, dentro de nosso bloco, para ter relações com alguns países que nos interessavam. Citei Cuba, com quem os EUA estavam em péssimas relações, mas que nós brasileiros, gostaríamos de manter um bom entendimento com Havana, o que inclusive poderia ser útil amanhã para uma eventual reconciliação. Bob resmungou algo que não entendi e eu prossegui: “Vocês, americanos, às vezes têm diferenças de opinião com o general De Gaulle, mas nem por isso a França deixa de ser menos confiável”. Bob Kennedy então cresceu para mim dizendo em tom de voz mais alto: “O Brasil não pode se comparar com a França!”. Retruquei: “Aceito até certo ponto, mas vejamos o caso do México. Os mexicanos dão todo o apoio aos cubanos, mas conseguem manter ótimas relações com Washington”. Kennedy irritou-se, começou a falar alto, dizendo que o México é um caso especial. Baixou o tom depois e explicou: “No decorrer da história a América cometeu inúmeras violências com os mexicanos e nos EUA existe ainda hoje uma elite intelectual que tem sensação de culpa em relação a certas atitudes mexicanas”. E virou-se para o outro lado da mesa para conversar com o outro vizinho. Ao final do almoço, ele se arrependeu da grosseria e me estendeu a mão, dizendo que tinha gostado muito de conversar comigo.

6. Um estranho almoço de despedida em Washington

O embaixador Vasco Leitão da Cunha foi um dos diplomatas brasileiros mais queridos e mais competentes da carreira. Jovem

ainda, teve uma passagem dramática pelo Ministério da Justiça de Getúlio Vargas, como chefe de gabinete, e ousou prender o famoso chefe de polícia Filinto Müller. Homem de extraordinário encanto pessoal, teve a delicada missão de ser o representante político do Brasil junto ao general De Gaulle, na Argélia, e desempenhou-se tão bem que conseguiu conquistar a amizade pessoal do controvertido militar francês. Em seu importante livro *Memórias da Guerra*¹⁴, De Gaulle elogiou a sua boa atuação em Argel. Quando Vasco chefiou nossa missão diplomática em Moscou, conseguiu seduzir os mal-encarados dirigentes soviéticos de tal modo que lá era conhecido por *kniiaz*, isto é, “o príncipe”.

Desejo relembrar um episódio constrangedor do qual participei em Washington, em 1968. Era eu o chefe interino da Missão do Brasil junto à OEA, na prolongada ausência do embaixador Ilmar Penna Marinho, quando Leitão da Cunha, então embaixador em Washington, estava por atingir o limite de idade para a aposentadoria, aos 65 anos, e em breve deixaria o posto. Tínhamos excelentes relações desde o período em que ele fora chanceler e eu era chefe da Divisão de Difusão Cultural, e depois, como dois chefes de missão na capital americana, conversávamos bastante e trocávamos informações políticas amiúde, com proveito recíproco.

Recebi então convite pessoal do secretário de Estado Dean Rusk para um almoço íntimo de despedida ao embaixador Leitão da Cunha, a realizar-se no seu próprio gabinete do Departamento de Estado. Esta foi a minha primeira surpresa, pois a partida de um embaixador notável como Vasco, de um país relativamente importante como o Brasil, certamente mereceria almoço maior, ou um jantar formal com a presença de várias personalidades

14 Cf. Charles De Gaulle, *Memórias de Guerra*, 3 volumes, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1977.

locais. Afinal, ele não era o enviado do Mali ou do Afeganistão. Ao chegar ao gabinete de Dean Rusk, aconteceu a segunda surpresa: os convidados externos eram apenas o homenageado, o então ministro Geraldo Silos, encarregado de negócios da Missão na ONU, eu como chefe interino da Missão na OEA e o ministro-conselheiro da embaixada brasileira, Jorge de Sá Almeida, que assumiria o lugar de Vasco *ad interim* até a chegada do novo titular. Os norte-americanos eram apenas dois: o secretário de Estado e o subsecretário para assuntos interamericanos.

Mas a surpresa maior ainda estava por vir: fomos levados a uma saleta ao lado, onde se via uma mesa para seis pessoas, posta com a maior simplicidade. Ao sentar-me, fiquei indignado: os pratos eram de papelão, os talheres de plástico e os copos de papel! Como o secretário de Estado dos Estados Unidos da América podia oferecer o almoço de despedida a um diplomata do porte de Vasco Leitão da Cunha, um embaixador do Brasil que se aposentava após carreira brilhante, ex-chanceler de seu país, com um serviço de mesa em plástico e papelão? O homenageado deve ter ficado chocado também, talvez mais do que eu, porque afinal era ele o atingido pela *capitis diminutio* que aparentemente lhe infligia o Secretário de Estado americano. Vasco procurou ser natural e conversou com seu habitual *charme*, mas observei que sentiu a estocada. Quase não participei da conversa e o almoço durou pouco mais de meia hora, sem discursos, e a despedida foi sumária. Dean Rusk deu em Vasco um abraço e um tapinha nas costas, desejando-lhe boa viagem *home*. Confesso que fiquei estarecido com aquele show de diplomacia norte-americana e saí sem dizer palavra e sem comentar nada com meus colegas, que devem ter observado o mesmo que eu. Nunca tive oportunidade de conversar com Silos ou Sá Almeida sobre o assunto.

Era inexplicável tal frieza e fiquei matutando os motivos, pois na época as relações entre os dois países eram muito boas.

Não tive ocasião de comentar o fato com o próprio Vasco antes de sua partida de Washington e aquele quadro constrangedor me ficou na memória por bastante tempo. Isso ocorreu em agosto de 1968. Um ano depois tomava eu posse no Itamaraty, perante o chanceler Magalhães Pinto, como chefe do Departamento Cultural, e para minha surpresa compareceram à cerimônia dois ex-chanceleres: o embaixador Vasco Leitão da Cunha e o general Juracy Magalhães, com quem eu havia trabalhado anteriormente como chefe da Divisão da Europa e sido por ele promovido a ministro de segunda classe, em 1967. Agradei a presença do meu ilustre xará e perguntei-lhe se aceitaria convite para um almoço, com o que concordou imediatamente.

Esse almoço na tranquilidade do “Albamar” foi admirável. Vasco pareceu-me um pouco deprimido, lamentou haver feito poucas economias na carreira e queixou-se da modéstia dos vencimentos dos embaixadores aposentados. D. Nininha estava enferma e os gastos com médicos e remédios eram vultosos. Disse-me mais ou menos o seguinte: “Recebi amável convite de um amigo para integrar o conselho de uma grande empresa norte-americana, que se ocupa de um assunto sobre o qual pouco entendo. Hesitei, mas acabei aceitando, pois o *jeton* me ajuda a chegar ao fim do mês com menos preocupação”. Confesso que eu fiquei com o coração apertado e pensei como seria o meu futuro como aposentado. Lembro que a atual aposentadoria digna dos diplomatas só foi finalmente obtida pelo chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, quinze anos depois, durante o governo Figueiredo.

Falamos sobre os temas internacionais correntes até que me atrevi a tocar no ponto sensível daquele almoço, objeto da minha curiosidade: a sua despedida de Washington pelo secretário de Estado Dean Rusk, no ano anterior. Vasco fez um gesto com a mão, como que para afastar uma má lembrança. Respondeu-me mais ou menos o seguinte: “Até hoje não entendi o que aconteceu. Não

era praxe despedir embaixadores daquela maneira e não consegui acreditar que toda aquela simplicidade fosse uma prova de especial apreço. Sempre tivera relações cordiais com Dean Rusk, embora sem qualquer intimidade. Você vai se espantar se eu lhe disser que a única explicação que imagino para aquele almoço tão informal é que eu ‘paguei o pato’ pelo ressentimento que Rusk continuava a sentir pelo Brasil e, em especial, contra San Tiago Dantas. Ele jamais perdoou as humilhações que o San Tiago lhe infligiu no Uruguai, por ocasião da expulsão de Cuba da OEA, em 1962, na conferência de Punta del Este”. Será que foi isso mesmo, eu me perguntei? Preferi não discutir a sua interpretação do episódio e passamos a outro assunto

Após a homenagem que foi feita no Itamaraty a Vasco Leitão da Cunha por ocasião do seu centenário de nascimento, em setembro de 2003, comentei o caso com o ex-chanceler Mário Gibson Barboza, seu sucessor como embaixador em Washington. Para minha surpresa, considerou ele o almoço íntimo oferecido por Dean Rusk como uma prova de apreço, pois não era praxe que o secretário de Estado oferecesse almoço ou jantar de despedida aos numerosos embaixadores sediados em Washington, perto de 200. Com exceção talvez da despedida dos embaixadores dos grandes países, o hábito era que o subsecretário da área geográfica presidisse um almoço em homenagem ao diplomata de saída. O que Gibson tampouco entendeu foi a excessiva informalidade de Dean Rusk ao se despedir de Vasco, um ex-chanceler tal como ele, com talheres e copos de plástico e pratos de papelão. Será que ele sempre almoçava assim?

7. Reescrevendo a plataforma democrática norte-americana

Ao escrever sobre Nixon, mencionei acima o edifício Watergate, que pertence ao Vaticano, e lá ocorreu comigo um episódio insólito

em 1968. No andar de cima do prédio onde a nossa Missão na OEA está sediada até hoje, estava instalado também o secretariado do Partido Democrático americano e eu me cruzava amiúde, no *hall* do edifício e nos elevadores, com Larry O'Brien, o ruivo e simpático secretário-geral do partido. À cata de notícias políticas em primeira mão, convidei-o para almoçar e conversamos bastante sobre a conjuntura política, as próximas eleições presidenciais e os problemas interamericanos. Certo dia estava no meu escritório na chancelaria da Missão brasileira na OEA, quando irrompeu pela minha sala o Sr. O'Brien com um papel na mão. Fechou a porta da sala e me disse: "Este é um parágrafo que se refere à América Latina da plataforma do Partido Democrático para as próximas eleições. Não estou gostando nada desta redação e gostaria que você desse uma olhadela e fizesse alguns comentários".

Fiquei muito surpreso, mas li com atenção o pequeno texto de umas dez linhas que me entregara e abanei a cabeça duas vezes. O'Brien me perguntou o que estava achando. Reli o tal parágrafo em voz alta e fiz algumas observações, pois havia referências que poderiam não ser bem interpretadas no nosso continente. O político democrata aceitou meus comentários e pediu-me que reescrevesse o texto com as modificações que eu havia sugerido. Ficou sentado na poltrona ao meu lado, enquanto eu datilografava minhas alterações, que aliás eram poucas. Ao final agradeceu efusivamente minha colaboração e saiu disparado. Vênus, a bela recepcionista da nossa delegação, foi testemunha da entrada *en trombe* de Larry O'Brien, pois ela correu atrás dele e chegaram juntos à minha sala, onde a dispensei. Vênus viu também a saída apressada dele.

Eu nada disse aos meus colegas, pois pareceria pretensioso o que acabava de acontecer. Só relatei o fato vários dias depois, quando foi publicada em todos os jornais do país a plataforma democrática, e lá estava o parágrafo com a minha redação!

Informei oficialmente o Itamaraty do ocorrido, mas não obtive resposta. Creio que julgaram que eu menti. Na verdade, minhas modificações foram pequenas, mas com elas pude evitar frases que poderiam ferir suscetibilidades em países do continente. O'Brien depois retribuiu meu convite para almoçar, comentamos o fato e ele convidou-me a comparecer à convenção do partido em Chicago. Recebi um local excelente para assistir às cerimônias, o que constituiu notável experiência para mim e me rendeu um bom telegrama para a Secretaria de Estado.

O que o democrata O'Brien não sabia – e não lhe disse – é que, na época, eu era vizinho de Richard Nixon na Forest Lane, em Georgetown, dava-me muito bem com ele e às vezes saíamos a passear nossos cães pelas vizinhanças. Nixon me convidou também para assistir à convenção republicana em Miami, à qual compareci com muito prazer. Remeto o leitor à página 106 deste livro, onde relatei episódios interessantes das minhas curiosas relações com o controverso presidente dos EUA.

8. O misterioso general Vernon Walters

O general Walters era um misterioso militar norte-americano que teve múltipla e curiosíssima atuação em sua longa carreira. Começou durante a II Guerra Mundial como um simples intérprete militar, conviveu com os maiores líderes mundiais e acabou atingindo alguns dos mais altos cargos do Governo de seu país, tais como representante dos EUA nas Nações Unidas, diretor da CIA, embaixador na Alemanha, etc. Seu livro de memórias relata fatos mirabolantes, dignos de serem aproveitados em um filme de capa e espada. Pois esse homem legendário, de renome mundial, era um bom amigo e admirador do Brasil.

Conhecemo-nos no tempo em que ele servia no Brasil como Adido Militar da embaixada norte-americana, nos anos cinquenta e sessenta. Na qualidade de *desk officer* dos EUA, na Divisão

Política do Itamaraty, eu mantinha constante contato com alguns diplomatas daquela embaixada, tratando dos mais variados temas das relações bilaterais. Também no tempo em que trabalhei em Washington encontrei-me com Walters mais de uma vez. Vernon era um poliglota e falava correntemente o português, ao ponto de fazer palestras de improviso em nossa língua. Durante sua longa permanência no Brasil manteve relações bastante íntimas com os mais importantes militares brasileiros. Era inegável a sua influência entre os militares brasileiros daquela época, e tinha certamente mais intimidade com eles do que o próprio embaixador Lincoln Gordon, seu chefe.

Já aposentado e bastante enfermo, Walters ainda esteve no Brasil no início de 2003 e eu fui convidado pelo coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, então presidente do Instituto Geográfico e Histórico Militar, para assistir a uma palestra dele no Clube Naval. Ele reconheceu-me logo e recordou momentos de nossos anteriores encontros. Vernon falou sobre a conjuntura mundial com a maior franqueza e desenvoltura por mais de uma hora, em português e de improviso. Não poupou a administração Bush por seus erros políticos e acreditava que somente com a participação de tropas da ONU se poderá conter o conflito palestino-israelense, o que talvez ainda venha a acontecer...

Depois da palestra almoçamos *en petit comité* no restaurante “Navegador” daquele prestigioso clube e Vernon Walters conversou conosco com a maior intimidade, dizendo – por exemplo – que em 1964, por ocasião do golpe militar de 31 de março, havia uma esquadra norte-americana ao largo do Rio de Janeiro, prestes a entrar em ação, caso a intentona não tivesse sucesso. Aliás, em meados de março de 1964, eu já havia desconfiado do papel político da embaixada americana em Brasília na eclosão da revolução dita “redentora”. Uma discreta inconfidência do adido de

imprensa norte-americano no Rio de Janeiro com quem almoçara, confirmou-me o fato. Vide comentário na página 61.

Vernon Walters obviamente veio ao Brasil em 2003 para fazer uma avaliação da situação política brasileira após a posse de Lula. A mando de altas autoridades militares de seu país, aqui passou três semanas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília conversando com velhos amigos militares e personalidades nacionais. Regressou à sua casa na Flórida para redigir um relatório e poucos meses mais tarde veio a falecer. Tinha mais de 80 anos. Foi um extraordinário personagem que atravessou cinquenta anos de crises mundiais sempre no primeiro escalão.

CAPÍTULO 10

A DIPLOMACIA MULTILATERAL

1. Um jovem diplomata nas Nações Unidas

Durante os quatro anos em que trabalhei na embaixada em Washington (1959-62) fui designado três vezes para integrar a Missão junto às Nações Unidas, nas Assembleias Gerais de 1960, 61 e 62. Eram cerca de três meses em Nova York, de meados de setembro a meados de dezembro, vivendo em hotel, comendo em restaurantes, sem muito conforto, mas o investimento na carreira, a experiência que estava ganhando, os políticos importantes com quem convivi, justificaram o sacrifício da separação parcial da família. Aliás, quase todos os fins de semana eu viajava para Washington, onde estava lotado como diplomata na embaixada brasileira. Minha carreira diplomática, que andava meio emperrada, deu um salto. Em quatro anos tive duas promoções: passei de segundo-secretário a conselheiro de embaixada e oito anos depois já era embaixador no Equador, o mais jovem chefe de Missão no momento. Na realidade, as duas permanências em Washington, na

embaixada, e mais tarde na Missão junto à OEA, foram decisivas para a minha carreira e talvez os dois períodos mais interessantes.

Esses três estágios na ONU foram extremamente instrutivos, pois até então não tinha tido oportunidade de atuar na diplomacia parlamentar e acompanhar de perto os fatos importantes da época. Um ano antes, exercia eu a função de cônsul do Brasil em Nápoles, sede agradabilíssima, mas longe de tudo de maior significação internacional. Em 1960, graças a meu saudoso amigo, embaixador Cyro de Freitas-Valle, fui requisitado da embaixada em Washington para colaborar na Missão na ONU, em uma Assembleia Geral que seria uma das mais importantes da história, com a participação de dezenas de chefes de estado dos novos países africanos e asiáticos, que acabavam de alcançar a independência. Houve sessões memoráveis, como aquela em que Kruschew interrompeu o discurso do primeiro-ministro inglês Harold MacMillan, golpeando a bancada com uma sandália. Os jornais mencionaram que ele havia batido com o sapato na mesa, mas minha mulher, que estava presente no plenário, disse-me que foi mesmo uma sandália. É muito comum na Rússia e em países da Europa Oriental o estranho hábito de usar no verão sandálias com meias.

Como eu era inexperiente na ONU, o embaixador colocou-me no plenário com a tarefa de acompanhar os discursos dos presidentes ou chefes de delegações, anotar pontos de interesse para o Brasil e fatos inusitados, fazendo-lhe depois rápido relatório ao fim da tarde e, quando fosse o caso, preparar um telegrama para o Itamaraty. Recordo hoje, 42 anos depois, que fiquei impressionado com o discurso de Fidel Castro, que pronunciou eloquente catilinária contra os EUA. Recém-vitorioso, era um excelente orador e conseguiu prender o auditório por quase duas horas. A delegação cubana havia provocado escândalo nos jornais nova-iorquinos pelo seu original comportamento no hotel onde estavam hospedados. Os cubanos compravam galinhas vivas, as

depenavam nos corredores do hotel e as cozinham nos quartos! Os discursos mais interessantes no plenário da ONU foram os de Nehru, Nasser, Tito e Sukarno, líderes famosos na época, que depois vi de perto no *Delegate's lounge*.

Ao terminarem os discursos dos chefes de Estado, Freitas Vale designou-me para assessorar nosso delegado na Segunda Comissão, de assuntos econômicos. Ali fiz estreia como orador na ONU, apresentando um ingrato projeto brasileiro de cooperação nuclear, que meu chefe me deu para defender, porque já sabia de antemão ser de aprovação difícil. Solicitávamos às potências nucleares a transferência de tecnologia aos países emergentes. O delegado francês caiu em cima de mim sem piedade, dizendo que o Brasil não tinha nada que desenvolver programas nucleares e foi apoiado logo em seguida pelos delegados dos EUA e da Inglaterra. Recebi, entretanto, vivo apoio dos delegados da Iugoslávia, Índia e Argentina, além de outros países em desenvolvimento. Não conseguimos maioria, é claro, e à noitinha Cyro consolou-me. Foi meu batismo de fogo. Mais divertida foi a conversa que tive com Gilberto Amado na biblioteca da Missão, quando ele me afirmou que eu devia aprender a perder, pois todo homem deve ser humilde, como Jesus Cristo e... ele, Gilberto! Que comparação! Quanta modéstia! Dei uma boa gargalhada e passou o aborrecimento. Aprendi também que, na diplomacia parlamentar, as instruções difíceis de cumprir ou defender ficam sempre nas mãos dos jovens assessores, pois os chefes não gostam de se arriscar a fracassos, que seus colegas e competidores poderão utilizar contra eles.

Aquele estágio na Segunda Comissão da ONU em 1960 valeu-me a amizade de um dos membros mais influentes da Delegação, o jornalista Manoel Francisco do Nascimento Brito, diretor-presidente do *Jornal do Brasil*, que me convidou a colaborar no jornal, na prestigiosa página “Opinião”, com artigos semanais sobre a política norte-americana e interamericana. No capítulo anterior

mencionei detidamente essa colaboração no JB, que durou dois anos e renasceu em 1991 depois da minha aposentadoria.

Mas a Assembleia Geral da ONU de 1960 proporcionou-me também curiosa experiência: privei com alguns famosos políticos brasileiros, que lá estavam como observadores parlamentares, experiência que o Congresso Nacional continua até hoje a proporcionar a meia dúzia de privilegiados. Para alguns, é uma recompensa que o Governo deseja oferecer, para outros o investimento em jovens parlamentares brilhantes que vão a Nova York ampliar seus horizontes. Hospedava-me no Hotel Blackstone, na Rua 58, quase na esquina de Park Avenue, hoje derrubado. Era conveniente, pois pela manhã sempre eu devia passar pela chancelaria da Missão, duas quadras mais abaixo na Park Avenue, para buscar documentação, conversar e receber instruções do chefe de nossa delegação.

Em 1960 hospedaram-se no Hotel Blackstone três senadores importantes: Benedito Valadares, Vitorino Freire e Mário Martins, e costumávamos tomar o *breakfast* juntos. Ouvi histórias divertidas e confidências políticas surpreendentes. Benedito, com fama de pouco iluminado, me pareceu espertíssimo e dono de amplo repertório de anedotas mineiras. Vitorino era bom contador de *causos* do folclore político maranhense. Fiz amizade com Mário Martins, jornalista experiente, o que me valeu, no ano seguinte, a reconvocação para a Assembleia Geral de 1961. Aliás, eu era bastante popular entre os parlamentares, pois estava motorizado com um velho Buick que trouxera de Washington e lhes dava caronas frequentes. Fazíamos passeios pelos arredores de Nova York, e eu lhes fornecia esclarecimentos sobre o dia a dia da ONU e da grande metrópole. Em suma, foi uma convivência instrutiva e divertida para mim, que me abriu os olhos para as várias facetas de nossa vida política e me rendeu algumas boas amizades, que me foram úteis mais tarde na minha carreira diplomática.

Em 1961 estava de novo em Nova York a convite do chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, com quem estabeleci boa amizade, que se prolongou até sua morte. Fui designado para a Terceira Comissão, de direitos humanos, para assessorar duas personalidades bem díspares de fora do Itamaraty: o jurista Lineu de Albuquerque Melo e o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, homem de esquerda, mulato, uma inteligência brilhante. Depois da revolução de 1964, ele teve de asilar-se nos EUA, onde ensinou na Universidade da Califórnia, lá falecendo prematuramente. O “meu” observador parlamentar era o jovem deputado José Sarney, muito interessado por tudo na ONU e que frequentou nossa Comissão com assiduidade, o que não era comum entre os outros congressistas. Habitualmente eles preferiam ir a museus ou fazer compras nas lojas elegantes da cidade com as esposas ou namoradas, em vez de acompanhar os trabalhos de suas respectivas comissões.

Eram muito vaidosos os meus dois chefes, gostavam de chegar cedo à sala da nossa Comissão e sentar-se na primeira cadeira de nossa delegação, onde estava a placa BRAZIL. Divertia-me com o desapontamento do retardatário, vendo o outro já instalado na cadeira principal e sendo obrigado a sentar-se atrás dele. Curiosamente, quando era necessário intervir nos debates, saiam da poltrona principal e me pediam para participar das discussões, com o pretexto: “Você fala melhor inglês do que eu”. Trocando em miúdos: se as instruções recebidas do Itamaraty não fossem aprovadas pela Comissão, o fracasso era meu e não deles. Mas fiz boa camaradagem com os dois delegados, especialmente com o Dr. Lineu, reitor da UFRJ, homem educado e culto, que evoluiu muito bem na Comissão e acabou seu presidente no ano seguinte, em 1962, prestigiado pelo seu saber jurídico.

Uma curiosidade de Guerreiro Ramos: certa vez durante uma sessão da Comissão ele passou todo o tempo preenchendo cartões postais para amigos e correligionários no Brasil. Escrevia ele:

“Quem diria que eu – um negro – estaria aqui na ONU sentado entre os delegados da Inglaterra e da França representando o nosso Brasil?”. E ele comentou comigo rindo: “Os meus amigos não sabem que, aqui na ONU, estamos mesmo é entre os delegados da Bolívia e os da Bulgária [...]”. Certa vez, Guerreiro Ramos, Sarney e eu fomos, com nossas esposas, a uma boate no Harlem ouvir Lena Horne. Tivemos de sair logo depois do “show” porque o público totalmente negro estava inquieto com a nossa presença. Lembro ao leitor que só depois do governo Kennedy é que melhorou bastante a convivência de raças nos EUA.

Em 1961 debatia-se na Terceira Comissão o texto da Carta dos Direitos do Homem e os problemas relativos ao matrimônio, em especial a idade mínima para o casamento da mulher, tema muito delicado para os delegados dos países muçulmanos. Eles exigiam uma idade mínima muito baixa para o casamento, 11 anos apenas. Nesses países de clima quente são comuns os matrimônios com meninas de onze ou doze anos, já que elas atingem a puberdade muito cedo. Isso escandalizava sobretudo os delegados dos países escandinavos, onde devido ao frio intenso de seu clima as mulheres atingem a puberdade somente aos 18 anos. Passamos semanas debatendo exaustivamente esses problemas e, a muito custo, conseguimos razoável consenso em estabelecer a idade mínima em 15 anos, e isso mesmo com reservas de vários delegados muçulmanos, que insistiam em afirmar que as jovens em seus países “amadureciam para o amor mais cedo”.

Existia na ONU naquela época um representante permanente da Arábia Saudita que era uma verdadeira memória ambulante da entidade. O Dr. Baroody estava em sua delegação desde a primeira Assembleia em 1946 e ainda sabia tudo de cor quinze anos depois. Os países por vezes acabam evoluindo de posição em certos temas mais delicados e Baroody gostava de interromper os colegas de Comissão nos debates, recordando-lhes opiniões incômodas de

seus predecessores, que os novos delegados preferiam esquecer. Isso os irritava, até que chegou o dia em que se vingaram do falante representante da Arábia Saudita. Fiz boa camaradagem com o Dr. Baroody, que tinha primos em São Paulo. Dele me servi para obter apoio dos países muçulmanos em projetos de nosso interesse na Terceira Comissão

Certa vez, no meio de acirrado debate, Baroody pediu a palavra como *point of order* e anunciou solenemente algo que deixou estarecidos os seus colegas: o rei Saud, da Arábia Saudita, acabava de assinar naquela manhã a abolição da escravatura em seu país! Todos ficaram boquiabertos e se entreolharam, fazendo um silêncio sepulcral. Dois minutos depois, o presidente da sessão resolveu dar prosseguimento aos debates sem tomar conhecimento da comunicação de Baroody. Ao fim da reunião, ele veio falar comigo, indignado com o silêncio dos colegas. Repliquei-lhe indagando sobre o que pretendia que fizéssemos? Exclamou: “Pelo menos podiam dar uma salva de palmas e um voto de louvor pela decisão do rei!”. Respondi que ele deveria ter combinado isso com seus colegas islâmicos para puxar o aplauso. Lembrei-lhe que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravatura, no final do século XIX, e assim mesmo fomos censurados por só havê-lo feito em 1888. Curiosamente, em 2004, li em nossos jornais que vários fazendeiros do nosso interior profundo do norte e nordeste foram flagrados e presos por manter trabalho quase escravo em suas propriedades...

2. A cotovelada em Nikita Krushev

Vim a conhecer Krushev em Nova York, durante a célebre Assembleia Geral da ONU de 1960, quando numerosos chefes de Estado assistiram às sessões. Era a primeira vez em que compareceram os chefes de Estado e embaixadores dos países africanos e asiáticos recentemente independentes. Foi uma grande

Assembleia, uma das mais importantes da história da ONU. Eu era um jovem segundo-secretário da embaixada em Washington, deslocado para integrar nossa missão na ONU. Cyro de Freitas-Valle, era o chefe da delegação, após o regresso do chanceler Horácio Lafer.

Ainda inexperiente dos trabalhos da ONU, Cyro designou-me para o plenário da Assembleia Geral e eu deveria anotar os fatos importantes que lá ocorriam. Durante aquelas semanas em que estive no plenário quem estava sentado imediatamente atrás de mim era a delegação soviética. Na primeira poltrona atrás das cadeiras ocupadas pela delegação brasileira estava o chefe da delegação russa, nem mais nem menos do que Nikita Krushev. Sempre nos cumprimentávamos amavelmente, mas nunca ousei dirigir-lhe a palavra, é claro. Até que aconteceu o impensável!

No intervalo entre dois discursos, Krushev e outro delegado soviético ergueram-se e ficaram de pé conversando exatamente ao meu lado, mas eu não me havia dado conta de que estavam tão próximos. Por minha vez ergui-me para esticar as pernas e, ao ouvir vozes ao lado, virei-me subitamente para a esquerda e... dei uma cotovelada no peito de Krushev, que levou um susto e levantou os braços. Fiquei apavorado e escusei-me em várias línguas. Krushev fez um gesto de entender o acontecido e continuou a conversar com seu interlocutor. No dia seguinte, cumprimentei-o e desculpei-me outra vez e ele sorriu e encerrou o incidente.

Mas a coisa não ficou por aí, pois ocorreu dias depois um fato curiosíssimo, que bem demonstrou o lado histriônico de Nikita Krushev. O primeiro-ministro inglês Harold MacMillan acabava de falar e Krushev precipitou-se para o pódio para responder-lhe. O ambiente estava tenso e Nikita falou aos berros, vermelho de raiva. Eu me assustei com o incidente e decidi levantar-me para ir telefonar ao chefe da nossa delegação sobre o que estava

acontecendo no plenário. Krushev terminou o seu furibundo aparte e nos cruzamos: ele voltava à sua poltrona e eu saía da sala. O que aconteceu? Ao ver-me, Krushev abriu um sorriso amabilíssimo! E eu fiquei espantado, pois se a raiva que ele demonstrara no pódio dois minutos antes era sincera, como poderia ele dar-me aquele sorriso tão descontraído que me brindou? Concluí que o tom agressivo em que ele estivera falando no pódio, poucos minutos atrás, era puro teatro! Corri para relatar o que presenciei ao nosso chefe da delegação, o embaixador Cyro de Freitas-Valle, que se divertiu muito com a estória e relatou-a a outros colegas.

3. A noite em que o mundo não acabou (23 de outubro de 1962)

Em 1962, voltei a Nova York para a 18ª Assembleia Geral, por gentil intervenção de San Tiago Dantas e aprovação de Afonso Arinos. Continuei na Terceira Comissão, onde havia me firmado bem e feito bons amigos entre os delegados, o que é importante na ONU. O Dr. Lineu de Albuquerque Melo, então o nosso único delegado, havia melhorado o seu francês, o que lhe assegurou a presidência da Comissão, desempenhando-se com segurança e agrado de todos. Em momentos em que ele não pôde estar na presidência, eu dirigi a Terceira Comissão em seu lugar e creio não haver comprometido nossa delegação.

Foi durante essa Assembleia que ocorreu a grande crise dos mísseis em Cuba. Recordo aquela noite histórica de 23 de outubro de 1962, na qual o mundo quase acabou. Já pela tarde em Nova York o pânico era total: o presidente Kennedy ameaçava bombardear os navios russos carregados com mísseis a serem instalados em Cuba. O impasse era gravíssimo! Consciente do tremendo risco, Krushev ordenou que seus navios navegassem

em círculo para dar tempo a que ele e Kennedy chegassem a um acordo.

Minha esposa estava comigo em Nova York, pois aquele dia era o aniversário de nosso casamento. Nossas filhas permaneciam em Washington em seu colégio, cuidadas pela nossa empregada portuguesa. Deixei-a na tribuna do Conselho de Segurança e fui para a Terceira Comissão, onde trabalhava. Pouco depois, ela veio prevenir-me que a atmosfera do Conselho estava pesadíssima. As emissoras de rádio locais aconselhavam a população a comprar tudo o que fosse líquido nas lojas. Caso houvesse bombardeio nuclear russo de Nova York, certamente o fornecimento de água seria interrompido. A sessão do Conselho de Segurança foi relativamente curta, pois todos os insultos já haviam sido disparados e a situação estava então sendo decidida na Casa Branca, em Washington, e no Kremlin, e não mais na ONU.

Lembro-me de que saímos do prédio da ONU com o embaixador Araújo Castro, preocupadíssimo e ansioso por regressar a seu hotel para telefonar para o Rio de Janeiro e dar instruções a sua mulher Myriam. Encontramos no portão o embaixador da Suécia e Araújo Castro deu-lhe um “Até amanhã!”. O sueco voltou-se para nós e disse: “You are an optimist. There is no tomorrow!”¹⁵. Já era noite fechada e a 1ª Avenida de Nova York estava literalmente vazia. Não havia viva alma nas ruas, pois todos esperavam a bomba atômica russa a qualquer momento. Fomos caminhando em direção ao Hotel Blackstone, na Rua 58, e a meio caminho encontramos um restaurante ainda aberto. De lá telefonamos para Washington para dar instruções a nossas filhas e empregada. Ao sair do restaurante, dei uma gorjeta de US\$ 20,00 ao garçom. Afinal de contas, se o mundo ia acabar, por que não dar uma alegria final ao rapaz?

15 Tradução livre: “Você é um otimista. Não há amanhã”.

No hotel encontramos Gilberto Amado no *hall* conversando com o *concierge*. Estava apavorado e falava sem cessar. É claro que nós estávamos muito tensos também, sobretudo preocupados com nossas filhas em Washington, outro provável alvo dos russos. Pensamos em regressar à capital, mas era tarde demais. Enfim era inútil tomar qualquer outra providência diante da anunciada fatalidade e isso nos deixava em uma estranha calma. Gilberto convidou-nos para tomar um *drink* na sua suíte e lá ficamos até tarde, à espera de alguma notícia pela televisão ou rádio. Às duas da madrugada, exaustos, resolvemos nos retirar para o nosso apartamento. Tomamos tranquilizantes, rezamos um pouco e conseguimos dormir.

E o mundo não se acabou, como naquela marchinha de carnaval cantada por Carmen Miranda. O presidente Kennedy comprometeu-se a não atacar Cuba e a retirar os mísseis da fronteira da Turquia, e o Kremlin ordenou o regresso de seus navios carregados de mísseis. No dia seguinte, a vida retomou o seu curso normal. No Brasil mal se falou do assunto. Jamais esquecerei aquela da noite de 23 de outubro de 1962, de tão angustiosa espera.

Ao final daquele ano terminei meu período no exterior e fui transferido para a Secretaria de Estado, que ainda estava no Rio de Janeiro. Lá comecei a trabalhar na Divisão da ONU, a convite de meu amigo Ramiro Saraiva Guerreiro, depois chanceler do presidente Figueiredo. Não fiquei mais de dois meses naquela repartição, pois fui indicado por meu colega Bráulio Botelho Barbosa a sucedê-lo à frente da Divisão de Política Comercial, que eu iria dirigir por quase dois anos.



CAPÍTULO 11

LEMBRANÇAS DE TRABALHO

EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

(UNESCO, GATT, UNCTAD E FAO)

1. Recordações da UNESCO

Algumas palavras neste capítulo sobre a diplomacia multilateral para comentar minha participação na Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, sediada em Paris. A entidade, fundada em 1945, despertou grande entusiasmo entre intelectuais e artistas brasileiros nos primeiros anos de suas atividades. Em 1946 foi criada a seção brasileira e dela participaram alguns de nossos melhores intelectuais e cientistas, mas cedo se verificou que a ação da Unesco seria forçosamente limitada por falta de recursos e, hoje em dia, a comissão nacional tem mínima projeção. Quando chefe do Departamento Cultural do Itamaraty (1969-70) fui um dos vice-presidentes dessa comissão nacional, mas hoje só é notada a cooperação realizada pela Unesco na restauração de monumentos históricos brasileiros e a sagração de uma vintena deles como patrimônio da humanidade.

Em 1970, estive em Paris para a Conferência Geral da Unesco, acompanhando o então Ministro da Educação Jarbas Passarinho. Dei-lhe por acaso útil contribuição para seu discurso oficial, ao sugerir-lhe destacar o fato de que o Brasil, naquela época, já estava gastando mais de US\$ 1 bilhão com a educação nacional. Conversara a respeito com um delegado francês e surpreendi-me quando ele se entusiasmou com a informação e me assegurou que o Brasil era um dos países que mais gastava com a educação no mundo. Relatei o fato a Passarinho e ele decidiu dar relevo a isso em seu discurso, o qual por isso foi muito elogiado. Infelizmente, a educação no Brasil, 42 anos depois e após tanto dinheiro gasto, continua bastante precária e assunto dos mais vivos debates entre os especialistas.

2. Ajudando a formular a política comercial brasileira no GATT e UNCTAD. A guerrinha dos “gatófilos” versus “gaticidas”

Como chefe da Divisão de Política Comercial em 1963 empenhei-me muito na preparação da grande conferência em Genebra para a criação da UNCTAD, a Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, que já foi presidida pelo embaixador Rubens Ricupero, meu talentoso Secretário da embaixada em Quito, em 1970. A atmosfera era tensa entre os países em desenvolvimento e as grandes potências comerciais estavam ciosas por manter seus privilégios bem administrados pelo GATT (General Trade and Tariffs Council), em Genebra. Curiosamente, na época havia no Brasil duas tendências que se chocavam vivamente: uma que defendia o GATT como a melhor maneira de conseguir vantagens paulatinas para o nosso comércio internacional e a outra, muito agressiva, disposta a arrancar à força dos países desenvolvidos importantes concessões comerciais. Tínhamos no momento em Genebra um excelente delegado, o ministro

Alfredo Valadão, que militava há anos naquela organização, onde tinha amigos preciosos, e ele nos aconselhava muita prudência na preparação da conferência da UNCTAD.

Na época de João Goulart o Itamaraty estava infectado por radicais, jovens e menos jovens, como o Ministro Jaime de Azevedo Rodrigues, chefe do Departamento Econômico, que nas reuniões preliminares no Rio de Janeiro divergira vivamente de altos funcionários do Ministério da Fazenda, *habitués* das reuniões do GATT, tais como José Knack de Souza e Jaime Magrassi de Sá, este mais tarde presidente do BNDES. Eles advogavam uma tática cautelosa e não acreditavam na viabilidade de atropelar as grandes potências a curto prazo, preferindo uma política de *petits pas*, que estava rendendo bons resultados. Sergio Frazão, brilhante diplomata, não exatamente um economista, foi nomeado chefe da delegação brasileira e acabou cooptado por Jaime de Azevedo Rodrigues, adotando a linha de confrontação com os países do primeiro mundo, e em especial com os EUA. Nem Frazão nem Rodrigues jamais haviam participado das reuniões do GATT e não conheciam a atmosfera, e isso me preocupava como chefe da Divisão competente do Itamaraty. Os veteranos das reuniões da organização de Genebra opunham-se a essa radicalização defendida pelos dois diplomatas.

Estávamos em 1963, na vigência do governo João Goulart, e o chanceler Araújo Castro acabou cedendo à linha dura em Genebra. Os agricultores norte-americanos recusavam-se a ceder um milímetro de seus privilégios tarifários e subsídios comerciais de que desfrutavam até hoje e por isso os *gatófilos* não se deixavam enganar pela retórica extremada dos *gaticidas*, como foram batizados os adeptos da UNCTAD. Tal dicotomia foi azedando os debates preliminares aqui no Rio de Janeiro entre os dois lados de nossa delegação, que ora oscilava para um lado, ora para o outro. Como chefe da DPC, assistia a tudo com apreensão, pedia

moderação aos *gaticidas* e imaginava como seria o ambiente dessa delegação ao chegar à Suíça.

Fui designado secretário-geral da delegação e ocupei-me de sua instalação em várias salas de um elegante prédio comercial perto do lago, contratamos algum pessoal local e tivemos o apoio logístico da nossa missão permanente em Genebra. A conferência começou tomando o Brasil a dianteira no ataque aos privilégios e subsídios dos países desenvolvidos. A papelada era imensa e deu-me bastante trabalho para municiar nossos delegados nas diversas comissões técnicas.

Relato um episódio cômico: o ministro Jaime de Azevedo Rodrigues, o mais agressivo de nossos representantes, chamou-me certo dia e pediu-me um favor delicado: naquela manhã ele pronunciara um discurso muito violento contra o delegado norte-americano, que se sentiu ofendido e protestou. Jaime, homem inteligente e encantador, *charmeur* das moças bonitas do Itamaraty, me pedia que visitasse o chefe da Secretaria da conferência e solicitasse permissão para “amaciar” o seu discurso. Temia que a embaixada norte-americana em Brasília protestasse contra os termos de sua intervenção no plenário, o que poderia prejudicá-lo em suas aspirações à promoção a embaixador. Prometi tentar e, na mesma tarde, visitei o chefe do setor administrativo do Secretariado da ONU, que eu já conhecia, e expliquei-lhe minha delicada missão. Ele sorriu e me tranquilizou: “Isso é muito comum na ONU. Os delegados se excedem no plenário e depois vêm suplicar-me para abrandar os textos das atas”. Ele deu-me a fita do discurso e eu passei uma boa hora extraindo dela os adjetivos inconvenientes. A mensagem ficou enxuta, praticamente a mesma, embora sem as grosserias do orador. Jaime Rodrigues, muito grato e aliviado, convidou-me a ir com ele a Milão, naquele fim de semana, assistir a um grande prêmio no hipódromo local. Infelizmente, um ano mais

tarde, ele acabou sendo excluído do Itamaraty pela revolução de 1964, após lamentável episódio.

A conferência da UNCTAD durou mais de um mês e os progressos foram mínimos, como eu previra. No final, Frazão lançou-me no plenário e recomendou-me moderação nos debates, pois já era grande o desgaste de nossa delegação. Outros países importantes do terceiro mundo, como a Índia e o México, se acomodaram rapidamente à realidade e nos abandonaram.

Em junho de 2004, Jaime Magrassi de Sá pronunciou uma palestra no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio relembrando as lutas entre *gatófilos* e *gaticidas*, e lá estava também outro defensor do GATT, o embaixador Edmundo Barbosa da Silva, que um pouco antes chegara a presidir o organismo por dois anos. Curiosamente, 50 anos depois ainda são bem atuais aquelas disputas comerciais nas conferências da Organização Mundial do Comércio – OMC, que sucedeu ao GATT. Aquela velha luta de política comercial continua até hoje e emperraram as negociações da rodada de Doha com os EUA e a União Europeia.

Cito alguns comentários do Dr. Magrassi em sua excelente palestra no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio¹⁶:

O advento da OMC trouxe em seu bojo alguns traços do GATT, mas tornados pouco efetivos em termos operacionais. Desprezou a mecânica do capítulo 13 do Acordo Geral, que previa a consideração da realidade estrutural dos países menos desenvolvidos. Adotou a verificação de prejuízos no intercâmbio, o sistema de panels, em que são analisados coletivamente casos específicos de excesso de protecionismo, de danos a interesses de terceiros por desrespeito às regras da Organização, ou de prejuízo de concessões recíprocas outorgadas sob a égide do GATT, ou mesmo fora dele.

16 Cf. Jaime Magrassi de Sá – *Gatófilos e Gaticidas*, in Carta Mensal da CNCO, setembro de 2004, nº 594.

[...] Em Doha, no Qatar, não se processaram negociações tarifárias, mas um número razoável de recursos pertinentes a prejuízos, práticas un­fair de comércio e tratamento desrespeitoso ao condicionamento tarifário. Muito ruído, pouco trabalho, de reduzida eficácia.

Depois disso Brasil venceu, nos *panels* da OMC, a disputa com a empresa aérea canadense Bombardier, uma outra importante questão do aço com os EUA e a guerra do algodão. Dirá o leitor: vencemos, mas levamos muito pouco...

Também em junho de 2004 reuniu-se em São Paulo a 11ª conferência quadrienal da UNCTAD, que continua a sonhar com uma nova geografia mundial do comércio. Seu ex-presidente, Rubens Ricupero, esperava reabilitar o velho Sistema Global de Preferências Comerciais, capaz de reduzir barreiras comerciais entre as nações em desenvolvimento, sem que fossem esses benefícios estendidos aos países ricos. Afirmou Ricupero que uma redução de 30% nas tarifas alfandegárias implicaria o aumento de fluxo de comércio na ordem de US\$ 8,5 bilhões entre os países em desenvolvimento. Seria uma boa alternativa, pois não há esperanças de que a União Europeia venha a abrir mão, a curto prazo, dos subsídios agrícolas. O ex-presidente Chirac contradisse o representante da França, Pascal Lamy, que dera sinais positivos aos países em desenvolvimento. Sintomaticamente, a reunião de São Paulo da UNCTAD não mereceu a menor atenção da imprensa norte-americana. Enquanto isso, a ALCA já está morta. Depois, o Secretário do Comércio dos EUA não perdeu tempo e adotou a hábil tática de negociar acordos bilaterais com vários países do continente. Em 2013, o hábil diplomata brasileiro Renato Azevedo foi eleito presidente da OMC, mas já afirmou que será imparcial nas negociações e pretende reiniciar os debates da conferência de Doha, o que parece ser promissor.

3. Negociando as contribuições do Brasil aos organismos internacionais

Após quase dois anos à frente da Divisão de Política Comercial fui chamado por meu amigo e colega de turma, Carlos Calero Rodriguez, então secretário-geral adjunto para Organismos Internacionais, para chefiar a Divisão de Organismos Internacionais (DOA). Minha atuação na chefia da DOA, sucedendo a Italo Zappa, foi muito interessante e variada como trabalho, pois me ocupava de todas as agências especializadas da ONU, exceto as Nações Unidas, administrada pela Divisão da ONU. O Brasil em 1963/64 estava em débito com quase todas as agências e minha primeira missão foi buscar um acerto para nossas contribuições em atraso. Por instruções de Calero, peregrinei por quase todos os organismos internacionais, exceto a ONU, que não era da minha jurisdição, em busca de um acerto para nossas contribuições anuais. Em algumas delas devíamos várias anuidades e corríamos o risco de ter cassado o direito de voto. Em outras, sobretudo aquelas que exerciam intensa atividade no Brasil, foi possível celebrar acordos provisórios vantajosos, no sentido de pagarmos nossas anuidades em moeda nacional, economizando assim preciosas divisas.

O trabalho na DOA ensejou-me várias viagens a Roma para atuar na Comissão de Produtos de Base da FAO e na Assembleia Geral dessa meritória organização. Lembro-me que, em certa reunião na Bélgica, fui substituir o nosso delegado especializado que, na ultima hora, adoeceu e não pôde viajar. Estava em pauta nosso comércio com o grupo Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), muito significativo para o Brasil. Pouco familiarizado com o assunto, fui lançado às feras, embora portador de instruções pormenorizadas que o delegado habitual me entregou pouco antes da minha partida. Passei a noite no avião estudando as estatísticas e memorizando as instruções. Nos debates, sai-me tão bem que o

delegado holandês veio cumprimentar-me pelo meu conhecimento profundo do mercado Benelux! Agradei a gentileza com a maior cara de pau e pensei que 72 horas antes era quase ignorante no assunto. Recordo que naquela época os funcionários do Itamaraty eram frequentemente chamados a representar o país em reuniões técnicas, o que hoje não ocorre mais, pois os diversos ministérios dispõem agora de gente especializada e fluente em idiomas estrangeiros.

Em janeiro de 1967 fui finalmente promovido a ministro de segunda classe, a transposição do grande gargalo da carreira diplomática, tal como é a promoção de coronel a general de brigada, o grande salto dos militares. Fui bastante ajudado por Donatello Grieco, meu chefe imediato que muito me prestigiou, e também pela boa camaradagem que fizera com o então ministro de Estado, o general Juracy Magalhães. O novo chanceler era severo cumpridor de suas obrigações e até exagerava. Ele fazia questão de ir receber personalidades estrangeiras, algumas nem tão importantes assim, que visitavam o país e era sempre o primeiro a chegar ao aeroporto, por vezes de madrugada. Eu era chefe da Divisão da Europa Ocidental e eram muitos da minha área os que chegavam. Eu procurava, sempre que possível, chegar antes de Juracy, que ao ver-me, sorria e dizia: gosto da sua pontualidade. Certa manhã nevoenta, o chefe do Cerimonial, ministro Roberto Guimarães Bastos, que lá devia estar cedo também, não apareceu. Aí Juracy dirigiu-se a mim e disse-me: assumo o comando do Cerimonial e vá receber a personalidade no avião. Não hesitei um momento e só falei bater continência. Tudo saiu bem, apesar da minha relativa improvisação, e fiz um “gol” com o chanceler. Daí por diante ficamos amiguinhos e ele conversava muito comigo. Na hora das promoções, dei um salto na minha classe, atropelando vários colegas, talvez mais merecedores do que eu. E Juracy também foi essencial, meses depois, na hora da minha remoção para o exterior já como ministro conselheiro na OEA.

CAPÍTULO 12

O REPRESENTANTE DO BRASIL NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

1. Missão comercial a Paris

Depois da minha promoção a ministro de segunda classe ainda fiquei alguns meses à frente da Divisão da Europa e chefei uma missão comercial a Paris para tentar revitalizar o acordo comercial com a França. No suntuoso ambiente dos salões do Quai d'Orsay, os franceses me puseram logo à vontade e não me senti intimidado. Transcorreram bem as primeiras negociações, quando ocorreu estranho impasse: o delegado-chefe francês me pediu preços para vinhos brasileiros e eu estranhei a pergunta, pois nunca me havia passado pela cabeça ir a Paris vender vinhos brasileiros na França. Explicou-me que a guerra civil da Argélia havia perturbado profundamente a produção do chamado *vin de table* que exportavam para a França, um tipo de vinho modesto que habitualmente misturavam aos vinhos franceses de menor

qualidade para vender em estabelecimentos populares. A falta do vinho argelino levou-os a fazer uma espécie de avaliação de vinhos de outras proveniências e o vinho do Rio Grande do Sul era o vinho que mais se assemelhava ao argelino. Desejavam adquirir uma quantidade elevada e me pediam preços. Foi assim que vendi boa quantidade de vinhos nacionais à... França. Soube depois que esse comércio ainda continuou por três ou quatro anos até que se normalizou a produção argelina. Mas tive ainda outra surpresa nessas negociações em Paris: pediram-me preços para *lingerie* brasileira, calcinhas e sutiãs. Explicaram-me que como a nossa produção era de qualidade excelente, muito parecida com a francesa, e como a demanda era muito grande, a França não tinha quantidades disponíveis para exportar. Adquiriram assim boas quantidades de nossa *lingerie*, mas avisaram-me que nela seria colocada o dístico *made in France*. Ao voltar ao Rio, fui muito felicitado por vender vinhos e *lingerie* à França...

Nesse ínterim, o embaixador Meira Penna, secretário-geral adjunto para a Ásia, convidou-me para ser cônsul-geral em Hong Kong, com a especial incumbência de coligir informações sobre a China comunista, com a qual o Brasil ainda não tinha relações. O convite me interessou, comecei a ler uma biografia de Chou-en-lai, mas certo dia tive uma longa conversa com o meu amigo embaixador Castelo Branco, que me ponderou o seguinte: “O seu trabalho vai depender de importantes verbas especiais que podem não ser renovadas. Você corre risco de ficar isolado por lá e esquecido. No seu lugar, eu não aceitaria o convite”. Meditei sobre o assunto e recusei. Meira Penna danou-se e levou o assunto a Pio Correia, o secretário-geral, que insistiu comigo para que aceitasse, salientando a importância da minha missão, dizendo que era uma prova de confiança que o Itamaraty me dava, etc.

Nesse ínterim, meu compadre Ilmar Penna Marinho, embaixador na OEA, me mandou telegrama me convidando para servir com ele em Washington como seu ministro-conselheiro. Gostei da ideia de voltar a Washington onde havia sido feliz, e resolvi passar por cima do Pio e do Meira Penna. Aproveitando minhas boas relações com o ministro Juracy Magalhães, levei-lhe o telegrama de Ilmar e ele achou uma boa ideia que lá fosse servir, pela grande experiência que tinha do posto. Ficou de encaminhar o telegrama de Ilmar ao secretário-geral para mandar providenciar o decreto de remoção.

Passaram-se dois meses e nada. Senti que o Pio tinha ficado aborrecido e temi o pior. Certo dia, em um almoço na embaixada da Espanha em Ipanema, encontrei Juracy e ele me disse: “Ué, você ainda anda por aqui?”. Com muito jeito, contei-lhe que Pio não gostou da ideia da minha remoção e trancou a ordem do ministro de Estado. Aí a vaidade do titular da pasta se inflamou e ele me disse: “Ao voltar para o Ministério, tenho de preparar o despacho com o presidente desta tarde e vou mandar bater o seu decreto. Não diga nada a ninguém”. Tinha um amigo no gabinete que me informou no meio da tarde: seu decreto já foi batido e está na pasta do despacho com o presidente. Horas depois, ele me telefonou dizendo que o ministro chegara do palácio e seu decreto está assinado. Vai para publicação amanhã.

Pio deve ter ficado furioso, mas não passou recibo, pois ele nunca mais se referiu ao assunto em outras conversas comigo. Curiosamente, trinta anos depois, já aposentado, viajamos de navio para a Europa e encontrei a bordo o embaixador Meira Penna. Após alguns minutos de conversa, ele me disse: “Você fez mal em recusar Hong Kong. Quem afinal foi para lá foi o Miguel Osório de Almeida, que fez um excelente trabalho”. Mudei de assunto...

2. Trabalhando na OEA

Gostei muito da minha experiência na OEA. A princípio estávamos mal instalados em uma pequena chancelaria, mas meu chefe Ilmar Penna Marinho conseguiu autorização para alugar um andar inteiro no edifício Watergate, que mais tarde ficaria célebre mundialmente por ocasião do escândalo que atingiu o presidente Nixon. O trabalho de comissões era interessante e como falo bem o espanhol fui bem recebido pelos colegas de outros países e da administração. Ofereço agora um exemplo de como trabalhava na época o Conselho da OEA.

Em 1968 ocorreu a famosa guerra do futebol entre Honduras e El Salvador, assim chamada porque começou em um campo de futebol e depois os dois miniexércitos se enfrentaram. Foi convocada a Assembleia Geral da OEA e em conversa com o secretário-geral Galo Plaza percebi logo que nem o Brasil nem a Argentina tinham nada a ver com o assunto. O diferendo seria resolvido pelos EUA, pelo presidente da Assembleia, um colombiano, o México como potência regional, as duas partes e o secretário-geral. As reuniões seriam a portas fechadas. No momento estava como chefe interino da Missão e recomendei ao chanceler Magalhães Pinto que não comparecesse à Assembleia porque tudo indicava que ele ficaria marginalizado. De Brasília veio para chefiar a nossa delegação o embaixador Lauro Escorel de Moraes, chefe do Departamento das Américas.

Na véspera da abertura da conferência, Magalhães Pinto telefonou-me insistindo para ir, pois soubera que os colegas argentino e chileno estariam presentes. Confirmei a minha recomendação com o risco de me incompatibilizar com o chanceler. Disse-lhe que ele se arriscava a ficar perambulando pelos corredores ou jogando biriba com outros colegas, enquanto tudo se decidia a portas fechadas. Ele relutantemente aceitou minha recomendação, mas o que realmente aconteceu? A crise foi resolvida após várias

sessões secretas só com os representantes daqueles cinco países, enquanto os outros chanceleres ficaram vagando pelos corredores e jogando cartas. O chanceler argentino abriu-se comigo dizendo: “Você fez bem em avisar o seu chefe para não vir e ficar aqui fazendo um papel humilhante. O Itamaraty não se equivoca”. Dois dias depois o presidente da Assembleia apresentou ao plenário o prato feito com as decisões que os cinco representantes haviam tomado. No Rio de Janeiro Lauro Escorel relatou ao chanceler Magalhães Pinto o que acontecera e, meses depois, quando estive em férias no Brasil, ele me agradeceu o bom conselho de não comparecer.

Meu chefe Ilmar Penna Marinho era bom jurista e hábil negociador, embora um pouco tímido. Com a partida dele para Moscou, fiquei quase sete meses à frente da Missão na OEA até a chegada do embaixador Henrique Rodrigues Valle, excelente pessoa, mas já com a saúde bastante abalada. Durante a minha interinidade ocorreu o importante episódio da convocação da CECLA, logo após a posse do presidente Nixon, que comentarei na página 146.

3. A Janela para o Caribe, de Jânio Quadros

Ocorrência interessante, que aconteceu quando chefiava nossa Missão na OEA, refere-se à crise, em 1968/1969, entre a Venezuela e a Guiana, ex-inglesa, recém-independente. Recordo que a Venezuela ambicionava (ou ainda ambiciona), com base em mapas antigos da região, abiscoitar uma grande área do território da Guiana ex-inglesa, à leste do rio Essequibo, vizinha ao que chamamos de Campos Gerais, ao nordeste do nosso Estado de Roraima. O governo de Caracas mantinha uma velha disputa com os ingleses e nos anos dez do século XX o presidente dos EUA, chamado a arbitrar o diferendo, afinal decidiu em favor da Grã-Bretanha, potência colonial, após demorados estudos da documentação histórica. Depois da independência da Guiana, nos anos sessenta, a Venezuela voltou a reivindicar aquela área.

Como importante fornecedor de petróleo dos EUA, o Governo venezuelano pressionava Washington pela revisão da sentença arbitral.

Era tempo de reivindicações territoriais no mundo inteiro e a Indonésia acabara de ocupar militarmente a Nova Guiné e o Timor. A Índia ocupou Goa, Damão e Diu. Pouco antes da sua renúncia, Jânio Quadros planejou a incorporação de Angola ao Brasil e pleiteou uma janela para o Caribe, duas perigosas jogadas imperialistas. A Venezuela ficaria com a Guiana Essequiba, o Brasil com a rica parte sul da Guiana em continuação dos Campos Gerais (que antes pertencia ao Grão-Pará) e a República da Guiana ficaria reduzida a 1/3 do seu território. Jânio pensava provocar uma revolta no Suriname, que foi fundado por judeus holandeses que vieram do Recife no século XVII, e esperava que seus habitantes clamassem por juntar-se ao Brasil. A França estaria disposta a vender a Guiana francesa ao Brasil e assim teríamos uma grande janela para o Caribe. Felizmente, não foi assim.

A embaixada em Washington, em meados de 1961, recebeu telegrama secreto de Brasília instruindo-a a comunicar à grande multinacional norte-americana Alcoa, de grande influência no Suriname, sobre o golpe político a ser lançado. O diplomata Ronald Small foi encarregado pelo embaixador Moreira Salles de realizar a delicada sondagem informal com o vice-presidente da Alcoa, que ficou indignado com a proposta e ameaçou movimentar o Congresso norte-americano contra a iniciativa de Jânio Quadros. A situação estava nesse pé quando nosso presidente renunciou. Consta também que, sondado pela embaixada em Paris, o general De Gaulle não concordou com a venda da Guiana Francesa. Se houve algo de positivo na renúncia de Jânio Quadros, credite-se o fim dessa malfadada jogada imperialista, capaz de destruir a imagem do Brasil no continente. O caso da incorporação de Angola foi outra loucura política.

Quanto à Venezuela, ela não desistia de seus desígnios e persistiu em seus esforços para incorporar a Guiana Essequiba. Sete anos depois, em 1968, ocorreram gestões secretas nesse sentido. Estava eu na chefia interina de nossa Missão na OEA, quando recebi instruções para acompanhar de perto o que se passava em Washington, pois eu já havia alertado a Secretaria de Estado para o problema. Mantive estreito contato com o conselheiro Samuel Insanally, *Chargé d'Affaires* da Guiana, e soube que as pressões dos petroleiros texanos por uma revisão do laudo arbitral estavam se tornando perigosas, porque o presidente dos EUA era o também texano Lyndon Johnson, lembrando que os petroleiros do Texas têm grandes interesses financeiros na Venezuela e precisavam agradar o governo desse país. O Itamaraty olhava com preocupação tais manobras, pois se os EUA aceitassem a revisão do laudo arbitral, isso poderia desencadear uma série de pedidos de revisão de nossos tratados de fronteiras.

Certo dia, Insanally telefonou-me aflito, pedindo-me que comparecesse com urgência à embaixada da Guiana, onde se encontrava o primeiro-ministro Forbes Burnham, que teria uma importante entrevista no dia seguinte com o presidente Johnson. Ao chegar fui apresentado ao líder guianês, que me deu ótima impressão como homem educado e formado em universidade inglesa. Ele perguntou a minha opinião sobre o diferendo e lhe dei as várias razões pelas quais o governo norte-americano deveria resistir às pretensões venezuelanas. Além do perigo da revisão de um laudo arbitral, era preciso fazer ver ao presidente Johnson que isso importaria na desmoralização do presidente norte-americano que o outorgou, um democrata como ele. Burnham ficou impressionado com alguns de meus argumentos e pediu-me que me sentasse à máquina de escrever e redigisse um projeto de memorando que ele entregaria a Lyndon Johnson no dia seguinte. Incluí o que mais interessava ao Brasil: a eventual revisão do laudo arbitral

representaria, mui provavelmente, reabrir a caixa de Pandora de todos os acordos de fronteiras no continente americano, fato gravíssimo. Redigi o projeto de memorando, uma página apenas, Burnham gostou, fez algumas pequenas modificações e mandou rebater o documento. No dia seguinte, Insanally telefonou-me para dizer que o memorando tivera ótimo efeito e que o assunto parecia encerrado. O diplomata agradeceu-me efusivamente em nome do primeiro-ministro guianês, que teve a gentileza de enviar uma bela cesta de flores à minha mulher.

Mas o caso não terminou por aí: dias depois encontrei na OEA o embaixador norte-americano Sol Linowitz, que brincou comigo: “Writing memos to President Johnson, heim?”. Em sério, depois me disse que eu fizera bem em ajudar Burnham, porque se a Venezuela conseguisse reabrir a questão, seria um verdadeiro pandemônio no continente. É claro que a embaixada guianense estava *bugged* como, aliás, todas as outras. A chancelaria de nossa Missão na OEA está instalada no edifício Watergate, que ficaria famoso anos depois, no escândalo que provocou a renúncia do presidente Richard Nixon. Depois desse episódio, eu costumava brincar com meus colegas da Missão brasileira na OEA, antes das reuniões de serviço, falando alto: “Gentlemen of the CIA, you may start recording!” (“Senhores da CIA, podem começar a gravar!”).

4. Galo Plaza Lasso, o secretário-geral da OEA, e a convocação da CECLA

O ex-presidente do Equador tornou-se bom amigo meu em Washington, enquanto eu servia na Organização dos Estados Americanos. Certa vez, ofereci-lhe um almoço em sua homenagem em minha residência. Era um homem culto, formado em Harvard e foi dos poucos presidentes equatorianos que conseguiram terminar o seu mandato. Foi excelente secretário-geral da OEA, muito prestigiado pelo presidente Nixon, que lhe concedeu audiência no

dia seguinte de sua posse, em janeiro de 1968. Nixon pediu a Galo Plaza que os países latino-americanos lhe apresentassem uma lista de suas aspirações, em vez de ditar-lhes uma política americana. Meses antes eu havia sugerido essa tática a Nixon, nos passeios que fazíamos com os nossos cães em Georgetown. A iniciativa agradou muito aos latino-americanos, mas teria modestos resultados.

Galo Plaza convocou imediatamente o Conselho da OEA e transmitiu-nos o pedido de Nixon. Tive ocasião de luzir-me como chefe interino de nossa missão na OEA e propus que o assunto fosse levado à Comissão Econômica da América Latina (CECLA), pois era a única entidade continental da qual os EUA não faziam parte. Esse foro permitiria que os latino-americanos discutissem à vontade sobre o que solicitariam ao novo presidente norte-americano. Minha sugestão informal foi apoiada pelo delegado do Chile e acabou sendo aprovada pela maioria do Conselho, com algumas abstenções, pendendo naturalmente de consulta às respectivas chancelarias.

Os jornais americanos e de todo o continente deram manchetes sobre o assunto e eu fui assediado por jornalistas de diversas nacionalidades para prestar esclarecimentos. Galo Plaza chamou-me a seu gabinete para agradecer a iniciativa do Brasil, mas que no fundo era só minha. Passaram-se os dias e o Itamaraty nada dizia. Meu pai telefonou-me dizendo que meu nome estava na principal manchete do “Diário de Notícias”, importante jornal carioca da época, que hoje deixou de existir. O silêncio do Itamaraty começou a me preocupar, mas felizmente dias depois houve outra reunião do Conselho e a minha proposta foi aprovada por unanimidade. Aí então o Itamaraty felicitou-me pela minha atitude, que havia dado ao Brasil a iniciativa no Continente.

Meses depois estive no Rio de Janeiro e fui recebido pelo chanceler Magalhães Pinto, que me parabenizou. Como bom

mineiro, ele me confidenciou: “Sua iniciativa foi excelente, mas nos surpreendeu a todos. Se ela não tivesse sido aprovada, você agora estaria na Indonésia [...]”. Meses depois, por sugestão de Donatello Grieco, Magalhães Pinto convidou-me para chefiar o Departamento Cultural e Cooperação Técnica do Itamaraty, de onde saí embaixador no Equador em 1970.

Quando fui designado para Quito, Galo Plaza telefonou-me de Washington oferecendo seus préstimos no Equador. Lá veio visitar-me e passei depois um agradável domingo em sua bela fazenda perto de Latacunga. Galo Plaza era um dos chefes de Estado mais bem preparados da América Latina. Do nível de Belaúnde ou de Fernando Henrique. Em Quito, a convite do chefe do escritório da OEA no Equador, proferi uma palestra sobre a valiosa atuação da OEA na área da cooperação técnica, e poucos dias depois recebia amistosa carta do ex-presidente do Equador, então secretário-geral da OEA, felicitando-me e agradecendo as minhas palavras. Repeti mais tarde essa palestra na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 1974.

5. Saindo de uma fria

Eis outro momento de certa importância que aconteceu por ocasião de uma reunião do Conselho da Educação, Ciência e Tecnologia da OEA em 1968, ao qual nosso delegado habitual, o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão, na última hora, não compareceu. Havia um item de especial interesse para o Governo brasileiro, mas que se me afigurava de difícil aprovação. Tudo indicava que o ministro não quis se arriscar a perder e não compareceu, cabendo a mim defender a nossa tese. Embora o assunto não fosse tão importante assim, confesso que temi ser frito pelo eventual fracasso e decidi cair lutando.

Apelei para meus amigos e colegas das outras delegações na OEA e tentei convencê-los da nossa proposta. Antes de tudo visitei

o embaixador dos EUA, Sol Linowitz, ex-presidente da Xerox, com quem tinha boas relações, pois eu era dos poucos chefes de delegações que falavam bem o inglês e mantínhamos um ótimo diálogo. Consegui seu apoio valioso e parti para ver o embaixador Sevilla Sacasa, representante da Nicarágua, que controlava os votos dos países centro-americanos. Consegui sua promessa de dar-me os votos da região e a seguir fui conversar com o embaixador de Barbados, Valerie McComie (mais tarde secretário-geral adjunto da OEA) em busca do apoio dos países do Caribe, o que também consegui. Nesta altura eu já tinha maioria assegurada e abordei então o embaixador do Chile, Alejandro Magnet, bom amigo e ótimo orador, para que me ajudasse a puxar o debate. Ele concordou e logo a seguir fui à casa do ilustre Rafael de la Colina, notável delegado mexicano, que também aderiu logo e se comprometeu a apoiar-me com vigor. O embaixador argentino foi mais difícil de convencer, mas acabou se rendendo. Naturalmente pedi apoio às demais delegações, mas nessa altura já estava pronto para ir ao plenário. O projeto brasileiro foi aprovado quase por unanimidade, com três o quatro abstenções apenas, e fui muito cumprimentado pelos colegas.

Devo dizer que nessas manobras fui auxiliado pelo meu competente colaborador Carlos Alberto Pimentel, depois embaixador nas Filipinas. O Itamaraty vibrou com o resultado, pois era do interesse pessoal do chanceler Magalhães Pinto, que me felicitou vivamente. Eles estavam irritados com a omissão do ministro Helio Beltrão. Lembro esse episódio para demonstrar que o bom relacionamento pessoal entre delegados na ONU, na OEA e nas agências especializadas pode produzir resultados surpreendentes, salvo em casos muito especiais em que as delegações recebem instruções estritas e não têm flexibilidade para votar. É claro que mais tarde tive de retribuir, em projetos de seu interesse, a alguns dos colegas que então me apoiaram.

6. Eleições na OEA

Em matéria de eleições na OEA, tive outra intervenção feliz um ano depois, já em Brasília, como chefe do Departamento Cultural do Itamaraty. O Brasil havia perdido as eleições para o Comitê Jurídico Interamericano e o chanceler Mário Gibson Barboza estava ansioso por uma vitória triunfal nas eleições para o Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura da OEA. Conhecedor do meu sucesso em eleições na OEA, chamou-me e pediu que comandasse as gestões para conseguir votos para aquela eleição, que ele considerava importante. Pedi-lhe carta branca para negociar votos em todos os organismos internacionais ao mesmo tempo e expedimos circulares nesse sentido. Negociei votos com vários países latino-americanos interessados em eleições na OEA e em outros organismos internacionais da ONU, em troca de apoio na reunião de Santiago do Chile, onde se realizariam as eleições para o CECC. Os resultados foram excelentes e elegemos nossos candidatos a todas as comissões a que nos candidatamos. Recordo-me que o embaixador dos Estados Unidos veio felicitar-me pelo êxito e disse-me, brincando, que das próximas eleições na OEA iria me contratar para fazer as negociações dos EUA. O chanceler Gibson Barboza exultou com o bom resultado de minhas gestões na OEA porque a derrota de Vicente Ráo fora lamentável e tivera má repercussão.

CAPÍTULO 13

NA CHEFIA DO DEPARTAMENTO CULTURAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA. RECORDAÇÕES DO EQUADOR (1970-1974)

A chefia do Departamento Cultural e Cooperação Técnica foi uma experiência, de certo modo, frustrante, porque se eu tivera na direção da Divisão Difusão Cultural, anos atrás, excelentes dotações para os vários setores de nossas atividades, anos depois estava tudo muito limitado. O Ministério da Cultura havia sido criado e o nosso então notável prestígio no mundo cultural brasileiro, decorrente de verbas polpudas que a anterior repartição dispunha naquela época, agora estava tudo muito modesto. Tive bons chefes de Divisão, mas confesso que não estava satisfeito, nem muito motivado. Por isso, aceitei com prazer a oferta de ser embaixador comissionado no Equador quando Mario Gibson Barboza teve a gentileza de chamar-me à sua casa e me oferecer o cargo.

Na época estava sonhando em ser cônsul-geral em Paris, mas recordei que Gibson me sondou perguntando se gostaria de ser

comissionado. Fui à sua casa pensando em remotos postos africanos que não me atraíam. Ele abriu o jogo dizendo: “Não, eu quero você no Equador, aqui no continente. É um posto interessante que você pode transformar em importante”, o que afinal aconteceu. Gibson era um bom amigo que me conhecia bem há muitos anos e sempre me prestigiou até a sua morte. Embora estivesse há pouco mais de um ano em Brasília, a oferta era tentadora, sobretudo porque ficava em posto vizinho e em boa posição para regressar dois ou três anos depois e tentar uma promoção a Ministro de Primeira Classe, ou embaixador. E assim foi: sai-me bem no Equador, coincidindo que a Petrobras estava tentando entrar naquele país e por isso tive frequente acesso ao seu presidente, o general Ernesto Geisel, que seria pouco depois o nosso próximo presidente da República. Ele gostou da minha atuação lá, convidou-me a ser diretor da Braspetro e, ao regressar a Brasília, acabou me promovendo a *full ambassador* na administração Silveira.

1. Recordações do Equador (1970-1974)

A primeira embaixada é como a primeira namorada. O diplomata faz tudo o que deveria fazer e até um pouco mais para agradar e ter sucesso local e em Brasília. Eu cheguei até a dirigir avião na Amazônia equatoriana e subi o vulcão Cotopaxi, de 6.000 metros de altura! O Equador é um país muito bonito e de gente simpática e acolhedora. Os países vizinhos do Brasil, em geral, têm desconfianças em relação a nós, presumem que desejamos abiscoitar pedaços de seus territórios, ou prejudicá-los. O Equador foi nosso vizinho, mas não é mais, depois que o Peru ocupou enorme parte de seu território, em 1942, em uma guerra injustificável, cujas consequências o Brasil infelizmente abençoou por pressão norte-americana. A história é comprida e complexa e não cabe neste livro.

A residência do embaixador em Quito é uma casa velha de estilo colonial, mas bastante charmosa, situada na avenida principal da cidade, com um belíssimo salão de recepções com o teto forrado de caixões dourados. A chancelaria era modesta e ficava na parte traseira do terreno da residência. Hoje a casa foi adquirida pelo governo brasileiro (contra o meu parecer, porque ela é muito frágil, feita de adobe), e a chancelaria foi transferida para prédio comercial não muito distante. A linda natureza do país, os edifícios coloniais, os lagos de montanha, os indígenas pitorescos criam uma atmosfera encantadora e inesquecível. Eu fiquei vinculado ao Equador sobretudo porque minha filha Ana Teresa acabou se casando com um arquiteto equatoriano e são felizes até hoje, quase 40 anos depois.

a) O douto presidente Velasco Ibarra

Entreguei minhas primeiras credenciais como embaixador ao presidente Velasco Ibarra, lendário político equatoriano que ocupava a presidência do Equador pela quinta vez. Só consegui terminar o mandato na quarta tentativa. Era um velho empertigado, casado com uma senhora argentina, homem culto e ultranacionalista. Na época ele brigava com as grandes potências pelo mar territorial do seu país e aproveitou minha apresentação de credenciais para fazer uma catilinária contra os EUA, o que deu à cerimônia ampla repercussão na imprensa. Nossa conversa foi formal e relativamente rápida, mas surgiu uma simpatia recíproca que daria bons frutos.

Lembro que a posição do embaixador do Brasil nos países da América do Sul é *sui generis* e só perde em importância para o representante dos EUA, mas temos maior afinidade com os presidentes latino-americanos e podemos ganhar maior intimidade com os primeiros mandatários de nossos países vizinhos. Os norte-americanos, por mais hábeis que sejam seus embaixadores, serão

sempre os *gringos* de quem se desconfia. No Equador almocei intimamente duas vezes com o presidente Velasco Ibarra. No Peru o primeiro-ministro e também o vice-presidente, meus vizinhos, vieram algumas vezes tomar o *breakfast* em minha casa para comentar os temas importantes do dia. Com o presidente Belaúnde, do Peru, nadamos juntos no Oceano Pacífico e joguei peteca com ele em uma ilha vizinha à costa peruana. Mas voltemos ao Equador.

Poucos meses depois da minha chegada à encantadora cidade de Quito, sucedeu um fato extraordinário: estávamos em casa tomando café pela manhã quando tocaram a campainha do portão da rua e o mordomo veio anunciar-me a inesperada visita do Ministro da Defesa, que entrou na sala ofegante. Após um momento de descanso, explicou-me sua chegada intempestiva. Ele fora a uma cerimônia militar em um quartel vizinho à embaixada brasileira, desentendeu-se com os militares presentes e acabou levando uns empurrões dos generais e coronéis mais exaltados. Saiu do quartel atordoado pela gravidade do fato e o que lhe ocorreu foi pedir asilo ao embaixador do Brasil, cuja residência estava a duas quadras do quartel...

Mostrava-se agitadíssimo e procurei acalmá-lo. Minha mulher deu-lhe um tranquilizante e eu lhe esclareci que o processo de asilo diplomático não era tão simples assim, pois precisava consultar meu governo e informar o Ministério do Exterior equatoriano que o Ministro da Defesa se encontrava em minha casa. Telefonei ao chefe do Cerimonial Miguel Vasco (depois embaixador em Lima e em Brasília) e ele deve ter ficado boquiaberto. Prometeu avisar imediatamente o presidente e pediu-me que não desse publicidade ao fato. Cancelei meus compromissos daquela manhã e fiquei à espera de notícias, antes de telegrafar à Brasília. Minha mulher levou o ministro a um quarto de hóspedes, onde ele ficou a descansar.

Meia hora depois o telefone tocou e era o próprio presidente Velasco Ibarra. Estava furioso, pediu-me desculpas pelo incômodo causado pelo seu sobrinho Ministro da Defesa e solicitou-me chamá-lo ao telefone. A conversa entre os dois deve ter sido terrível porque meu asilado balbuciava e gaguejava. Meia hora depois o próprio presidente veio à minha casa para buscar pessoalmente o apavorado sobrinho. Tudo terminou bem, mas foi uma manhã movimentada e totalmente inesperada.

Uns 15 dias depois recebi convite para um almoço íntimo no palácio. Era a despedida para o ex-Ministro da Defesa, recém-nomeado embaixador na Espanha. Ao saudar o novo diplomata, Velasco manifestou-me sua gratidão pela boa acolhida que eu dera ao sobrinho. Recentemente, aqui no Rio de Janeiro contei este episódio a alguns generais e coronéis amigos, que se divertiram bastante... Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Defesa no Brasil, colocando no cargo um civil inexperiente de temas militares, e a minha historietta do Equador provocou boas gargalhadas... Curiosamente, o presidente Lula nomeou para o Ministério da Defesa um diplomata, meu colega José Viegas, também ex-embaixador no Peru, que não se saiu mal no espinhoso cargo, e por coincidência também acabou... embaixador na Espanha, o que foi uma excelente recompensa. No momento, Celso Amorim, ex-chanceler, é o ministro de Defesa da presidenta Dilma Rousseff. Não deve ser fácil para ele ficar entre os militares e a presidenta.

b) Prevendo o dia e a hora da deposição de um presidente da República

Em 1972 arrisquei-me a uma temeridade em matéria de informação diplomática. No entanto, a evidência era tal que decidi levar adiante a informação em telegrama secreto urgentíssimo ao Itamaraty, prevendo que Velasco Ibarra seria deposto no dia seguinte, pela tarde ou à noite. O presidente mais uma vez estava

em graves divergências com os chefes militares do país e eu duvidava que pudesse resistir muito tempo.

Certa noite fui convidado para as bodas de prata de um amigo coronel que trabalhava conosco na Via Interoceânica. Comparei com minha mulher à sua residência e o anfitrião pouco depois me convidou a subir ao segundo andar, onde havia uma dúzia de militares a conversar animadamente. Em breve, notei que estava no meio de uma verdadeira conspiração para desestabilizar o presidente Velasco Ibarra. Naturalmente, fiquei preocupado, pois como embaixador do Brasil não deveria participar de reuniões desse gênero. Perguntaram-me como reagiu o Brasil em casos semelhantes em 1964, indagaram qual seria a nossa posição oficial diante de eventual golpe militar no Equador, como reagiriam os EUA e as nações europeias, etc. Respondi o mais evasivamente que pude e sai discretamente. No portão da casa, indaguei do anfitrião se eu havia entendido bem o que havia visto e ouvido e ele confirmou: “Quando Sixto Durán voltar de Washington com um vultoso empréstimo do BID, vamos derrubar o velho”.

Saí dali preocupado. Ao chegar à embaixada, decidi telefonar à esposa do Prefeito, que conhecia bem, e indaguei-lhe quando regressaria Sixto de Washington. Respondeu-me que seu marido tinha assinado o empréstimo naquela manhã e regressaria a Quito naquela mesma noite, devendo estar em casa na manhã do dia seguinte para almoçar. Isso parecia significar que o presidente seria deposto no decorrer da tarde ou à noitinha. Hesitei bastante e, contra a vontade de meu eficiente conselheiro Pedro Neves da Rocha, passei telegrama urgentíssimo a ser mostrado imediatamente ao chanceler Mário Gibson Barboza. Nesse telegrama resumia toda a conversa com o coronel e com a esposa do prefeito. Anunciei, portanto, a queda do presidente Velasco para a tarde ou noite do dia seguinte.

Confesso que dormi mal e no dia seguinte não me desligava da televisão e do rádio, tentando ouvir alguma notícia. Silêncio total. À tarde do dia seguinte passou sem novidades e eu já começava a murmurar: “Que besteira, fiz eu! Vou ser a risada do Itamaraty”. Lá pelas 21 horas, *flash* especial da TV: o presidente Velasco Ibarra fora deposto e já estava viajando em avião especial para o Panamá, acompanhado de sua família. Transmiti imediatamente a notícia à Brasília. Ai que alívio! No dia seguinte, o chanceler Mário Gibson Barboza felicitou-me pelo furo diplomático. No entanto, eu ficara tão aflito que jurei nunca mais fazer previsões desse gênero...

c) Fidel Castro no Equador

Um dos meus melhores amigos na capital equatoriana era o Ministro da Guerra, general Aurélio de la Vega, que se havia formado no Brasil e mantinha muita simpatia por nosso país. Foi fácil aproximar-me dele, pois soubera que era um apaixonado da seleção brasileira de futebol e, em sua permanência no Rio de Janeiro, torcia pelo Flamengo. Por seu intermédio, consegui obter um excelente contrato para a Volkswagen brasileira: a aquisição de mil Fuscas para jovens oficiais das forças armadas equatorianas. Foi mesmo uma vitória, porque o Equador está na jurisdição do México e quem deveria vender os carros seria a filial da Volkswagen do México e não a de São Paulo. Em determinado momento, sentimos que havia forças intrusas desejando atravessar nosso negócio. Quando estive em Brasília e fui visitar o chanceler Mário Gibson Barboza, aproveitei para tocar no assunto e ele levantou os braços, como me dizendo para mudar de assunto. Em seguida, exclamou ele: “Vamos até a janela, olha que belíssimo arco-íris! De lá se vê melhor”. Corremos para a janela e Gibson me disse: “Conte-me depressa porque eu estou sendo gravado pelo Delfim, que prefere fazer o negócio dos Volkswagen com outra pessoa”. Regressamos depois à sua mesa de trabalho, ao meio do salão, louvando o arco-íris...

Nunca me esquecerei do falso arco-íris que Gibson Barboza me descrevia da janela com pormenores tão sofisticados! De volta a Quito, relatei ao meu adido militar o cômico episódio e... ele começou a sorrir. Disse: “O Sr. deveria saber que nós do SNI gravamos tudo o que se diz nos gabinetes dos dois ministros – do Gibson e do Delfim. Eu já sabia dos pormenores de sua conversa”.

O general Aurélio e eu nos tornamos parceiros de futebol e eu tratei de informar-me bem sobre o time dele, o Nacional de Quito, a equipe dos militares. Lia os jornais locais, de tal modo que conhecia pormenores sobre os jogadores de seu time e seus problemas. Isso apertou nossa amizade. Recordo que outros colegas diplomáticos pareciam ciumentos da minha intimidade com o homem forte do país.

Certo dia encontrei-o no estádio de futebol com a cara amarrada: o que seria? Depois de algum tempo, ousei perguntar-lhe. Disfarçou em sua resposta, até que um assessor trouxe-lhe uma notícia definitiva. Ele mesmo tomou a iniciativa de informar-me: “Fidel Castro chega amanhã a Guayaquil, em trânsito para o Chile, a convite de Allende. Meus colegas militares estão furiosos porque o presidente Velasco nem se deu ao trabalho de consultar-nos, alegando que não se tratava de visita oficial e apenas de uma escala técnica para reabastecer o avião. Fidel não deverá sair do aeroporto e lá será aguardado apenas pelo presidente. A escala deverá demorar pouco mais de duas horas”. Mais adiante, o general Aurélio me ponderou sua preocupação e com certa razão, pois Fidel era imprevisível e poderia decidir sair passeando pelas ruas de Guayaquil levantando a multidão. Isso teria consequências políticas graves. Logo ao terminar a partida de futebol, despedi-me e fui direto para a chancelaria, onde redigi telegrama urgente para o Itamaraty.

O noticiário televisivo e radiofônico daquele domingo não deu a notícia, nem os jornais da manhã seguinte, o que me preocupou, pois poderia ter dado informação equivocada ao meu governo. Felizmente, por volta de meio-dia do dia seguinte, a TV local informou que o avião de Fidel reabasteceu-se em Guayaquil e seguiu viagem imediatamente. Mais uma vez, escapei de haver informado inverdade.

Seja como for, confesso que sempre gostei desse papel de repórter diplomático, que aliás não é obrigação de um embaixador. Em todos os meus postos, sempre procurei fontes valiosas, que em momentos cruciais me supriram com informações precisas e importantes, do interesse de nosso governo. O presidente Geisel, que gostava de ler meus telegramas de Israel, chamou-me uma vez de “diplomata de primeira linha”, linha de combate, suponho. E quis tirar-me de Quito e mandar-me para o Iraque. Ainda bem que o chanceler Gibson resistiu... A maioria dos meus colegas diplomáticos brasileiros prefere limitar-se a comentar os acontecimentos, isto é, o que leem nos jornais, em vez de anunciá-los.

d) Rodriguez Lara, o Bombita

O presidente Rodriguez Lara foi o militar equatoriano que derrubou Velasco Ibarra e não o deixou terminar o seu quinto mandato (ele só completou o quarto). Ao contrário do velho Velasco, que era um intelectual culto, Rodrigues Lara era bastante limitado, de origem modesta, nascido em Pujilí, uma aldeia encarapitada nos Andes. Era pequenino e rotundo e por isso o chamavam carinhosamente de “Bombita”, e seus inimigos de “O Inca-paz”...

Conheci-o bastante bem, pois tratamos várias vezes da entrada da Petrobras no Equador. Mais de uma vez tive que apelar para ele, levando as negociações ao nível mais alto, porque o Ministro

da Energia equatoriano era francamente ligado ao embaixador da Argentina, que não via com bons olhos a penetração brasileira no Equador. No governo de “Bombita” ocorreu, em 1972, o 150º aniversário da independência do Brasil e o presidente Rodriguez Lara compareceu com todo o seu gabinete à recepção que ofereci, prestigiando assim o nosso país e a mim também.

Ao despedir-me dele no começo de 1974, concedeu-me longa audiência, na qual se abriu comigo sobre alguns problemas de política interna e pediu-me o auxílio do Brasil para as velhas questões de fronteira com o Peru. Agradeceu-me as cenas tragicômicas que haviam ocorrido dias antes, por ocasião de uma das crises militares com o Peru, que relatarei a seguir com o título de “Operação Iquitos”. Devo dizer ao leitor que tenho especial carinho pelo Equador, não só porque foi minha primeira embaixada, mas também porque o meu genro é equatoriano.

e) O prefeito ideal e futuro presidente Sixto Durán Ballén

Quando fui embaixador em Quito, Sixto Durán era o prefeito da capital e ficamos bons amigos. Graças a ele, consegui fazer a “Plaza Brasil” em Quito. Ofereceu-me uma bela rotunda no centro de Quito para que lá montasse a Praça Brasil, que teria ao centro uma cópia em tamanho natural da famosa estátua dos “Dois Candangos” (Dois Guerreiros), de Brasília, cercada por jardins de Roberto Burle Marx. A operação foi complexa: contatei o escultor Bruno Giorgi, que eu conhecia muito bem do Rio de Janeiro, e ele se prontificou a mandar fundir uma réplica dos “Candangos” e supervisionar sua fabricação, montagem e embalagem para a viagem marítima Rio-Guayaquil. O Governador do Distrito Federal, que era parente de nosso adido militar, coronel José Bulcão, concordou em pagar as despesas no Brasil e a remessa da escultura para o Equador, o que criaria um vínculo especial entre as duas capitais em bonito simbolismo político.

Tudo correu bem até a chegada da grande escultura de cinco metros de altura a Guayaquil. O transporte em carreta até a capital equatoriana exigiu o bloqueio da rodovia por toda uma manhã, porque na serra a estrada é sinuosa, com numerosas curvas apertadas e a base da escultura impediria o tráfego em mão dupla. Finalmente, os “Candangos” foram instalados em sua praça, embelezada pelos jardins de meu amigo Roberto Burle Marx e lá está, em sua base, uma placa que recorda a cerimônia e liga meu nome à capital equatoriana. Infelizmente, o governador de Brasília não pôde comparecer porque na época (final de 1973) havia grande instabilidade política no Equador e o Governo militar brasileiro era alvo de manifestações de protesto de estudantes do partido comunista.

Aproveito para relatar um fato cômico, mas que poderia ter sido muito grave, não fosse a habilidade do prefeito e futuro presidente Sixto Duran Ballén. Certo dia, o prefeito telefonou-me para dar-me uma notícia desagradável: os estudantes da Universidade de Quito e membros do Partido Comunista iriam fazer uma passeata pela cidade naquela noite e estava prevista uma manifestação contra o Brasil defronte à embaixada. Disse-me, porém, que não me preocupasse porque tinha um plano que dificilmente falharia. É lógico que fiquei apreensivo: centenas de pessoas gritando à minha porta, não tinha graça nenhuma e poderia até acontecer algum incidente mais grave.

Na hora marcada para a marcha ficamos todos a postos na embaixada, torcendo para que o plano de Sixto desse certo. Designei um funcionário da embaixada para acompanhar a passeata desde o início e ele me telefonou de um bar, dizendo que a multidão no caminho havia derrubado o busto de Santos Dumont e seguia em direção da embaixada gritando *slogans*. Subitamente deu-se um *blackout*, um apagão em todo o bairro, que ficou totalmente às escuras. Meia hora depois meu funcionário chegou esbaforido,

contando que, ao apagarem-se as luzes, a multidão ficou silenciosa e desorientada, começando a debandar aos poucos. Quinze minutos depois a passeata estava terminada. Genial o plano do prefeito! Ficamos aliviados e telefonei a Sixto agradecendo emocionado. Uma hora depois a luz voltou...

Coloco estas recordações neste capítulo, porque nos anos 90 Sixto Duran Ballén foi eleito presidente do Equador e visitou Brasília a convite de Fernando Henrique Cardoso. Como é lógico, guardo dele a melhor das lembranças.

f) A Operação Iquitos

A operação Iquitos foi dramática. No início de 1974, eu já estava transferido para Brasília, terminando a minha missão de embaixador no Equador, quando ocorreu mais uma grave crise entre o Peru e o Equador. Por motivos que agora esqueço, as autoridades peruanas fizeram declarações belicosas e ameaças explícitas que assustaram os equatorianos. O chanceler equatoriano Lucio Paredes, casado com brasileira, telefonou-me muito preocupado pedindo sugestões. É claro que eu não tinha poderes para fazer nada e teria de consultar o Itamaraty. Qualquer tentativa de consulta demoraria dias e chegaria tarde, pois o Peru parecia decidido a invadir o Equador mais uma vez. Pedi alguns minutos para pensar no assunto e voltei a telefonar-lhe com uma proposta arriscada. Conversara com os meus dois adidos militares e tomamos uma decisão inusitada.

Havia cerca de um mês estava oficializada a ida ao Equador de dois grandes aviões “Hércules”, da Força Aérea Brasileira, que fariam o levantamento aéreo das zonas que seriam atravessadas pela Via Interoceânica ao norte do Equador, perto da fronteira com a Colômbia. Os aviões chegariam a Quito nos próximos dias, procedentes de Manaus. Tanto os adidos quanto eu telegrafamos a Brasília pedindo urgentemente que, por motivo de força maior,

os aviões deveriam partir imediatamente, sobrevoar Iquitos e calculando bem para aterrissar na capital no dia seguinte pela manhã cedo.

Receberam instruções de que os “Hércules” deveriam sobrevoar, ainda de madrugada e no escuro, sem luzes, a cidade de Iquitos, perto da fronteira brasileira com o Peru, e dar várias voltas em cima da cidade fazendo o maior barulho possível. Depois prosseguiriam normalmente para a capital equatoriana, onde desceriam por volta das 8h da manhã, não no aeroporto militar e sim no aeroporto civil. Todos os tripulantes deveriam saltar uniformizados e circulariam em torno dos aviões de maneira ostensiva. Lembro aos leitores que o sobrevoo dos dois aviões sobre o território peruano estava autorizado pelas autoridades peruanas havia vários dias e aquelas manobras não implicariam, portanto, nenhuma transgressão das leis internacionais de sobrevoo. O que aconteceu?

Toda a embaixada estava em alerta naquela madrugada e ficamos à espera da reação das autoridades peruanas. Pelas 7h da manhã telefonou-me alaromadíssimo o embaixador do Peru em Quito dizendo: “Vocês estão loucos, por que enviaram uma esquadrilha de caças brasileiros para sobrevoar Iquitos? É um grave ato de hostilidade contra o Peru!”. Respondi que se tratava apenas dos dois aviões “Hércules”, que as autoridades peruanas, dias antes, já haviam autorizado o sobrevoo e que vinham fazer o levantamento aerofotogramétrico da Via Interoceânica. O embaixador não acreditou no que lhe dissera e bateu o telefone na minha cara. Vesti-me e fui para o aeroporto receber os aviões brasileiros.

Minutos depois chegava também ao aeroporto o embaixador peruano vociferando contra mim e, apontando para os militares brasileiros uniformizados, perguntando o que significava aquilo.

Procurei acalmá-lo, afirmando que era normal que em aviões militares os tripulantes estivessem uniformizados. Ele saiu esbaforido, aparentemente para telefonar a Lima. Enquanto isso conversei com os oficiais que vieram no avião, os quais estavam curiosos por saber por que receberam ordens de fazer aquele barulho infernal no escuro em cima de Iquitos.

Regressei à embaixada pouco depois e aí pelas 11h telefonou-me o chanceler equatoriano, contentíssimo e me dando os parabéns: o chanceler peruano acabava de telefonar-lhe afirmando que tudo era um mal-entendido, não havia crise alguma, e que tudo não passava de intrigas alarmistas da imprensa, etc. Propôs que ele teria muito prazer em ir a Quito fazer uma visita de trabalho para dirimir as dúvidas entre os dois países. Uma hora depois, o presidente Rodríguez Lara telefonou-me pessoalmente para agradecer a contribuição que o Brasil havia feito para a paz entre o Peru e o Equador! Ao sair do Equador fui despedido com um belo banquete do chanceler e não recebi uma medalha somente como é hábito, mas três!

g) Corte de Cabelo no Aeroporto de Quito

Meu primeiro adido militar em Quito, o coronel Ibiapina, era homem poderoso no regime militar, mas constava que fora enviado para lá para protegê-lo, pois teria cometido alguns excessos em seu último posto, no Recife. Mais tarde chegou a general e foi presidente do Clube Militar no Rio de Janeiro. Era uma pessoa muito agradável e cumpria rigidamente os regulamentos do Correio Aéreo Nacional – CAN, cujos aviões visitavam mensalmente a capital equatoriana. Era sempre uma corrida para viajar de graça para o Brasil e eu recebia pedidos das mais altas autoridades equatorianas para que seus familiares ou amigos pudessem viajar. Havia, porém, uma exigência delicada: nenhum homem podia viajar com cabelos compridos, como era

moda entre os jovens daquela época. Quem chegasse ao aeroporto para embarcar e estivesse com os cabelos longos, não viajava. Sempre achei um excesso, porque anos atrás havia presenciado uma penosa cena semelhante no Itamaraty. Mas essa é uma outra história.

Certa manhã fui ao aeroporto de Quito para o embarque de amigos que viajariam pelo CAN, quando presenciei cena constrangedora: um jovem estudante aparecera de cabelos compridos e o sargento brasileiro disse-lhe que, se queria mesmo viajar, teria de cortar os cabelos. O rapaz acabou concordando, mas não havia cabeleireiro no aeroporto. O sargento então conseguiu uma tesoura grande e, na frente de dezenas de pessoas no saguão do aeroporto, cortou os cabelos do jovem. Fiquei contrariado pelo espetáculo, mas era tarde para impedir a cena. No dia seguinte, o principal jornal quitenho publicava uma matéria jocosa sobre a cena no aeroporto.

Chamei então o adido militar ao meu escritório e mostrei-lhe o jornal. Ele coçou a cabeça e explicou: “eu tenho de cumprir as instruções de Brasília, mas reconheço que a cena foi infeliz. Bastaria ter impedido o rapaz de viajar, sem fazer aquela cena de cabeleireiro em pleno aeroporto. Foi um erro do sargento e quando eu vi o que ele estava fazendo, já era tarde”. Pedi-lhe então que solicitasse confirmação da Aeronáutica se aquela regulamentação tão antipática ainda estava em vigor. No dia seguinte, o coronel veio ver-me meio embaraçado e mostrou-me telegrama em que Brasília o informava de que a exigência já havia sido suspensa havia vários meses. Telefonei então ao dono do jornal quitenho, que conhecia bem, contei-lhe o mal-entendido e no dia seguinte saiu uma nota informando o público de que os cabeludos já poderiam viajar pelo CAN...



CAPÍTULO 14

REGRESSO A BRASÍLIA

1. O Assessor Parlamentar do Itamaraty no Congresso Nacional (1974-1977)

Ao terminar a missão como embaixador no Equador, em fevereiro de 1974, visitei o futuro chanceler Azeredo da Silveira em sua residência de Ipanema, uns quinze dias antes da posse do general Geisel como presidente da República. Silveira e eu éramos bons amigos desde os tempos da Itália, quando ele era cônsul em Florença e eu em Nápoles e nos encontramos diversas vezes. Graças a ele, como novo chefe da Divisão do Pessoal, em 1959 fui removido de Nápoles para a embaixada em Washington, onde finalmente a minha carreira diplomática deslanchou. Bem informado por Luís Felipe Lampreia, Silveira felicitou-me pela minha atuação em Quito, mas disse que só poderia me oferecer uma chefia de Departamento no Itamaraty alguns meses mais tarde, depois que fizesse as alterações que pretendia no Ministério. No ínterim, ele convidou-me a acompanhar o general Pinochet, presidente do Chile, que compareceria à posse de

Geisel. Vide página 218. Nesse período de espera, decidi acelerar o desenvolvimento da minha fazenda perto de Santo Antônio do Descoberto, Goiás, que havia adquirido incentivado por Roberto Campos e Miguel Osório de Almeida, vizinhos imediatos. O empreendimento não deu certo nem para mim, nem para os dois colegas: a guerra do Yom Kippur, no Oriente Médio, decuplicou o preço dos fertilizantes e da gasolina e inviabilizou o cultivo de nossas propriedades, que exigiam investimentos para melhorar a qualidade da terra. Mais tarde, Campos e eu tivemos nossas fazendas invadidas por centenas de posseiros e acabamos perdendo quase tudo o que havíamos investido.

Em meados de 1974, Silveira ofereceu-me trabalhar no seu gabinete como assessor parlamentar, cargo que tinha o mesmo nível de chefe de Departamento. Surpreendeu-me a oferta, mas aceitei o desafio. A movimentação diplomática estava pronta para ser lançada quando o presidente Geisel embaralhou tudo, ao ordenar a Silveira que colocasse na embaixada em Paris o ex-ministro Delfim Netto e Roberto Campos em Londres. Isso redundaria em mais alguns meses de espera até a minha posse na Assessoria Especial de Relações com o Congresso. Meu antecessor no cargo, o embaixador Lampreia, pai do futuro chanceler, só pôde partir para seu posto, a embaixada em Copenhague, em novembro.

Graças à gentileza de Geraldo Holanda Cavalcanti, obtive uma das mais belas salas do Palácio Itamaraty de Brasília e comecei as minhas visitas regulares ao Senado e à Câmara dos Deputados. Visitava quase diariamente as salas dos presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas, os chefes dos setores administrativos do Senado e da Câmara, e os líderes do governo e da oposição, também nas duas Casas. O ano legislativo estava no fim e não havia problemas maiores a enfrentar imediatamente. Fui-me fazendo conhecido dos parlamentares principais e inteirando-me das rotinas e das idiosincrasias com as quais convinha

contornar. No final de 1974, ocorreu um fato altamente desagradável que quase me fez apresentar demissão do cargo. Graças à confiança que gozava junto ao chanceler Azeredo da Silveira, afinal consegui superar o impasse que, aliás, não era meu, nem dele, afinal de contas.

Certo dia estava em meu escritório do Senado (confortabilíssimo, aliás, e igual ao de todos os Senadores, gentileza de meu parente distante, o senador Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado), quando irrompeu na minha sala o deputado Flávio Marcílio, presidente da Comissão de Relações Exteriores, acompanhado de dois deputados do Rio Grande do Sul. Explicaram-se: um importante personagem do partido Aliança Renovadora Nacional – ARENA do Rio Grande do Sul precisava urgentemente de um cargo em Nova York, na Missão da ONU ou no Consulado Geral brasileiro. Insistiram de tal modo que lhes prometi falar no mesmo dia com o chanceler Silveira. Este preferiu consultar o presidente Geisel antes de tomar qualquer providência. No dia seguinte apareceu-me novamente Flávio Marcílio falando em tom quase ameaçador: eu “*tinha* que resolver o problema imediatamente ou o governo teria sérias consequências”. Estranhei que um importante deputado governista ameaçasse o seu próprio governo, o que naquele tempo não era muito realista. Seja como for, Flávio poderia atrapalhar e muito a tramitação de projetos de nosso interesse na Câmara dos Deputados. O que importava é que me senti realmente coagido, como nunca talvez antes em minha vida funcional. Respondi-lhe que já havia transmitido o assunto ao chanceler, que ficara de consultar o presidente da República. Se duvidava do meu empenho, lhe telefonasse. Ao voltar ao Itamaraty, estive outra vez com Silveira e disse-lhe francamente que se o trabalho no Congresso ia ser assim, eu estava demissionário. O chanceler acalmou-me e afirmou já ter conversado com Geisel, que lhe prometera por sua vez conversar com o general Golbery,

encarregado de supervisionar o Congresso. Dias depois, o próprio Golbery me chamou e confidenciou: a aflição de todos devia-se ao fato de que o importante político gaúcho estava jurado de morte em Porto Alegre devido a um caso amoroso e precisava sair do Brasil com urgência. Deram-lhe afinal um cargo provisório nos EUA, onde ficou por alguns meses. Felizmente nos três anos em que trabalhei no Congresso Nacional aquele tipo de pressão não se repetiu. Tempos depois, Flávio Marcílio tornou-se um bom amigo e acabou sendo o padrinho de meu segundo casamento, em 1983.

Minhas funções no parlamento eram múltiplas: devia acompanhar a tramitação dos acordos internacionais nas diversas comissões técnicas, o que nem sempre era fácil. Preparava as sabatinas dos novos embaixadores, orientando os candidatos e informando-os sobre os senadores que poderiam tumultuar o debate com perguntas resvaladiças. Por vezes eu chegava até a sugerir perguntas aos senadores para animar os debates, pois seria humilhante para o embaixador se nada lhe perguntassem. As sessões eram em princípio secretas, mas várias nomeações tinham aspectos políticos delicados que não deviam ser divulgados. Os senadores eram assediados pelos jornalistas e não resistiam à tentação de ter o seu nome nos jornais no dia seguinte. Por isso sempre recomendei a Silveira e aos diplomatas sabatinados que evitassem entrar em pormenores delicados, não atacassem ninguém e falassem sempre de forma genérica. Um colega, que depois me sucedeu no Peru como embaixador, teve a sua nova nomeação cancelada porque fez críticas a personalidades importantes do país onde iria servir, e tudo saiu nos jornais no dia seguinte. Perdeu o posto. Em casos mais graves, eu me esforçava até por evitar a sabatina, para não expor às feras o candidato, pois estávamos temerosos das consequências, se viessem a lume certas notícias embaraçosas para o Itamaraty ou para o governo.

Minhas funções eram variadas e entre as quais estava a de fornecer subsídios a deputados e senadores para eventuais discursos sobre temas complexos ligados à política externa. Conforme a importância desses subsídios, eles eram obtidos por mim pessoalmente ou por meus colaboradores da Assessoria Especial (depois Secretaria de Assuntos Legislativos). Tive dois eficientes e dedicados subchefes, Luís Cláudio Pereira Cardoso e Sérgio Nabuco de Castro, mais tarde, respectivamente, embaixadores do Brasil na Síria e na Jordânia.

Para exemplificar minha atuação, relato episódio tragicômico passado com importante senador, depois importante personalidade nacional. Éramos vizinhos de escritório no Senado e conversávamos amiúde, e certa vez me chamou para solicitar informações sobre o problema da interligação das bacias hidrográficas brasileiras. Pretendia fazer discurso sobre a ligação da bacia amazônica com a do Prata e também sobre a ligação do rio Negro com o rio Orinoco, da Venezuela, através do Cassiquiare. Ele gostaria sobretudo de comentar a possibilidade de ligação dos afluentes do rio Amazonas com o rio Paraguai e portanto com Buenos Aires. Como isso implicaria em pormenores técnicos confidenciais, resolvi ir consultar diretamente o chefe do gabinete do Ministro da Marinha, que por acaso eu conhecia bastante bem. Dias depois o almirante entregou-me os dados com a recomendação de que algumas daquelas informações eram apenas para conhecimento do senador e não deveriam ser divulgadas em discurso. Ao passar os dados ao senador, salientei os motivos da cautela. As informações eram bastante claras: a ligação da bacia da Amazônia com a bacia do Prata, embora possível a médio prazo, não convinha ao Brasil naquela época (estávamos em meados dos anos 70), pois se a interligação viesse a ocorrer, o Brasil teria de conceder livre navegação internacional. A Marinha não desejava que corvetas argentinas cruzassem livremente o território brasileiro. Sublinhei

bem ao senador esse aspecto delicado e confidencial e ele ficou muito satisfeito com o material que lhe levava para seu discurso em plenário.

Dias depois, anunciou-me que falaria tal dia e a tantas horas e lá estava eu para fazer a *claque*. Pois o excelentíssimo senhor senador, em seu discurso, afirmou que não entraria em detalhes sobre a interligação da bacia do Prata com a bacia amazônica, porque a Marinha não queria navios argentinos passeando dentro de nosso território! Fiquei indignado e temi imediatamente aborrecimentos com a Marinha, cujo assessor parlamentar estava sentado perto de mim e me olhou atravessado. De volta ao Itamaraty mais tarde, já tinha recado do chanceler que queria ver-me. Silveira estava aborrecido porque o Ministro da Marinha lhe havia telefonado, dizendo que eu não havia prevenido o Senador sobre a confidencialidade daqueles documentos. Expliquei o ocorrido a Silveira com pormenores e ele imediatamente telefonou, na minha frente, ao seu colega da Marinha, relatando o ocorrido e lamentando a irresponsabilidade do parlamentar. Curiosamente, a imprensa não noticiou o caso, nem a embaixada argentina deu sinais de haver tomado conhecimento do assunto.

Outro exemplo interessante da nossa atividade no Congresso Nacional ocorreu mais tarde, na gestão de Célio Borja na presidência da Câmara dos Deputados. Tratava-se da aprovação do célebre e controvertido acordo nuclear com a Alemanha. O brilhante deputado da oposição Lysaneas Maciel, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, havia feito inúmeras dificuldades para a aprovação do acordo ao nível da comissão e prometia fazer muito mais no plenário, onde a contagem era incerta para o governo. Golbery chamou-me ao seu gabinete e pediu-me que ajudasse de alguma maneira Célio Borja a aprovar o acordo no dia seguinte. Célio foi magistral e eu dei uma ajuda bastante útil. Vejamos como foi.

O presidente da Câmara chamou vários deputados da ARENA a seu gabinete e pediu-lhes que se inscrevessem à noite, como é hábito, para falar no debate geral do plenário no dia seguinte. Eram cinco ou seis deputados e quando Lysaneas chegou para inscrever-se também, teve de ficar atrás deles na fila. Combinei com uma moça belíssima que trabalhava comigo na Assessoria que esperasse Lysaneas em seu gabinete. Ela devia fazer o possível para detê-lo lá no escritório, uma vez iniciada a sessão plenária. Célio Borja abriu a sessão e iniciou o debate geral sobre o acordo nuclear. Dada a palavra a dois deputados inscritos, Célio fez um sinal aos que ainda não haviam falado para que saíssem do plenário. O secretário da mesa chamou rapidamente os demais deputados um por um, todos ausentes, e também Lysaneas Maciel, igualmente ausente, retido no seu gabinete. Ele seguia o debate pelo alto-falante de seu escritório, mas quando percebeu a jogada, saiu disparado para o plenário. Na realidade só os comunistas e o *lobby* dos EUA se opunham ao acordo nuclear, que foi aprovado sem dificuldade. Lysaneas nunca mais falou comigo, nem com Janice, a bonita moça do meu gabinete... Infelizmente, nosso esforço foi em vão: o Brasil gastou bilhões de dólares em um projeto cuja eficácia não estava comprovada e quem lucrou em publicidade pessoal foi um diplomata que convencera o presidente Ernesto Geisel do mérito do projeto alemão.

Outro exemplo curioso das minhas atividades para solucionar problemas delicados no Congresso Nacional, ocorreu em 1977 quando Marco Maciel era o presidente da Câmara dos Deputados. Chamou-me a seu gabinete para ajudar a solver um problema espinhoso: um modesto deputado paranaense, eleito com poucos votos, havia feito na véspera um discurso violento no plenário da Câmara, sobre temas de fronteira, utilizando palavras ofensivas contra o governo do Paraguai e o presidente Stroessner. No dia seguinte houve violenta manifestação defronte à embaixada do

Brasil em Assunção, que foi apedrejada. Maciel contou-me que o general Golbery lhe telefonara minutos antes, dando-lhe 24 horas para convencer o deputado a se retratar em discurso no plenário, pois se não o fizesse, o seu mandato seria cassado. Estávamos em plena era do AI-5. Mandamos chamar o tal deputado, que chegou com ar desafiador, mas murchou depressa quando lhe demos o recado de Golbery. Eu já havia lido o discurso e havia boa possibilidade de suavizar a mensagem, torcendo-a um pouco. A pedido de Marco, sentei-me à máquina de escrever e escrevi um pequeno discurso de página e meia, de uns cinco minutos apenas, amaciando os pontos agressivos e esclarecendo melhor a posição do parlamentar. O deputado leu pausadamente em voz alta o “meu” discurso e à medida que seguia a leitura, abanava a cabeça afirmativamente. Afinal concordou em pronunciá-lo no plenário na mesma tarde. Maciel telefonou ao chefe da Secretaria e mandou inscrevê-lo com prioridade. O paranaense leu o texto no plenário e, ao final, ainda acrescentou: “Viva o Paraguai, viva o presidente Stroessner!”. Golbery telefonou-me para agradecer, pois lhe repugnava cassar um parlamentar tão insignificante. O deputado ficou gratíssimo a mim e após aquele episódio sempre que nos encontrávamos, ele me cumprimentava efusivamente. Tive a sorte de fazer bons amigos no Congresso Nacional, muitos dos quais até hoje ainda me brindam com a sua amizade. Fiquei até assaz popular no parlamento, por iniciativa da minha eficiente chefe de gabinete no Itamaraty, Regina Helena Câmara, que montara uma espécie de farmácia internacional para atender aos pedidos de deputados e senadores para aquisição no exterior de remédios não disponíveis no Brasil. Solicitávamos à nossa repartição no país de fabricação do remédio que o adquirisse e nos enviasse pela mala diplomática. Ao receber a encomenda, o deputado ou senador pagava o preço do remédio e nós reembolsávamos a embaixada ou o consulado pelo gasto realizado. Fazíamos isso – é claro – com plena

autorização do chanceler Silveira. Dava bastante trabalho, mas nossa “farmácia internacional” foi uma arma extraordinária para quebrar resistências e rendeu maravilhas. Os “durões” da oposição rendiam-se aos serviços de nossa farmácia e nos ajudaram a vencer resistências de toda a sorte. Para minha surpresa, meu sucessor no cargo não quis se dar ao trabalho de manter a farmácia. Sempre procurei não fazer distinções entre parlamentares do governo e da oposição em termos pessoais. Só queríamos prestar serviço aos parlamentares com nossa farmácia internacional, mas quando era necessário, cobrávamos...

Um personagem que nunca consegui conquistar foi Ulisses Guimarães. Isso talvez porque ele sabia que eu era amigo de Tancredo Neves. Eles se digladiavam na época, pois ambos tinham como alvo maior a Presidência da República. Tancredo aspirava lá chegar pela conciliação e negociação com Geisel, enquanto que Ulisses preferia a confrontação. Tancredo ganhou, mas não levou, coitado. Ulisses tentou depois a Presidência e teve baixíssima votação. Ele sempre me dificultou a vida, mas certa vez teve de vir pessoalmente pedir-me um remédio suíço para D. Mora. Ele presidiu a Assembleia Constituinte e produziu o monstrengo que é a nossa Constituição de 1988, onde estão incluídos até artigos que dizem nunca teriam sido debatidos e votados em plenário. Morreu em desastre de helicóptero perto de Angra, por culpa dele próprio, pois o piloto não queria levantar voo, já que se aproximava uma tempestade. Nunca tive bons fluidos com Ulysses e quase tudo o que lhe pedia como serviço oficial era negado, mas eu tinha um trunfo na mão: Franco Montoro, o líder do MDB no Senado. O futuro Governador de São Paulo era um *gentleman*, homem culto e viajado, grande orador, tinha uma visão objetiva das questões que interessavam ao partido e ao país, acima das pequeninas querelas partidárias da oposição. Contornando Ulisses, mais de uma vez Montoro conseguiu dobrar vários deputados e senadores da

oposição que obstruíam a tramitação de algum acordo importante do interesse do Itamaraty para aprová-lo com urgência.

A conquista do apoio dos congressistas exigia imaginação e senso de oportunidade. Sempre atento a problemas eventuais, eu tentava antecipar soluções aos impasses que se anunciavam. A farmácia produziu ótimos resultados, mas os convites sociais também ajudaram muito. Sempre que possível, colocava deputados ou senadores, que podiam auxiliar-nos em determinado assunto, em almoços ou jantares oficiais do chanceler oferecidos a importantes personalidades estrangeiras de passagem por Brasília. Os parlamentares se sentiam prestigiados e ficavam gratos. Silveira às vezes se surpreendia com os nomes que lhe sugeria, mas ao explicar-lhe o motivo, ele sorria e aprovava os convites.

Terminada a minha atuação no Congresso Nacional em meados de 1977, a sabatina para embaixador em Israel foi concorridíssima pelos senadores, que vieram abraçar-me e desejar-me boa viagem. Na Câmara dos Deputados fui surpreendido com rápidas homenagens no plenário, a mim e a minha mulher, por quatro deputados do Ceará, que se congratulavam com a nova embaixatriz cearense em Tel Aviv. Em resumo, a minha permanência no Congresso Nacional, se começou mal com aquela experiência desagradável que relatei a princípio, terminou muito bem, dando-me a sensação do dever cumprido e de que havia feito novos amigos. Voltei a vê-los com prazer por ocasião da minha designação para embaixador no Peru, em 1982, e para a Alemanha, em 1984. Nesses países tive ocasião de acolher vários parlamentares amigos de passagem pelas capitais onde representava o Brasil, de homenageá-los e facilitar seus contatos com as autoridades locais.

Em 1975 surgiu a oportunidade de promoção a embaixador e Silveira indicou meu nome ao presidente Geisel. Uma vez promovido, agradei ao chanceler seus bons ofícios, mas ele me

respondeu: “Tive muito prazer em apresentar seu nome, com o de outros colegas também, mas quem o escolheu em primeiro lugar foi o próprio presidente, que o conhecia bem do tempo do Equador”. Trabalhei quase três anos como Secretário de Assuntos Legislativos, quando tive o prazer conhecer minha futura esposa, que regressava de Moscou e veio a ser minha chefe de gabinete.



CAPÍTULO 15

MISSÃO NA TERRA SANTA

1. A surpreendente nomeação

Minha nomeação para embaixador do Brasil em Israel em 1977 me surpreendeu, pois o chanceler Azeredo da Silveira levara meu nome ao presidente Geisel para chefe de missão em Belgrado, Iugoslávia, onde eu servira na mocidade e falava um pouco de servo-croata. Ao voltar do despacho, Silveira chamou-me e me disse que Geisel preferiu enviar-me para Israel. O presidente julgou que seria um desperdício mandar-me para Belgrado, local onde nada acontecia na época. Geisel disse a Silveira mais ou menos seguinte: “o Vasco, que conheço bem, é um diplomata de primeira linha e deve ser enviado a uma missão difícil, onde suas qualidades vão ser testadas”. Confesso que eu me admirei com a alteração e fiquei satisfeito, pois não estava muito entusiasmado em ser embaixador na Iugoslávia. Em Israel o desafio era muito maior, e valia a pena tanto sob o aspecto político quanto pelo futuro da minha carreira.

Como era de se esperar, a comunidade israelita no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, me fez um amável cerco, tentando

homenagear o novo embaixador do Brasil em Israel. Recordo uma bonita recepção em São Paulo que nos foi oferecida pelo empresário Max Feffer e o grande almoço organizado por Adolpho Bloch no edifício da Manchete, e ao qual compareceram várias personalidades cariocas. Tinha muita simpatia por ele, homem de extraordinária energia e iniciativa. Seu erro foi desejar competir com a TV Globo. A Manchete ia muito bem como revista e teria continuado a existir com sucesso, não fosse a complexidade financeira da criação de uma nova empresa de televisão. Até hoje tenho vários amigos judeus brasileiros, que sempre me prestigiaram e recordam com simpatia minha estada em Israel.

Nossa instalação em Tel Aviv não foi fácil porque a residência do embaixador era bastante modesta, embora reconhecesse que tudo em Israel naquela época era também bastante modesto. Minha missão foi exitosa porque tive a sorte de conquistar a simpatia de alguns dos principais líderes israelenses, em especial por haver renovado minha antiga amizade com Itzhak Rabin, ex-primeiro-ministro e homem de enorme influência em Israel na época. Conhecêramo-nos em Washington, onde ele fora embaixador anos atrás, e logo ao chegar a Tel Aviv procurei-o e ele tornou-se uma fonte inesgotável de informações, mais ou menos sigilosas, que não estavam nos jornais. Ele veio jantar em nossa casa duas vezes com a esposa Leah e tínhamos o hábito de almoçar mensalmente, quando era possível. Devido a problemas de segurança, reuníamo-nos em um pequeno restaurante de Jaffa, que ele mandava bloquear e almoçávamos a sós, com seguranças à porta. A princípio fiquei embaraçado, mas depois me habituei.

Essa amizade bastante íntima do novo embaixador do Brasil com o ex-primeiro-ministro foi notada pelo corpo diplomático e passaram a me olhar com certo respeito. Deram-se conta de que eu não era mais um diplomata latino-americano que só falava espanhol. Outra pessoa que também tive a sorte de fazer amizade foi

a importante jornalista Mira Avrech, que me deu acesso frequente à sua casa onde sempre encontrava personalidades políticas, como o líder trabalhista Shimon Peres, com quem conversava com simplicidade. Como eu falava bem o inglês com sotaque americano, caí logo nas graças do embaixador norte-americano Samuel Lewis, que havia servido no Rio de Janeiro como jovem secretário da embaixada. Minha longa entrevista com Golda Meir também chegou ao conhecimento de muitos, pois sempre que a encontrava em reuniões diplomáticas, ela fazia questão de conversar longamente comigo, o que foi notado. Todos esses contatos principais facilitaram muito a obtenção de informações sigilosas que agradaram aos chanceleres Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro em Brasília. Mais tarde, em visita a Brasília, o presidente Geisel me disse gentilmente: “Leio seus telegramas às 6 horas da manhã e estou gostando. Continue”.

2. Moshé Dayan, o homem que enxergava mais com um olho só do que nós com os dois

Das cinco embaixadas que tive a honra de dirigir, a mais interessante e a mais importante de todas foi a de Tel Aviv, onde permaneci quase cinco anos. Dayan era o Ministro do Exterior quando lá cheguei em novembro de 1977. Eu levava recomendação do presidente Geisel para lhe explicar o voto do Brasil na ONU na questão do sionismo, que tanta celeuma levantou. Quis o presidente Geisel esclarecer-me, na minha entrevista de despedida, que sua intenção era modificar o nosso voto inicial, ao nível de comissão, a favor da moção árabe condenando o sionismo. Os israelenses fizeram um grande esforço para mudar os votos de países amigos, no período entre as votações na comissão e no plenário da ONU. Sob pressão de entidades judaicas brasileiras, o presidente Geisel estava disposto a alterar nosso primeiro voto, a favor da condenação do sionismo como racismo, para apenas uma

abstenção, o que já deixaria os israelenses e os judeus brasileiros satisfeitos. O embaixador norte-americano em Brasília fez gestões discretas nesse sentido e tudo indicava que o Brasil suavizaria seu voto. Infelizmente, essa disposição acabou por chegar aos ouvidos da imprensa. Os jornais brasileiros e americanos noticiaram que, a pedido ou por pressão norte-americana, o Brasil mudaria o seu voto no plenário. Segundo me contou Geisel, as coisas assim se complicavam, pois pareceria mal que o presidente cedesse a pressões nacionais e estrangeiras. Portanto, mui a contragosto, ele foi forçado a ordenar ao nosso embaixador na ONU, Sergio Corrêa da Costa, que confirmasse nosso voto favorável à moção árabe. O ressentimento judaico no Brasil e o israelense foi muito grande.

Ao chegar a Israel, o ambiente entre os dois países estava pesado, esfriaram as relações bilaterais e eu senti o gelo desde os primeiros dias em Israel. Entretanto, já na entrevista inicial com o presidente Katzir, por ocasião da apresentação de credenciais, esforcei-me por esclarecer o grave mal-entendido.

Ao visitar o Ministro do Exterior Moshé Dayan pela primeira vez, relatei-lhe todos os pormenores da questão, explicando por que não foi possível mudar a votação. Dayan ouviu-me atentamente, abanou a cabeça e disse: “The Americans are always making blunders. What a pity! I understand your President’s position and I would act in the same manner as he did”¹⁷. A partir dessa entrevista o gelo desapareceu e Dayan fez o possível para prestigiar-me, convidando a mim e a minha mulher várias vezes para sua residência. Colecionador de antiguidades, mantinha em seu jardim numerosas peças em mármore da antiguidade clássica, o que lhe valeria mais tarde a acusação de que se havia apropriado de obras que deveriam estar em museus.

17 Tradução: “Os americanos estão sempre fazendo trapalhadas. Que pena! Compreendo a posição de seu presidente e eu agiria da mesma maneira”.

Sua esposa, Raquel, tomou-se de simpatia por minha mulher Regina e saíram juntas mais de uma vez a fazer compras.

Quando tive mais intimidade com Dayan, contei-lhe uma brincadeira que o presidente Geisel fizera comigo na audiência antes de minha partida. Disse-me jocosamente o presidente que informasse o governo israelense de que o Brasil votaria sempre de acordo com os interesses de Israel, desde que os judeus brasileiros nos devolvessem Teresópolis! Numerosos judeus ricos cariocas possuem casas de veraneio nessa cidade serrana perto do Rio de Janeiro. Geisel tinha uma residência particular em Teresópolis e se queixava de um vizinho judeu que o incomodava...

Lembro que Moshé Dayan era um *sabra*, nascido na Palestina inglesa, conhecia bem as manhas dos palestinos e falava o árabe fluentemente. Gozava de grande prestígio em Israel e foi utilizado para negociações secretas com o rei Hassan de Marrocos, o rei Hussein da Jordânia e com o presidente egípcio Anwar El-Sadat. Falecido prematuramente, privou Israel de um qualificado negociador, bom conhecedor da mentalidade palestina. Ele faz falta nas negociações até hoje. Dayan teria sido um ótimo primeiro-ministro de Israel.

3. Menachem Bégin, o pragmático conservador

Embora Bégin fosse primeiro-ministro de Israel durante toda a minha estada de quase cinco anos no país, tive apenas duas entrevistas a sós com ele e um jantar íntimo. Minha primeira visita foi banal e ainda prejudicada pelo voto brasileiro contra o sionismo. A segunda entrevista foi em outro momento difícil das relações entre nossos dois países: um jornalista brasileiro sediado em Tel Aviv publicou a notícia de que o Brasil estava vendendo urânio enriquecido ao Iraque. O governo brasileiro negou, os jornais israelenses engrossaram o assunto e o chanceler Saraiva Guerreiro resolveu chamar-me a Brasília para consultas. A notícia

correu o mundo através dos programas televisivos e radiofônicos internacionais, e fui entrevistado pela BBC, o que me envaideceu por tornar-me notícia na prestigiosa cadeia mundial da TV britânica.

Pouco antes de minha inesperada partida para o Brasil, Bégín chamou-me a seu gabinete e tivemos então conversa ampla e franca sobre a conjuntura política internacional da época. Lembro-me de que, ao comentar a Guerra do Yom Kippur de 1973, afirmou-me que o general Sharon poderia ter entrado no Cairo e desfilado pelas avenidas principais, mas não o fez porque teria de sair da cidade a toda pressa, pois Israel não dispunha de tropas para ocupar um grande país como o Egito. Do mesmo modo, afirmou Bégín, o exército israelense poderia ter entrado em Damasco em 1973, mas também não dispunha de soldados para ocupar um país populoso como a Síria. Conversamos sobre as negociações com Sadat para a devolução da península do Sinai e Bégín abriu-se comigo com simplicidade, dizendo: “Eu negocie mal com Sadat. Em vez de dizer-lhe que lhe cederia todo o Sinai, menos Yamit, deveria ter falado que ficaria com Yamit e lhe cederia o resto do Sinai”. Bégín estava penalizado por ter entregado aos egípcios aquela nova pequena cidade israelense no Sinai, perto de Gaza, que foi destruída depois.

Bégín lamentou pela imprensa internacional a minha partida, afirmou que eu estava realizando um bom trabalho de aproximação dos dois países e fazia votos para o meu pronto regresso. O chanceler Guerreiro manteve-me no Brasil por duas semanas e depois tudo se esclareceu. O que provocou a notícia inicial foi o fato de aviões iraquianos ficarem estacionados em lugares distantes nos aeroportos de São Paulo e Rio de Janeiro, o que chamou a atenção da imprensa e levantou a suspeita.

A terceira entrevista com Bégín não foi bem uma audiência e sim um jantar íntimo em homenagem ao primeiro-ministro Emilio

Colombo, da Itália, em 1982, quando eu era decano interino do corpo diplomático. Vide comentário na página 73. Encontrei-me ainda com Bégin, antes da minha partida para o Peru, no enterro de um amigo comum, ele me abraçou e conversamos cordialmente.

4. O grande estadista egípcio Anuar El-Sadat

Juntei neste capítulo Bégin e Sadat, porque atuaram juntos para melhorar a atmosfera do Oriente Médio, fizeram a paz em separado e receberam o Prêmio Nobel em 1978, juntamente com o presidente Jimmy Carter. Chegamos a Israel pouco depois de sua histórica visita a Jerusalém e sentimos o sopro de otimismo que o gesto generoso de Sadat causou em Israel. Só vim a conhecer pessoalmente Anwar El-Sadat em sua visita a Haifa, meses depois, quando tive oportunidade de trocar algumas palavras de cordialidade com ele. Lembro-me de que, no corpo diplomático de Israel, o que mais se comentava era a elegância de Sadat, seus ternos e gravatas impecáveis, seus gestos cavalheirescos e a sua voz simpática de baixo profundo.

Vi-o outra vez por ocasião de sua visita oficial a Beersheva, à beira do deserto. Fiquei numa pequena roda de diplomatas em torno a ele e ouvi uma frase notável: “Cansei-me de ver o Egito fazer guerra a Israel, perder milhares de soldados e amplos territórios, enquanto os outros países árabes se limitavam a fazer *lip service*. Por isso, vim a Israel e aqui estou para negociar uma paz permanente”. Infelizmente, meses depois o notável estadista egípcio foi assassinado durante uma parada militar no Cairo. Seu sucessor, o presidente Mubáarak, continuou sua política de entendimento com Israel por quase 30 anos. Incentivado por altos subsídios norte-americanos, Mubáarak reprimiu os fundamentalistas e colaborou nas negociações entre Israel e os palestinos. Em 2011, foi preso na explosão da primavera árabe, que até agora ainda não trouxe paz à região. A ascensão do

presidente Mursi e a aprovação de uma nova constituição, de forte influência islâmica, não prenunciava nada de bom. Os cristãos têm sido perseguidos e igrejas queimadas. As boas relações com Israel têm resistido, talvez graças à intermediação norte-americana. Em 2013 o presidente Mursi foi afastado pelo exército egípcio e ocorreram graves distúrbios com centenas de mortes. Em meados do ano, os militares fecharam o congresso e impuseram um regime de força, que tem despertado reações negativas no Ocidente.

5. Ytzahk Rabin, o grande interlocutor

Conheci Rabin em Washington em 1967, onde ele era embaixador de seu país e eu trabalhava na OEA, e ficamos amigos. Em 1970, quando estive em Israel para o lançamento da pedra fundamental da Casa do Brasil na Universidade de Tel Aviv, encontramos-nos novamente. Em 1977, ao chegar a Israel como embaixador do Brasil, procurei-o imediatamente. Ele havia deixado de ser primeiro-ministro por motivo fútil e durante os quase cinco anos em que vivi em Israel, almoçávamos juntos mensalmente em um restaurante discreto em Jaffa, que ele mandava fechar e seus guarda-costas nos protegiam. Sempre achamos excessiva essa precaução, mas a verdade é que ele acabou sendo assassinado por um judeu fanático em 1995, quando pela segunda vez era primeiro-ministro e tinha intenção de fazer concessões importantes aos palestinos. Esse convívio amigo proporcionou-me material para numerosos telegramas confidenciais, com informações importantes para o Itamaraty.

É pena que ele não esteja vivo hoje para continuar as negociações de paz em momento tão delicado. Rabin era extremamente competente, sereno e objetivo, consciente de que o governo israelense terá de fazer dolorosas concessões para alcançar uma paz duradoura com os palestinos. Como Dayan, Rabin era um *sabra*, nascido na Palestina britânica, e com seu colega e amigo

Shimón Peres, advogavam o que chamavam de “opção jordaniana”, um acordo pelo qual Israel restituiria à Jordânia moderada, quase todos os territórios ocupados em 1967, com pequenos ajustes territoriais aqui ou acolá. Com isso, se evitaria a criação de um estado palestino dominado pelos extremistas do Hamas, que ele detestava e com muita razão. Israel perdeu um grande estadista e eu um bom amigo.

6. O trabalhista Shimón Peres

Shimón foi outro bom amigo com quem conversava frequentemente em recepções e festas nacionais em Tel Aviv. Tínhamos uma amiga comum, a conhecida jornalista Mira Avrech e trocávamos ideias com frequência sobre a conjuntura política da época (1977-82). Shimón era dos raros líderes moderados israelenses, trabalhista como Rabin, foi primeiro-ministro e Ministro do Exterior e até hoje, com mais de 80 anos de idade, ainda hoje é o presidente de Israel. Em 2005, liderou seu partido na coalizão com Sharon, o que certamente contribuiu para uma maior moderação e realismo do *premier* e para a devolução da faixa de Gaza aos palestinos. Esse gesto generoso de Peres é hoje contestado por muitos israelenses, mas lembro que o custo da ocupação israelense em Gaza era muito elevado.

Shimón Peres foi o principal defensor da chamada “opção jordaniana”, que mencionei acima. Tanto Rabin quanto Peres eram favoráveis ao abandono da turbulenta faixa de Gaza, a qual nunca foi terra de Israel e só lhe dava despesas e dores de cabeça. Lembro que Bégin quis entregá-la a Sadat, que a recusou prontamente. No final de 2005 Peres perdeu a liderança do *Labor Party*, deixou o partido onde militava havia cinquenta anos e juntou-se a Sharon, que também acabava de abandonar o Likud, e criaram o novo movimento Kadima. Em 2007 Shimon foi eleito presidente de Israel e em 2010 visitou o Brasil. Por gentileza do nosso prefeito

Paes, almocei com ele na mesma mesa e recordamos o período da minha estada em Israel e nossas conversas no apartamento de Mira Avrech. Ele continua a ser um moderador das iniciativas arriscadas do *premier* Netanyahu.

7. O minúsculo e feroz Itzahk Shamir

O pequenino e insignificante Ytzahk Shamir não impressionava ninguém, mas diziam que era uma fera. Quando ministro do Exterior e depois como primeiro-ministro tentou visitar a Rainha da Inglaterra e a entrevista lhe foi negada duas vezes. Elisabeth não o perdoava por haver sido um dos membros do IRGUN (sociedade secreta israelense no período colonial inglês na Palestina), que havia feito explodir o Hotel King David, em Jerusalém, matando uma centena de ingleses.

Conheci bem o velho Shamir, então presidente do *Knesset*, o parlamento israelense. Vários deputados e senadores brasileiros visitaram Israel durante a minha missão e eu apelava a Shamir para recebê-los e fazer menção de seus nomes em sessões do *Knesset*. Isso era importante para nossos parlamentares que tinham entre seus eleitores milhares de judeus brasileiros. Fiz boa camaradagem com Shamir, ofereci-lhe um jantar em sua honra em nossa embaixada e ele sempre atendeu amavelmente a meus pedidos. Foi depois ministro do Exterior e sucedeu a Menachem Bégin como primeiro-ministro, já depois de minha partida definitiva de Israel. Lembro que Bégin se desiludiu com a violenta atuação do exército israelense em Beirute e renunciou inesperadamente após o terrível massacre de palestinos em Sabra e Chatila, no Líbano, que teria sido culpa, pelo menos indireta, de Ariel Sharon, então seu ministro da Defesa.

8. A matrona Golda Meir

Não conheci a grande Golda Meir como primeira-ministra e sim já aposentada, mas seu prestígio ainda era enorme. Solicitei audiência só pelo prazer e a curiosidade de conhecê-la pessoalmente. A entrevista foi em seu escritório na Comissão Energia Nuclear israelense e acabou sendo altamente interessante. A conversa, que deveria ser protocolar, se transformou em verdadeiro debate sobre a conjuntura política em Israel e rendeu-me um excelente telegrama, que foi apreciado no Itamaraty e me rendeu um elogio do chanceler Silveira. À medida que eu procurava rebater algumas de suas observações, ela se empolgava, seus olhos brilhavam e os gestos eram firmes e autoritários. Golda revelou-se uma personalidade intransigente, a fina flor da linha dura israelense, o que – confesso – me decepcionou um pouco. Era um Sharon de saia...

A entrevista que deveria durar uns quinze minutos para não cansá-la, já bastante idosa, demorou mais do dobro e foi afinal interrompida por um assessor, com a desculpa de que ela tinha outro compromisso. Curiosamente, ela respondeu a seu colaborador dizendo alguma coisa em hebraico que o fez sorrir. Golda virou-se para mim e disse: “Está vendo: ele está rindo de mim porque o meu hebraico é muito ruim. Em verdade, eu nunca pude aprender bem a língua do meu país”. Ao sair, em vez de eu agradecer-lhe a audiência, foi ela quem fez questão de dizer-me que havia apreciado muito a nossa conversa.

Lembro que Golda Meir, levada menina ainda da Rússia para os EUA, só foi aprender o hebraico aos 40 anos. Encontrei-a depois em reuniões diplomáticas e ela sempre foi gentil comigo. Compareci ao seu enterro em 1978, cerimônia concorridíssima, onde encontrei Henry Kissinger, meu velho conhecido de Washington, e François Mitterrand, com quem almocei na embaixada francesa.

9. O presidente Itzhak Navon

Navon foi o primeiro sefardita a governar Israel e a escolha foi excelente. Nascido em 1921 em Jerusalém, formou-se pela Universidade Hebraica e fez parte da sociedade secreta Haganah no período final do mandato inglês na Palestina. Foi membro do Knesset desde 1965 e, indicado pelo partido trabalhista, presidiu Israel de 1978 a 1983, o que abarcou quase toda a minha permanência em Israel. Houve muita simpatia recíproca, pois Navon tinha grande interesse pela América Latina e pela língua espanhola, que falava bastante bem. Nossa entrevista foi em espanhol. Na minha visita de cortesia houve bons fluidos e surpreendi-me com seus conhecimentos a respeito do Brasil. Admirador de Machado de Assis, Ribeiro Couto e Clarice Lispector, era um bom intelectual. Ele fora secretário de Ben Gourion e, incentivado pelo grande líder israelense, estudou o castelhano e serviu por algum tempo na embaixada israelense em Montevidéu, havendo visitado duas vezes o Brasil.

Certa vez disse-me que estudara o castelhano para ler no original o *Don Quijote de la Mancha*. Sempre que nos encontrávamos, conversávamos animadamente em espanhol e, mais de uma vez, obtive dele pequenas confidências políticas de bastante interesse no momento. Sua esposa Ofira Navon, uma bela e famosa ex-miss Israel, tomou-se de simpatia por minha mulher e saíram juntas várias vezes. Guardo excelente recordação do presidente Navon, que fez questão de dedicar-me uma amável foto de despedida.

10. O cientista Efraim Katzir

Conheci também o presidente Efraim Katzir, um cientista que presidia Israel em fins de 1977. Curiosamente, viajamos no mesmo avião a Israel, a partir de Zurique. Sentamo-nos perto um do outro em voo da El Al e conversamos amenidades. Por ocasião da entrega de credenciais nossa conversa foi relativamente fria, porque o

governo israelense estava aborrecido com o Brasil pela nossa votação em favor da moção árabe de condenação do sionismo na ONU. Só depois das explicações que dei a Moshé Dayan as relações se normalizaram. Nunca mais vi Katzir pessoalmente, pois ele terminou seu mandato pouco depois, no início de 1978, sendo eleito Ytzahk Navon para a presidência. Coube, porém a Katzir a grande honra, no final de seu mandato, de receber Anwar Sadat por ocasião de sua espetacular visita ao país, em fins de 1977. Katzir era um ucraniano nascido em Kiev e tinha boa reputação como professor universitário.

11. Ariel Sharon, a besta

Por ocasião da minha chegada a Israel em novembro de 1977, Ariel Sharon ocupava o Ministério da Agricultura e estava encarregado da expansão dos assentamentos judaicos na Cisjordânia. Brillhante general da guerra do Yom Kippur de 1973, continuava a ser um dos líderes da linha dura de Israel. Mais tarde, como primeiro-ministro deu-se conta de que sua velha política de assentamentos não era o caminho para a paz permanente e devolveu Gaza e algumas pequenas colônias judaicas da Cisjordânia aos palestinos, o que causou sérios ressentimentos nos partidos religiosos israelenses e provocaria sua queda em novembro de 2005.

Quando os embaixadores chegam ao seu novo posto sempre visitam as autoridades locais e os outros chefes de Missões diplomáticas. Fui visitar Sharon, então ministro da Agricultura, que me recebeu amavelmente, cercado de duas bonitas secretárias, que tomavam nota de tudo o que falávamos. Ao cabo de alguns minutos disse-lhe que estava havendo um equívoco: eu não era um jornalista e sim o representante de um país amigo e tudo o que conversássemos seria confidencial. Sharon sacudiu a cabeça com seu pescoço hercúleo e dispensou as secretárias.

Nossa conversa ficou viva e Sharon mostrou-se extremamente franco e até indiscreto. Se eu contasse a um dos jornalistas estrangeiros em Israel tudo o que ele me dissera, certamente seria demitido no dia seguinte. “Você pensa que aqueles agricultores que habitam as colônias judaicas estão ali apenas para cultivar a terra? Em momento grave, em dez minutos eles estarão em seus uniformes do exército e com a metralhadora na mão. E eu estou instalando uma colônia judaica entre cada duas aldeias palestinas para impedir a comunicação entre elas em momentos de tensão”. Isso não era bem uma novidade, mas ouvir essa afirmação da boca do próprio Ministro era uma verdadeira bomba política. É claro que evitei comentar o assunto com meus colegas estrangeiros, mas enviei pormenorizada informação ao Itamaraty.

Certa vez compareci a um almoço íntimo na embaixada norte-americana e lá reencontrei Sharon. A certa altura, outras autoridades israelenses presentes começaram a implicar com ele, que acabava de instalar uma nova colônia na Cisjordânia, pretensamente de arqueólogos, batizada de Shilo. Os outros convidados israelenses faziam piadas e Sharon ria também, procurando justificar-se. Quando eu ia saindo, Samuel Lewis, o embaixador norte-americano, piscou-me o olho e disse: “Gostou? Vai dar um bom telegrama ao Itamaraty, não é?”...

Pois bem, mais tarde estava Sharon como primeiro-ministro às voltas com a pior crise de subsistência de Israel, aliás, indiretamente por culpa dele mesmo, pois não deveria ter feito aquela provocante passeata política diante das mesquitas, no ano 2000, o que deslançou uma terrível *Intifada*. Aos 77 anos, Sharon sofreu derrame cerebral em janeiro de 2006 e sua carreira política está encerrada. Deixou porém a herança de uma política de decisões unilaterais para dar maior segurança a Israel, tais como a construção de um muro separando as terras palestinas das israelenses. O muro está quase pronto e, sem dúvida, tem evitado

os frequentes ataques terroristas que antes ocorriam. Até hoje, sete anos depois, Sharon continua mantido em coma, sem esperanças de recuperação.

12. O decanato que nenhum país europeu quis assumir

Pouco antes de eu deixar Israel, ocorreu um episódio da maior importância, de qual participei. Tratava-se do decanato permanente do corpo diplomático em Israel. Em meados de 1982, ao voltar de suas férias, o embaixador norte-americano me telefonou dizendo que estava de regresso aos EUA para ocupar um cargo importante no Departamento de Estado e que dentro de um mês, aproximadamente, eu teria de assumir de forma permanente o cargo de decano, pois eu seria então o embaixador mais antigo no posto. Diante desse fato, senti-me na obrigação de informar o Itamaraty e alertar para o aspecto político da questão, pois certamente não seria do agrado dos países muçulmanos que o Brasil fosse o decano em Israel. O chanceler Saraiva Guerreiro reagiu imediatamente e me informou de que, em breve, seria eu também transferido para outro posto. Eu já estava em Israel havia quase cinco anos e, embora satisfeito com a minha missão, já pensava em outras paragens.

Aí começou algo extraordinário: telefonei ao embaixador francês Marc Bonnefous, o nº 3 da ordem de precedência, e disse-lhe que eu não poderia assumir o decanato e seria removido de Tel Aviv dentro de poucas semanas. Ele se alarmou e me respondeu: “Mas eu também não posso ser decano aqui em Israel! Imagine o que dirão os países muçulmanos nos quais a França tem interesses tão grandes! Vou falar hoje mesmo com Paris”. E ele me sugeriu conversar com o embaixador da Suíça, que era o próximo na lista de antiguidade diplomática. Telefonei a seguir ao embaixador da Suíça, que também levantou as mãos aos céus, “Impossível!”,

exclamou ele. “Os interesses bancários suíços vão exigir que eu saia também”. O quinto na lista era o embaixador da África do Sul, a quem também alertei para a nossa saída. Ele não teve problemas com a notícia e até gostou dela, porque o seu governo tinha excelentes relações com Israel, cujos cientistas haviam até feito experiências nucleares na Namíbia.

Naturalmente, não saiu uma linha nos jornais sobre o assunto, mas uns dois anos depois foi publicado o livro de memórias de Abba Eban, o notável ex-Ministro do Exterior de Israel, onde ele relata com indignação a atitude dos três governos “amigos” que não quiseram ter seus representantes diplomáticos como decano em Israel.

CAPÍTULO 16

CHIPRE. A EMBAIXADA CUMULATIVA

Minha designação para embaixador em Chipre, cumulativamente com Israel, foi uma surpresa agradável. A ilha é uma das encruzilhadas políticas do mundo, possui uma rica história medieval e ótimos hotéis em suas praias belíssimas. Os quase cinco anos em que lá representei o Brasil coincidiram com o mandato do presidente Kyprianou, um médico relativamente jovem que administrava com habilidade os destinos de setor grego da ilha, agora incorporado à União Europeia. O nível de vida já era bastante elevado nos anos setenta e agora deve estar melhor ainda, graças ao intenso turismo. Recordo que, dos dez países que ingressaram na UE em 2004, Chipre é o que apresentava mais elevada renda *per capita*. Na minha época, a política local estava bastante dividida entre conservadores, socialistas e comunistas, que ainda eram bastante influentes. Mais tarde os russos descobriram Chipre como um paraíso fiscal.

Kyprianou falava pouco como tática para forçar seus interlocutores diplomáticos a serem muito loquazes. Em Israel havia vários embaixadores acreditados cumulativamente em Nicósia, como eu, e quando surgia uma crise em Chipre nos reuníamos em Tel Aviv para trocar informações e discutir os problemas. Divertíamos-nos perguntando uns aos outros quantas palavras Kyprianou tinha pronunciado na última audiência. E o mais engraçado é que ao final das visitas, em que ele havia pronunciado apenas meia dúzia de frases, o presidente nos cumprimentava efusivamente, afirmando que havia apreciado muito a conversa...

1. A intrincada Questão de Chipre

A ilha de Vênus está dividida em duas partes, separadas por tropas das Nações Unidas desde 1963, isto é, desde antes que o governo de Ancara decidiu invadir a ilha, em 1974, para proteger os cidadãos de origem turca residentes na ilha das represálias dos greco-cipriotas. Os principais países da ONU reconhecem e têm relações diplomáticas apenas com o governo da República de Chipre, o setor grego, ao passo que a Turquia, com seu considerável poderio militar, reconhece sozinha o governo do setor turco, liderado há mais de 30 anos por Rauf Denktash e recentemente por Ali Tahat.

Situada ao fundo do Mediterrâneo, a poucas dezenas de quilômetros das costas da Turquia, da Grécia, da Síria, do Líbano e de Israel, a grande ilha de Chipre sempre foi uma região muito delicada desde a Idade Média. É uma encruzilhada política até hoje e forças importantes lutaram e lutam por obter o controle militar e estratégico da ilha. Bastião do império britânico, os ingleses ainda mantêm uma base militar ao sul da ilha. Gregos e turcos, venezianos e genoveses, cavaleiros de Rhodes e da Ordem de Malta, sarracenos e cruzados, e hoje judeus e palestinos, libaneses e iraquianos, egípcios e líbios, russos e norte-americanos se digladiam em

permanentes intrigas políticas, com cenas frequentes de capa e espada, assassinatos e sequestros, espiões de todos os países vizinhos que se observam atentamente. Enfim a ilha contém todos os ingredientes para um bom filme de aventuras, tipo 007. Nos anos 70 o embaixador brasileiro Carlos Alfredo Bernardes, meu ex-chefe em Washington, dirigiu a representação das Nações Unidas em Chipre e deixou bom nome.

Confesso que ao apresentar credenciais ao presidente Spyros Kyprianou em 1978 e após conversar com alguns líderes locais, logo fiquei fascinado pela atmosfera política da ilha e sempre a visitei com o maior interesse e encanto. Digo encanto porque Chipre é um dos lugares mais lindos do mundo, com praias maravilhosas, como a praia de Vênus, belos sítios arqueológicos como Kurium, fortalezas medievais como a de Kyrenia, a sombra de Otelo permanece em Famagusta, bons locais para esquiar como em Troodos, igrejas ortodoxas com notáveis ícones, museus da antiguidade clássica, montanhas espetaculares como o Pentadáktilos, belíssimas ruínas medievais como o mosteiro de Bellapáis, tudo isso envolto em pesada atmosfera de mistério e espionagem, que o visitante sente imediatamente, até mesmo em hotéis de luxo.

Nosso homem em Nicósia era Hagop Keheyan, cônsul honorário do Brasil por muitos anos. Bem relacionado politicamente, importante banqueiro, sempre me conseguia entrevistas com os líderes partidários mais significativos da ilha, da extrema direita à extrema esquerda. Estava atento aos acontecimentos políticos e avisava-me sempre quando era oportuna a minha visita. Várias vezes deu-me informações preciosas que os escandinavos de Tel Aviv desconheciam, e era amigo dos presidentes dos dois setores. Esperava-nos sempre no aeroporto de Lárnaca com seu enorme Mercedes 500 e o impecável motorista grego Peter, que ficava à nossa disposição.

Hospedava-me sempre no Hotel Hilton, da capital Nicósia, centro de inefáveis focos políticas. Em seu restaurante apareciam figuras estranhíssimas e por vezes até assustadoras. Entre meus colegas diplomáticos sediados em Nicósia, recordo sempre o embaixador norte-americano, cuja amizade me facilitou informações preciosas. Curiosamente, quando fui visitá-lo caímos nos braços um do outro: ele era o proprietário da casa que aluguei em Washington quando lá servi como representante do Brasil junto à OEA (1967-69). Como fui bom inquilino e lhe devolvi a casa em ótimo estado, ele foi gentilíssimo comigo em Chipre e me facilitou muitos contatos úteis.

Ao chegar a Nicósia tinha sempre vários encontros agendados pelo cônsul Keheyan e nunca deixei de visitar o lado turco, que era importante fonte de informações interessantes. Baena Soares, nosso secretário-geral, não gostava que eu fosse ao setor turco, cuja existência o Brasil não reconhece, mas acabei obtendo consentimento tácito após demonstrar que o próprio embaixador norte-americano tinha uma casa de praia em Kyrenia e outros embaixadores de países europeus que não reconheciam Denktash, iam visitá-lo. Duas vezes almocei com ele e ria-me muito de sua jovial conversa. Devo dizer que dele ouvi convincentes descrições das atrocidades que seus compatriotas turcos, nos anos sessenta, tinham sofrido nas mãos de greco-cipriotas.

Um personagem local, com quem jantei várias vezes e que continua na primeira linha da política, é Glafkos Clerides, no meu tempo líder da oposição e depois primeiro-ministro e presidente do setor grego. É um verdadeiro estadista, homem culto que se encontrava oficiosamente com Denktash, seu colega de colégio, para tentar resolver diferenças políticas a nível pessoal. Era divertido ouvir Clerides comentando suas negociações com Denktash, porque ninguém melhor do que eles conheciam a conjuntura

política da ilha, as queixas e as aspirações das duas comunidades grega e turca.

Desde que deixei Chipre em 1982 sigo atentamente as negociações que terminaram em fracasso, em maio de 2004, quando o setor grego foi incorporado à União Europeia após conturbadas eleições. E tantos anos depois quem aparece na BBC e nas TVs do mundo inteiro discutindo a questão de Chipre? Denktash e Clerides, ambos com mais de 80 anos, gordinhos e sorridentes. Clerides sempre me pareceu extremamente manhoso e hábil negociador, mas atrás do simpático e sorridente Denktash estava o poderoso exército turco, fortemente armado pelos norte-americanos para defender a fronteira com a antiga União Soviética.

A crise de Chipre chegara ao seu anticlímax em abril de 2004, devido ao referendo sobre o plano de reunificação apresentado pela ONU e pela União Europeia. Era óbvio que os greco-cipriotas queriam recuperar tudo o que perderam por ocasião da invasão turca em 1974, mas isso seria impossível se quisessem realmente chegar a um acordo razoável. Pelo citado plano da ONU, 8% das terras ocupadas pelos turcos seria devolvido aos greco-cipriotas, inclusive a joia da coroa, o balneário de Famagusta e sua cadeia de hotéis de luxo fechados há trinta anos. Destarte, a parte ocupada pelos turcos na ilha se reduziria de 37% para 29%.

O resultado da votação para a reunificação da ilha foi desastroso e, até certo ponto, surpreendente. Setenta e cinco por cento dos greco-cipriotas votaram *não* e 65% dos turco-cipriotas votaram *sim*. Quem mais tinha a perder votou *sim* e quem mais tinha a ganhar votou *não*. Como entender? Um absurdo. A desculpa grega era de que eles não confiam no exército turco, cujas tropas continuariam na ilha, embora com forte redução em número. O resultado irritou profundamente a liderança da União Europeia e o ex-Secretário-

-Geral da ONU, Kofi Annan, resolveu fechar imediatamente seu escritório em Nicósia. Em represália à votação greco-cipriota, a cúpula da União Europeia decidiu conceder ao setor turco da ilha as mesmas regalias comerciais que o setor grego passara a receber após a sua adesão à comunidade europeia. Por sua vez, o Banco Mundial concedeu à República Turca de Chipre 300 milhões de euros para seu desenvolvimento econômico. Em meados de 2011, ao folhear a revista *The Economist*, na seção de obituário surgiu uma página inteira dedicada a Rauf Denktash, com pequena foto do recém-falecido líder. Se não me falha a memória, nenhum líder político brasileiro jamais mereceu uma página inteira do *Economist*.

Em fins de março de 2013, Chipre ocupou as manchetes econômicas e financeiras mundiais. O país é hoje quase um paraíso fiscal de oligarcas russos e estava à beira da falência, arriscando-se a ser excluído da União Europeia. A solução foi congelar todos os depósitos bancários na ilha acima de 100.000 euros, o que permitiu a concessão de vultoso auxílio da União Europeia, livrando assim Chipre da bancarrota. Foi uma semana em que o pequeno país, que representa apenas 0,2% da economia da União Europeia, esteve nas televisões e jornais de todo o mundo. Curiosamente, nos últimos dez anos, a região de Limassol, com belas praias e importante porto, tornou-se uma verdadeira colônia russa, com grandes mansões, escolas, clubes, jornais e bancos russos. Foram aplicados no país bilhões de dólares, mais ou menos sujos, provenientes da Rússia e centenas de famílias se trasladaram para Chipre no verão em busca do sol mediterrâneo. O dinheiro foi mal aplicado pelos bancos cipriotas, que se envolveram na crise da Grécia, e acabaram em sérias dificuldades. Os russos sentem-se roubados, mas não houve alternativa e sua compreensível indignação não sensibilizou os bancos nem a opinião pública europeia.

No final de 2013, a BBC levou a notícia ao mundo de que as federações de futebol de Chipre, isto é, dos dois lados da ilha

há 40 anos separados, assinaram um acordo para organizarem um campeonato anual de futebol com as melhores equipes das duas partes da ilha. A FIFA teria costurado esse acordo, porque os turco-cipriotas se lamentavam que as suas equipes de futebol nunca havia tido oportunidade de jogar com clubes europeus ou americanos. Em futuro próximo, se a experiência correr bem, será escolhida uma seleção de Chipre para participar das eliminatórias da copa do mundo de 2018 ou, se mais tardar, da copa de 2022. Aguardemos... será que o futebol vai fazer o milagre da reconciliação?

2. Vendendo armas a Chipre

Felizmente, consegui romper a barreira protocolar do presidente Kyprianou graças a um episódio curioso em minha carreira. Certo dia recebi em Tel Aviv um telegrama secreto-exclusivo do Itamaraty ordenando que me deslocasse imediatamente a Chipre e lá me entrevistasse com o Ministro da Justiça, um certo Dr. Benjamin, que antes me parecera inexpressivo. O telegrama explicava: uma empresa brasileira fabricante de armas, a Engesa, tinha um negócio importante de armas em vista com o governo de Chipre, no valor de 60 milhões de dólares, que estava sendo intermediado por um grego, que exigia 30% de comissão. A entrevista com o Ministro da Justiça de Chipre foi rápida e ele concordou imediatamente com a nossa oferta, que deixava de lado o intermediário.

No mesmo dia, Kypriânou mandou chamar-me no Hotel Hilton e fui levado a ele sem protocolo nenhum. Agradeceu-me a gestão e conversamos descontraidamente. Esclareceu que necessitava dos tanques leves brasileiros para possível emergência de ataque de tropas turcas, estacionadas do outro lado da ilha. Bastava deter os turcos por 48 horas, a fim de dar tempo ao *lobby*

grego em Washington para motivar o governo norte-americano a pressionar seus aliados turcos e paralisar eventual ofensiva. Verdade ou não, os turcos jamais tentaram qualquer medida de força até hoje.

CAPÍTULO 17

EMBAIXADOR NO PERU (1982 – 1984)

Confesso que não fui para o Peru muito entusiasmado. Fora sondado por Guerreiro para as embaixadas no Canadá ou Japão e o acordo estava quase feito para Ottawa, quando o colega que estava no Japão e destinado ao Peru, alegou que Lima não tinha boas condições médicas para ele, que tinha delicado problema de saúde e depois veio a falecer prematuramente. Fiquei com pena dele e concordei trocarmos de posto. Assim voltei ao Pacífico depois da minha boa experiência no Equador. Conhecia os problemas da região e sempre me senti bem em postos de língua espanhola. Um fator positivo era que a residência do embaixador em Lima é linda e tinha sido recém-adquirida pelo meu antecessor Manuel Guilhon. O posto era uma grande missão diplomática com cerca de setenta funcionários brasileiros e locais e creio mesmo que nem cheguei a conversar com todos eles. O setor comercial era o mais numeroso com dúzias de economistas peruanos que passavam o tempo tentando vender produtos brasileiros ao Peru. Um exagero.

Tive dois eficientes ministros-conselheiros nos dois anos e meio em que lá servi: Jorge Pires do Rio, recém-falecido, e Evaldo Cabral de Mello, que depois ficaria célebre como historiador, especialista no período holandês no Nordeste. Entre os secretários brasileiros, destaco Manoel Gomes Pereira, que acaba de realizar notável trabalho de republicação das obras do barão do Rio Branco e coordenou o grande seminário em honra do nosso patrono. Lembro também Heloisa Vilhena de Araújo, autora de um bom livro sobre Guimarães Rosa, Arnaldo Carrilho, depois embaixador na Coreia do Norte, Eduardo Farias e Paulo César Vasconcelos, depois embaixador na Tailândia. A chancelaria também era muito espaçosa e confortável.

Entretanto, não senti no Peru a mesma cálida acolhida que tive no Equador. Os peruanos parecem temer o Brasil, desconfiados de que lhes queremos tomar parte da Amazônia peruana. Quem reconheceu isto foi um senador peruano amigo, que me revelou que os militares peruanos não desejavam a interligação vial com o Brasil, temerosos não de um eventual ataque militar nosso, mas de uma invasão de milhares de trabalhadores desocupados e grileiros, como já aconteceu na Bolívia e Paraguai. Em 2011 finalmente foi terminada a estrada asfaltada entre os dois países, infelizmente por uma rota que não vai permitir intenso tráfego comercial. A estrada passa por alturas superiores a 3.000 metros, o que impede que os caminhões viajem com a carga completa. O Brasil acabou financiando a estrada, mas o roteiro foi imposto pelo Peru, que deseja atrair turistas brasileiros para Cuzco e Macchu Picciu, em vez de ensejar um importante movimento de exportação brasileira pelos os portos peruanos do Pacífico. Para finalizar minha carreira, de lá fui designado para a Alemanha, mas não senti muitas saudades de Lima, cidade cor de elefante, como certa vez me definiu o brilhante Araújo Castro, que fora embaixador no Peru.

1. O presidente Fernando Belaúnde Terry, *el arquitecto*

Quando cheguei ao Peru em 1982, só ouvi elogios de meus colegas diplomáticos ao presidente Fernando Belaúnde Terry. Cognominado “El arquitecto” por seus conterrâneos, era filho de peruano e de uma norte-americana, teve educação esmerada, um *gentleman* em suma. Meu bom amigo embaixador da Alemanha, Joachim Hille, disse-me certa vez que Belaúnde poderia ser presidente da Suíça ou da Bélgica, tão preparado e sofisticado ele era. Hoje o comparo a Fernando Henrique Cardoso, em cultura e encanto pessoal.

Desde a cerimônia de entrega de credenciais houve bons filtros entre nós, pois elogiei muito a menina de seus olhos – a “Carretera Marginal de la Selva” –, iniciada em seu primeiro mandato como presidente. A estrada ligaria a Colômbia ao Chile contornando a selva peruana e o Brasil. No segundo mandato, que conseguiu terminar, deu grande impulso a essa rodovia.

Certa vez irritou-se comigo quando lhe perguntei se a “Carretera” era marginal do Brasil, o que de fato é verdade. Retrucou-me que já existiam duas conexões com o Acre, embora não pavimentadas. Eu incentivei a ida a Lima de uma delegação do Acre, chefiada pelo então governador Nabor Junior, hoje senador. Belaúnde fez questão de recebê-los, ofereceu-lhes um almoço e fez-lhes uma preleção sobre as conexões rodoviárias da Amazônia defronte a um grande mapa da região. Mais recentemente, os presidentes Lula e Toledo encontraram-se na fronteira e decidiram construir uma ponte sobre o rio Acre, o que muito facilitará o comércio entre os dois países. A rodovia entre Assis Brasil, no Acre, e o porto peruano de Ilo foi melhorada e asfaltada. Aos interessados sobre as possíveis rodovias para o Pacífico, sugiro a leitura do meu estudo sobre “As janelas para o Pacífico”¹⁸.

18 In MARIZ, Vasco. *Ensaios Históricos*. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 2005.

Pouco tempo depois de minha chegada ao Peru, Belaúnde, que era também um bom desportista, convidou-me para um passeio de lancha. Recomendaram-me que levasse calção de banho, pois o presidente gostava de nadar, apesar de seus 70 anos. Ao entrar na lancha, encontrei os embaixadores do Equador e da Argentina e nos dirigimos para uma ilhota no horizonte. Perto dela, Belaúnde subitamente mergulhou no mar seguido de dois assessores militares. Como fui bom nadador e na juventude nadei toda a praia de Copacabana, mergulhei também. Seguiu-me o embaixador equatoriano, meu amigo Miguel Vasco, que fora chefe do protocolo quando eu servia em Quito. Belaúnde gostou de ver-me ao seu lado nadando e ironizou que o embaixador argentino não sabia nadar. Ao chegarmos à praia, Belaúnde convidou-me a jogar peteca, enquanto o argentino, possivelmente irritado, nos observava de longe na lancha. Dias depois um jornal limenho comentava a excursão com pormenores irônicos...

Mas nem tudo foram rosas com Belaúnde e tive problemas com empresas brasileiras, que operavam no Peru, felizmente nada de grave. Certa vez fui ao presidente para tentar resolver um impasse com a Odebrecht, que se queixava de que o governo peruano não pagava a sua contrapartida para a construção de uma represa perto de Arequipa.

Recordo-me ainda que na entrevista de despedida, ao dizer-lhe que estava transferido para Berlim Oriental, ele retrucou-me francamente: “Ah se eu pudesse construir um muro na fronteira do Chile, eu o faria sem hesitar!”. Recordo que ao final do século XIX houve guerra entre os dois países, o exército chileno ocupou Lima por vários meses e o Peru perdeu as províncias de Tacna e Arica, ao sul do país. Conservo lembrança afetuosa de Belaúnde, falecido recentemente com mais de noventa anos de idade.

2. Navegando o Cassiquiare¹⁹

O recente falecimento de Fernando Belaúnde Terry, ex-presidente do Peru, trouxe-me à lembrança um fato histórico espetacular, mas pouco conhecido, nas relações do Brasil com o Peru e a Venezuela, ocorrido em julho de 1983. Trata-se da primeira viagem oficial em navio de porte médio, que partindo do nosso rio Negro, de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, conseguiu cruzar as corredeiras, e navegou sem dificuldades pelo canal do Cassiquiare, tendo a seu bordo o então presidente peruano, e chegando até o rio Orinoco, na Venezuela. A viagem da corveta peruana “Amazonas” iniciou-se a 19 de julho de 1983 e terminou a 22 do mesmo mês, ao aportar em Tama Tama, Venezuela. Era a interligação formal da bacia do rio Amazonas com a bacia do rio Orinoco, um significativo fato histórico no continente.

Fernando Belaúnde Terry foi presidente do Peru duas vezes. Arquiteto, homem de vasta cultura, professor em várias universidades norte-americanas durante os períodos de exílio político de seu país, ele sempre demonstrou notável interesse pelo desenvolvimento da Amazônia. Belaúnde acreditava que o futuro do Peru não está nas areias desérticas da costa do Pacífico e sim na metade amazônica do Peru, ainda pouco explorada e despovoada.

Em 1980, Fernando Belaúnde, um sincero admirador do Brasil, voltou a eleger-se presidente do Peru. Dois anos depois aportava eu a Lima como embaixador do Brasil e desde a minha entrega de credenciais conversávamos muito sobre os problemas da integração da Amazônia peruana. O entusiasmo do presidente Belaúnde pela região amazônica se expressou também pelo convite ao então governador do Acre, Nabor Junior, a visitar Lima. Falou à comitiva brasileira diante de um grande mapa da Amazônia e deu ênfase à interligação da bacia amazônica com a do rio Orinoco e

19 Comunicação feita na CEPHAS do IHGB a 7 de novembro de 2003.

com a do rio da Prata. Ele havia mandado fazer um estudo que comprovava ser possível chegar até Buenos Aires pela construção de canais e comportas, dentro de custos compatíveis com a significação comercial do empreendimento. O tema era delicado, com inconvenientes políticos, e eu não o encorajei na época.

Certo dia, telefonou-me seu secretário particular dizendo que o presidente desejava falar-me sobre assunto importante. Pensei que era algo relativo à Odebrecht, que construía uma represa perto de Arequipa, mas para minha grande surpresa ele tinha planos de efetuar pessoalmente a travessia do Cassiquiare. Pedia o auxílio da Marinha brasileira e expôs-me seu plano, que parecia viável: uma possante canhoneira peruana iria à Amazônia brasileira, subiria o rio Negro e esperaria pela sua comitiva em São Gabriel da Cachoeira. O presidente peruano viajaria de avião diretamente àquele remoto povoado brasileiro no alto rio Negro, perto da fronteira da Venezuela, onde embarcariam na corveta peruana que já estava esperando a comitiva presidencial. O importante seria escolher o momento oportuno, com chuvas abundantes, de tal modo a que houvesse calado suficiente para a passagem do navio, que era de porte médio. Faltava o essencial – a autorização do governo brasileiro e o apoio logístico da Marinha brasileira no local.

Confesso que regressei à embaixada bastante perplexo e logo convoquei os três adidos militares para ter uma avaliação inicial, antes de informar o Itamaraty. Ambos me informaram ser possível a aventura presidencial e que corvetas da nossa Marinha já haviam feito discretamente a travessia do Cassiquiare, embora tivessem regressado logo ao território brasileiro, a fim de evitar complicações com as autoridades da Venezuela. Tudo dependeria de esperar o período apropriado e que os peruanos dispusessem de uma corveta com motor suficientemente potente para superar as duas corredeiras acima de São Gabriel. O dilema residia no

fato de que, se o rio Negro estivesse inchado pelas chuvas e desse calado ao navio para ultrapassar as áreas mais rasas, já por outro lado esse maior volume de água aumentaria a força da correnteza, o que poderia inviabilizar a passagem da corveta pelos rápidos. O plano exigiria, portanto, estudos rigorosos e quase certamente o auxílio logístico da Marinha brasileira, com a provável utilização de tratores poderosos e até a utilização de helicópteros, a fim de não pôr em risco a segurança do presidente peruano.

Como eu esperava, o Itamaraty não demonstrou nenhum entusiasmo pela iniciativa de Belaúnde, em virtude das implicações jurídicas internacionais que o delicado problema da interligação das bacias hidrográficas pode vir a apresentar no futuro. Entretanto, seria difícil negar a passagem ao primeiro mandatário peruano sem um motivo grave, ou deixar de dar-lhe apoio técnico, sem criar mal-estar nas relações entre os dois países. Por outro lado, a Venezuela já havia sido consultada pelo Peru e dera o seu assentimento, interessada na experiência. Assim sendo, um pouco a contragosto, a Marinha brasileira foi autorizada a prestar toda a cooperação necessária para o êxito da expedição, em combinação com seus colegas peruanos. Dados técnicos foram trocados e aproveitou-se a próxima estação de chuvas para estabelecer datas possíveis para a travessia. Belaúnde assegurou-me que só viajaria se as Marinhas dos dois países assegurassem a sucesso da histórica viagem.

Tudo correu como previsto e no dia 17 de julho de 1983 fui ao aeroporto despedir-me da comitiva que seguia no Fokker presidencial para São Gabriel da Cachoeira. No dia seguinte o rio Negro tinha boa altura e a corveta partiu. Fez duas tentativas e o motor não conseguiu vencer a correnteza, que era bastante forte. Aí entrou em ação o suporte técnico brasileiro: dois possantes tratores com cabos de aço arrastaram penosamente a corveta pelas águas saltitantes da primeira e mais perigosa corredeira tendo a bordo a comitiva de Belaúnde. O segundo rápido foi mais fácil, o

navio peruano não necessitou de auxílio e seguiu adiante. Foi um entusiasmo geral e espoucaram foguetes e vivas no navio e em terra.

O resto da viagem decorreu sem sustos. A corveta navegou o Cassiquiare por mais de doze horas e entrou solenemente no rio Orinoco. Teve de viajar ainda dois dias, cautelosamente, até o primeiro porto venezuelano, Tama Tama, onde as autoridades venezuelanas aguardavam o navio. De lá a comitiva viajou de avião para Caracas. Foi uma viagem triunfal, devidamente documentada por cinegrafista da marinha peruana. Já na capital venezuelana, o presidente Belaúnde agradeceu o apoio das autoridades brasileiras e sublinhou à imprensa local toda a significação histórica, política e comercial da viagem. Ao recebê-lo de volta no aeroporto em Lima, Belaúnde agradeceu-me efusivamente a nossa cooperação.

Em Brasília houve suspiros de alívio por tudo haver corrido bem, mas o governo absteve-se de comentários oficiais e a imprensa brasileira não se deu conta das implicações políticas da viagem. Em Lima, o jornal *La Cronica* fez um suplemento especial sobre a viagem presidencial, onde aliás se mencionou o Brasil apenas ligeiramente. A verdade é que sem a nossa aprovação e sem o auxílio dos nossos tratores, a travessia não poderia ter sido realizada.

3. O presidente general Morales Bermúdez

Um grupo de militares esquerdistas derrubou Belaúnde em seu primeiro mandato e implantou uma espécie de república popular, fortemente influenciada pela União Soviética. Conseguiram desmontar a economia do país e entregaram aos camponeses as grandes fazendas que antes asseguravam boa exportação. O general Velasco Alvarado ficou famoso por suas trapalhadas e, por motivo de doença, acabou entregando o poder ao general Morales Bermúdez. Este conseguiu recuperar a economia do país e anulou várias das medidas arbitrárias de seu antecessor, preparando assim a volta à

democracia, do que resultou o segundo mandato presidencial de Belaúnde Terry.

Conheci Morales Bermúdez em reunião social, houve simpatia mútua e passamos a almoçar juntos cada dois ou três meses. Essa amizade me seria da maior utilidade, pois em nossas conversas eu ficava sabendo interessantes fofocas políticas e sobretudo a repercussão desses fatos nos meios militares. O general Morales era um militar bem preparado, embora sem chispa genial. No entanto, por ele soube de fatos que intrigaram meu bom adido militar, coronel Dario Montilla, a quem escondia meu relacionamento com o ex-presidente. Conservo também boa recordação do general Morales Bermúdez, que muito apreciava nossos almoços nos magníficos restaurantes de Lima, uma das capitais onde se come melhor na América Latina.

4. Alan García, o presidente aprista

Conheci o ex-presidente do Peru bem antes de ele ser eleito em 1985, em seu primeiro mandato. Alan vivia perto da nossa chancelaria em Lima, nos conhecíamos de recepções diplomáticas e certa vez veio tomar um cafezinho comigo na chancelaria da embaixada para trocar ideias sobre a política local. Alan García era um jovem deputado, bonitão e elegante, formado em direito na Espanha e em sociologia na França. Foi presidente aos 36 anos de idade, mas não estava ainda suficientemente maduro. Pertencia ao Partido APRA, o mais bem organizado e tradicional do Peru. Eu gostei de conversar com ele, pois era simpático e rapaz instruído, membro daquela oligarquia peruana sofisticada, que vive entre Miami e Madri, e mora em casas de quadra inteira, cercadas por muros de quatro metros de altura. Quando se levantam as portas da rua, vêm-se três ou quatro Mercedes Benz, piscina e quadra de tênis...

Sua gestão como presidente, sucedendo ao notável Belaúnde Terry, não foi nada feliz. Eu já havia saído do país, mas em Berlim dava-me muito bem com o embaixador peruano, que me relatava o que ocorria no Peru. Logo cresceu uma superinflação que fez evaporar o poder aquisitivo da classe média. O grupo maoísta Sendero Luminoso, que depois foi liquidado por Fujimori, atingiu no tempo de Garcia o máximo de sua capacidade de infernizar a vida dos peruanos. Em 1990, com uma inflação de mais de 7.000%, Alan García desistiu da reeleição. Dois anos depois teve de fugir para o exterior, acusado de ordenar o massacre de prisioneiros em cárcere de Lima. Só em 2001 conseguiu voltar a seu país, depois que a Corte Suprema considerou prescritos os crimes pelos quais ele teria sido responsável.

Em 2006, vimos Alan García de volta como candidato opositor ao populista Ollanta Humala. Teve 24% dos votos e classificou-se para o segundo turno, derrotando no último momento a candidata conservadora. Eleito no 2º turno, foi certamente melhor presidente do que em seu primeiro mandato. Creio que o grande mal de sua primeira presidência foi que ele era ainda muito inexperiente. Deputado brilhante, não tinha experiência administrativa e chegou direto à presidência, o que não era aconselhável.

Alberto Fujimori que conheci como reitor da Universidade Rural, faria um bom governo e acabou com o Sendero Luminoso, mas teve um colaborador lamentável que o arruinou e teve de fugir do país. Seu sucessor Alejandro Toledo, meio índio, fez boa administração e o Peru, que já apresentava baixa inflação, cresceu a 6% e 7% nos últimos anos de seu governo. García ao assumir fez um rigoroso ajuste fiscal e, em 2007, o Peru cresceu nada menos de 9% e comprou toda a sua dívida externa. Para minha surpresa, o Peru recebeu o *investment grade* antes do Brasil. Alan García encontrou-se com Lula na fronteira e incentivou a integração vial dos dois países, que acaba de se materializar embora de maneira

defeituosa. Hoje seu sucessor Ollanta Humala, outro mestiço, parece continuar no bom caminho. O país tem recebido muitos investimentos estrangeiros, sobretudo da China, e atravessa um período promissor.

5. Defendendo no Peru os empregos de operários brasileiros da Volkswagen

No período de 1982-84 em que chefiar a embaixada no Peru ocorreu uma crise trabalhista na Volkswagen peruana que teria repercussões no Brasil. A empresa alemã tinha uma fábrica que montava automóveis feitos no Brasil, que lá chegavam em partes. O negócio era bom, enquanto durou a proibição da importação de carros estrangeiros. A fábrica tinha três mil empregados, mas com a liberação das importações, a montadora, ficou prejudicada. Certo dia, recebi a visita de três diretores da fábrica Volkswagen, que vieram pedir-me que intercedesse junto ao Ministro do Trabalho peruano a fim de obter autorização para despedir mil funcionários da empresa. Eu me surpreendi com o pedido e eles se explicaram: se não fosse possível despedir aqueles funcionários, a fábrica teria de fechar e todos os três mil iriam para a rua. Essa era a decisão da matriz central da Volkswagen alemã. Continuei a não entender por que haviam eles ido conversar comigo. Chegaram finalmente ao ponto: se a fábrica fechar, centenas de empregados brasileiros na Volkswagen *no Brasil* serão demitidos também, porque a fábrica de São Paulo deixaria de fabricar milhares de automóveis destinados ao Peru.

Pensei em submeter o assunto ao Itamaraty, mas cheguei à conclusão de que a resposta iria demorar muito. Resolvi visitar meu bom amigo Joachim Hille, embaixador da Alemanha Federal, que já fora meu colega anos antes em Quito. Afinal seria muito estranho eu solicitar ao Ministro do Trabalho peruano a sua anuência para que a fábrica despedisse mil funcionários peruanos. Sozinho, não

me sentia com condições de fazê-lo, pois me “queimaria” junto ao Governo peruano. Afinal, a fábrica era alemã e eu só faria uma gestão conjuntamente com ele, ou não faria nada. Hille concordou comigo e decidimos pedir audiência conjunta ao ministro peruano, que já estava prevenido e nos recebeu meio atravessado. Dissemos-lhe que estávamos embaraçados em fazer tal gestão, mas que se tratava de evitar um mal maior. A abertura das importações de automóveis inviabilizara a fábrica teuto-brasileira no Peru: ou se demitia boa parte dos empregados, ou ela seria fechada. Era preciso demitir os mil funcionários mais antigos, que poderiam ser aposentados ou absorvidos por alguma outra entidade estatal peruana. Se isso não fosse feito, todos os três mil seriam despedidos. O Ministro entendeu o nosso constrangimento de apoiar aquela medida tão antipática, mas inevitável no momento, e prometeu conversar com o presidente Belaúnde a respeito. Dias depois foi autorizada a demissão.

Os próprios trabalhadores peruanos entenderam a situação e não fizeram escândalo na imprensa, que não chegou a tomar conhecimento do caso. Tampouco informei o Itamaraty da minha ingrata gestão juntamente com o embaixador alemão. Senti um certo remorso, mas afinal estava defendendo indiretamente o emprego de muitos brasileiros em São Paulo, se a fábrica tivesse de ser fechada. Meses depois tive, porém uma pequena satisfação: ao trocar o velho “Passat” de serviço da nossa embaixada, os diretores da fábrica fizeram-nos um abatimento enorme no preço de um novo automóvel.

6. Tentando vender armas ao Peru

Nos anos oitenta, chefiava eu a embaixada do Brasil em Lima, Peru, quando o adido militar, coronel Dário Montilla, veio informar-me de que estávamos prestes a fazer uma vultosa venda de armas às forças armadas peruanas. Na semana seguinte acompanhei-o

até uma área de exercícios militares vizinha à capital e lá assisti a diversas demonstrações de armamentos brasileiros a serem vendidos ao exército peruano. Os testes foram perfeitos e depois fomos levados até uma praia vizinha, em frente à qual estavam dois grandes tanques brasileiros do tipo “Urutu”, o modelo anfíbio. O Ministro do Exército peruano estava entusiasmado e me louvava a qualidade do armamento brasileiro, quando observei com surpresa que soldados peruanos entravam nos tanques brasileiros. O mar estava forte e as ondas que arrebentavam na praia eram bastante altas. Nosso adido militar deu a ordem para iniciar a exibição e os tanques avançaram contra as ondas. Passaram com dificuldade a linha de arrebentação e foram afundando. Confesso que fiquei apavorado e me dizia que os soldados peruanos iam morrer afogados, se os tanques não boiassem. Os carros de combate foram entrando devagarzinho no mar e à distância já mal se viam, pois tinham apenas uns dez centímetros fora d’água. Felizmente estavam boiando e hélices os impeliam para longe da praia. Deram uma ampla volta e regressaram à praia sob os aplausos dos militares peruanos e o ufanismo dos nossos oficiais. Suspirei aliviado quando vi as tripulações saírem dos “Urutus” e meu susto passou ao receber os cumprimentos do Ministro do Exército peruano. Ficou ali acertada a venda dos armamentos previstos e tudo parecia encerrado satisfatoriamente. Não seria bem assim.

Semanas depois o coronel Montilla informou-me de que o negócio não foi realizado porque os peruanos queriam um financiamento a longo prazo e a nossa empresa desejava pagamento à vista em moeda forte. Meu tremendo susto fora em vão. Esta é a história de uma das minhas duas experiências como “war lord”: uma tentativa exitosa, de US\$ 60 milhões, em Chipre (Vide página 201), e outra fracassada no Peru... Até hoje me recordo com um arrepio a imagem dos tanques “Urutus” avançando contra as ondas do Oceano Pacífico e desaparecendo aos poucos...



CAPÍTULO 18

RECORDAÇÕES DE ALGUNS PRESIDENTES LATINO-AMERICANOS

1. Salvador Allende, o presidente eleito apenas com 27% dos votos

Em 1969, durante a campanha eleitoral no Chile, eu estava em Santiago para uma conferência da OEA e, em companhia de João Gonçalves de Souza (depois Ministro do Interior do presidente Médici), fomos a Valparaíso especialmente para assistir a um comício de Allende. Tudo corria bem, quando alguns começaram a gritar: “Saquen el gringo!”. Olhamos para os lados e a gritaria continuava. Foi quando João Gonçalves entendeu o que se passava e puxou-me pelo braço, dizendo: “Vamos embora! O povo está olhando para você, que é muito alto, e o tomam por um norte-americano”. Saímos apressadamente. Conteí este episódio a Salvador Allende em Quito e ele se divertiu muito com a história.

Não podia prever que, dois anos depois, em Brasília, estaria acompanhando o homem que o depôs, o general Pinochet...

Conheci Allende pessoalmente em Quito, em 1972, durante sua visita oficial ao Equador. A cidade estava toda engalanada para recebê-lo e, por um feliz acaso, tive ocasião de conversar bastante com ele após o banquete em sua homenagem no palácio presidencial. Não me causou especial impressão. O leitor deve ler outras referências a Allende, logo a seguir.

2. O controvertido general Augusto Pinochet

Pouco depois de regressar do Equador, por ocasião das cerimônias de posse do presidente Geisel, em 1974, fui designado pelo chanceler Azeredo da Silveira para acompanhar o novo presidente do Chile. Isso aconteceu algum tempo após os sangrentos episódios em Santiago. Não me agradou nada a designação, pois o que se falava sobre ele era terrível. Confesso que imaginava tratar-se de um militar grosso, mas enganei-me totalmente. Pinochet era um homem educado, afável, sempre gentil com todos, inclusive muito paciente com os jornalistas brasileiros que lhe faziam perguntas indiscretas ou agressivas. Logo à chegada, avisou-me que estava com um problema no calcanhar direito e que não poderia subir ou descer escadas ou rampas. Isso me criou um problema porque no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional, ele teria de circular várias vezes em níveis diferentes nas cerimônias de posse. Conversei com o administrador do palácio e combinamos que Pinochet e eu utilizaríamos o elevador de serviço nos fundos do Palácio, a fim de evitar escadas e rampas.

Outro pequeno problema foi com o elevador do hotel Eron, onde se hospedaria em Brasília o presidente chileno: era um elevador externo, com paredes de vidro, e quem estivesse na rua poderia facilmente atirar em quem estivesse utilizando o elevador. O risco era real, pois no Brasil havia numerosos asilados chilenos

que detestavam Pinochet. Como não era possível mudar de hotel, sugeri improvisar rapidamente cortinas a serem colocadas nas paredes de vidro do elevador, o que solucionou o problema.

Eu estava sempre a seu lado, explicando as cerimônias e identificando personalidades, e criou-se uma atmosfera de simpatia recíproca. Tudo correu bem até que os embaixadores da Bolívia e do Chile me informaram de que eu deveria levar o presidente chileno à casa de meu colega Dário de Castro Alves, na península dos ministros, Lago Sul, onde eles teriam uma reunião confidencial para negociar uma possível reconciliação entre os dois países, que estavam de relações cortadas havia muitos anos. No dia seguinte, às 9 horas da manhã, lá estávamos pontualmente, mas na viagem do hotel ao Lago Sul, Pinochet manifestou-me apreensão com aquele encontro, que julgava inútil, tão intransigente julgava os políticos bolivianos. Lembro que no século XIX os dois países estiveram em guerra e a Bolívia perdera o acesso ao mar.

Ao entrarmos na residência de Dário, lá já estava o presidente Hugo Banzer, da Bolívia, e os dois presidentes fecharam-se no escritório a sós. No regresso, contou-me Pinochet que, após muitas tergiversações, marcaram encontro de delegados para tentar dirimir as dúvidas. Os dois países reataram relações meses mais tarde, mas depois as coisas azedaram de novo. Recentemente, em 2005, houve séria crise política na Bolívia porque suas autoridades planejavam exportar gás boliviano pelo porto chileno de Arica e a oposição se opunha. Entretanto, em março de 2006, o novo presidente boliviano Evo Morales compareceu à posse da Sra. Bachelet, a nova presidente do Chile.

Em uma das noites em Brasília ocorreu um problema ginecológico com a esposa de Pinochet, que obrigou sua internação no Hospital Militar de Brasília. Passamos grande parte da noite conversando a sós no hospital, o presidente e eu, enquanto não se definia a situação da Sra. Pinochet. Falamos longamente dos

problemas históricos e atuais entre o Peru e o Chile e entre o Peru e Equador, onde eu acabara de terminar minha missão como embaixador do Brasil. Conversamos com toda a franqueza e aquela impressão desagradável que tinha a seu respeito se dissipou.

Pinochet relatou-me que conhecia muito bem nosso embaixador em Santiago, Câmara Canto, com quem trocava ideias com frequência antes da deposição de Allende. Saíam a cavalo a passear de manhãzinha, com outros colegas militares, que se consultavam com o embaixador sobre as possíveis reações internacionais a um eventual golpe militar e indagavam do diplomata brasileiro como o nosso governo militar resolvera certos problemas internos, em 1964. Explicou-me Pinochet que os militares chilenos foram obrigados a tomar a iniciativa do golpe devido aos desmandos e violências que os militantes socialistas e comunistas de Allende estavam fazendo em seu país, logo após a posse. Pinochet minimizou o auxílio norte-americano para o êxito da revolução chilena e lamentou a morte de Allende, a quem ele pessoalmente considerava um político moderado que estava sendo manipulado por extremistas. Disse-me ele que a morte de Allende criou um mártir desnecessário para o seu governo, o que só agravou a situação internacional do Chile na época e também prejudicou muito a imagem do próprio Pinochet. Curiosamente, em 2011, o fim do processo judiciário no Chile sobre a morte de Allende confirmou que ele não foi assassinado e realmente se suicidou.

Ao despedir-se, Pinochet abraçou-me afetuosamente e agradeceu a boa companhia que lhe havia feito naqueles quatro dias de permanência em Brasília. Presenteou-me com uma bela pasta de couro e uma foto autografada com amável dedicatória. Pouco antes de minha partida para Israel como embaixador do Brasil, fui informado pelo embaixador do Chile de que o presidente Pinochet havia me condecorado com a Ordem de O'Higgins, em grau de Grã-Cruz, distinção máxima a um diplomata.

Ao visitar o embaixador chileno em Israel, disse-me ele que já recebera a condecoração e marcou logo a cerimônia de entrega para poucos dias depois. A situação ficou embaraçosa para mim, pois soube em Tel Aviv que o embaixador chileno, brigadeiro Berdichevsky, era personalidade altamente controversada do regime militar e para lá fora designado para afastá-lo de Santiago. Ele teria sido responsável pela morte de comunistas, metralhados no estádio de futebol de Santiago e estava correndo perigo de vida na capital. Por isso Pinochet transferiu-o para Israel, onde a segurança é muito rígida. Esses antecedentes naturalmente criaram uma certa reserva em torno dele entre os chefes de Missão acreditados em Jerusalém.

A cerimônia da condecoração foi muito formal, com discursos do embaixador e resposta minha, e para ela foram convidados todos os embaixadores da América Latina e algumas personalidades israelenses. Preocupava-me como diplomata o meu discurso de agradecimento: Pinochet não era nada popular no exterior e era prudente abster-me de elogiar o seu Governo, para não parecer que eu era simpatizante do regime chileno. Saí pela tangente, mencionando que fora designado para acompanhar Pinochet na posse do presidente Geisel, mas eu já era grande admirador do Chile, onde havia estado duas vezes, lembrei a figura de O'Higgins e os próceres da independência chilena, o almirante Cochrane, que combateu no Chile e no Brasil, elogiei os poetas Gabriela Mistral e Pablo Neruda vencedores do prêmio Nobel de literatura e recordei os grandes músicos chilenos. Recordei uma palestra que fizera na Universidade de Santiago, enfim enveredei decididamente pelo setor cultural, sem aludir ao regime militar chileno de Pinochet. Ao final, fui felicitado pelo embaixador argentino pela habilidade como pronunciei aquele discurso...

Tenho acompanhado os acontecimentos mais recentes em torno a Pinochet, sua prisão domiciliar na Inglaterra, a perseguição

que lhe moveu o juiz espanhol Dr. Garzón. É claro que Pinochet tomou em sua longa presidência muitas decisões autoritárias, mas não se pode imputar-lhe *pessoalmente* todos os desmandos e crimes que o regime militar praticou no Chile. Tal como no Brasil e na Argentina, é sabido que os militares de nível médio é que tomaram a iniciativa de praticar a maioria dessas violências, em zelo excessivo, muitas vezes até contra a vontade dos presidentes.

Em 2004 foi publicado outro livro da série sobre os nossos quatro governos militares, escrita pelo excelente jornalista Elio Gaspari²⁰ e ali lemos como o presidente Geisel lutou persistentemente contra o “grupo do porão” de São Paulo, que prendia e torturava indiscriminadamente. Outros ditadores praticaram excessos semelhantes e não são incomodados em outros países, inclusive o simpático Stroessner, que até bem pouco tempo viveu tranquilamente em sua chácara no Lago Sul de Brasília. E o que dizer de Fidel Castro, que sancionou o massacre de mais de vinte mil cubanos opositores do seu regime, e até recentemente passeava impunemente pelas capitais latino-americanas, inclusive no Brasil, e é louvado pelo ex-presidente Lula? Em 2003 Fidel mandou fuzilar três pobres coitados que foram apanhados fugindo em uma lancha para Miami. Por tudo isso, acredito que deve ser considerado um exagero boa parte do que se tem dito sobre Pinochet na imprensa mundial. A conhecida escritora Isabel Allende, sobrinha do presidente morto, parece haver encontrado a melhor solução: “Deixem o Pinochet morrer em paz!”.

Depois de 35 anos, voltei ao Chile em 2006. Encontrei o país em notável progresso e confirmei minha convicção de que a melhor, ou a menos má, das ditaduras militares do continente foi mesmo a de Pinochet. A escolha da fórmula econômica e financeira dos Chicago Boys lá deu ótimo resultado, que os governos democráticos sucessivos têm continuado sabiamente e obtido pleno sucesso.

20 Cf. Elio Gaspari, *A Ditadura Encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

Um país pobre, o Chile tem feito maravilhas que comprovam o dinamismo e competência de seus dirigentes e a capacidade de trabalho de seus cidadãos. É hoje o país latino-americano mais avançado, com melhor estrutura social e distribuição de renda. Deu-me gosto passear pelo centro de Santiago, limpo e cheio de gente bem vestida, com cara de confiança no seu futuro, o que nem sempre acontece aqui na Avenida Rio Branco, ou na Avenida Paulista... Isso sem falar nos bairros novos e elegantes de Santiago, os hotéis moderníssimos, os *shoppings* luxuosos. Obviamente, não fui visitar Pinochet, então incapacitado e desmoralizado pela descoberta de contas vultosas no exterior. Estive na Plaza de Armas, defronte ao Palácio de la Moneda reconstruído, junto ao qual está um pequeno memorial a Allende, que conheci ligeiramente em Quito.

Em novembro de 2006, Pinochet finalmente veio a falecer e o país voltou a dividir-se com vivas manifestações em prol e contra ele. Confesso que fiquei chocado com as afirmações de que, durante o seu governo, ele teria transferido para o exterior dezenas de milhões de dólares para contas pessoais. No entanto, li anos mais tarde que tais acusações não foram confirmadas pela justiça chilena, sendo depois arquivadas.

3. O presidente Alfredo Stroessner, um bom amigo do Brasil

Pinochet era admirador do Brasil e grato pelo auxílio inicial que o nosso governo militar lhe deu. Percebi isso na longa conversa acima comentada, que tivemos no hospital de Brasília. O presidente Stroessner, do Paraguai, também era grato ao Brasil e continuou a ser, pois viveu discretamente em Brasília por muito tempo. Pedidos de extradição não foram atendidos pelos nossos tribunais. Conheci-o bem e ele foi um mandatário paraguaio que não tinha complexos de inferioridade em relação ao nosso país e

frequentemente adotou posições que favoreceram nitidamente os interesses brasileiros e os brasiguaios. Por isso lhe demos asilo.

Em 1955, estive em Assunção para proferir duas palestras no Instituto Paraguaio-brasileiro, a convite de seu diretor Albino Peixoto. Nosso embaixador na época era Moacir Briggs, meio diplomata, meio burocrata do DASP, que ele dirigira nos tempos de Getúlio Vargas. Fui visitá-lo e ele fez questão de levar-me ao palácio para conhecer Stroessner. Para minha surpresa, o presidente paraguaio, de origem alemã, era um entusiasta da música e dos *lieder* alemães. Nossa conversa foi quase exclusivamente sobre música e como havia levado a Assunção um álbum de canções de Schubert, que na época eu ainda cantava bastante bem, ele insistiu em ouvir-me e combinamos outra visita só para fazermos música juntos. No dia seguinte compareci ao palácio com uma acompanhadora paraguaia arranjada pelo embaixador e passei várias horas conversando com Stroessner e cantando Schubert. A conversa girou para a política e o embaixador brasileiro, presente à reunião, ficou satisfeitíssimo porque durante a minha visita, ele conseguiu resolver com Stroessner uma delicada questão comercial pendente.

Passei vinte anos sem ver o presidente paraguaio e em 1975 o chanceler Azeredo da Silveira, a quem relatara aquela visita ao Paraguai, designou-me para acompanhar o mandatário paraguaio em sua visita oficial à cidade paulista de presidente Prudente, para a inauguração de importante feira de gado. Quando Stroessner me viu reconheceu-me imediatamente e deu-me um grande abraço. Acompanhei-o nas cerimônias previstas e depois me convidou a viajar em seu avião até Paranaguá. Não havia como recusar o gentil convite. Stroessner era dono de uma bonita casa na praia, nos arredores de Paranaguá, onde passava temporadas de férias.

Conversamos sobre temas variados e ele fez questão de sublinhar que ali se sentia um pouco em terra paraguaia porque, afinal de contas, aquela costa paranaense, menos de três séculos atrás, pertencera ao Grande Paraguai. Por acaso eu conhecia o assunto e ponderei-lhe que a Espanha não pôde, nem se interessou em defender e povoar aquela região, que era sua pelo Tratado de Tordesilhas. O presidente respondeu-me que Madrid andava tão enredada com as guerras europeias nos séculos XVII e XVIII que deixou à administração de Assunção a iniciativa de colonizar a região. A distância entre a capital paraguaia e a costa do Atlântico é tão grande, mais de mil quilômetros, que eles não tiveram meios para desenvolver o nosso atual Paraná. Mesmo assim, disse-me ele, o caminho entre Cananea e Assunção era muito frequentado, apesar das dificuldades topográficas. Os paraguaios não conseguiram fazer implantações suficientes para que, nas negociações do Tratado de Madri de 1750, a Espanha pudesse comprovar a sua posse efetiva da terra pela teoria do *uti possidetis* e a região ficou mesmo com Brasil.

Antes de regressar a Brasília, fizemos um belo passeio de lancha para pescar na baía de Paranaguá, e em determinado momento Stroessner fez-me uma proposta estranhíssima, que comprovou sua simpatia por mim. Perguntou-me ele: “Você conhece o Roberto Marinho?”. Respondi afirmativamente, esclarecendo que o conhecia bem havia muito tempo, mas não era seu íntimo. O presidente explicou-me que estava na hora de instalar a televisão em cores no Paraguai e não gostaria de entregar a nova emissora a uma empresa argentina, que o estava assediando. Recordo que o Paraguai sempre teve uma política de pêndulo, oscilando entre as influências brasileira e argentina. Uma TV em cores no Paraguai poderia ser um fator político importante para Brasília. Disse-me ele: “Vá conversar com o Dr. Roberto e diga-lhe que eu lhe darei a concessão para a TV em cores com exclusividade, mas ele deve

decidir isso com certa urgência, em poucas semanas. E desde já convido você para ser o presidente dessa nova empresa no Paraguai. Poderá ganhar muito dinheiro. Meu homem de ligação é do Dr. Pappalardo (e deu-me o telefone dele). Não perca tempo!”. Ao partir, deu-me um abraço e um retrato seu autografado com amável dedicatória.

Confesso que fiquei estupefato e disse-lhe que iria pensar no assunto e depois lhe faria saber a resposta. Ao chegar a Brasília, fui conversar com o chanceler Silveira, e contei-lhe a conversa que tivera com Stroessner. Silveira sorriu e me disse mais ou menos o seguinte: “Não se meta nisso. Você acaba de ser promovido a embaixador e tem mais de dez anos de carreira pela frente com boas perspectivas. No entanto, a oferta é importante para o Brasil e vamos estudar o assunto em termos oficiais”. Telefonei a Pappalardo agradecendo o convite e dizendo-lhe que o chanceler trataria do assunto pessoalmente. Nunca mais soube de nada a respeito. Anos depois, já aposentado, tentei visitar o ex-presidente em Brasília, há muito tempo domiciliado em uma chácara no Lago Sul, mas ele estava adoentado e nunca mais o vi.

Estive uma segunda vez em Assunção, em setembro de 2002, para representar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em uma conferência de academias de história latino-americanas. Tive ocasião de proferir uma palestra sobre a formação histórica da fronteira Brasil-Paraguai, que parece haver agradado, apesar da delicadeza do tema. Diplomáticamente detive-me apenas no período colonial, encerrando com uma referência rápida ao Tratado de Paz de 1872, após a guerra da Tríplice Aliança.

Nessa ocasião em Assunção, em 2002, ocorreu um episódio muito divertido em um almoço informal na residência da Vice-presidente da Academia Paraguaia de História. Fui dos primeiros convidados a chegar e no salão principal estavam a brincar três ou

quatro crianças, talvez netos da proprietária. Ao ver-nos entrar, a dona de casa gritou para as crianças: “Vão brincar no jardim, agora mesmo, senão mando chamar o Conde d’Eu!”. Tive de conter-me para não rir, ao realizar que, 130 anos depois, o marido da princesa Isabel ainda era o bicho papão no Paraguai! Lembro que o Conde d’Eu sucedeu ao Duque de Caxias no comando do exército brasileiro, no período final da guerra do Paraguai, e consta que teria mandado bombardear um hospital paraguaio. Esse episódio levou-me em 2010 a fazer um estudo sobre o verdadeiro papel do conde d’Eu na Guerra do Paraguai e consegui refutar aquelas acusações. Assim, o curioso é que, em pleno século XXI, o brasileiro mais detestado no Paraguai é... o francês conde d’Eu! Em 2010 fui eleito sócio correspondente da Academia Paraguaia de História, o que me fez recordar aqueles dias agradáveis que passara em Assunção.

Em agosto de 2006 falecera em Brasília aos 93 anos o ex-presidente Stroessner. Para minha surpresa, o fato teve repercussão mundial, a começar pela BBC de Londres. Seu governo ditatorial de mais de 30 anos foi condenado mais uma vez. O que mais nos importa é que o ex-presidente foi um bom amigo do Brasil, ajudou nossos interesses políticos e comerciais, protegeu os brasileiros residentes na região, e as autoridades de nosso país souberam retribuir, concedendo-lhe o tranquilo asilo à beira do lago Paranoá.

4. O sandinista Daniel Ortega

Nunca tive simpatia por Ortega, que vim a conhecer pessoalmente em Berlim durante sua visita oficial à RDA. Aliás, nenhum outro chefe de estado latino-americano visitou a Alemanha Oriental durante a minha permanência. Daniel Ortega era o líder da Frente Sandinista para Liberação Nacional e seu único mérito foi derrubar o legendário ditador Anastásio Somoza em 1979. Infelizmente, ele era o “braço de Moscou” e deu imenso trabalho a Washington para defender os interesses norte-

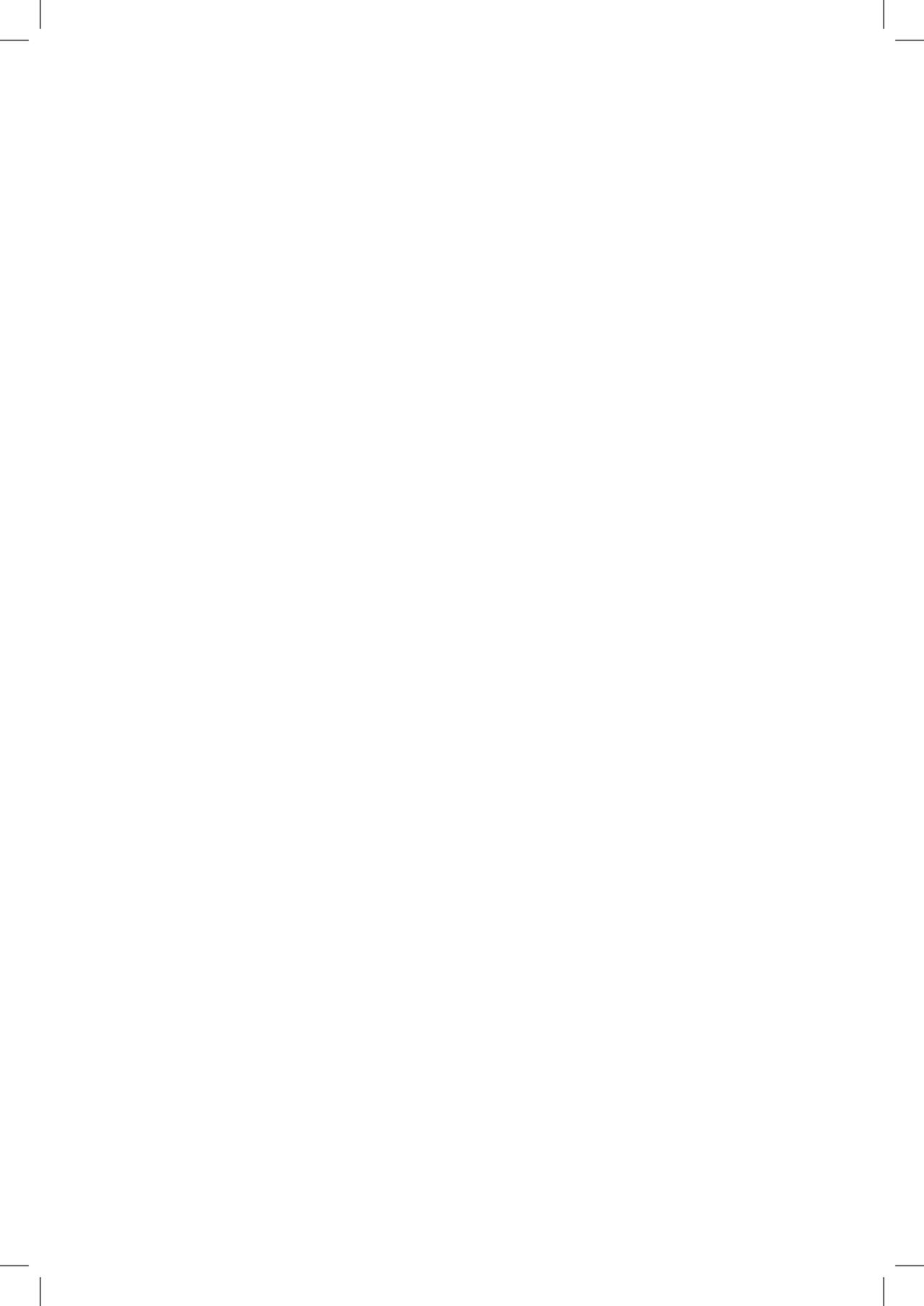
-americanos na Nicarágua. Nos anos oitenta, Ortega significava o perigo da contaminação comunista nos países da América Central. Em 1984 foi eleito presidente com mais de 60% dos votos, sofreu o assédio da guerrilha dos famosos “contra”, que tanta dor de cabeça e escândalo deram depois ao presidente Ronald Reagan.

Ortega esteve em Berlim em 1986 e foi recebido com toda a pompa pelo *establishment* comunista. O embaixador da Nicarágua era um parente seu, jovem simpático que tinha a eficaz ajuda de uma bela esposa. No banquete oficial sentaram-me ao lado de Ortega, talvez porque falo bem o espanhol, e conversamos bastante. Ele ainda era relativamente jovem e simpatizei com ele, mas só conversamos amenidades, pois não quis cair na sua propaganda política. Lembro-me que durante o banquete o embaixador norte-americano não despregava os olhos de nós e logo depois do jantar veio perguntar-me sobre o que havíamos falado tanto. Tranquilei-o, pois só falamos de futebol, da seleção brasileira...

Como presidente, Ortega não conseguiu realizar o que havia prometido, apesar do apoio de Fidel Castro e dos países comunistas. Em 1990 Ortega foi derrotado em sua pretensão de reeleição. Perdeu para Violeta Chamorro, que teve monumental suporte financeiro norte-americano. Seja como for, Ortega tem seu lugar na história de seu país e preocupou seriamente os presidentes Reagan e Carter, pois sua projeção regional crescente estava contaminando toda a América Central. Para surpresa minha, em 2006, ele foi novamente candidato à presidência de seu país, com ajuda financeira do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, padrinho inconveniente, e acabou sendo eleito com folga. Sua retórica agora é menos agressiva.

A 10 de novembro de 2007, Ortega participou da XVII Reunião de Cúpula Ibero-Americana, em Santiago, e meteu-se no lamentável episódio criado por Hugo Chávez, quando o líder

venezuelano bateu boca com o *premier* Zapatero, da Espanha, e o rei Juan Carlos lhe disse “Por que no te callas?”. Daniel Ortega defendeu Chávez, seu patrocinador nas eleições, e acusou empresas espanholas de mau comportamento na Nicarágua. O rei Juan Carlos, figura respeitada, retirou-se da sala e só voltou ao plenário quando a presidente chilena Bachelet foi buscá-lo na sala ao lado. Essas cenas correram mundo pelas TVs. Para Ortega esse foi um mau recomeço no campo internacional. Parece que não aprendeu nada com a idade. Em 2008, explodiu nos jornais um escândalo de que ele teria estuprado repetidamente uma jovem de sua própria família, mas apesar dessa grave intriga foi reeleito em 2011.



CAPÍTULO 19

ÚLTIMO POSTO DIPLOMÁTICO: EMBAIXADOR NA ALEMANHA “DEMOCRÁTICA”

1. Minha vida atrás do muro de Berlim

Meu último posto como diplomata foi o de embaixador do Brasil em Berlim, capital da extinta República Democrática da Alemanha, mais conhecida como Alemanha Oriental. Lá passei quase três anos e, ao contrário do que temia, foi uma experiência altamente interessante e até agradável. Habitávamos em uma casa confortável pré-fabricada no *ghetto* diplomático de Pankow. Meus vizinhos imediatos eram os embaixadores da Espanha e da Argentina e atrás de nós viviam o turco, o português e o holandês. A Ibsenstrasse ficava a 200 metros de uma das portas para a Berlim Ocidental, da Bornholmer Strasse, e frequentemente lá íamos para fazer compras, assistir a concertos e ópera, e frequentar bons restaurantes. A vida diplomática em Berlim Leste era bastante

intensa, mas quase exclusivamente entre colegas do mundo não comunista.

A chancelaria era semelhante à nossa residência, também pré-fabricada e estava localizada na rua de trás, a *walking distance*. Nos dias agradáveis frequentemente ia a pé para a chancelaria. Lembro que os russos ficaram com o *filet mignon* da velha Berlim, a avenida Unten den Linden, as óperas, a universidade Humboldt, os museus extraordinários da ilha no rio Spree e a catedral. O comércio local era fraco, mas continha algumas *bargains* que nos fins de semana atraíam os oficiais e soldados norte-americanos, ingleses e franceses das guarnições de Berlim Ocidental. O marquinho da RDA valia 1/5 dos Deutsche Marks. Recordo com saudade meu conselheiro de embaixada Sergio Vivacqua, homem fino e culto, recém-falecido, que foi um excelente colaborador. Dentre os funcionários locais lembro o chefe do setor comercial, Milton Quadros, que vou citar mais adiante, e nosso intérprete oficial o pernambucano João Eudes Brownsville, um especialista em Manuel Bandeira, e nosso motorista Sebastião Damasceno, que anos depois foi atacado em um metrô de Berlim por um grupo de *punks* só porque é mulato. Quando estivemos em Berlim em 2002, quinze anos depois de nossa partida, eles tiveram a gentileza de nos homenagear com um almoço em restaurante, fato raríssimo na carreira diplomática e o que parece provar que fomos bons chefes. Já as minhas relações com as autoridades locais deixaram bastante a desejar, como poderão ler em seguida.

Meu relacionamento com o Ministério do Exterior era extremamente formal e, praticamente, só me comunicava com o chefe do Departamento da América Latina. Certa vez quase ocorreu um incidente grave. Estávamos em pleno inverno com temperatura perto de zero e eu tinha entrevista com o chefe do Departamento da minha área, que habitualmente vinha esperar-me na porta do

Ministério. Cheguei um pouco mais cedo do que a hora combinada e quis entrar no saguão do Ministério do Exterior, para abrigar-me do frio, mas um guarda me impediu a entrada. Apresentei-me e ele viu que eu saltara do carro oficial com bandeira brasileira e mesmo assim ele se atravessou na minha frente. Disse-lhe que tinha uma entrevista oficial e não ia esperar do lado de fora com aquela neve. Ele continuou a obstruir a minha entrada dizendo que não havia ninguém para me receber e que eu não podia entrar. Aí eu perdi a paciência, dei-lhe um empurrão (naquele tempo ainda era forte) e entrei. Ele correu atrás de mim e sacou o revólver. Felizmente naquele momento chegava o meu interlocutor e eu reclamei veementemente. Disse-lhe que se tal cena se repetisse, eu aconselharia meu governo a cortar relações com a RDA, já que o embaixador do Brasil não podia sequer entrar no saguão do Ministério do Exterior alemão sem ser ameaçado por um revólver.

Foi um corre-corre, o funcionário que me recebeu pediu mil desculpas e gritou para o guarda que fosse embora e, na mesma tarde, o secretário-geral do Ministério me telefonou lamentando ocorrido e eu lhe expliquei exatamente o acontecido, sugerindo que dessem instruções mais claras aos guardas da porta do ministério. Era inadmissível que um chefe de missão diplomática fosse recebido daquela maneira na entrada do Ministério do Exterior. Pelo sim pelo não, em outras entrevistas cheguei sempre atrasado de modo a assegurar-me de que haveria alguém para me receber e que não me acolheriam com um revólver na mão... Assim era a rotina na RDA.

Passei para o quadro especial, por limite de idade, em meados de 1987, mas só no início de 1991, ao completar 70 anos, estava aposentado e livre para comentar sem as peias do Itamaraty os fatos que aconteceram em outubro de 1989: a queda do Muro de Berlim. Visitei a cidade em 1990, poucos meses após a derrubada do muro, e em março de 1991 publiquei no *Jornal do Brasil* dois

longos artigos que causaram alguma controvérsia. Em maio de 2002, tive ocasião de visitar novamente Berlim já com a intenção de tentar fazer uma reavaliação do que ouvira e lera de longe.

Quando deixei Berlim Oriental em meados de 1987, virtualmente ninguém poderia prever o que sucederia dois anos depois. Recordo que ao despedir-me de meus colegas diplomáticos, todos consideravam insignificante a possibilidade da reunificação das duas Alemanhas. Lembro-me até que transmiti ao Itamaraty uma espontânea exclamação de minha companheira de *jogging*, a embaixadora da França, em resposta à minha indagação. Respondeu-me com a eloquente frase: *Vive le mur!*

Ora, em meados dos anos oitenta, o nível de vida na Alemanha Oriental já era razoavelmente bom e estava sendo comparado por economistas ocidentais ao da Espanha. Embora a RDA oferecesse conforto bem inferior ao de seus irmãos alemães ocidentais, em 1984 o país já era considerado a 11^a potência industrial do mundo. Encontrei essa informação na revista norte-americana *Newsweek*, da qual me vali para fazer a minha sabatina perante o Senado brasileiro. Tinha então a RDA uma renda *per capita* de US\$ 7.500,00 (bem superior à renda do Brasil naquela época) e exportava cerca de 40 bilhões de dólares, cifra que o Brasil só veio a atingir anos depois, em 1994. E a RDA chegara àquele nível malgrado os defeitos bem conhecidos das sociedades socialistas e graças à capacidade de trabalho dos cidadãos alemães. Recordo que a Alemanha Oriental era um pequeno país com 100.000 km², isto é, do tamanho do nosso Pernambuco, e com cerca de 17 milhões de habitantes.

2. A queda, ou abertura, do muro de Berlim. O muro invisível 20 anos depois.²¹

O processo de reunificação das duas Alemanhas foi o resultado da audácia do ex-chanceler Helmut Kohl, que na época tinha poucas possibilidades de reeleição. Agiu com a maior presteza e virtualmente comprou a aprovação de Gorbachev, à custa de bilhões de marcos de ajuda à URSS. Uma parte dessa operação financeira foi paga em espécie, pela entrega dos grandes estoques de comida que estavam guardados há anos nos subterrâneos de Berlim Ocidental para a eventualidade de um novo bloqueio russo, como tinha acontecido em 1948. O mais curioso é que o Estado alemão reunificado continuou pagando durante cinco anos, até 1994, os salários e a permanência de 400.000 soldados russos estacionados dentro da antiga RDA! Se eles tivessem saído dos quartéis naquele dia 9 de novembro, estaríamos recordando uma carnificina.

Parece-me mais exato falar em *abertura* do muro do que em *queda* do muro, pois como não houve luta, não houve queda. A destruição do muro ocorreu depois da abertura *voluntária* das diversas passagens do muro, por ordem de Egon Krenz, o último primeiro-ministro da RDA. Não houve luta como o *premier* esclareceu, em importante entrevista ao *O Globo*, de 8 de novembro de 2009: “Se tivesse sido disparado um único tiro, o caso teria terminado em uma imensa catástrofe”. E Gorbachev, em outra entrevista ao mesmo jornal no mesmo dia, afirmou que ele já esperava para breve o acontecimento e dera “instruções aos comandantes dos 400.000 soldados russos estacionados na RDA para que nada fizessem e permanecessem nos seus quartéis”. Curiosamente, Gorbachev acrescentou “não fiquei contente, mas tinha de aceitar. Não concordo, porém com as pessoas que criticaram

21 Resumo da palestra pronunciada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, a 1º de dezembro de 2009.

Erich Honecker e afirmam que ajudei a derrubá-lo. O que faltou a ele foi reconhecer a tempo a necessidade de reformas, isso quando na União Soviética eu já havia realizado mudanças significativas”.

Portanto, a surpresa foi total: Genscher, o ministro das Relações Exteriores alemão, estava passeando na Polônia em visita oficial e teve de regressar apressadamente no dia seguinte. O ex-Secretário de Estado norte-americano James Baker e o presidente Bush pai disseram que foram totalmente surpreendidos com a súbita notícia, embora já a esperassem de uma maneira vaga. Enfim, esse foi o quadro daquela grande noite.

A queda do muro foi o resultado de uma série de mal-entendidos e sobretudo da má comunicação entre as diversas repartições do governo alemão oriental. O *premier* Krenz decidira afrouxar gradualmente os regulamentos de viagens ao exterior e pretendia dar a notícia pela televisão naquela noite. Só que, em vez disso, correu célere o boato de que ele iria anunciar que as portas do muro seriam abertas à meia-noite. Multidões enormes se dirigiram para os *check-points* e a polícia das fronteiras não havia sido informada de nada, nem reforçada, pois não havia intenção alguma do Governo de abrir as portas do muro. E todos nós recordamos o que ocorreu naquela noite histórica.

Em 2009, os jornais e as TVs comentaram intensamente o 20º aniversário da queda ou abertura do muro de Berlim, mas muitas verdades ficaram por dizer sobretudo em relação às consequências. Se na época a euforia foi geral, as consequências daquela reunificação atabalhoada foram graves e merecem ser analisadas. Ao cair o muro de Berlim na noite de 9 de novembro de 1989, dos dois lados todos gritavam com entusiasmo: “Wir sind ein Volk”²². Em breve foi ficando cada vez mais claro que continuam sendo dois povos. Até hoje.

22 Tradução livre: “Nós somos um povo”.

As televisões internacionais em 2009 exibiram cenas de um encontro em Berlim dos três artífices da queda do muro: Gorbachev, Helmut Kohl e George Bush pai, todos já bastante alquebrados, 20 anos depois. Gorbachev e Bush pai conversaram animadamente, enquanto o pobre Kohl, meio imobilizado por um AVC, mal se mexia. Foi melancólico. Gordon Brown e Sarkozy não foram convidados a essa primeira reunião porque seus predecessores não gostaram nada da reunificação, que iria instituir a Alemanha como o país mais importante e mais poderoso da Europa.

O ex-primeiro-ministro Kohl foi o principal responsável por muitas das decisões desavisadas que começaram a ocorrer *depois* da euforia inicial. Na verdade, Kohl e seus assistentes guardavam muito rancor pelas pequenas humilhações que Erich Honecker, o presidente da RDA, havia infligido a vários políticos de Bonn, a começar pelo ex-primeiro-ministro Willy Brandt, que anos antes teve de renunciar devido ao escândalo provocado pela descoberta de que seu principal assessor era um espião da Stasi.

Então fica no ar a pergunta: por que milhares de alemães orientais fugiram ou tentaram fugir para o lado ocidental, se tinham um nível de vida bastante razoável? O motivo principal certamente era psicológico, atraídos pela ostentação de riqueza a que diariamente assistiam pela televisão alemã ocidental. Outro fator importante de descontentamento era a opressiva presença policial, que nos anos oitenta se tornara mais discreta, mas que ainda era palpável e constrangedora. Até eu sentia isso.

É inegável que a impressão de confinamento forçado dentro do país era incômoda e considero que foi um grave erro do governo comunista não haver aberto paulatinamente as fronteiras. Afinal, com o modesto valor do marco oriental (valia cinco vezes menos do que marco alemão ocidental), tudo o que os cidadãos

da RDA poderiam fazer como turistas era passear alguns dias em Paris ou Londres e comprar pequenos objetos de luxo, que não podiam adquirir no mundo socialista. Depois regressariam satisfeitos a seus empregos estáveis e seguros, embora modestos, e a seus apartamentos pré-fabricados na RDA. Recordo que os aluguéis eram proporcionais aos salários, as escolas e os serviços médicos eram gratuitos e eficientes, embora sem sofisticação, e as diversões eram baratas e variadas.

É justo, porém, fazer uma distinção importante: se na capital e nas principais cidades da RDA o governo tudo facilitava e o nível de vida era razoável, nas pequenas cidades periféricas a situação era bem pior. Por isso as primeiras manifestações de protesto e desespero ocorreram em Arnstadt, Plauen e Werdau. Em Leipzig os descontentes se reuniam na famosa igreja de São Nicolau, a igreja de Bach. Em setembro de 1989 ocorreram distúrbios na Hungria, que acabou permitindo a saída de centenas de turistas alemães orientais pela fronteira da Áustria. Em Praga, a embaixada da Alemanha Ocidental foi invadida por numerosos cidadãos da RDA solicitando asilo. O então ministro das Relações Exteriores Genscher obteve autorização do governo tcheco para que trens levassem os asilados para a Alemanha Ocidental.

Na realidade, os alemães orientais ganhavam pouco em termos do primeiro mundo, mas a vida era tão subvencionada pelo Estado, que sobrava sempre algum dinheiro para frequentar a ópera ou o *ballet*, esquiar nas montanhas da Tchecoslováquia ou, no verão, ir às praias da Bulgária ou da Romênia com a família. Os divertimentos eram baratos e de boa qualidade; os teatros, os concertos, a ópera, os museus estavam sempre repletos, inclusive com boa percentagem de turistas ocidentais. E o mais importante: não havia desemprego, a praga dos países de economia de mercado. Bem ou mal, o Estado socialista assegurava a todos uma colocação. O principal aspecto negativo grave (repito) era a vigilância policial,

constante e atenta, e isso naturalmente irritava sobretudo os intelectuais, sempre ansiosos pela liberdade mais irrestrita.

Para comentar a queda muro em novembro de 1989, cito o esplêndido livro *A Grande Parada*, do escritor francês Jean François Revel²³ sobre o momento da reunificação da Alemanha:

Os dois condutores da reunificação foram inicialmente o presidente soviético e o chanceler da Alemanha Ocidental. [...] Depois o presidente norte-americano George Bush (pai), através de sinais inequívocos, deu a entender aos militares beligerantes de Moscou que uma reprise da “Primavera de Praga” na RDA encontraria, dessa vez, uma reação norte-americana à altura. [...] George Bush soube se abster de qualquer atitude de triunfalismo que pudesse irritar a oposição soviética à política de Gorbachev. O presidente norte-americano recusou o conselho de seus assessores, que o encorajavam a estar em Berlim no dia seguinte à queda do muro. Ele teve a decência de respeitar o momento de emoção puramente alemão que marcou o reencontro das duas populações. Ele não participou do espetáculo, mas esteve na luta. A Europa esteve ausente.

Se não estivesse ocorrendo o desmantelamento da União Soviética, talvez tivesse sido possível conter a explosão na RDA caso Honecker tivesse feito em tempo algumas concessões, sobretudo autorizado curtas viagens ao exterior e diminuindo a pressão da Stasi sobre os descontentes. Sem o fator decisivo da *débâcle* da União Soviética, a reunificação das Alemanhas teria tardado bem mais. Pode-se dizer o mesmo das mudanças de governo nos outros países socialistas do leste europeu. A efervescência que assaltou a RDA em setembro e outubro de 1989 poderia ter sido contida se o governo se sentisse respaldado por Gorbachev, que tinha

23 REVEL, Jean François – *A grande parada* (Biblioteca do Exército, 2001), páginas 269 e 270.

quase meio milhão de soldados na RDA. O presidente Bush não poderia intervir sem arriscar uma nova guerra mundial. O partido do governo, o SED, demorou muito a levar a sério aquela ebulição política e tentou contemporizar substituindo Erich Honecker, já idoso e enfermo, por Egon Krenz, o delfim há muito escolhido. Era tarde. Naquela época ninguém poderia imaginar que o respeitado Pacto de Varsóvia seria em breve tão facilmente dissolvido.

A abertura ou queda do muro foi mesmo o resultado de uma série de mal-entendidos e sobretudo da má comunicação entre as diversas repartições do governo. O *premier* Krenz decidira afrouxar gradualmente os regulamentos de viagens ao exterior e encarregou o ministro Grabowski de dar a notícia pela televisão naquela noite. O anúncio não foi bem compreendido, pois não ficou claro se a autorização era imediata ou não. O público interpretou que a permissão era imediata e correu célere o boato de que as portas do muro seriam abertas à meia-noite. Multidões enormes se dirigiram para os *check-points*, as ruas de acesso a Berlim Oeste estavam congestionadas. A primeira passagem onde as porteiças foram abertas foi a da ponte da rua Bornholmer, pertíssimo da minha residência em Berlim. Minha empregada peruana passava quase todos os dias por essa ponte da rua Bornholmer para fazer compras do lado ocidental.

Mas não havia intenção alguma do Governo da RDA de abrir as portas do muro naquela noite. O que planejava Egon Krenz era a concessão paulatina e limitada de licenças para turistas viajarem ao exterior. A maioria dos alemães orientais que atravessaram o muro aquela noite exclamavam: “desejamos apenas dar uma volta pelo centro de Berlim, pelo Kurfürsterdamm, e voltar às nossas casas amanhã”, isto é, no dia seguinte. Krenz afirmou em sua entrevista a *O Globo* que se “a permissão para viagens tivesse sido tomada um ano antes, teria sido aplaudida”. Mais adiante naquela entrevista o *premier* da Alemanha oriental disse: “Não tínhamos

alternativa para evitar um provável enorme derramamento de sangue. Por isso, acho que a expressão “queda do muro” está errada. Eu mandei abrir o muro”.

O ex-governador do Rio de Janeiro Lionel Brizola, dois anos depois, chamou-me para perguntar se eu estaria disposto a ir à Alemanha negociar a transferência para o Estado do Rio de Janeiro de algumas empresas da RDA. Tomei alguns contatos em Berlim e respondi-lhe que era tarde demais, pois as melhores empresas já tinham sido absorvidas por firmas alemãs ocidentais e por outras da União Europeia e EUA. As restantes não eram atraentes.

Vinte anos depois a situação havia melhorado bastante, mas os ressentimentos permaneciam. Os salários dos antigos cidadãos da RDA continuavam defasados em 20% e nas aposentadorias a diferença chegava a 30%. Um dos resultados é a evasão da mão de obra mais qualificada para o lado ocidental da Alemanha e Áustria. No verão de 2007, milhares de alemães orientais estavam trabalhando na Holanda e na Irlanda como *Gastarbeiter*.

Como afirmou Norbert Walter, diretor do Deutsche Bank, “jamais na história de um país se gastou tanto dinheiro para construir pirâmides”. Os resultados foram tão mal administrados que tudo redundou em desilusão para os jovens alemães, com o conseqüente aumento do descontentamento, da criminalidade e da xenofobia. Infelizmente, disseram-me lá, que as províncias do leste alemão combinam hoje o pior dos dois mundos: a herança de ineficiência dos regimes comunistas com a rigidez sindical ocidental, que está tirando a competitividade mundial aos produtos alemães. Até hoje, a produtividade do operário alemão oriental ainda é bem inferior a de outras regiões do país.

Surpreendentemente, no antigo território da RDA há hoje mais supermercados e *shopping centers* elegantes do que na antiga República Federal. Um economista de Berlim clamou que é preciso cortar salários, mas politicamente isso não é possível. Julga ele que

a região está sofrendo por causa de decisões politicamente corretas, mas economicamente erradas. O problema do desemprego é grave, pois apenas um em cada dez, dos antigos operários alemães orientais, conseguiu conservar o emprego que tinha, e a reciclagem desses desempregados, até agora, tem dado resultados muito modestos. Os grandes perdedores na RDA, depois da queda do muro, foram os maiores de 50 anos.

Em 2002 perguntei a uma jovem funcionária do meu hotel em Berlim se ela tinha saudades do tempo de Honecker. Respondeu-me sem hesitar que não, mas depois se calou um momento e disse: “meu pai tem saudades da RDA. Quando o muro caiu, ele tinha apenas 47 anos, perdeu o emprego e nunca mais conseguiu outro”. Enfim, como escreveu Marcus Wolf, o charmoso ex-chefe da Stasi, a eficiente e cruel agência de espionagem alemã oriental: “o muro é hoje mais alto do que antes”.

Curiosamente, há regiões como a Saxônia em que a infraestrutura agora está melhor do que no Ocidente. A província de Dresden é hoje tão próspera que está sendo chamada de Saxônia Silicone, em alusão ao Vale do Silício, na Califórnia. Cerca de 50% dos *chips* de computadores produzidos na Europa saem de fábricas da região de Dresden e Leipzig. No entanto, a situação nas cidades pequenas continua precária, com desemprego superior a 25%. Considera a revista *The Economist* que os maiores problemas da antiga RDA decorrem da unificação de 1990, realizada com precipitação, sem dar tempo suficiente para que as empresas se adaptassem às mudanças.

Pankow, o antigo bairro diplomático e elegante de Berlim Oriental, onde residíamos, está meio abandonado e os que podem saem de lá. Prédios estão sendo demolidos e a região perdeu o seu antigo *glamour*. Muitas das antigas embaixadas que frequentávamos estão fechadas ou abandonadas. Nossa antiga residência está hoje alugada à embaixada da Bósnia e entristeceu-me vê-la, pois ao

contrário do nosso tempo, não havia uma única flor no seu amplo jardim. O abandono de Pankow parece ser o símbolo da vingança da Alemanha Ocidental contra a antiga oligarquia da RDA, que resistiu quarenta anos ao poderio político e econômico de Bonn.

Berlim Ocidental perdeu os antigos subsídios fiscais que recebia como vitrina da sociedade livre perante o mundo comunista. Hoje os comerciantes queixam-se de que os ex-cidadãos da RDA ainda não têm poder aquisitivo suficiente para adquirir os seus produtos nas lojas sofisticadas e caríssimas da Friedrichstrasse, o novo centro da cidade, que agora oferece até uma espetacular Galeria Lafayette, que visitamos quase vazia.

Políticos, escritores famosos e jornalistas reconhecem que os alemães, dos dois lados, ainda não derrubaram o muro que existe dentro da cabeça deles. Na verdade, ninguém se dava conta de quanto se haviam distanciado, uns dos outros, em 40 anos de separação. A revista norte-americana *Business Week* (28/11/2003) confirmou que o muro da vergonha foi substituído pelo muro da mente. O muro do ressentimento não foi derrubado e as cicatrizes poderão durar mais de uma geração. Não há dúvida que o parque industrial da antiga Alemanha socialista era semi obsoleto, mas sua modernização foi demasiado rápida e realizada a um altíssimo custo social. Os grandes conglomerados econômicos da Alemanha Ocidental fizeram questão de desmontar seus competidores do leste, que vendiam seus produtos bons e baratos, embora pouco sofisticados, aos países do segundo e do terceiro mundos. Os ex-funcionários do Governo e os operários da RDA foram forçados a reaprender tudo à maneira de seus novos chefes ocidentais, por vezes até de uma forma humilhante, como me foi contado por um alto funcionário do antigo Ministério do Comércio Exterior, que cuidava do comércio com o Brasil. Enfim, o que ocorreu depois da queda do muro foi o capitalismo selvagem

exterminando as fábricas e as empresas menos eficientes de seus irmãos da RDA.

3. O Brasil no Quadro de Honra em Cecilienhof²⁴

Na reunião semanal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do dia 21 de maio de 2003, o general Carlos Meira Matos fez uma comunicação sobre o Dia da Vitória da II Guerra Mundial, que transcorreria no dia 8 daquele mês. Isso me fez recordar que no início de 1945, estava eu terminando o CPOR em Niterói, quando me foi dito que deveria partir para a Itália, logo após o encerramento do curso, em junho. A notícia me encheu de preocupação, não tanto por mim, mas pelo fato de que, como futuro oficial, teria de liderar uma companhia. A ideia de que poderia causar mortes e feridos pela minha inexperiência no comando, não me saía da mente. Felizmente, em 8 de maio de 1945, era assinado o armistício e, logo após, fui desmobilizado.

Passaram-se muitos anos e, em 1956, o destino levou-me, em minha carreira profissional, a ser nomeado cônsul do Brasil em Nápoles. Durante a estada naquela cidade tive sempre a curiosidade de saber pormenores sobre a vida dos soldados e oficiais aliados que lutaram na Itália. O próprio consulado oferecia informações pitorescas, pois ele estava instalado em uma bela vila italiana dos príncipes Colonna, que servira de quartel general dos oficiais britânicos. O anedotário era farto, divertido e variado. Esse interesse levou-me a visitar o cemitério militar brasileiro nos arredores de Pistoia. Confesso que fiquei emocionado ao ver aquele campo cheio de pequenas cruzeiras brancas, em meio de jardins bem cuidados. Mais de oitocentos jovens brasileiros ali jaziam. E se a guerra tivesse durado alguns meses mais, quem sabe, eu poderia ter sido mais um deles...

24 Comunicação feita no CEPHAS em 4 de junho de 2003, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faço esta introdução para melhor situar as minhas reações, talvez demasiado vivas, por ocasião da chegada à Alemanha, em janeiro de 1985, como embaixador do Brasil. Sempre li muito sobre a II Guerra Mundial, pois por pouco escapei de participar dela. O primeiro choque ocorreu no dia da apresentação de credenciais como embaixador junto à República Democrática da Alemanha. Como é sabido, a velha capital alemã foi quase completamente reconstruída, tanto de um lado do muro quanto do outro. Os russos chegaram primeiro a Berlim, em 1945, e ocuparam a cidade toda. Só semanas depois, em consequência dos acordos de Yalta, é que deixaram a parte da cidade que depois ficou conhecida como Berlim Ocidental. Pela posição de força que ocupavam, reservaram-se os russos a parte mais bela da cidade, isto é, o centro cívico da capital: a área do antigo palácio real, a ópera, os museus, a catedral, a famosa Avenida Unter den Linden, até o portão de Brandenburgo, ali estabelecendo o limite entre os dois setores da cidade.

Recordo este pormenor porque em Berlim, na ocasião da cerimônia de apresentação de credenciais, os novos embaixadores sempre deviam passar em revista tropas alemãs, defronte à avenida Unter den Linden. Devo confessar que, inesperadamente, na hora da cerimônia, me senti bastante perturbado pelas recordações trágicas daqueles belos edifícios restaurados, e sobretudo pelo espetáculo de os soldados alemães, olhando-me fixamente nos olhos enquanto passava em revista a companhia que me prestava homenagem. Foi preciso que o chefe do Cerimonial alemão virtualmente me arrastasse pelo braço para dentro do palácio do Conselho de Estado para a continuação da cerimônia protocolar. Vide foto nas ilustrações deste livro.

Após a habitual troca de discursos com o presidente da RDA, a apresentação de autoridades e os cumprimentos de praxe, passamos para o salão ao lado, onde sempre ocorre uma curta

conversa formal. Ainda sob a forte impressão da cerimônia militar, recordei ao presidente Erich Honecker a curiosa coincidência de que o novo embaixador brasileiro era um ex-oficial do exército brasileiro que esteve prestes a combater os alemães, na Itália, em 1945. O Sr. Honecker não entendeu bem o que eu dizia, no meu alemão capenga, e pedimos auxílio do intérprete. Aconteceu então algo que, realmente, eu não esperava: o presidente da Alemanha Oriental não sabia que o Brasil participara na II Guerra Mundial e lutara contra a Alemanha nazista! Fiquei bastante chocado pela ironia de que tantos de nossos pracinhas tivessem morrido sem que um importante cidadão alemão sequer soubesse da participação deles na guerra! Depois, a pedido do Sr. Honecker, contei-lhe em poucas palavras a atuação do Brasil na Itália, a significação do aeroporto de Natal para o esforço de guerra aliado, falei-lhe do cemitério de Pistoia e disse-lhe que eu, com um intervalo de menos de dois meses apenas, quase cheguei a viajar para combater os nazistas alemães na Itália. Honecker disse-me que na época trabalhava em uma fábrica nos arredores de Moscou e nada sabia sobre o que se passava na guerra na Itália.

Seja como for, o fato de o presidente da Alemanha comunista nunca ter tido conhecimento da participação do Brasil na II Guerra Mundial deixou-me intrigado. Em conversa com outras personalidades alemãs, observei que pouquíssimos estavam ao corrente do fato. E por uma espécie de pudor, ou talvez orgulho ferido, nada comentei com os colegas diplomáticos de Berlim. Mais adiante, meditando sobre o assunto, pude encontrar uma desculpa, uma explicação parcial para esse desconhecimento dos líderes alemães: quase todos aqueles velhos chefes da RDA estavam naquela época na União Soviética, fugitivos das perseguições que Hitler moveu aos comunistas e socialistas alemães. Em plena guerra, as informações em Moscou sobre as tropas aliadas que combatiam na Itália deveriam ser muito escassas. Talvez até nulas,

especialmente em cidades russas menores, onde se asilaram líderes comunistas de países vizinhos, como Erich Honecker.

Tenho, porém, outro fato ainda mais estranho a relatar: existe perto Potsdam, nos arredores de Berlim, um velho castelo que era a antiga residência da rainha da Prússia, conhecido por Cecilienhof. Lá foi efetuada a cerimônia da rendição incondicional das forças nazistas alemães ao comando aliado e lá se realizaram as longas negociações para a partilha da Alemanha, em quatro zonas, após o dia 8 de maio de 1945. Os numerosos turistas visitantes desse castelo encontravam, nos anos oitenta, na sala de entrada, um grande quadro de honra com a relação dos países que haviam combatido o nazismo na II Guerra Mundial, tendo ao lado o número aproximado de mortos. Desse quadro não constavam dois países sabidamente combatentes: o Brasil e a África do Sul. Suponho que por motivo da política do *apartheid*, ainda vigente na época, os alemães não incluíram os soldados sul-africanos mortos na guerra, que foram numerosos. No caso do Brasil, essa omissão pode ter ocorrido por ignorância pura e simples, ou, mais provavelmente, por expressa discriminação contra o então governo militar brasileiro, claramente anticomunista, mas com o qual a RDA já mantinha relações diplomáticas e comerciais normais e até bastante intensas desde 1972.

Ao ver o quadro de honra, que omitia o Brasil, aquele remoto oficial brasileiro de 1945 sentiu-se ofendido e reclamei veementemente junto ao administrador de Cecilienhof. Ele se espantou e arregalou os olhos para mim, como se eu fosse um louco. Pedi então audiência especial ao chanceler Oskar Fischer, que de nada sabia. Como em 1985 já estávamos no governo Sarney, em pleno regime democrático no Brasil, o chanceler alemão me sugeriu que indagasse do Itamaraty o número aproximado de mortos na guerra para então mandar incluir o nome de nosso país no quadro de honra de Cecilienhof. Enviei a Brasília um longo

ofício, acompanhado de fotografias do referido quadro, solicitando informações mais precisas.

Passaram-se meses sem resposta do Itamaraty e, por ocasião de um período de férias em nosso país, pude apurar os motivos daquele silêncio. Eis o que me foi dito no Itamaraty pelo então chefe da Divisão da Europa Oriental, o embaixador Stelio Amarante: uma alta patente do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA afirmou-lhe que o EMFA não estava interessado em participar de quadros de honra da II Guerra Mundial em países comunistas. Confesso que caí das nuvens. Como? O exército brasileiro não queria figurar no quadro de honra de Cecilienhof, o local exato onde foi selada a paz dos aliados com a Alemanha nazista, sua derrota final e total pela qual lutamos e perdemos tantas vidas? A verdade é que nunca cheguei a receber resposta alguma à minha consulta, pois o Itamaraty relutava em me transmitir a surpreendente resposta do EMFA. Tampouco voltei a falar do assunto com o chanceler alemão, envergonhado pela insensibilidade das autoridades militares brasileiras da época. E assim continuaram a passar diariamente por aquela sala de entrada do Cecilienhof milhares de turistas de todo o mundo, que deixaram de ler o nome do Brasil naquela sala, onde se homenageava todos os soldados que caíram lutando contra o nazismo.

Pouco antes de minha partida de Berlim, em 1987, ao saber do motivo do silêncio do Itamaraty, consultei por carta o Dr. Américo Jacobina Lacombe, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois me convenci de que havia feito mal em utilizar os chamados “canais competentes”. Lacombe respondeu-me imediatamente informando que o Brasil teve cerca de 1.900 mortos na II Guerra Mundial. Apressei-me então a informar por nota oficial à chancelaria alemã, solicitando que o nome do Brasil fosse inscrito no quadro de honra de Cecilienhof. Como deixei o

posto pouco tempo depois, já aposentado, não tive ocasião de ver a prometida modificação, se é que realmente ela chegou a acontecer.

Em junho de 2002, isto é, quinze anos depois, estive novamente em Berlim e tentei visitar o castelo de Cecilienhof, mas não me sobrou tempo. Pedi a um antigo colaborador meu, Dr. Milton Quadros, que fosse ao local e me informasse se o Brasil já figurava no quadro de honra dos países que lutaram contra o nazismo. A resposta foi curiosa – não há mais quadro algum no castelo!

Escreveu-me ele o seguinte:

Ao visitarmos o Cecilienhof, em meados de 2002, nos foram mostrados as salas e os móveis, com as respectivas mesas e cadeiras que Stalin, Churchill e Roosevelt utilizaram em seus escritórios de trabalho. Vimos a sala principal da conferência com uma grande mesa, onde foram negociadas a capitulação, a divisão da Alemanha em quatro áreas, as reparações de guerra e o Entnazifizierung (a desnazificação).

Perguntamos sobre um quadro onde constava o nome dos países que combateram o nazismo na II Guerra Mundial, mas ninguém soube nos informar – as paredes do salão de entrada do castelo, onde se encontrava pendurado o famoso quadro, estavam vazias e limpas. Uma senhora que trabalha na parte interna do museu informou-nos depois que, há cerca de 11 anos (isto é, bem depois da reunificação), os quadros que lá estavam foram retirados e ninguém sabia sobre o seu paradeiro. A remoção do quadro ocorreu, portanto, muito depois da queda do muro de Berlim.

Continua o Sr. Quadros:

Os políticos na Alemanha há anos tentam evitar qualquer recordação histórica que esteja ligada aos

temas da guerra. Até mesmo os museus históricos de Berlim não oferecem aos visitantes uma posição clara sobre os acontecimentos da I e da II Guerra Mundial. Para muitos políticos, a Alemanha não causou nenhum prejuízo de guerra a país algum da Europa. Evitam-se comentários a respeito da eliminação de seis milhões de judeus, ciganos e inimigos do antigo Reich. Hoje em dia, quando se menciona a divisão da Alemanha, ninguém quer comentar o assunto. O ex-Premier Kohl tentou apagar sistematicamente todos os fatos que comprovassem a existência de uma República Democrática da Alemanha. Os temas da II Guerra Mundial, a divisão do país em duas partes, com uma RDA, nada disto é assunto mais para os livros usados nos bancos escolares da Alemanha contemporânea.

É eloquente o comentário de meu antigo colaborador diplomático, que chefiava o setor comercial da embaixada do Brasil em Berlim Oriental.

Destarte, a participação do Brasil na guerra contra a Alemanha nazista foi completamente escamoteada não só pelos comunistas da RDA, mas, depois da reunificação, também pelo novo governo unificado. Como um quase *pracinha*, que esteve com data marcada para embarcar para a Itália em junho de 1945, senti-me frustrado com essas informações recebidas de meu antigo colaborador em Berlim. Aqui fica registrado o meu protesto inútil.

Em maio de 2005 foram realizados importantes festejos dos 60 anos do fim da II Guerra Mundial nos EUA, na França, Inglaterra e na Rússia, sendo sempre convidado também o ex-chanceler alemão Gerardt Schroeder. Para minha surpresa, o Brasil não foi convidado a participar dessas comemorações. Nossas embaixadas em Washington, Moscou, Paris e Londres aparentemente não

receberam instruções para recordar às autoridades desses países da participação do Brasil na II Guerra Mundial. Tampouco o presidente Lula e o Ministro da Defesa se manifestaram a respeito. A imprensa se limitou a pequenas notas envergonhadas sobre a falta de presença brasileira nesses festejos. No meu entendimento houve falha do Itamaraty e sobretudo do Ministério da Defesa e estou certo de que os remanescentes membros da FEB ficaram frustrados. Eu fiquei. Afinal de contas morreram quase dois mil brasileiros e eles agora estão esquecidos?

4. Erich Honecker e os enigmas da Alemanha Oriental

Nos antigos países comunistas, os chefes de missões diplomáticas não tinham muitas oportunidades de conversar descontraidamente com o presidente do Conselho de Estado. Foi o meu caso em relação a Honecker. No entanto, a nossa conversa inicial, por ocasião da entrega de credenciais, foi tão interessante que durou o dobro do tempo previsto. Em geral, essas entrevistas são rápidas e protocolares e como o meu alemão ainda estava bastante capenga, não esperava nada dessa conversa, que ocorreu em fins de janeiro de 1985. Vide meu comentário da entrevista inicial com Honecker.

Depois encontrei Honecker em diversas solenidades e ele sempre me cumprimentou sorridente, com visível simpatia. Em uma caçada oficial de inverno, perto de Dresden, com a presença de muitos chefes de missões diplomáticas, tive ocasião de conversar com calma com ele e o tema foi a Olimpíada de Los Angeles, à qual os russos proibiram os países comunistas de enviar representantes. A Alemanha Oriental sempre fora uma das estrelas das anteriores Olimpíadas e a sua ausência sacrificou toda uma geração de ótimos atletas alemães. E Honecker teve a franqueza de dizer-me que, na próxima olimpíada, mesmo que os russos se oponham, os jovens

atletas alemães orientais participariam. Na Olimpíada seguinte atletas dos dois lados da Alemanha participaram conjuntamente.

O leitor se recordará talvez que, em 1988, Honecker caiu gravemente doente e passou a direção da RDA a Egon Krenz, herdeiro presuntivo. Honecker esteve preso em 1989, foi depois libertado e acabou seus dias em Santiago do Chile, onde há tempos viviam sua filha e sua esposa, a antipática Ministra da Educação.

* * *

CAPÍTULO 20

RECORDANDO ALGUNS PRESIDENTES E PRIMEIROS-MINISTROS BRASILEIROS

Durante a minha longa carreira diplomática, de mais de 41 anos de serviço no Brasil e no exterior, de 15 de dezembro de 1945 a 30 de junho de 1987, tive ocasião de conhecer pessoalmente 54 presidentes e primeiros-ministros, brasileiros e de países estrangeiros. Alguns poucos conheci de perto e conversamos longamente. Com outros apenas troquei algumas palavras de cortesia, mas mesmo assim o suficiente para fazer um bom juízo deles. No decorrer deste livro já comentei vários desses encontros, muitos foram bastante longos e outros fortuitos. Restam alguns brasileiros, sobre os quais gostaria de me demorar um pouco mais a recordá-los, pois acredito merecem a atenção dos leitores.

1. Washington Luís Pereira de Sousa

Deposto em 1930, o presidente Washington Luís, como era conhecido, viveu muitos anos em Nova York. Conheci-o em rápida viagem a essa cidade em 1946 e hospedei-me no mesmo

hotel em que ele vivia, hoje demolido. Lembro-me que o *concierge* me chamou a atenção para que no hotel vivia um ex-presidente brasileiro. Tive curiosidade de conhecê-lo pessoalmente e ele me acolheu bem. Apresentei-me como um jovem diplomata, tinha 25 anos, e ele foi amável e conversamos por uma meia hora. Era um velhote simpático, bem vestido, empertigado e com uma barbicha branca. Confesso que não me impressionou muito, pois nem sequer me lembro sobre o que conversamos.

2. Getúlio Vargas

Conheci Getúlio Vargas ainda rapazinho. No início dos anos trinta, costumava eu passar no verão temporadas em casa do meu tio José da Cunha Vasco na Rua Paissandu. Era frequente estar na janela logo depois do almoço, quando diariamente passava pela calçada o presidente Vargas caminhando a pé pausadamente, proveniente do Palácio Guanabara e em direção ao Palácio do Catete. Naquela época não havia preocupações de segurança e Getúlio geralmente caminhava acompanhado apenas por uma ou duas pessoas, amigos ou oficiais de gabinete. Sempre que ele passava pela minha janela eu o saudava respeitosamente: “Boa tarde, senhor presidente!”. Ele respondia sorridente e às vezes me acenava com a mão. Uma tarde parou diante de minha janela e indagou como me chamava, o que estava estudando e que carreira pretendia seguir. Aquele jovem de treze ou quatorze anos nunca se esqueceu da imagem daquele grande homem pequenino, que caminhava tranquilamente com os braços atrás nas costas e sempre com aquele mesmo chapéu aos quais na época davam jocosamente o nome de “peço a palavra”...

Em 1959, cinco anos após o suicídio de Getúlio, o destino me levou a trabalhar em Washington com seu genro, almirante Amaral Peixoto e sua filha Alzira, então embaixadores do Brasil nos EUA. Contei-lhes minha recordação de juventude do presidente Vargas e eles se emocionaram. Tivemos depois boas relações pessoais e

frequentemente insistiam em levar-me a recepções diplomáticas do mais alto nível em Washington, com a desculpa de que eu precisava habituar-me a circular na sociedade da capital americana e fazer amigos. Nenhum outro chefe que tive na minha carreira teve igual gentileza.

Em 2004, por ocasião do 50º aniversário da morte de Getúlio, o economista Carlos Lessa, presidente do BNDES, promoveu a edição de um livro de homenagem, intitulado *Getúlio Vargas e seu Tempo*, organizado por Raul Mendes e com a colaboração de diversos autores. A seu pedido, elaborei dois capítulos: um sobre a música no Brasil no seu tempo e outro sobre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

3. Juscelino Kubitschek, o modernizador do Brasil

Conheci Juscelino muito bem, sobretudo antes de assumir a Presidência da República e, posso dizer sem jactância, influi diretamente na formação do seu primeiro Ministério. A explicação é simples: era eu amigo do Vice-Governador de Minas Gerais, Dr. Clóvis Salgado, que assumira o Governo do Estado quando Juscelino se descompatibilizou do cargo de governador para se candidatar à presidência, em abril de 1955. O papel de Clóvis Salgado como governador foi decisivo para a posse de Juscelino como presidente. Nos meses após a eleição ocorreram fatos políticos graves promovidos pela UDN para impedir a sua posse e não fosse a lealdade de Clóvis e a firmeza do general Lott, é provável que Juscelino não tivesse chegado à presidência. Por isso, a posição de Clóvis era fortíssima nos últimos dias que precederam a posse. Mas voltemos um pouco atrás.

Na época, ocupava eu o cargo de chefe do Serviço de Informações do Itamaraty, o que me dava acesso diário à cúpula da casa. Como amigo de Clóvis Salgado fui várias vezes recebido por JK durante a campanha eleitoral e levei-lhe recados e informações

interessantes, a pedido do governador de Minas Gerais. Certa vez, acompanhei o futuro presidente a seu convite em viagem aérea à Diamantina.

Quando Clóvis me disse que seria o Ministro da Saúde no primeiro ministério de JK, inadvertidamente fiz um gesto de decepção. Clóvis, médico ginecologista, era o candidato natural ao posto, mas aquele ministério na época recebia verbas modestas e tinha pouco prestígio político. Clóvis perguntou-me por que me desagradara a ideia de que ele ocupasse o Ministério da Saúde. Eu lhe respondi que ele era um verdadeiro mecenas das artes em Minas Gerais, tinha muita experiência como professor universitário e poderia ter papel muito mais importante como Ministro da Educação e Cultura. Lembro que na época as duas pastas ainda estavam unidas.

Diante dessa minha ponderação, deixou-se facilmente convencer e autorizou-me a procurar Álvaro Lins, futuro chefe da Casa Civil de JK, e expressar sua preferência pelo MEC. Fui visitar Álvaro, que já conhecia dos meios literários cariocas e autor de um belo livro sobre o barão do Rio Branco, e lhe transmiti o desejo de Clóvis Salgado. Álvaro Lins achou que já era um pouco tarde, mas pediu-me para esperar. Minutos depois, chamou-me e disse que JK queria me ver. Juscelino, que me conhecia bem, pediu-me que repetisse a mensagem de Clóvis, à qual adicionei vários argumentos meus. JK sorriu, ficou pensativo por um momento e disse: “Eu não posso negar nada ao Clóvis. Ele será o Ministro da Educação e Cultura”. Dias depois encontrei Abgar Renault, que era o principal candidato ao cargo e ele insinuou: “O jovem diplomata começa bem... Já está até fazendo ministros!”. Desconversei, é claro, mas 32 anos depois, em 1987, comentando o fato com Abgar, então meu colega no Conselho Federal de Cultura, rimos muito. Abgar foi posteriormente Ministro da Educação, pasta que Clóvis Salgado ocupou durante os cinco anos do Governo JK.

Durante a campanha eleitoral de JK ocorreu um fato realmente auspicioso: o 1º Festival de Ouro Preto em 1955, inspirado por mim ao Governador Clóvis Salgado. Vendi-lhe a ideia de que Ouro Preto era um cenário perfeito para um festival de arte, como os que acontecem anualmente na Europa. Se não participei diretamente de sua organização porque trabalhava no Rio de Janeiro, mas influí decisivamente na participação de algumas personalidades como Cecília Meireles, Camargo Guarnieri, Eleazar de Carvalho e outros. E foi minha a ideia de realizar o casamento de Marília e Dirceu. Acabavam de chegar da África os restos mortais de Tomás Antônio Gonzaga, que falecera em Moçambique e lá estava enterrado, e imaginei trazer os restos de Marília da igreja de Antônio Dias, onde repousavam, e levá-los *en marche aux flambeaux*, pela Rua Direita acima, até o Palácio da Inconfidência, onde seriam colocados ao lado de seu namorado Dirceu. O acadêmico Menotti Del Picchia foi o orador. A cerimônia foi belíssima e emocionou JK e todos os presentes. Na sessão de encerramento do festival, JK entregou-me a Medalha da Inconfidência e me fez assim cidadão mineiro honorário. O Festival continua até hoje com altos e baixos, o que é natural.

Curiosamente, em 2003, então membro do Conselho Empresarial da Cultura da Associação Comercial do Rio de Janeiro, por ocasião do centenário de nascimento de JK, o presidente Ricardo Cravo Albin encarregou-me de comentar a viagem de JK ao exterior, realizada pouco tempo antes de sua posse. Foi montado um belo filme documentário dessa viagem e fui convidado a ser o comentarista. Prestei também o meu depoimento, ao lado de outros amigos e ex-colaboradores. Emocionei-me ao fazer essas gravações, vendo aquele homem dinâmico e sorridente que virou uma página da nossa história e modernizou o Brasil. Embora tenha reservas sobre o *modus faciendi* da construção de Brasília e condene o abandono em que deixou as ferrovias brasileiras em benefício das rodovias, é inegável que Juscelino marcou época na história de

nosso país. Em 2006, o seriado da TV Globo sobre JK, aplaudido por muitos, não conseguiu prender minha atenção.

4. O desprezado João Goulart

Só conheci o presidente João Goulart em Washington em 1962 por ocasião de sua visita aos EUA. É provável que o leitor tenha lido a página 30 onde comento pormenores da viagem. Tive boa impressão dele, pareceu-me interessado e inteligente, ao contrário do que se dizia. Acompanhei-o em todas as suas entrevistas em Washington, Nova York e Chicago e devo dizer que se portou com desenvoltura em todos os contatos com a imprensa. Ao final da visita, satisfeito com meu trabalho com a imprensa norte-americana, perguntou a Roberto Campos o que podia fazer por mim. O embaixador respondeu-lhe que poderia promover-me a Conselheiro da embaixada. E Jango virou-se para San Tiago Dantas e disse: “Mande preparar o decreto”.

5. San Tiago Dantas, o homem mais inteligente do Brasil

Já ouvi alguém dizer que San Tiago Dantas foi o brasileiro mais inteligente de sua geração e concordo com isso. Conheci-o de perto, bem antes de ele ficar famoso. Grande advogado, de muito prestígio no Rio de Janeiro, frequentei sua casa da Rua D. Mariana nos anos cinquenta. Meu pai, Joaquim Mariz, era um dos diretores do Jóquei Clube quando San Tiago resolveu candidatar-se à presidência do prestigioso Clube. Fiz parte do comitê de sua campanha eleitoral, pois conhecia bem os meandros da casa. No Jóquei Clube naquele tempo havia dois grupos de sócios: os que frequentavam o hipódromo e os que só se interessavam pela nova sede no centro da cidade, com sua conveniente garagem. Hoje em dia as eleições no Jóquei Clube são ainda mais complicadas porque se formou um terceiro grupo de sócios, que desejam carrear o dinheiro do clube para a nova sede social da Lagoa.

O que importa é que a facção comandada por San Tiago Dantas perdeu as eleições para o grupo tradicional comandado pela família Paula Machado. Mas aquelas semanas de convivência com San Tiago Dantas me seriam úteis no futuro, quando ele se tornou Ministro das Relações Exteriores e depois primeiro-ministro de João Goulart. No capítulo 8º deste livro, o leitor deve ter lido comentários sobre a atuação de San Tiago Dantas no Itamaraty e na viagem de João Goulart aos EUA, em 1962.

Eu havia sido designado para trabalhar nas Assembleias Gerais da ONU de 1960 e de 1961, gostara da experiência e, por ocasião da viagem de Jango a Washington, pedi a San Tiago para ser novamente indicado para servir na Assembleia, de setembro a dezembro de 1962, ao que ele prontamente me atendeu. Recordo que em Nova York, no “Council of Foreign Relations”, ouvi com admiração uma palestra de San Tiago Dantas, feita de improviso e em excelente inglês, sobre a política externa do Brasil. Sua morte prematura foi enorme perda para o país.

6. O intelectual Castello Branco

Castello era um militar muito especial, homem de elevado espírito, cultura eclética e preocupado com as artes, frequentava teatros e admirava as estrelas do palco da época, como Tônia Carrero. Certa manhã fui surpreendido com um chamado telefônico de Sua Excelência. Chegava ao meu gabinete de chefe da Divisão de Difusão Cultural do Itamaraty, quando minha secretária Maria Helena Junqueira informou-me de que o presidente havia me telefonado. Perguntei: “presidente de quê?”. Não sei, respondeu ela, mas informou-me que chamaria de novo. Minutos mais tarde, aquela voz roufenha tão conhecida na televisão chamou-me diretamente – era o presidente Castello Branco! Assustei-me e ele me perguntou: por que o Senhor mandou recolher o passaporte do pianista fulano de tal? Respondi-lhe que era hábito da Divisão

de Difusão Cultural do Itamaraty inscrever os melhores artistas brasileiros nas grandes competições internacionais, como uma maneira de divulgar a nossa música e nossos intérpretes, em suma ter a presença do Brasil naqueles importantes concursos. O pianista em questão havia sido convidado por mim e aceitou participar do famoso Concurso Internacional de Chopin, em Varsóvia, e uma semana antes do início da competição veio dizer-me que não se julgava preparado o suficiente para participar e que não viajaria. Tarde demais para indicar um substituto, fiquei indignado com sua irresponsabilidade e resolvi dar-lhe uma lição. Era um jovem pianista de muito talento, mas para benefício de sua futura carreira, devia ser punido para encarar seus compromissos com maior responsabilidade. Creio que a lição foi útil, pois é hoje o nosso melhor recitalista (embora não goste de tocar música brasileira). Telefonei ao chefe da DSI e combinei com ele que mandasse apreender o passaporte do pianista por um ano. Lembro que estávamos no regime militar e isso era possível. Mas o jovem pianista tinha boas relações políticas e chegou até o presidente Castello Branco, que na sua simplicidade resolveu telefonar-me diretamente e indagar os motivos da minha providência. Para minha surpresa, após minha explicação, Castello hesitou um pouco e disse-me “O Senhor fez bem em dar uma lição a esse rapaz. Da próxima vez ele será mais responsável” e desligou.

Minha outra relação com Castello foi automobilística. Na época eu possuía um belo conversível “Mercury” amarelo, de capota preta, que trouxera dos EUA. Certo dia, telefonou-me o ilustre xará Vasco Leitão da Cunha, então Ministro de Estado, e pediu-me que emprestasse meu carro ao presidente Castello Branco para desfilar com a capota aberta em cerimônia oficial em Niterói. Naquele tempo a segurança era bem mais frouxa, embora estivéssemos em regime de exceção. É claro que emprestei envaidecido o meu lindo “Mercury”, mas ao recebê-lo de volta fiquei triste: alguém que não

gostava do presidente, fez grandes riscos no *capot* do carro, o que me deu trabalho e despesa para retocar.

A única vez que vi Castello pessoalmente foi por ocasião da minha promoção a Ministro, no início de 1967, quando o chanceler Juracy Magalhães levou-me a sua presença, com outros colegas também promovidos, para agradecer-lhe a distinção. Fez-nos uma pequena preleção e cumprimentou-nos um a um com palavras amáveis.

7. Ernesto Geisel, o mais competente dos presidentes militares

Conheci o presidente Geisel durante a minha estada no Equador, em 1972, quando ele era o presidente da Petrobras. Em Quito, eu estava ajudando a Braspetro a entrar no Equador e encontrava resistência do Ministro da Energia local. Enfronhei-me bastante em assuntos petroleiros e empenhei-me junto ao próprio presidente do Equador, general Rodriguez Lara, para auxiliar as gestões da Braspetro. Estando em férias no Rio de Janeiro fui chamado por Geisel para conversar e creio haver deixado boa impressão. Da vez seguinte que vim ao Rio, tomei a iniciativa de contatar o general e ele amavelmente convidou-me a almoçar a sós na Petrobras. Surpreendeu-me com o convite para ser um dos diretores da Braspetro, que é o braço internacional da Petrobras, o que implicaria em deixar o Itamaraty. Agradei muito e recusei, esclarecendo que ainda tinha muito tempo de carreira no Itamaraty e estava só na minha primeira embaixada. Geisel entendeu perfeitamente e presenteou-me com certo número de ações da Braspetro. Eu não previa na época que seria ele o futuro presidente da República.

Em 1973 diante de graves problemas no Iraque, onde empresas brasileiras estavam trabalhando intensamente, Geisel pediu ao então chanceler Mário Gibson Barboza que me nomeasse

embaixador em Bagdá. Gibson resistiu à sugestão, dizendo-lhe que, se eu estava me saindo bem no Equador, não era justo que deixasse o posto. Seria despir um santo para vestir outro. Geisel aceitou o argumento e foi nomeado para o Iraque Mário Dias Costa, chefe do gabinete do chanceler. Suspirei aliviado, embora lisonjeado pela indicação de Geisel.

Cada vez que eu vinha ao Rio almoçava ou entrevistava-me demoradamente com ele, estabelecendo-se assim amizade cordial, embora sempre bastante formal, pois esse era o seu jeito. Quando foi escolhido para dirigir o país, pedi a Gibson para voltar ao Brasil, pois senti que essas boas relações com o futuro presidente poderiam ser de muita utilidade para a minha carreira. Era eu apenas um embaixador comissionado e faltava-me ainda galgar o último degrau da carreira.

Cheguei ao Rio de Janeiro poucas semanas antes da posse e naturalmente procurei o futuro presidente, então sediado no edifício do antigo Ministério da Agricultura, ora demolido, junto ao Museu Histórico Nacional. A pedido de Geisel, em uma só semana estive três vezes em seu escritório, e o jornal *O Globo* chegou a publicar que eu era um dos possíveis chanceleres. Nessas entrevistas conversamos sobre vários temas de política internacional e, por solicitação de Geisel, preparei dois *papers* sobre política externa para sua apreciação. Recordo-me que insisti em dois itens: o reconhecimento da China comunista e o reatamento de relações com Cuba, que eu considerava inadiáveis. Curiosamente, ele me solicitou outro estudo sobre o papel dos adidos militares no exterior, pois eu lhe havia feito observações sobre o despreparo de alguns adidos com os quais convivera.

O mais divertido foi a consequência daquela pequena notícia em *O Globo* de que eu era um dos candidatos mais fortes para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Recebi vários pedidos

de promoção e remoção da parte de colegas e o embaixador Hélio Cabal convidou-me a almoçar em sua casa. Fez-me uma verdadeira preleção sobre como eu deveria agir como chanceler, sugerindo-me transferências de embaixadores e, naturalmente, um bom lugar para ele... Relatei tudo isso a Geisel e nos divertimos bastante. Ele sabia que como Ministro de Segunda Classe eu não poderia ser nomeado chanceler, pois isso provocaria uma gritaria no Itamaraty. Seria o mesmo que nomear Ministro do Exército um general de três estrelas.

Já em Brasília antes da posse presidencial, fui logo designado pelo chanceler Silveira para acompanhar o general Pinochet durante as cerimônias oficiais, e tempos depois, fui nomeado Secretário de Assuntos Legislativos, uma espécie de assessor parlamentar de luxo. Durante os três primeiros anos de Geisel na presidência servi junto ao Congresso Nacional e fui promovido a Ministro de Primeira Classe, em 1975, ou, como se diz na casa, a *full Ambassador*. Fui agradecer ao meu amigo Silveira, pois era membro do seu gabinete, e ele me disse que havia levado meu nome a despacho para a promoção, entre outros nomes, e o presidente Geisel me escolhera em primeiro lugar.

Em meados de 1977, pedi posto a Silveira e ele levou meu nome ao presidente para a embaixada na Iugoslávia, entre outras remoções de colegas. Geisel não gostou da indicação e, para minha surpresa, preferiu nomear-me para Israel. Silveira contou-me mais tarde que Geisel me escolhera porque me considerava “um diplomata de linha de frente” e não devia desperdiçar-me em um posto tranquilo como a Iugoslávia de então. Pouco antes de partir, fui despedir-me dele e tivemos uma entrevista de quase uma hora. Deu-me uma verdadeira aula sobre o Oriente Médio, que conhecia tão bem desde a época em que dirigia a Petrobras. O momento era delicado, pois o Brasil acabara de votar contra o sionismo na ONU e ele fez questão de explicar-me os meandros da votação. Terminou

a entrevista dizendo: “Estarei lendo seus telegramas confidenciais às seis horas da manhã. Lembre-se disso!”.

Depois dessa audiência de despedida em Brasília, só vi o presidente Geisel em 1988, de volta ao Rio de Janeiro já aposentado. Visitei-o na Norquisa, empresa que passou a presidir após o fim de seu mandato. Anos depois de sua morte, li com certa decepção as entrevistas que concedeu a documentaristas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Os textos escolhidos não me deixaram uma imagem positiva da personalidade que conheci bastante bem. No entanto, em 2004, o livro *A Ditadura Encurralada*, de Elio Gaspari, resgatou sua imagem como presidente.

Geisel foi o mais competente dos presidentes militares. Teve a pouca sorte de estourar durante o seu Governo a enorme crise mundial do petróleo, encarecendo extraordinariamente o preço do combustível no Brasil e desequilibrando nossas finanças, que iam muito bem. No Governo Médici o Brasil chegara a alcançar o 8º lugar entre as maiores potências econômicas mundiais. Em consequência da crise financeira, Geisel centralizou poderes em demasia e estatizou talvez excessivamente a economia. Lutou durante todo o seu mandato contra a linha-dura e iniciou a abertura para a democracia, afinal realizada por Figueiredo. Esse livro de Gaspari supracitado dá um panorama bastante objetivo das dificuldades que Geisel teve para governar o país e o autor fez até uma rápida menção a um dos meus *papers* solicitados pelo presidente.

8. Meu amigo João Batista Figueiredo

O futuro presidente João Figueiredo era amigo de família, pois meu primeiro sogro, general Edgard Soares Dutra, fora companheiro de lutas de seu legendário pai, Euclides Figueiredo, herói da revolução paulista de 1932. Conheci João em 1956, quando estava

por embarcar para o Oriente Médio no batalhão Suez, mas afinal não viajou. Almoçamos juntos com seu irmão Guilherme – que se tornaria um de meus melhores amigos – e conversamos muito sobre a conjuntura internacional da época e, em especial, sobre a chamada “Guerra dos Seis Dias”. Nos anos subsequentes nos vimos algumas vezes, porém sem oportunidade de conversar com calma, mas acompanhei de longe, com interesse, a sua carreira brilhante no Exército.

Em outubro de 1969, assumira eu a chefia do Departamento Cultural do Itamaraty e, por ocasião da posse do general Médici na Presidência da República, ocorreu um episódio desagradável do qual tomei parte indireta. Na véspera da posse, Guilherme Figueiredo procurou-me na minha residência no Rio de Janeiro para pedir-me delicado favor: desejava que eu transmitisse ao novo chanceler Mário Gibson Barboza, a ser empossado no mesmo dia que o presidente Médici, que ele, Guilherme, era candidato à chefia da Missão do Brasil na Unesco, em Paris. Seu irmão João, chefe da Casa Militar do novo presidente, estava ao corrente de sua candidatura. Naquele dia Gibson já estava em Brasília para a cerimônia de posse, de modo que só pude falar-lhe no dia seguinte e transmitir o recado de Guilherme.

Ao conversar com Gibson, ele ficou desolado e me contou que, logo depois da posse, teve ocasião de conversar com Médici e ficara decidido que o embaixador Everaldo Dayrel de Lima, então na Grécia, iria para a Unesco. Surpreendi-me com tão rápida decisão e Gibson explicou o motivo da urgência: era então chefe de Departamento da África e Oriente Médio o embaixador Hélio Cabal, seu desafeto e que não estava em seu plano de chefias no Itamaraty. Ofereceu por isso a Everaldo a Unesco e a Cabal, a Grécia e ambos aceitaram evidentemente. Submeteu a questão ao presidente, que concordou com as mudanças, sendo logo expedido o telegrama de pedido de *agrément* para Cabal. Gibson ficou

aborrecido porque Guilherme também era seu amigo e prometeu explicar-lhe pessoalmente o acontecido. Ora, João Figueiredo não podia ter tido conhecimento do fato, pois estava em outra ala do Palácio do Planalto e nada tinha a ver com o Itamaraty, nem podia supor que a candidatura de seu irmão viria à baila tão depressa.

Ao regressar à minha sala no Itamaraty, apressei-me a chamar Guilherme por telefone e contei-lhe o ocorrido com todos os pormenores. Ouviu-me em silêncio e ficou mudo durante alguns segundos. Explodiu depois censurando violentamente o irmão, malgrado minha insistência em esclarecer-lhe que João não podia ter sabido de nada e nem tinha culpa alguma no caso. Guilherme ficou furioso e dias depois enviou uma carta terrível ao irmão, cortando relações. Sempre que o via, eu lhe assegurava que estava fazendo uma grande injustiça. As explicações que Mário Gibson também lhe dera tampouco o fizeram mudar de atitude.

Passaram-se quase oito anos e os irmãos continuavam brigados. Quando João foi escolhido sucessor do general Ernesto Geisel na Presidência da República, estava eu em férias no Rio de Janeiro e tive ocasião de encontrar-me com Guilherme. Aproveitei para tentar convencê-lo a fazer as pazes com o irmão. Pediu-me então que solicitasse audiência a João, então chefe do SNI, para me despedir e na entrevista tentasse a reconciliação. Figueiredo recebeu-me amavelmente e recordamos vários fatos do período em que servira no Itamaraty no Governo Geisel, quando ele e Dulce estiveram no meu apartamento de Brasília duas vezes para jantar. Abordei depois o problema do Guilherme e João ficou irritadíssimo, contou-me pormenores de sua longa briga e depois de muito esbravejar e dar murros na mesa, cedeu: “Diga ao Guilherme que venha almoçar comigo no sábado, na granja do Torto”. Felizmente reconciliaram-se após tormentosa discussão.

Durante a entrevista aconteceu algo imprevisível: João perguntou-me se voltaria a Israel, onde era o embaixador, via Paris. Respondi afirmativamente. Pediu-me que transmitisse a Delfim Netto, então embaixador na França, o convite para ser Ministro da Agricultura de seu Governo. Estranhei a mensagem e exclamei: “Da Agricultura, João?”. “É isso mesmo”, replicou o futuro presidente, e explicou: “o Delfim tem ótimas relações nos meios financeiros internacionais e poderá atrair bons investimentos para esse setor, que pretendo desenvolver muito”.

De passo por Paris, dias depois visitei Delfim, meu conhecido desde os tempos de Washington. Transmiti-lhe o recado de Figueiredo e Delfim ficou de boca aberta. “Agricultura?”. Confirmei. “Mas eu tenho medo de vaca!”, exclamou Delfim. Dei-lhe a explicação que João me dera em Brasília e ele prometeu pensar no assunto e comunicar-se com Figueiredo. Semanas depois li nos jornais a nomeação de Delfim para o Ministério da Agricultura, onde aliás permaneceu poucos meses.

A presidência de João Batista Figueiredo em nada me beneficiou na carreira, apesar de nos conhecermos muito bem havia tantos anos. Por ocasião de sua posse tive duas surpresas: o chanceler previsto, Expedito Rezende, que me telefonara para Israel sondando-me para ser embaixador na Bélgica, foi desconvidado por Figueiredo à última hora e assumiu o cargo outro amigo de juventude, Ramiro Saraiva Guerreiro, com quem estudara para fazer o concurso de ingresso no Itamaraty. Guerreiro transferiu-me de Tel Aviv para o Peru e, para terminar a carreira, do Peru para a Alemanha. Naturalmente o fez com assentimento de Figueiredo. No entanto, devo essas duas embaixadas bem mais ao Guerreiro do que ao presidente.

Guilherme havia sondado o irmão sobre a possibilidade de me nomear para Roma, e o presidente teria concordado em princípio,

mas como o ex-chanceler Mário Gibson Barboza lá estava havia pouco mais de um ano e continuava contente no posto, não se justificava a mudança. Guilherme nunca me relatou sua generosa iniciativa, mas muitos anos depois o próprio Gibson contou-me que Figueiredo indagou se estava feliz em Roma, pois eu era candidato ao posto. Confesso que fiquei embaraçado ao saber daquela inesperada gestão, pois não teria passado pela minha cabeça tentar tirar o posto do colega e amigo que, quando Ministro de Estado, me convidara para a minha primeira embaixada no Equador.

Do Peru vim a Brasília em 1984, acompanhando o presidente Belaúnde Terry em visita oficial ao Brasil e tive ocasião de estar várias vezes com Figueiredo, que sempre me tratou afetuosamente. Em duas longas conversas de trabalho entre os dois presidentes, fiquei ao lado do chanceler Guerreiro, a fim de prestar-lhe assessoria sobre os diversos temas em pauta. Achei o presidente bem disposto, já recuperado da operação cardíaca, mas observei um certo desinteresse de sua parte. Afinal tanto ele quanto Belaúnde estavam em fim de mandato e a visita oficial, sem questões graves pendentes, significou relativamente pouco para ambos. Na recepção oferecida por Belaúnde na embaixada peruana, minha mulher e eu conversamos bastante com João sobre temas leves e ele nos convidou para almoçar no sítio do Dragão, em Itaipava. Isso aconteceria semanas mais tarde, em companhia de Guilherme Figueiredo e de nosso amigo comum Hélio Scarabôtolo, então embaixador no Iraque.

Por sugestão do chanceler Guerreiro, pouco depois Figueiredo nomeou-me para a chefia da embaixada do Brasil em Berlim. Ao voltar a Brasília novamente, um mês depois, para a sabatina no Senado, em outubro, aproveitei para visitar o presidente Figueiredo no Palácio e agradecer a designação. Achei-o ainda mais distraído, embora sempre cordial.

Já aposentado, em meados de 1987, visitei Figueiredo em seu belo apartamento de São Conrado. Havia na sala outros amigos e a conversa não foi tão boa quanto eu esperava, pois não foi possível falar-lhe a sós. Entretanto, ouvi uma frase do ex-presidente que me impressionou: um amigo dele queixava-se de decisão judiciária, ao que Figueiredo respondeu dizendo que teria gostado muito de fazer uma “limpeza em regra no judiciário” no seu mandato, mas não o deixaram. Sem dizer quem se opôs.

9. O quase presidente Tancredo Neves

Conhecia Tancredo Neves há muitíssimos anos, mas só vim a ter maior intimidade com ele no período 1974-77, quando servi como Secretário de Assuntos Legislativos do Itamaraty, uma espécie de Assessor Parlamentar graduado. Nessa época Tancredo estava claramente *em baixa* e poucos parlamentares se recordavam dos *golden days* em que ele fora primeiro-ministro do presidente João Goulart, logo após a renúncia espetacular de Jânio Quadros. Em 1974, Tancredo não tinha sequer um escritório pessoal e pousava em uma salinha nos fundos do gabinete do presidente da Comissão de Economia da Câmara, Rubem Medina. Eu fazia a ronda diária pelos principais gabinetes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e encontrava Tancredo com frequência no gabinete de Medina e isso me deu oportunidade de uma reaproximação. Eu tratava-o como todo o respeito merecido, como se ele ainda fosse primeiro-ministro e isso lhe agradava. Certa vez convidou-me para almoçar, debatemos os temas políticos da época e depois, sempre que nos víamos, conversávamos animadamente como velhos amigos.

Tancredo Neves foi eleito presidente da República quando eu era embaixador do Brasil no Peru (1982-84) e já estava transferido para Berlim. De passagem pelo Rio de Janeiro, encontrei em reunião social o seu genro Ronaldo do Vale Simões, entusiasmado

com a eleição do poderoso sogro. Disse-me logo que o futuro presidente certamente teria muito prazer e interesse em ver-me e consultar-me. Dei-lhe meu telefone, sem muita esperança de que o encontro pudesse ocorrer. Para minha surpresa, dias depois a secretária de Tancredo, a famosa D. Antônia, telefonou-me para dizer que ele me receberia em Brasília tal dia e a tantas horas. Saí para Brasília no primeiro avião e às 11 horas estava pontualmente na sala de espera de Tancredo, cercado por verdadeira multidão de políticos e militares conhecidos, que conversavam animadamente. Logo que D. Antônia recebeu meu cartão de visita, veio buscar-me pessoalmente e atravessei a sala guiado por ela, por entre velados protestos de alguns dos presentes. Sentei-me na pequena antessala e após poucos minutos de espera, o próprio Tancredo veio ao meu encontro e me abraçou afetuosamente, embora não nos víssemos desde 1977.

Como estava ele? Péssimo. Tinha profundas olheiras escuras e uma barriga enorme, inchada. Sentiu o meu olhar e justificou-se exclamando: “Não aguento mais essa vida política! Há dias que tenho de almoçar três vezes! É inevitável, senão zangam-se”. Perguntou-me se gostaria de trabalhar junto a ele no Palácio do Planalto, afirmando que precisava de uma pessoa como eu ao seu lado. Expliquei-lhe que estava designado para a Alemanha e seria descortesia para com o governo alemão a suspensão da minha ida. Esclareci ainda, como motivo principal, que a minha bagagem já estava viajando por mar a caminho de Hamburgo e ficaria muito caro mandar buscá-la de volta. Ele então me fixou afetuosamente e disse: “Então daqui a um ano, você virá trabalhar comigo, mas antes disso, gostaria que desse uma olhada neste volume e me dê sua opinião”. Entregou-me um livro grosso datilografado com o título de “Lista de brasileiros trabalhando para o governo no exterior”. Exclamou: “Não lhe parece um absurdo?”. Retirei-me para a saleta vizinha para a leitura, enquanto Tancredo retomava as entrevistas.

A tal lista era realmente volumosa e continha os nomes, profissão, entidade em que serviam, tempo no exterior, missão específica e outros dados. Fiquei estudando o livro por quase uma hora e dei-me conta de que havia um número excessivo de militares em missões de todo o gênero, algumas de alta significação, mas a maioria nem tanto. Havia numerosos bolsistas também e, em alguns casos, para estudar matérias que me fizeram sorrir. Voltei a conversar com o presidente eleito e disse-lhe que, embora a lista fosse grande, somente a metade da mesma era de gente que ele deveria realmente mandar regressar. Sugeri-lhe que designasse uma pequena comissão para melhor avaliar os diversos grupos de funcionários e bolsistas. Despedi-me dele, prometendo manter contato.

Voltei imediatamente ao Rio de Janeiro e só comentei o estado lamentável em que encontrei Tancredo com minha mulher Regina, que me recomendou não revelar minhas observações a ninguém. Se, ao invés de encetar aquela longa e cansativa viagem ao exterior, ele se tivesse feito operar, teria podido tomar posse e talvez até terminar seu mandato. Recebi a notícia de sua morte na Espanha, onde passávamos alguns dias, e nos apressamos a regressar a Berlim para receber as condolências das autoridades alemãs e do corpo diplomático. Minha mulher colocou na porta da chancelaria uma bela fotografia de Tancredo com uma faixa preta e as autoridades e diplomatas, que vinham assinar o livro de condolências, inclinavam-se em saudação. Foi uma pequena homenagem que lhe prestamos. Guardo de Tancredo excelente recordação como homem político e bom amigo, que comentava com argúcia e humor os acontecimentos da época. Teria sido um grande presidente, que não se deixaria enrolar pelas maquinações mirabolantes de Ulisses Guimarães, seu desafeto.

10. O jovem Deputado José Sarney na ONU

Conheci e convivi com José Sarney no início dos anos 60, quando éramos jovens ainda. Na época era hábito do Itamaraty designar um ou dois secretários da embaixada em Washington para reforçar a equipe da Missão na ONU durante as Assembleias Gerais. Em 1960, 1961 e 1962 fui um dos felizardos, graças à proteção de, respectivamente, Cyro de Freitas-Valle do Senador Mário Martins e de San Tiago Dantas, que me honravam com sua amizade e confiança. Eram três meses em Nova York com bastante trabalho, boas oportunidades de aprender, conhecer gente importante e ir ao teatro, a concertos e à ópera.

Em 1961 fui colocado como principal assessor do delegado brasileiro na Terceira Comissão da ONU, o professor Lineu Albuquerque Melo, Reitor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que não tinha experiência da diplomacia parlamentar e me consultava muito. Como é costume até hoje, o Congresso Nacional envia às Assembleias Gerais da ONU Deputados e Senadores como Observadores Parlamentares, que são distribuídos pelas diversas comissões da Assembleia e assistem aos debates sem, no entanto, participar deles. José Sarney, então nos seus trinta anos, era o nosso observador parlamentar e devo dizer que ele frequentava as sessões com assiduidade, o que não era comum a seus outros colegas políticos, que preferiam passear com as esposas e fazer compras na 5ª Avenida. Frequentemente, eu me sentava na poltrona principal do Brasil e mais de uma vez pedi a Sarney a gentileza de dar um pulo até o Secretariado da Terceira Comissão para obter um documento ou uma proposta que me faltava. E Sarney diligentemente ia buscá-la e me entregava. Ficamos amigos e várias vezes saímos à noite com nossas esposas. Certa vez tivemos problemas em uma boate do Harlem, onde não apreciavam a presença de casais brancos.

Sarney me deu a impressão de ser um político hábil e interessado, o que viria a confirmar-se espetacularmente.

Passei alguns anos sem vê-lo, mas acompanhei pelos jornais sua brilhante carreira política. No entanto, no período em que representei o Ministério das Relações Exteriores junto ao Congresso Nacional (1974-77) retomamos nossa boa amizade. Quando ele chegou à presidência em 1985, nas dramáticas condições que todos sabemos, eu estava na Alemanha em meu último posto na carreira diplomática e ele nada podia fazer por mim, pois eu já estava à beira da aposentadoria. No Rio de Janeiro, ao final de 1987, por intermediação de nosso comum amigo Marco Maciel, Sarney nomeou-me para o Conselho Federal de Cultura, onde eu responderia pela música e artes plásticas. Recentemente tenho estado em contato com ele por assuntos relativos aos festejos dos 400 anos de São Luís no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual ele é presidente honorário. Terminou seu mandato de presidente do Senado e tem estado adoentado recentemente.

11. Fernando Collor de Mello, a grande decepção

Na verdade, não cheguei a conhecer o presidente Collor de Mello como tal. Em 1954, em Maceió, hospedei-me na casa de seu pai, meu amigo Arnon de Melo, então governador de Alagoas, quando lá fui com Eleazar de Carvalho e a Orquestra Sinfônica Brasileira. Em Maceió proferi uma conferência sobre música. O pai apresentou-me o filho, então apenas pouco mais de um menino e conversamos ligeiramente. Não podia prever que estava falando com um futuro presidente da República, é claro.

Quando Collor foi eleito presidente no final de 1989, estava eu já aposentado e era membro do Conselho Federal de Cultura, para onde Sarney me nomeara por sugestão de Marco Maciel. Eram de assustar os primeiros boatos sobre a política cultural no

novo Governo. Como eu tinha uma amiga conterrânea de Collor, encarreguei-a de sondar o futuro presidente sobre a sua política cultural. Ele respondeu-lhe com uma frase magistral: “No meu Governo, cultura só de batatas!”. E foi isso mesmo, pois logo ao assumir nomeou um tal senhor Ipojuca, que fechou o Conselho Federal de Cultura e a Fundação Nacional de Artes – Funarte, e realizou profundas mudanças em outras entidades culturais. Um desastre de grandes proporções, do qual depois tentou redimir-se. Eu tinha um livro em curso na Funarte, *Francisco Mignone, o homem e a obra*, do qual era o organizador, e me precipitei para retirar os originais de lá, pois soubera que Ipojuca enviaria um caminhão levar todos os arquivos da Funarte para lugar desconhecido. Outros autores fizeram o mesmo e só restituímos os originais muito mais tarde, depois que a Funarte foi reorganizada com outro nome. Esse episódio dá bem uma ideia do caos que Collor instalou no setor cultural brasileiro na época.

Nunca cheguei a conversar com ele pessoalmente como presidente. No entanto, reconheço que Collor começou uma reforma profunda no Brasil e algumas de suas ideias, ou de seus assessores principais, estão frutificando bem hoje em dia, embora não se mencione que foi Collor quem as lançou. Em 2006 elegeu-se Senador e tem atuado com discrição.

12. O inexplicável Itamar Franco

Na época em que fui assessor parlamentar do Itamaraty no Congresso (1974-77), conheci muito bem o senador Itamar Franco no Senado Federal. O senador Dinarte Mariz, meu parente longínquo, teve a amabilidade de ceder-me um belíssimo escritório do Senado, entre os senadores, o que foi motivo de ciúmeira de outros assessores parlamentares, sobretudo dos militares, que ficavam sediados no 10º andar do prédio administrativo. O escritório de Itamar estava situado quase ao lado do meu e assim

tive oportunidade de conversar com ele diversas vezes sobre os temas mais variados e de lhe proporcionar subsídios para seus discursos. Jamais poderia imaginar que algum dia viesse a ocupar a Presidência da República, tão regional, ingênuo e despreparado me parecia. Quando assumiu o poder, com a renúncia de Collor de Mello, eu já estava aposentado. Não o procurei, pois desconfiava de sua competência para desempenhar cargo de tal importância.

O que ouvi depois sobre a sua atuação como embaixador em Portugal, na OEA e na Itália só confirmou o juízo que dele fazia anteriormente. Foi apenas um bom e honesto político regional, preocupado com os problemas de Juiz de Fora e do seu Estado. No entanto, não devemos esquecer que ele terminou seu período na Presidência com alta aprovação popular, graças ao sucesso do Plano Real. Nenhum outro presidente terminou o mandato com índices tão elevados de popularidade.

13. Saudades de Fernando Henrique Cardoso

Acompanhei de longe a carreira política de Fernando Henrique Cardoso e tinha por ele simpatia e admiração. Só o conheci pessoalmente em uma noitada em casa de Celso Furtado, em 1992, quando ele era chanceler de Itamar Franco. Tivemos oportunidade de conversar longamente sobre política externa e insisti com ele sobre a conveniência da abertura de uma embaixada brasileira na Ucrânia. Ele não sabia que a Argentina acabava de instalar uma missão diplomática em Kiev e disse-lhe que o Brasil não deveria ficar atrás, pois temos numerosa comunidade ucraniana no sul do Brasil. Informei-o ainda de que o embaixador argentino designado para Kiev era casado com uma brasileira, filha do embaixador Francisco de Assis Grieco. Ponderei também que a Ucrânia era membro das Nações Unidas desde a sua fundação e possui forte estoque de armas atômicas. Fernando Henrique concordou comigo e poucas semanas depois a embaixada na Ucrânia foi criada.

Não mais apareceram oportunidades de conversar com Fernando Henrique. Ao diplomata aposentado as ocasiões de encontrar as mais altas autoridades diminuem sensivelmente. Guardo admiração e simpatia pelo ex-presidente, pois foi o único presidente do Brasil tratado como um igual pelas maiores autoridades mundiais. Seu *charme* pessoal, cultura e razoável fluência em várias línguas estrangeiras granjearam-lhe notável prestígio no plano internacional e agora nos deixa saudades, sobretudo diante de seus sucessores. FHC foi o único presidente brasileiro a ser convidado para fins de semana na intimidade de Camp David pelo presidente Clinton e também em um velho castelo inglês pelo primeiro-ministro Tony Blair. Ao final de 2012, FHC deu uma excelente entrevista ao programa televisivo “Mannhattan Connection”, da Globo News, na qual mais uma vez confirmou seu talento e versatilidade ao comentar a conjuntura nacional com muita objetividade e competência. Aos 82 anos, ainda é o mesmo homem que encantava e seduzia gregos e troianos.

14. O Sindicalista Lula na RDA. Recordação de uma gravata francesa

Lula sempre foi um grande viajante, por conta da CUT e do PT, ao que não faço objeções, uma vez que uma de suas funções na época era manter contato com sindicatos e partidos de esquerda do mundo inteiro. O que me parece estranho é que Lula, nesses vinte anos de aprendizado internacional, não se tenha dado ao trabalho de aprender o inglês ou outra língua estrangeira. Para um presidente ou primeiro-ministro de um país do terceiro mundo não manejar bem pelo menos um idioma estrangeiro importante é um tremendo *handicap*. Por isso surpreendeu-me que, ao assumir a Presidência da República na quarta tentativa, ele continuasse um monoglota. Ora, isso lhe acarretou o risco considerável de ficar à mercê de maus tradutores brasileiros ou estrangeiros, com

a tendência para distorcer o que ele diz. Soube que Lula, como presidente, teve sérios problemas com o seu tradutor brasileiro ao chegar ao Cairo, em 2003.

Mas o que agora desejo recordar foi a visita que ele me fez em Berlim, em 1986. Pediu-me para recebê-lo e acedi imediatamente, curioso por conhecer o personagem *tête-à-tête*. Conversamos uma boa meia hora sobre a RDA, as relações comerciais entre os dois países, problemas do momento no Brasil e fiz-lhe algumas sugestões para a entrevista com o presidente do conselho alemão. Foi um encontro cordial e, ao despedir-se, recomendei-lhe que fosse à audiência com Erich Honecker trajando terno e gravata, pois as altas autoridades alemãs eram extremamente formais. Lula coçou a cabeça e disse-me: “Trouxe um terno completo, mas tenho de comprar uma gravata”. Diante disso, tirei a minha gravata e ofereci-lhe para usar na entrevista oficial. Lula agradeceu muito e prometeu devolvê-la no dia seguinte. Infelizmente, nunca mais ouvi falar na minha bonita gravata francesa...

A segunda vez que o vi pessoalmente foi no *hall* do luxuoso Hotel Plaza de Nova York, nos anos 90. Saíamos com amigos do restaurante *Oak Room* depois de um almoço e estávamos no *hall* do hotel quando, repentinamente, abriu-se a porta de um dos elevadores e apareceu Lula, trajando *jeans*, em companhia de dois amigos ou colegas. Confesso que nos surpreendemos com a aparição do grupo, que falava alto e gesticulava bastante. Por um momento, pensei em ir cumprimentá-lo e cobrar a minha gravata emprestada em Berlim anos antes, mas eles deixaram as chaves na portaria do hotel e saíram apressados.



CAPÍTULO 21

NA APOSENTADORIA

Ao terminar minha missão de embaixador em Berlim, recordo-me bem das minhas palavras de agradecimento, em um dos almoços ou jantares de despedida que colegas diplomáticos me ofereceram. Disse-lhes que, ao regressar ao meu país, esperava continuar bastante ativo nas diversas entidades de que fazia parte, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, o PEN Clube do Brasil e a Academia Brasileira de Música. Reparei que alguém deu um sorriso como que duvidando daquela minha afirmação. Felizmente, tenho desenvolvido uma atividade razoável nos três setores, participado da diretoria dessas entidades, publicado diversos livros e feito dezenas de palestras sobre história do Brasil, literatura e música brasileira.

Ao voltar ao Rio de Janeiro em 1987, tomei contato imediatamente com os presidentes daquelas entidades das quais era sócio há muitos anos e ofereci a minha colaboração. No IHGB já era membro desde 1982, a convite de Pedro Calmon, e o presidente da época da minha aposentadoria, o Dr. Américo Jacobina

Lacombe, me estimulou bastante a colaborar em pesquisas sobre o relacionamento de D. Pedro II e Wagner, do que resultou uma boa palestra. Depois tenho colaborado intensamente com Arno Wehling, que oportunamente me fez sócio emérito, e, além de numerosas conferências, lá organizei dois seminários importantes: o França/Brasil e o Brasil/Itália. Tenho publicado vários livros no setor da história do Brasil, sobretudo sobre as relações históricas França-Brasil, e em 2011, ao completar 90 anos, o IHGB amavelmente organizou uma sessão em minha homenagem e fui saudado pelo professor Antônio Celso Alves Pereira, ex-reitor da UERJ.

No PEN Clube era sócio desde 1970 e seu eterno presidente Marcos Madeira, ao regressar ao Brasil em 1987, me colocou ao seu lado como vice-presidente internacional e creio haver sido bastante útil para estimular os trabalhos do clube literário. Consegui tirá-lo de um aperto financeiro em relação à sede inglesa, com a ajuda dos amigos Antonio Houaiss e Abrahão Kogan, quitando a dívida de US\$ 3,000 que nos faria perder o direito de voto. Por isso recebi o título de sócio benemérito. Proferi várias palestras sobre literatura, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, e em 2012 o PEN Clube dedicou uma sessão da série “Encontros com o escritor” em homenagem aos meus 90 anos, sendo saudado pela historiadora Mary del Priore. A precária situação financeira do PEN Clube foi solucionada graças à eficiente administração do atual presidente Luís Cláudio Aguiar.

Em dezembro de 2013, o livro de minha autoria “Depois da Glória” recebeu o prêmio anual literário do PEN Club do Brasil como o melhor livro de ensaios do ano.

Também a Academia Brasileira de Música – ABM, que presidi de 1992 a 1994, continua a me interessar bastante e participei de várias atividades por ela promovidas. Em 2011, a ABM também me homenageou pelos meus 90 anos e até hoje, em 2013, faço parte

da diretoria de Turíbio Santos como primeiro-secretário. Ressalto ainda que, desde 1992, integro o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, presidido por Ernane Galvêas, onde sou um dos membros mais atuantes, apesar da minha avançada idade. No momento em que termino este livro, aos 92 anos de idade, já tenho três compromissos de palestras para 2013 e outra para 2014. Felizmente, apesar da minha idade propecta, continuo sendo bastante solicitado e creio que ainda sou um palestrante razoável, graças à minha boa dicção.

No texto acima, citei vários colegas por um motivo ou outro, mas aproveito para recordar alguns outros bons amigos diplomatas, já desaparecidos, com os quais convivi intensamente e cuja amizade enriqueceu a minha vida. Lembro os ex-chanceleres Antonio Azeredo da Silveira, Ramiro Saraiva Guerreiro, Mario Gibson Barboza e Vasco Leitão da Cunha, e mais Rui Ribeiro Couto, Geraldo Eulálio do Nascimento Silva, Donatello e Francisco de Assis Grieco, Sizinio Pontes Nogueira, Dário Castro Alves, Paulo da Costa Franco, Hélio Scarabôtolo, Sergio Vivacqua, Alcides Guimarães, Margarida Zobarán, João Luís Areias Neto, e Jorge Pires do Rio. Todos dormindo profundamente, como escreveu Manuel Bandeira em um de seus belos poemas pernambucanos.

Entre os muitos amigos diplomatas com os quais convivemos até hoje e que felizmente continuam *alive and kicking*, cito Luiz Felipe Lampreia, Evaldo Cabral de Mello, João Clemente Baena Soares, Marcos de Azambuja, Othon Amaral Henriques, Manoel Gomes Pereira, Paulo Pires do Rio, Geraldo Holanda Cavalcanti, Antônio Fantinato, André Guimarães, Enaldo Magalhães, Adolpho Benevides, Luis Carone Gélio, René Hagenauer, Nestor dos Santos Lima, Álvaro da Costa Franco, Stelio Amarante, Marcel Hasslocher e Marcos Cesar Naslausky, todos inesquecíveis por motivos diferentes.

E assim termino este livrinho de memórias, talvez o último de uma longa série, e que espero seja de alguma utilidade e diversão para o público em geral, sobretudo para os meus jovens colegas diplomatas, e os estudiosos e pesquisadores da história diplomática de nosso país. E agradeço mui especialmente ao meu ilustre colega e amigo, o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia, pelo valioso prefácio que muito prestigia este livro, e ao embaixador José Vicente Pimentel, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, pela publicação desta obra.

Rio de Janeiro, setembro de 2013.

LIVROS PUBLICADOS POR VASCO MARIZ

Sessenta e seis livros foram publicados ou organizados por Vasco Mariz.

a) No Brasil

A Canção Brasileira, edição do Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1959, 7 edições.

A Música no Rio de Janeiro no Tempo de D. João VI, Encomenda da Prefeitura do Rio de Janeiro para os festejos do 2º centenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2008.

Depois da Glória, editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012.

Ensaio Históricas, Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 2005.

Heitor Villa-Lobos, o Homem e a Obra, edição do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1949, 12 edições, 5 no exterior.

História da Música no Brasil, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981, 8 edições. Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, 1983.

Os Franceses No Maranhão: La Ravardière e a França Equinocial, Instituto Geia, São Lu'is, 2011. Em parceria com Lucien Provençal, 3 edições, uma em Paris.

Temas da Política Internacional, editora Topbooks, Rio de Janeiro, 2008. Meias memórias.

Villegagnon e a França Antártica – Uma Reavaliação (de parceria com o Cte. Lucien Provençal), Editora Nova Fronteira, 3 edições, uma em Paris.

b) No exterior

A Canção de Câmara no Brasil, Livraria Progredior, Porto, Portugal, 1948.

Alberto Ginastera, edição do Centro de Estudios Brasileños, Rosário, Argentina, 1954. Em espanhol.

Figuras da Música Brasileira Contemporânea, Editora Imprensa Portuguesa, Porto, Portugal, 1948.

Hector Villa-Lobos: El Nacionalismo Musical Brasileño, Editorial Siglo XXI, México-Bogotá, 1987. 9ª edição. Em espanhol.

Hector Villa-Lobos, edição da Universidade da Flórida, Gainesville, 1963. Em inglês. Edição condensada.

Hector Villa-Lobos, Editions Seghers, Paris, 1967. Em francês. Edição condensada.

Hector Villa-Lobos, Brazilian Composer, edição condensada do Brazilian-American Institute, Washington, 1970. Em inglês. Prefácio de Gilbert Chase.

Heitor Villa-Lobos, Editora Azzali, Parma, Itália, 1989. 10ª edição. Em italiano.

Historia de la Musica en El Brasil (3ª edição), publicada pelo Centro de Estudios Brasileños, Lima, Peru, 1985, ligeiramente condensada. Em espanhol.

Les Français au Brésil. La Ravardière et la France Equinoxiale (1612--1615), editora Edilivre, Paris, 2011. Em parceria com Lucien Provençal, 3ª edição.

Vida Musical (1ª série), Editora Lello & Irmãos, Porto, Portugal, 1950, 4 séries.

Villa-Lobos (6ª edição), Editora Musyka, Leningrado (São Petersburgo), União Soviética, 1977. Em russo. Edição de dez mil exemplares.

Villegagnon – Un Chevalier de Malte au Brésil, em parceria com Lucien Provençal. Editions Rive Droite, Paris, 2002.

c) Edições organizadas por Vasco Mariz

Antonio Houaiss, Uma Vida, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995. Coordenação de Vasco Mariz e depoimento sobre o homenageado.

Brasil/França: As Relações Históricas no Período Colonial, Ensaios. Apresentação, organização e quatro ensaios de Vasco Mariz. Edição da Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 2006.

Brasil/França, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 444, que contém 23 palestras do seminário Brasil /

França, organizado por Vasco Mariz e do qual participou. Rio de Janeiro, 2009.

Brasil/Itália, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº 457, Rio de Janeiro, 2013, que contém 19 palestras do seminário Brasil/Itália, organizado por Vasco Mariz e do qual participou.

Francisco Mignone: O Homem e a Obra, Edição da FUNARTE, Rio de Janeiro, 1998. Coordenação de Vasco Mariz, que elaborou três capítulos.

Maricota, Baianinha e outras Mulheres, antologia de contos de Rui Ribeiro Couto. Editora Topbooks, Rio de Janeiro, 2001. Seleção e longa introdução sobre os contos de Ribeiro Couto por Vasco Mariz.

Ribeiro Couto, edição do Centro de Estudios Brasileños de Lima, Peru, em espanhol, 1985. Antologia de poemas em português e em espanhol.

Ribeiro Couto, 30 Anos de Saudade, edição da Universidade de Santa Cecília dos Bandeirantes, Santos, São Paulo, 1994. Coordenação e dois estudos.

Ribeiro Couto no seu Centenário, Edição da Academia Brasileira de Letras, coleção Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, 1998. Antologia de poemas, contos e crônicas selecionados por Vasco Mariz e com apresentação e introduções às três partes.

NOTA: Vasco Mariz é autor de uma vintena de prefácios e apresentações de livros, que seria fastidioso reproduzir aqui. Destaco apenas a apresentação feita da edição brasileira da autobiografia de Margaret Thatcher, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2008.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

AGUIAR, Luís Cláudio – 280
ALBIN, Ricardo Cravo – 257
ALBUQUERQUE E MELLO, Lineu de
123, 127, 272
ALLENDE, presidente Salvador – 158,
217, 218, 220, 223
ALVARADO, presidente Velasco 210
ALVES, Ataulfo – 47
ALVES PEREIRA, Antônio Celso – 280
AMADO, Gilberto – 121, 129
AMARAL HENRIQUES, Othon – 281
AMARAL PEIXOTO, Alzira Vargas do –
85, 254
AMARAL PEIXOTO, Ernani do – 85, 254
AMARANTE, Stelio – 248, 281
AMORIM, Celso – 155

ANNAN, Kofi – 200

AREIAS NETO, João Luís – 281

ARINOS DE MELO FRANCO, Afonso –
50, 51, 123, 127

ASSIS, Machado de – 7, 190

AVRECH, Mira – 181, 187, 188

B

BAENA SOARES, João Clemente – 16,
198, 281

BAENA SOARES, Clemente – 198

BANDEIRA, Manuel – 232, 280, 281

BRAND, Willy – 237

BANZER, presidente Hugo – 219

BARBOSA, Braulino Botelho – 129

BARBOSA DA SILVA, Edmundo – 135

BARROSO, Durão – 24

- BÉGIN, Menachem – 74, 183, 184, 185, 187, 188
BELAUNDE TERRY, Fernando – 205, 207, 211, 212, 268
BELTRÃO, Hélio – 148, 149
BENEVIDES, Adolpho – 281
BENGELL, Norma – 77, 78
BERDICHEVSKY, Brigadeiro – 221
BERNARDES, Carlos Alfredo – 101, 197
BETTENCOURT, Gastão de – 26
BLAIR, Tony – 276
BLOCH, Adolpho – 180
BONNEFOUS, Marc – 73, 193
BORJA, Célio – 172, 173
BROWNSVILLE, João Eudes – 232
BRIGGS, Moacir – 224
BRITO, Manuel do Nascimento – 97
BRIZOLA, Lionel – 88, 89, 93, 241
BROWN, Gordon – 237
BULCÃO, José – 160
BURNHAM, Forbes – 145, 146
BUSH, presidente George (pai) – 236, 237, 240, 239
BUSH, presidente George W. – 117
- C
- CABAL, Hélio – 263, 265
CAFÉ FILHO, presidente – 27, 28
CAGGIANO, Cardeal – 43, 44
CALERO RODRIGUEZ, Carlos – 137
CALMON, Pedro – 279
CÂMARA, D. Helder – 15, 69, 81
CÂMARA, Regina Helena – 174
CAMPOS, Roberto de Oliveira – 30, 85, 87, 88, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 102, 168, 258
CARDOSO, presidente Fernando Henrique – 148, 155, 162, 205, 275, 276
CARNAÚBA, Frederico – 50, 51
CARRERO, Tônia – 259
CARRILHO, Arnaldo – 204
CARTER, presidente Jimmy – 185, 228
CARVALHO E SOUZA, Odete de – 38
CASTELO BRANCO, Pres. Humberto – 140
CASTRO, presidente Fidel – 96, 120, 157, 158, 222, 228
CASTRO, João de Araújo – 8, 68, 128, 133, 204
CASTRO, Josué de – 31, 83
CASTRO ALVES, Dário de – 219, 281
CARVALHO, Eleazar de – 257, 273
CARVALHO E SILVA, Jorge de – 81
CAVACO E SILVA, presidente – 33
CEAUSESCU, presidente Nicolae – 70, 71, 72
CHAMORRO, Presidenta Violeta – 228
CHÁVEZ, presidente Hugo – 228
CHERMONT, Jayme Sloan – 27, 60, 64
CHIRAC, presidente Jacques – 74, 75, 136
CHURCHILL, Winston – 67, 249
CLERIDES, presidente Glafkos – 198, 199
CLINTON, presidente Bill – 276
COLINA, Rafael de la – 149
COLOMBO, Emilio – 73, 74, 185
COLONNA, Príncipes – 244

- CORRÊA, Manuel Pio – 28
 CORRÊA DA COSTA, Sergio – 182
 CORRÊA DO LAGO, Antônio – 31
 COSTA E SILVA, Alberto da – 51
 COSTA FRANCO, Álvaro da – 281
 COSTA FRANCO, Paulo da – 281
 CUNHA VASCO, Anna da – 18
 CUNHA VASCO, José da – 254
 CUNHA VASCO, José Maria da – 17
- D
- DAYAN, Moshé – 181, 182, 183, 186, 191
 D'EU, conde – 227
 DE GAULLE, presidente Charles – 8, 66, 67, 92, 110, 111, 144
 DELFIM NETTO, Antônio – 157, 158, 168, 267
 DENKTASH, presidente Rauf – 196, 198, 199, 200
 DIAS, Antônio – 257
 DIAS COSTA, Mário – 262
 DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos – 18
 DURÁN BALLÉN, presidente Sixto – 160, 161, 162
 DUTRA, Edgard Soares – 264
- F
- FANFANI, Amintore – 78, 79
 FANTINATO FILHO, Antônio – 16, 281
- FARIAS, Eduardo – 204
 FEFFER, Max – 180
 FERNANDES, Raul – 38, 39
 FIGUEIREDO, Guilherme de – 77, 265, 268
 FIGUEIREDO, Pres. João B. de – 99, 129, 264, 266, 267, 268, 269
 FISCHER, Oskar – 247
 FRANCO, presidente Itamar – 274, 275
 FRAZÃO, Sergio Armando – 133, 135
 FREIRE, Vitorino – 122
 FREITAS-VALLE, Cyro de – 120, 126, 127, 272
 FUJIMORI, presidente Alberto – 212
 FURTADO, Celso – 83, 275
- G
- GALVÊAS, Ernane – 281
 GASPARI, Elio – 56, 57, 222, 264
 GATTI, Vicente Paulo – 69
 GEISEL, presidente Ernesto – 52, 53, 54, 56, 70, 71, 98, 152, 159, 167, 168, 169, 173, 175, 176, 179, 181, 182, 183, 218, 221, 222, 261, 262, 263, 264, 266
 GÉLIO, Luís Carone – 281
 GENSCHER, chanceler – 56, 236, 238
 GIBSON BARBOZA, Mário – 14, 16, 50, 51, 68, 105, 114, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 261, 262, 265, 266, 268, 281
 GIORGI, Bruno – 160
 GOLBERY do Couto e Silva – 169, 170, 172, 174
 GOMES PEREIRA, Manoel – 204, 281

- GONÇALVES DE SOUZA, João – 217
GORBACHEV, Mikhail – 235, 237, 239
GORDON, Lincoln – 62, 88, 117
GOULART, presidente João – 30, 61, 66, 67, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 102, 133, 258, 259, 269
GRIECO, Donatelo – 28, 68, 138, 148
GRIECO, Francisco de Assis – 98, 275, 281
GUARNIERI, Mozart Camargo – 257
GUERREIRO RAMOS, Alberto – 123, 124
GUILHON, Manoel – 203
GUIMARÃES, Alcides – 281
GUIMARÃES, Alencastro – 65, 76
GUIMARÃES, André – 281
GUIMARÃES, Ulisses – 175, 271
GUIMARÃES BASTOS, Roberto – 138
GUIMARÃES ROSA, João – 204
GURGEL VALENTE, Maury – 85
- H
- HAGENAUER, René – 281
HARRISON, Rex – 78
HAVILLAND, Olivia de – 77
HILLE, Joachim – 205, 213, 214
HITLER, Adolph – 246
HOLANDA CAVALCANTI, Geraldo – 168, 281
HONECKER, presidente Erich – 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 251, 252, 277
HORNE, Lena – 124
HOUAISS, Antônio – 19, 33, 280, 285
- HUMALA, presidente Ollanta – 212, 213
HUSSEIN, Rei – 183
- I
- IBIAPINA, coronel – 164
INSANALLY, Samuel – 145, 146
- J
- JOHNSON, presidente Lyndon – 104, 105, 106, 145, 146
JUAN CARLOS, Rei – 229
- K
- KARDELY, Edward – 37, 38, 41
KATZIR, presidente Efraim – 182, 190, 191
KEHEYAN, Hagop – 197, 198
KENNEDY, Jacqueline – 103
KENNEDY, presidente John F. – 30, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 127, 128, 129
KENNEDY, Robert (Bob) – 7, 109, 110
KHOURI, Walter Hugo – 77
KISSINGER, Henry – 107, 108, 109, 189
KNACK DE SOUZA, José – 133
KOHL, Helmut – 235, 237, 250
KOOGAN, Abraão – 74
KRENZ, Egon – 235, 236, 240, 252
KRIEGER, Daniel – 54, 55
KRUEL, Amaury – 93

- KRUSCHEV, presidente Nikita – 125, 126, 127
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Pres. Juscelino – 62, 63, 87, 88, 255
- KYPRIANOU, presidente Spyros – 195, 196, 197, 201
- L
- LACOMBE, Américo Jacobina – 248, 280
- LAFER, Horácio – 126
- LAI, presidente Chou-en-lai – 140
- LAMPREIA, Luiz Felipe 16, 167, 168, 281, 282
- LAMY, Pascal – 136
- LARA, Odete – 77
- LEITÃO DA CUNHA, Vasco – 47, 66, 110, 111, 112, 113, 114, 260, 281
- LESSA, Carlos – 255
- LEWIS, Samuel – 73, 181, 192
- LINOWITZ, Sol – 146, 149
- LINS, Álvaro – 63, 256
- LIPPMANN, Walter – 96, 103
- LISPECTOR, Clarice – 19, 190
- LOBO, Carlos – 95, 101
- LOLOBRIGIDA, Gina – 77, 78, 80
- LONARDI, presidente Eduardo – 44, 45, 46, 59
- LULA DA SILVA, presidente Luís Inácio – 25, 83, 118, 155, 205, 212, 222, 251, 276, 277
- M
- MACEDO DE CARVALHO, Luiz P. – 117
- MACIEL, Lysaneas – 172, 173
- MACIEL, Marco – 173, 174, 273
- MAC MILLAN, Harold – 120, 126
- McCOMIE, Valerie – 149
- MADEIRA, Marcos – 280
- MAGALHÃES, Juracy – 68, 79, 83, 113, 138, 141, 261
- MAGALHÃES PINTO, José – 104, 113, 142, 143, 147, 148, 149
- MAGNET, Alejandro – 149
- MAGRASSI DE SÁ, Jaime – 133, 135
- MAMMALELLA, Amedeo – 65
- MANSFIELD, Mike – 93
- MARCILIO, Flávio – 169, 170
- MARINHO, Roberto – 225
- MARIZ, Acácia de Oliveira – 19
- MARIZ, Dinarte – 169, 274
- MARIZ, Joaquim José Domingues – 17, 26, 258
- MARIZ, Vasco – 7, 8, 9, 16, 102, 105, 109, 179, 205, 283, 285, 286
- MARTINS, Mário – 122, 272
- MATES, Leo – 41
- MÉDICI, presidente Emilio G. – 15, 83, 217, 264, 265
- MEDINA, Rubem – 269
- MEIR, Golda – 73, 109, 181, 189

- MEIRA MATOS, Carlos – 244
MEIRA PENNA, José Osvaldo – 140, 141
MEIRELES, Cecília – 257
MELLO, Arnon de – 273
MELLO, Evaldo Cabral de – 204, 281
MELLO NETO, João Cabral de – 19, 83
MELO, Ovídio de Andrade – 53, 54, 55, 57
MENDONÇA, Renato de – 20, 26
MENDES, Raul – 255
MIGNONE, Francisco – 274, 286
MIRANDA, Carmen – 129
MISTRAL, Gabriela – 221
MITTERAND, presidente François – 73, 189
MONTELLO, Josué – 83
MONTILLA, Dário – 211, 214
MONTINI, cardeal – vide Paulo VI 44
MORALES, presidente Evo – 219
MORALES BERMÚDEZ, presidente – 210, 211
MOREIRA SALLES, Walter – 81, 85, 86, 87, 88
MUBARAK, presidente – 185
MÜLLER, Filinto – 111
MURSI, presidente – 186
- N
- NABOR JUNIOR, governador – 205, 207
NABUCO DE CASTRO, Sergio – 171
NASCIMENTO BRITO, Manoel F. do – 121
- NASCIMENTO SILVA, Geraldo Eulálio – 281
NASLAUSKY, Marcos César – 80, 281
NASSER, presidente – 121
NAVON, Ofira – 190
NAVON, presidente Itzhak – 190, 191
NEGRÃO DE LIMA, Francisco – 51
NEHRU, presidente Jawarhal – 121
NERUDA, Pablo – 221
NEVES, presidente Tancredo – 175, 269
NIXON, presidente Richard – 104, 106, 107, 108, 114, 116, 142, 143, 146, 147
NOGUEIRA, Sízínio Pontes – 83, 281
- O
- O'BRIEN, Larry – 115
OLYMPIO, presidente Sylvanus – 94
ORTEGA, presidente Daniel – 227, 228, 229
OSÓRIO DE ALMEIDA, Miguel – 30, 141, 168
- P
- PAES, Eduardo – 188
PAPPALARDO, Rodrigo – 226
PAREDES, Lucio – 162
PASSARINHO, Jarbas – 132
PAULO VI, Papa – 44, 68, 69
PEIXOTO, Albino – 224
PENNA MARINHO, Ilmar – 91, 111, 141, 142, 143
PERES, presidente Shimon – 181, 187

- PERÓN, Eva – 43, 45
 PERÓN, presidente Juan – 14, 39, 43, 45, 46, 59
 PICCHIA, Menotti del – 257
 PIMENTEL, Carlos Alberto – 149
 PINOCHET, presidente Augusto – 70, 71, 72, 167, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 263
 PINTO, Jaime Nogueira – 29
 PIRES DO RIO, Jorge – 204, 281
 PIRES DO RIO, Oscar – 59
 PIRES DO RIO, Paulo – 281
 PLAZA LASSO, presidente Galo – 142, 147, 148
 PRAZERES, Heitor dos – 48
 PRIORE, Mary del – 280
 PROVENÇAL, Lucien – 284, 285
- Q
- QUADROS, Milton – 232, 249
 QUADROS, presidente Jânio – 15, 50, 51, 87, 101, 143, 144, 269
- R
- RABIN, Itzahk – 7, 180, 186, 187
 RABIN, Leah – 180
 RÁO, Vicente – 150
 RENAULT, Abgar – 256
 REVEL, Jean François – 239
 REZENDE, Expedito – 267
- RIBEIRO COUTO, Rui – 8, 35, 36, 37, 40, 76, 190, 280, 281
 RICÚPERO, Rubens – 132, 136
 ROBBE-GRILLET, Alain – 77
 ROCHA, Pedro Neves da – 156
 ROCKEFELLER, Nelson – 106
 RODRIGUES, Jaime de Azevedo – 133, 134
 RODRIGUEZ LARA, presidente Guillermo – 159
 ROOSEVELT, presidente Franklin D. – 67, 249
 ROUSSEFF, Presidenta Dilma – 155
 RUSK, Dean – 111, 112, 113, 114
 RYFF, Raul – 92
- S
- SÁ ALMEIDA, Jorge de – 112
 SADAT, presidente Anwar el – 183, 184, 185, 187, 191
 SALAZAR, Antônio – 14, 23, 26, 28, 29
 SALGADO GAMA, Clóvis – 255, 256, 257
 SALINGER, Pierre – 89, 90, 91, 101, 102
 SAN TIAGO DANTAS, Francisco C. – 30, 89, 96, 97, 98, 114, 127, 258, 259
 SANTOS, Turíbio – 281
 SANTOS LIMA, Nestor de – 281
 SARAIVA GUERREIRO, Ramiro – 7, 16, 19, 56, 113, 129, 181, 183, 193, 267, 281
 SARKOZY, presidente Nicolas – 237
 SARNEY, presidente José – 123, 124, 247, 272, 273
 SCARABÔTOLO, Hélio – 52, 268, 281

- SEVILLA SACASA, Guillermo – 149
SCHROEDER, Gerhardt – 250
SCHUBERT, Franz – 224
SENA, Jorge de – 26
SENGHOR, presidente Léopold – 48
SETTE CÂMARA, José de – 19, 62
SHAMIR, Itzhak – 188
SHARON, Ariel – 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193
SILOS, Geraldo de Carvalho – 62, 112
SILVEIRA, Alarico – 59, 82
SILVEIRA, Antônio Azeredo da – 48, 51, 52, 53, 54, 56, 66, 70, 99, 104, 109, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 179, 181, 189, 218, 224, 226, 263, 281
SILVEIRA, Enio – 61
SIMÕES, Ronaldo do Vale – 269
SIROTSKY, Nahum – 89
SMALL, Ronald – 144
SOARES, Mário – 32, 33
SOUZA GOMES, Henrique de – 69
STALIN, presidente Joseph – 39, 67, 249
SUED, Ibrahim – 93
SUKARNO, presidente – 121
STROESSNER, presidente Alfredo – 70, 72, 173, 174, 222, 223, 224, 225, 226, 227
SZULZ, Tad – 62
- T
- TAHAT, presidente Mohamed Ali – 196
TITO, presidente Josip Broz – 8, 14, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 121
- TOLEDO, presidente Alejandro – 205, 212
- V
- VALADÃO, Alfredo – 133
VALADARES, Benedito – 122
VARGAS, presidente Getúlio – 85, 111, 224, 254, 255
VASCO, Miguel – 154, 206
VASCONCELOS, Arnaldo – 49, 76
VASCONCELOS, Dora – 94
VASCONCELOS, Paulo César – 204
VEGA, Aurélio de la – 157
VELASCO IBARRA, presidente – 153, 156, 157, 158, 159, 210
VIEGAS, José – 155
VILHENA DE ARAUJO, Heloisa – 204
VIVACQUA, Sergio – 232
- W
- WALTERS, Vernon – 62, 116, 117, 118
WALTER, Norbert – 241
WEHLING, Arno – 280
WAINER, Samuel – 61
WOLFF, Marcus – 242
- Z
- ZZAPPA, Italo – 56, 137
ZOBARÁN, Margarida – 281



Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	10,9 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Electra LH 17, Chaparral 13 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)

Além da longa experiência diplomática (1945-1987), o Embaixador Vasco Mariz desenvolveu – e ainda desenvolve – intensa produção cultural. Suas atividades como funcionário de Estado foram desempenhadas em momentos cruciais da história brasileira. Teve oportunidade de observar a partir de pontos privilegiados, as transformações havidas no cenário internacional. Sentiu momentos de aguda bipolaridade e assistiu de perto a queda do Muro de Berlim. As informações curriculares por ele apresentadas mostram-no no alto de seus 92 anos de idade bem vividos e ainda gozando da consideração e respeito dos seus colegas. Neste livro, ele recorda com orgulho e sem mágoas seu passado, no qual não faltaram homenagens de títulos honoríficos recebidos no Brasil e no exterior.

Clodoaldo Bueno



www.funag.gov.br

